UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JOAQUIM MIRANDA MALOA

A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA
Uma proposta de interpretação

[VERSÃO CORRIGIDA]

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JOAQUIM MIRANDA MALOA

A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA

Uma proposta de interpretação

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

De acordo:

Orientadora: Profa. Dra. **VANDERLI CUSTÓDIO.**

[VERSÃO CORRIGIDA]

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada à fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

MALOA, Joaquim Miranda. *A urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação*/ Joaquim Miranda Maloa; orientadora Vanderli Custódio. – São Paulo, 2016. 373f.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, 2016.

1. Urbanização moçambicana. 2. Dualidade urbana. 3. Segregação. 4. Gentrificação. I. Custódio, Vanderli. II. Título. III. Título: a urbanização moçambicana: uma proposta de interpretação.

CDD

SOBRE O AUTOR:

Joaquim Miranda Maloa (Beira, Moçambique, 1979). Actualmente realiza o seu Pós-Doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), estando envolvida no projecto de pesquisa intitulado: “*SOUTH-SOUTH COOPERATION: The importance of cooperation between Brazilian and Mozambican cities: the case of Belo Horizonte and Maputo*”. Em 2005, Bacherou-se em Ciências Sociais pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), licenciou-se em Sociologia (2008), pela mesma Universidade e em 2012, realizou Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e obteve em maio de 2016, o grau de Doutor em Geografia Humana pela mesma Universidade (USP).

MALOA, Joaquim Miranda. **A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA:** *uma proposta de interpretação*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências — Área: Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Vanderli Custódio. **Instituição:** Universidade de São Paulo

Julgamento: aprovado Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Jaime Tadeu Oliva. **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: aprovado Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Maria Mónica Arroyo. **Instituição:** Universidade de São Paulo.

Julgamento: aprovado Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Inês Macamo Raimundo. **Instituição:** Universidade Eduardo Mondlane.

Julgamento: aprovado Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). Andreino de Oliveira Campos. **Instituição:** Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Julgamento: aprovado Assinatura: _____

DEDICÁTORIA

À memória dos meus pais:

Carolina Buge e Miranda Maloa, com ambos aprendi o diálogo. Deixe que eu me lembre dos tempos que passamos juntos tão claros e felizes, apesar de serem tempos difíceis. *Adeus! Até quando? Até onde? Quem sabe? Falo-vós em vão, bem sei, falo-vós como o lavrador do tempo* nessa dedicatória.

AGRADECIMENTOS

Seria longo demais uma lista completa de agradecimentos.

Confesso, porém que agradecimento maior e mais profundo é cedido a minha orientadora a Profa. Dra. Vanderli Custódio, este estudo é nosso se eu pensei, ela o fez materialmente, dando consistência física, com críticas, sugestões, confiança, ânimo e interesse demonstrado desde os primeiros momentos quando este estudo era apenas uma semente. Encontrei nela apoio e incentivo. Por isso que o mérito é dela e as eventuais falhas deste estudo são da minha responsabilidade. *Kuchukuro (Gratíssimo por ser seu orientando)*.

Meu grato reconhecimento a Profa. Dra. Maria Mônica Arroyo e Prof. Dr. Fábio Contel pelos questionamentos e riquíssimas contribuições no *exame de qualificação*, que muitos contribuíram para a etapa final deste trabalho. Estendo esses agradecimentos ao Prof. Dr. Ricardo Mendes Antas Júnior, por compartilhar suas reflexões sobre o tema e pela torcida, e à Profa. Dra. Valeria de Marcos pelo convite para participar na Banca de defesa do Trabalho do fim do Curso de Ruy de Carvalho Monteiro, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

À Ana Elisa Rodrigues Pereira (*Aninha*) do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN) pelo acolhimento, carinho, disponibilidade e por permitir em diversos momentos me utilizar do banco de dados do LABOPLAN e que nunca poupou esforço em localizar artigos, teses, livros, filmes, etc., para a realização deste trabalho. Da mesma forma agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana pelo espaço institucional para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos da minha mais elevada consideração e apreço pessoal ao Prof. Titular. Sérgio Adorno, cuja amizade e ensinamentos marcaram significativamente meu processo de consciencialização sobre a cidadania. Não poderia deixar de aproveitar o desejo de agradecer aos meus entrevistados: Prof. Dr. Alexandre Baia do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane; Prof. Dr. Carlos Trindade do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (C.E. D.H) da Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico; Prof. Dr. Gerhard Liesegang do Departamento de História; os Profs. Catedráticos Manuel G. Mendes de Araújo e Aniceto dos Muchangos, ambos do Departamento de Geografia, da mesma Universidade; o Arquiteto José Forjaz do Escritório José Forjaz Arquitetos. Meu obrigado especial por ensinarem-me ao

longo das entrevistas coisas que eram inéditas e que fizeram me voltar atrás para apreender mais uma lição.

Meu *Kanimambo* (obrigado) à Profa. Dra. Inês Macamo Raimundo, do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane; Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Marta Jardim, do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo; Prof. Dr. Michel Cahen, Profa. Dra. Marina de Mello e Souza do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Agradeço também, à Prof. Dra. Nair Monteiro Teles (*minha mãe acadêmica*), do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, por ter me ajudado numerosas vezes na minha formação acadêmica, meu débito para com ela é enorme. E renovo o meu reconhecimento ao Mestre Domingos Langa, do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, que sempre me indicou os melhores caminhos a tomar.

Agradeço pelo companheirismo, pela parceria e pela disposição ao trabalho coletivo, durante o curso de Geografia Humana: Nívea Muniz Vieira, Lúcia Libório e Miguel Del Barco, com quem partilhei muitos momentos de aprendizagem e convívio. Estendo estes agradecimentos ao Antônio Gomes de Neto, por sua amizade que torna pequeno este mundo grande e ao Celso Júnior, que com tanta devoção ajudou-me em São Paulo a desenhar algumas figuras e mapas, importantes para a compreensão deste estudo.

Agradeço à Coordenadoria de Assistência Social da Universidade de São Paulo (COSEAS), em especial à assistente social Adriana Ribeiro Negrão, pela bolsa-moradia concedida ao longo da minha formação no Brasil.

Sou particularmente grato à Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos da Escola de Arte, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP/Leste) e à Profa. Titular Zilda Iokoi da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), ambas pela carta de recomendação para a requisição da bolsa de estudo.

Em São Paulo, tive apoio resplandecente de uma família para a qual eu quero deixar registrado o meu agradecimento, a dona Leda e o senhor Waldir, que me acolheram em sua casa como um filho e não esquecendo da sua filha, amiga e “irmã” Suzana Alves de Sousa.

Também fica registrado a minha gratidão ao Paulo Rogério da Silva que investiu grande volume de tempo e esforço em ler este trabalho. E sem exagero, a tradução do português moçambicano para o português brasileiro não podia ser possível sem a sua colaboração.

Não posso expressar suficientemente minha dívida para com Jade Santoro Cavalli por várias insuações construtivas. Desejo agradecer as seguintes amigas e amigos: Bruna Osti, Taciane Oliveira, Daniel Cunha, Elvander Santos, Aniel Lima, Katia Muller, Fabiano Alves, Rafael Almeida, Andrea Peres e Rodrigo Imai.

Com o risco de incorrer em muitas omissões, quero agradecer o “coração” generoso, da Profa. Dra. Joana Pereira Leite, pelo acolhimento caloroso em Lisboa, incentivo e oportunidade oferecida; ao Professor Catedrático Jochen Oppenheimer, que fez uma série de sugestões valiosas quanto ao tratamento da urbanização moçambicana; ambos do Centro de Estudos Sobre África, Ásia e América Latina da Universidade Técnica de Lisboa.

À Profa. Dra. Eugénia Rodrigues do Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica e Tropical de Lisboa, que discutiu comigo em Lisboa, o esboço do primeiro capítulo e por ter me chamado a atenção para as diversas publicações portuguesas sobre o assunto. E à Profa. Dra. Isabel Raposo, agradeço pelo privilégio de trocarmos algumas ideias sobre a urbanização moçambicana na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Gostaria de registrar também o meu reconhecimento ao Prof. Dr. Rui Mendes, do Centro de Estudos e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Prof. Dr. David Viana, do Centro de Investigação da Escola Superior Gallaecia e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, por enviarem uma série de artigos que me auxiliaram com informações valiosas.

Aproveito a ocasião para agradecer a todos amáveis moçambicanos residentes em São Paulo, Artinésio Widnesse, Sabil Mandala, Cornélio Raimundo Mucache, Vicente Manjate, Inês Queme, Anibal Muchinbane, Milton Correia, Edina Mola, Timódeo Daca, Raimundo Mateco, acima de tudo, muito devo principalmente a Josué Bila (*o Bantu*), Pastora Isabel Sampindi e o Pastor George Sampindi.

Sou particularmente grato ao fraternal amigo Mestre Joaquim Mataruca, a quem devo mais do que está aqui registado, *tambonga* (Obrigado). Agradeço também ao Governo do Niassa, principalmente ao Governador David Ngoana Malizane por reconhecer a importância da formação profissional para o futuro de Moçambique.

Ao Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica de Lichinga (IFAPALichinga), aos meus companheiros que sempre contei com amplo apoio. Aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS), que devo mais que um agradecimento.

Aos meus irmãos: Delfina Maloa, Páscoa Maloa, Alina Maloa e Tomé Maloa, muito obrigado, por compreenderem as minhas ambições, pelo carinho, apoio e paciência em suportar um Doutorado em família.

Ao Cláudio Emerso dos Anjos, Pinto João Domingo e Hortência Baulene, pela oportunidade conferida de longos anos de irmandade, sei que tenho em vós uma amizade reconhecida, *ta tenda* (obrigado). Meu muito obrigado a todos que nessa caminhada ampararam-me, tanto em Moçambique como no Brasil, com palavras e gestos.

Após a defesa, cabem agradecimentos especiais aos membros da banca examinadora, à Profa. Dra. Inês Macamo Raimundo do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (DG-UEM); à Profa. Dra. Maria Mónica Arroyo do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (DG-USP); ao Prof. Dr. Jaime Tadeu Oliva do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) e ao Prof. Dr. Andreolino de Oliveira Campos da Faculdade de Formação de Professores – Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado (FFP-PPGG-UERJ), cujas colaborações críticas procurei aproveitar da melhor maneira possível.

RESUMO

URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA

Uma proposta de interpretação

O objetivo geral deste estudo é de apresentar uma proposta de interpretação da urbanização moçambicana contemporânea, que se manifesta cada vez mais como dual na paisagem. De um lado, apresentando áreas urbanizadas, o *núcleo* de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestruturas e serviços; por outro lado, a *periferia*, de desenvolvimento horizontal, na sua maioria não planificada, de construção precária e com escassas infraestruturas e serviços urbanos. Para tal, o estudo buscou identificar e caracterizar as diferentes etapas da formação socioespacial moçambicana. Recorreu à Geografia Histórica Urbana como ferramenta analítica para o tratamento do material empírico colhido a partir de diversas fontes. O trabalho é composto por dois eixos de análise: o período colonial e o pós-colonial. No período colonial, buscou-se compreender os fatores responsáveis pela urbanização moçambicana dos quais somos herdeiros. No segundo, procurou-se apreender a dinâmica urbana produzida no período pós-colonial. Ainda, neste eixo, buscou-se captar as continuidades e descontinuidades do processo, identificando alguns arranjos que se promovem ao longo do tempo e suas múltiplas determinações, que acentuam cada vez mais a segregação urbana entre o *núcleo* e a *periferia*, organizando não apenas a dualidade urbana, mas exprimindo novas formas de segregação urbana — a *gentrificação*.

Palavras-chave: Urbanização moçambicana. Dualidade Urbana. Segregação. Gentrificação.

ABSTRACT

MOZAMBICAN URBANIZATION

A proposal of interpretation

The objective of this study is to present a proposal for interpretation of contemporary mozambican urbanization, which manifests itself more and more as dual in the landscape. On the one hand, with urban areas, the *center* of vertical development, planned with infrastructure and services; on the other hand, the *periphery* of a horizontal development, mostly unplanned, poorly construction and with little urban infrastructure and services. To this end, the study sought to identify and characterize the different stages of formation the Mozambican sociospatial. Historical Geography Urban resorted to as an analytical tool for the treatment of empirical data collected from various sources. The work consists of two angles: the colonial and post-colonial. In the colonial period, we sought to understand the factors responsible for the Mozambican urbanization of which we are heirs. In the second, he tried to apprehend the urban dynamics produced in post-colonial period. Still, this axis, we sought to capture the continuities and discontinuities of the process by identifying some arrangements that promote over time and its multiple determinations that accentuate increasingly urban segregation between the *center* and the *periphery*, organizing not only the Urban duality, but expressing new forms of urban segregation - gentrification.

Keywords: Mozambican urbanization. Urban duality. Segregation and Gentrification.

RESUMÉ

L' URBANISATION MOZAMBICAINE

Une proposition d'interprétation

L'objectif de cette étude est de proposer une interprétation de l'urbanisation mozambicaine contemporaine, qui se manifeste plus comme double dans le paysage. D'une part, avec les zones urbaines, au *noyau* du développement vertical, prévu avec des infrastructures et des services; D'autre part, la *périphérie* d'un développement horizontal, la plupart du temps non planifié, la construction mal et sans infrastructures et services urbains. À cette fin, l'étude visait à identifier et caractériser les différentes étapes de la formation sociospatiale mozambicaine. Géographie historique urbaine recourt à un outil analytique pour le traitement des données empiriques recueillies auprès de diverses sources. Le travail se compose de deux angles: la période coloniale et post-coloniale. Pendant la période coloniale, nous avons cherché à comprendre les facteurs responsables de l'urbanisation du Mozambique dont nous sommes les héritiers. Dans la seconde, il a essayé d'appréhender les dynamiques urbaines produites dans la période post-coloniale. Pourtant, cet axe, nous avons cherché à saisir les continuités et les discontinuités du processus en identifiant certains arrangements qui favorisent au fil du temps et de ses déterminations multiples qui accentuent la ségrégation urbaine de plus en plus entre le *noyau* et la *périphérie*, l'organisation non seulement de la dualité urbaine, mais exprimant de nouvelles formes de ségrégation urbaine - *gentrification*.

Mots-clés: Urbanisation mozambicaine. Dualité urbaine. Ségrégation. Gentrification.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	05
Agradecimentos.....	06
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Resumé.....	12
Índice de gráficos, tabelas, mapas e figuras.....	15
Apresentação.....	19
	20
INTRODUÇÃO.....	
<i>Localização e caracterização de Moçambique.....</i>	32
<i>O que são áreas urbanas em Moçambique.....</i>	39

PRIMEIRA PARTE

A URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA

Capítulo I. A GÊNESE DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA: o comércio de ouro como fundamento	45
1.1. Sofala: a cidade pioneira.....	50
1.2. Ilha de Moçambique: a primeira capital de Moçambique.....	57
1.3. Quelimane: a cidade de expansão da capitania dos Rios de Sena.....	72
1.4. Sena: a primeira capital dos Rios de Sena.....	78
1.5. Tete: a última capital dos Rios de Sena.....	83
 Capítulo II. DO PESO MÍNIMO AO MÉDIO DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA.....	 89
2.1. A formação da urbanização no território da Companhia de Moçambique.....	94
2.2. A formação da urbanização no território da Companhia do Niassa.....	116
2.3. A formação da urbanização no território da administração direta do governo colonial português.....	123
2.4. A formação da urbanização no território da Companhia da Zambézia.....	145
 Capítulo III. DO PESO MÉDIO AO GLOBAL DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA.....	 152
3.1. A consolidação da estrutura urbana colonial.....	156
3.2. A verticalização dos edifícios nas cidades moçambicanas.....	195
3.2.1. A primeira fase da verticalização.....	196
3.2.2. A segunda fase da verticalização.....	199

3.3. Crescimento das periferias urbanas	204
---	-----

SEGUNDA PARTE

A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA PÓS-COLONIAL

Capítulo IV. A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO PERÍODO DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA: descontinuidade contínua de um processo colonial.....	217
4.1. O negro a caminho da “cidade de cimento”.....	223
4.2. Continuidade e descontinuidade de um processo de urbanização colonial.....	234
4.2.1 A nacionalização dos edifícios.....	240
4.2.2 Requalificação urbana socialista.....	246
4.2.3 Programa urbanístico de intervenção revolucionária.....	248
 Capítulo V. A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO ATUAL PERÍODO NEOLIBERAL: acumulação da dualidade urbana	258
5.1 A acumulação da dualidade urbana.....	363
5.2 Gentrificação em Moçambique.....	299
5.2.1. A primeira fase de gentrificação: o surgimento do mercado imobiliário moçambicano.....	303
5.2.2. A segunda fase de gentrificação: a configuração do mercado imobiliário.....	308
 CONCLUSÕES.....	318
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	326

ÍNDICE DE GRÁFICOS, TABELAS, MAPAS, FIGURAS E FOTOS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Ramo de atividade dos colonos que embarcaram de Lisboa para Moçambique (1967-1972).....	168
Gráfico 2	Principais fontes de rendimento dos Municípios.....	294

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais centros urbanos de Moçambique e suas superfícies	34
Quadro 2	Classificação das cidades em Moçambique.....	40
Quadro 3	Classificação das áreas urbanas em Moçambique conforme o Instituto Nacional de Estatística.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População de Quelimane, 1777-1822 (segundo as relações de moradores).....	77
Tabela 2	Distribuição das profissões médias de grupos raciais em Lourenço Marques em 1890.....	139
Tabela 3	Alguns indicadores de crescimento urbano da Beira (1942-1956).....	178
Tabela 4	População nas principais cidades moçambicanas, 1960 e 1980.....	233
Tabela 5	Crescimento populacional na África Austral	267
Tabela 6	Cidade de Maputo. Crescimento da população segundo área residencial.....	267
Tabela 7	Evolução e estimativa da população urbana de Moçambique, 2000-2025.....	267
Tabela 8	Estimativa do crescimento populacional nas maiores cidades moçambicanas	268

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Divisão política da África e localização geográfica de Moçambique.....	32
Mapa 2	Divisão política da África Austral mostrando a rede ferroviária (em preto).....	35
Mapa 3	Rede urbana de maior importância de Moçambique no séc. XVII	67
Mapa 4	Divisão administrativa de Moçambique em 1910.....	91
Mapa 5	As cidades moçambicanas com topónimos coloniais.....	153
Mapa 6	Os bairros e áreas funcionais da Beira na terceira idade colonial	183
Mapa 7	Lourenço Marques/Maputo (1952) e a distribuição espacial	205
Mapa 8	As principais cidades moçambicanas sem topónimos coloniais	222
Mapa 9	Distribuição de infraestrutura física e social na cidade de Maputo	297

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sofala nos finais do século XVI.....	51
Figura 2	Sofala em 1572.....	55
Figura 3	Fortaleza de Sofala em 1885.....	58
Figura 4	Ilha de Moçambique, Palácio de São Paulo. Século XVIII.....	62
Figura 5	Casa de Quelimane de Correia Carvalho em 1887.....	75
Figura 6	Sena em 1881.....	82
Figura 7	Cidade de Tete no início do século XVIII.....	84
Figura 8	Padrão da segregação socioespacial nas cidades da primeira idade colonial. Começo do século XVI até o final do século XVIII.....	88
Figura 9	Projeto de Loteamento da Beira (1898).....	105
Figura 10	Lourenço Marques em 1876.....	127
Figura 11	Vista parcial de Lourenço Marques em 1885.....	128
Figura 12	Plano de Lourenço Marques em 1887.....	130
Figura 13	Modelo da segregação socioespacial nas cidades da segunda idade colonial (1907-1930).....	150
Figura 14	Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1952). Centro cívico em perspectiva.....	172
Figura 15	Planta Topográfica da cidade de Quelimane (1945).....	190
Figura 16	Plano Geral de Urbanização de Quelimane (1947).....	191
Figura 17	Plano Geral de Urbanização de Quelimane (1950).....	192
Figura 18	Plano de arranjo urbanístico de Mário de Oliveira (1964).....	193
Figura 19	Os obreiros da cidade.....	207
Figura 20	Modelo de segregação socioespacial nas cidades da terceira idade colonial (1930-1974).....	215
Figura 21	Modelo de “bairro comunal”.....	244
Figura 22	Modelo de segregação socioespacial no período socialista, entre 1975-	245

	1990.....	
Figura 23	Vista parcial do modelo de intervenção urbanística do Bairro de Maxaquene.....	249
Figura 24	Planta do ordenamento de um "Bloco do Quarteirão".....	250
Figura 25	Modelo de concentração de infraestrutura social e física no Plano de Urbanização de Maxaquene.....	251
Figura 26	Planta do ordenamento de um "Bairro comunal".....	252
Figura 27	Modelo de residências a serem erguidas em Maxaquene.....	252
Figura 28	Padrão contemporânea de acumulação da dualidade urbana.....	290

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Fotografia aérea de Maputo.....	47
Foto 2	Fortaleza de Sofala em 1885.....	56
Foto 3	Uma parte da cidade de pedra e cal em ruína na Ilha de Moçambique .	71
Foto 4	Pórtico da fortaleza de Sena.....	79
Foto 5	Interior do comando militar de Aruângua/Beira-1889.....	97
Foto 6	Vista parcial do bairro negro da Aruângua/Beira – 1889.....	99
Foto 7	Vista parcial do “núcleo urbano” de Aruângua/Beira a partir do mar – 1889.....	100
Foto 8	Interior da Aruângua/Beira nos finais do século XIX.....	101
Foto 9	Beira nos finais do séc. XIX (Detalhe).....	103
Foto 10	Linha “decauville” na cidade da (Beira).....	105
Foto 11	Linha “tramway” na cidade da (Beira).....	108
Foto 12	Estrada de ferro e porto da Beira (1925-1929).....	109
Foto 13	Porto Amélia em 1912.....	112
Foto 14	Porto Amélia em 1929.....	120
Foto 15	Bonde elétrico em Lourenço Marques, século XX.....	121
Foto 16	Vista parcial do centro de Lourenço Marques em 1929.....	134
Foto 17	Vista parcial de Quelimane em 1900.....	137
Foto 18	Algumas infraestruturas de Quelimane.....	146
Foto 19	Vista aérea de Lourenço Marques (bairro de <i>Maxaquene</i>) - 1935.....	147
Foto 20	Vista aérea de Nampula na década de 1960.....	163
Foto 21	Alguns edifícios emblemáticos da época.....	164
Foto 22	Vista parcial do Grande Hotel, bairro de Ponta Gêa (1957). Projeto do Arquiteto José Porto.....	171
Foto 23	Alguns edifícios emblemáticos da Beira na terceira idade colonial.....	175
Foto 24	Interior da estação de caminhos-de-ferro da Beira.....	180
Foto 25	Vista aérea da parte central de Nampula, década de 1960	181

Foto 26	Vista aérea de Porto Amélia década de 1970	186
Foto 27	Vista parcial da cidade de Quelimane, 1960.....	188
Foto 28	Duas vistas aéreas de Quelimane, 1930 e 1960	194
Foto 29	Vista aérea parcial de edifícios verticais na cidade de Lourenço Marques (1956) e Beira (1950).....	197
Foto 30	Vista aérea de Porto Amélia/Pemba, década de 1960.....	201
Foto 31	Vista aérea do bairro indígena de Munhuana (1943).....	211
Foto 32	Tipo de residência na periferia de Maputo (período socialista).....	213
Foto 33	Técnicos da intervenção urbanística do Maxaquene.....	224
Foto 34	Bairro periférico da cidade de Lichinga.....	253
Foto 35	Bairro periférico da cidade de Pemba.....	260
Foto 36	Revitalização urbana no núcleo da cidade de Maputo.....	260
Foto 37	Vila olímpica do bairro de zimpeto, cidade de Maputo.....	265
Foto 38	Transporte público conhecido por “My Love”.....	272
Foto 39	Machibombo (ônibus). Transporte público de Maputo (TPM)	276
Foto 40	Transporte público conhecido por “Chapa-100”.....	276
Foto 41	Congestionamento na portagem (pedágio) de Maputo.....	277
Foto 42	Jovens vendedores ambulantes na cidade de Maputo.....	278
Foto 43	Enchente no bairro Hulene “B” (março de 2015).....	279
Foto 44	Composição híbridas das casas (cidade de Chimoio e Lichinga).....	280
Foto 45	Palacete do tipo triplex, em construção.....	284
Foto 46	Palacete do tipo duplex.....	306
Foto 47	Palacete Garden ou Giardino de Moçambique.....	306
Foto 48	Condomínios da cidade de Matola	310
Foto 49	A formação de gentrificação urbana na periferia (cidade de Maputo)...	311
Foto 50	Publicidade de uma imobiliária na cidade de Maputo.....	316

APRESENTAÇÃO

Podemos dizer de uma forma geral que este trabalho procura fazer uma apreciação integral do problema da urbanização moçambicana e de suas múltiplas implicações no desenvolvimento urbano. Ele pretende abordar o problema em dois sentidos.

O primeiro trata globalmente de uma questão concreta e de importância vital para Moçambique. O problema das infraestruturas e serviços urbanos nas periferias. Dessa maneira, ele não contém uma interpretação transcendental, mas uma tentativa de elucidar o processo da formação da urbanização moçambicana contemporânea. À preocupação central deste estudo, consiste em descortinar o processo desta constituição. Por isso, em todos os pontos em que o valor estético poderia interferir com clareza ou com adequação a realidade, não tivemos dúvidas em sacrificá-los, porque o nosso objetivo não é a beleza formal, mas a construção de um significado.

No segundo sentido, o estudo pretende ser uma proposta de interpretação, que procura integrar um corpo único de conhecimento histórico e do espaço urbano, onde o passado urbano é lido, reconstituído, perquirido, vasculhado, com objetivo de explicitar o presente. Pensamos que essa é uma das formas de chegarmos a uma leitura pertinente dos processos urbanos que tem decorrido em Moçambique e dos fatores responsáveis pela sua estrutura e forma urbana.

INTRODUÇÃO

*Não venho armado de verdades decisivas.
Minha consciência não é dotada de fulgurâncias essenciais.
Entretanto, com toda a serenidade, penso que é bom que certas
coisas sejam ditas.
Essas coisas vou dizê-las, não gritá-las. Pois há muito tempo que o
grito não faz mais parte da minha vida.*

FRANTZ FANON. *Peau noire, masques blancs*.

Dado que nenhum problema jamais surge do nada para quem estuda a sociedade humana; depois do fim da guerra-civil (1992) ¹ em Moçambique, tivemos oportunidade de viajar por várias cidades, como: *Lichinga, Maputo, Chimoio, Tete, Beira, Nampula, Mocuba, Maxixe, Cuamba, Dondo, Xai-Xai, Matola*, entre outras áreas urbanas. A cada cidade que passávamos, ficávamos bastante impressionados com o profundo contraste na paisagem entre o núcleo e a periferia. Em muitos bairros periféricos que passávamos, encontrávamos grande parcela da população sem acesso a transporte público, ruas, calçamento, iluminação, água encanada, saneamento básico, postos de saúde, policiais, escolas, entre outros benefícios sociais.

Foi dentro desta problemática que nasceu a inquietação de fornecer uma proposta de interpretação à urbanização moçambicana contemporânea, que se apresenta como uma urbanização dual, de um lado, áreas urbanizadas, a chamada outrora de “cidade de cimento” ² de desenvolvimento vertical, planificada, com infraestrutura e serviços diversos. Por outro lado, a periferia que se encontra no entorno da “cidade de cimento” antigamente qualificada de “cidade de caniço” de desenvolvimento horizontal, não planificada na sua maioria, com construções

¹ Para mais esclarecimento sobre esse assunto, ver o capítulo V.

² O termo “Cidade de caniço” começou a ser empregado na terceira idade colonial (1930-1974) como metáfora principalmente por intelectuais, como: Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, mais conhecido como Pancho Guedes, que afirmou, entre, 1971-1976, que em todas as cidades e vilas de Moçambique, estão rodeados de casas de caniço e Maria Clara Mendes (1979), entre outros. Atualmente o termo é utilizado como sinônimo de “Cidade informal” em oposição à “Cidade formal” – o núcleo, ver. VIANA, 2010b, 2012; MENDES; FERNANDES, 2012.

precárias, sem infraestrutura (escola, posto de saúde, posto policial, entre outros) e serviços urbanos básicos (iluminação, água tratada, esgoto, transporte público, coleta de lixo, circulação viária, eliminação de risco de vida). De uma forma resumida, podemos afirmar que esta pesquisa pretende interpretar porque essas diferenças existem no espaço urbano do país.

O estudo trata-se de uma questão concreta e de importância vital para Moçambique. O acesso a infraestrutura e serviços urbanos é um dos temas importantes para qualquer país comprometido com a promoção do bem-estar da sua população. Por isso, pensamos que interpretar é uma das formas de compreendermos os desafios com os quais as cidades moçambicanas se confrontam. É justamente este horizonte que nos levou a refletir sobre o futuro dessas cidades.

Não alimentamos dúvida de que o “papel ativo da geografia” (SANTOS, 2000) é de tornar a realidade esclarecedora, é nisso que reside o nosso *petitio principii*³, como diz Adorno & Horkheimer (1988), o que importa não é a verdade, mas a “*operation*”, o procedimento eficaz, pois não é nos discursos plausíveis, capazes de proporcionar deleite, inspirar respeito ou impressionar qualquer um, mas em pesquisar para trazer à superfície particularidades antes ignoradas ou desconhecidas para melhor auxiliar a vida é aí onde reside o verdadeiro objetivo da ciência. Seja como for, a missão do pesquisador é chamar a atenção “daqueles, que para ele, são ao mesmo tempo, objeto do conhecimento e sujeitos históricos cuja autonomia precisa ser respeitada e estimulada” (SOUZA, 2001, p.36).

Permita-nos, leitor, tranquilizá-lo, embora o nosso tema sobre a urbanização moçambicana possa à primeira vista parecer altamente técnico, a ideia que anima a realização deste estudo é de fato bastante simples: a urbanização moçambicana não tem merecido um estudo de conjunto, seja pela abrangência interdisciplinar ou mesmo por uma visão do território tomado como um todo⁴.

Consideramos relevante também desenvolver esta pesquisa porque em Moçambique ainda falta debater com profundidade temas como: dualidade urbana

³ Do *Latim*, significa uma ideia que não exige uma prova.

⁴ São numerosos os estudos sobre aspectos particulares do fenómeno: Manuel de Araújo, 1988, 1997, 1999, 2000, 2003, 2005; Alexandre Baia, 2004, 2008, 2009, 2011; Mariamo Abdula, 1997; Aniceto dos Muchangos, 1994a, 1994b; Emídio Nhantumbo, 2002; Valentim Miguel, 2003; Bonefício Manjate, 2003; Sérgio Maló, 2002; Carlos Arnaldo, 1996; António Raposo, 1999; Maimuna Ibraimo, 1994; Ester Ribeiro, 2005; Luisa Lopes, 2005; João Cuna, 2004; Elmer Matos, 2005; Jaime Chauque, 2004; Armando Tsanzana, 1999; Atanásio Chigoma, 2004; Francisco Chicamisse, 2005; entre outros. No entanto, “as ambições mais gerais fazem falta” (SANTOS, 2005a, p.12).

(“cidade de cimento” e “cidade de caniço”⁵), expansão sem infraestrutura e planeamento e ruralidades no urbano. Partimos da ideia de que o debate acerca desses temas ainda não está esgotado; pelo contrário, está apenas começando.

Grahm Douglas *et al* (1991); Jacques Marchand (1995) e Ana Bernard da Costa (2011), entre outros, observaram que em alguns bairros de Maputo, que faziam parte da “cidade de caniço” no período colonial, atualmente florescem construções de cimento segundo as possibilidades de cada morador⁶ (VIANA, 2010). Com isso, mudam-se os conteúdos e significados da urbanização. Cabe lembrar que o tipo de material de construção é insuficiente para distinguir a dualidade urbana; tal aspecto é apenas um dos elementos a ser levado em conta.

Dentro deste bojo, pensamos que a questão da urbanização moçambicana deve ser repensada e (re) classificada com afinco, para assim sugerir revisões de alguns conceitos que parecem ter adquirido outros conteúdos. Como aponta Milton Santos (1986, 2009), o geógrafo deve partir da experiência sobre o concreto e sugerir revisão de conceitos que lhe parecem ter perdido o conteúdo. Para falar como Vanderli Custódio (2005, p. 95), “neste contexto, a geografia tem um papel a cumprir”.

Este estudo pretende também ser uma crítica à urbanização moçambicana. A crítica aqui deve ser entendida como aquilo que dizemos acerca daquilo que sabemos (SANTOS, 2003). “A crítica é um exercício simultaneamente de avaliação da situação atual e de construção de uma nova existência”. E tem uma função criativa de possibilidade de ação (PESTANA, 2011, p.199).

Apesar de reconhecida a importância das infraestruturas nos bairros periféricos, pelos Governos urbanos⁷, não se vislumbra, um esforço político e financeiro para reparar as carências desses bens sociais que afligem grande parte da população urbana.

⁵ Em Moçambique, chama-se “caniço” as plantas do gênero *Typha*, muito utilizadas na construção de casas tradicionais (palhotas ou palhoças). Ver. VIANA (2010). Não existe apenas um tipo de caniço, antes diversos, distintos entre si (FERNANDES e MENDES, 2012).

⁶ Segundo Fernandes e Mendes (2012), a capital moçambicana, Maputo é o local onde se faz alterações das técnicas e morfologias relacionadas com os bairros periféricos, pois as habitações de palhotas estão dando origem atualmente a habitações de alvenaria, incorporando técnicas mais apuradas, formas mais ocidentalizadas e um desenho urbano mais regulado.

⁷ Estamos nos referindo ao *Programa de Desenvolvimento do Município de Maputo* (PROMAPUTO. Fase II), no qual se afirma, na página 2, que ainda se pretende que uma parte significativa desses investimentos tenha vez nas áreas mais pobres do Município. Ver. CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. **Programa de Desenvolvimento de Maputo (PROMAPUTO)**. Fase II. Maputo: CMM, 2001.

As periferias urbanas moçambicanas são realmente locais de carência de infraestrutura física e social. Tantos em seus quadros regionais como em seu conjunto unitário, sofrem as duras consequências dessa condição. A nossa própria experiência urbana é que nos fez realizar este estudo; a vida nas cidades moçambicanas é desanimadora. Por isso, por ser um pesquisador moçambicano, esta investigação é para nós uma questão acadêmica e intelectual (SAID, 1997) e porque não dizer, pessoal. Como salienta o Professor Milton Santos (2000), o geógrafo deve ter um papel claro para efetivação de mudanças necessárias para uma sociedade justa.

De uma forma geral, podemos afirmar que este estudo tem como objetivo interpretar a urbanização contemporânea moçambicana por intermédio do processo histórico que lhe dá forma e conteúdo⁸, mais especificamente, à luz da Geografia Histórica Urbana⁹.

A interpretação levará em conta os subprocessos políticos, econômicos, socioculturais e espaciais do período colonial e pós-colonial¹⁰, uma vez que as cidades que temos atualmente em Moçambique foram frutos do período colonial. Como bem mostra Milton Santos (1985; 1996), os períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica. Cada período é o pedaço de tempo ou de duração, no qual certo tipo e certa forma de produção material e não material de vida se processa.

Somente com a periodização do processo de urbanização podemos enxergar que forças levaram à sua formação e perguntarmos o que é novo nesse processo (SANTOS; SILVEIRA, 2001), e mais, como se tornou o que é atualmente. Daí a necessidade de compreender as diversas periodizações do processo da formação socioespacial moçambicana pelo qual passou sua urbanização (colonial e pós-colonial). Como aponta Macamo (2004), o real é marcado pela história, tal como ela se desenrolou, isto é, como materialização de diferentes momentos na qual se estendeu.

Assim, fizemos as seguintes periodizações:

1) *O período colonial*: primeira idade colonial (de 1505 a 1907), reflete os

⁸ Como foi sugerido por Mauricio de A. Abreu (2008, p. 11).

⁹ Segundo Milton Santos (2004), o estudo da história dos países em vias de desenvolvimento permite revelar sua especificidade. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização.

¹⁰ O termo aqui “pós-colonial” deve ser entendido no mesmo sentido aglo-saxônico: “*post-colonial state*”, usado pelos historiadores para designar os países recém-independentes, com um claro sentido cronológico.

primeiros esforços de valorização do espaço urbano; ii) segunda idade colonial (de 1907 a 1930), considera os primeiros momentos da expansão e criação de novas áreas urbanas; iii) terceira idade colonial (de 1930 a 1975), exprime a consolidação da estrutura urbana colonial, com a criação dos espaços urbanos para os negros – *os chamados bairros indígenas*¹¹.

2) *O período pós-colonial*: i) experiência socialista (de 1975 a 1990), incide sobre o período de transição da urbanização colonial para a socialista; ii) período neoliberal (de 1990 até os dias atuais), cuida de descrever o processo de transição de urbanização socialista para a neoliberal e sua configuração. A escolha desta periodização justifica-se com o argumento do historiador francês Fernand Braudel (1958), que diz que os atos de periodização são os passos tomados da realidade e a sua delimitação obedece ao critério do pesquisador. Ao delimitarmos a nossa análise em dois períodos históricos (colonial e pós-colonial), pretendemos encontrar, pela história, seções de tempo comandadas por variáveis significativas, capazes de explicar a urbanização que temos atualmente em Moçambique.

Portanto, nessa pesquisa, o nosso objetivo é também indagar *quais* são os fatores responsáveis pela estrutura e forma urbana existentes em Moçambique e como chegamos a uma urbanização caótica? Caótica no sentido atribuído pelo professor Milton Santos (2005a) de uma sociedade cada vez mais dual.

A tese que pretendemos defender neste estudo é a seguinte: que em Moçambique a urbanização, em termos de implantação de infraestruturas físicas (ruas, calçamento, iluminação, saneamento básico) e sociais (postos de saúde, escolas, creches, hospitais), é dual¹² na medida em que grande parte da periferia urbana encontra-se com carência de equipamentos e serviços urbanos, diferentemente do núcleo urbano constituído por sistemas de serviços, originariamente destinado aos

¹¹ Sobre este assunto, abordaremos no capítulo IV.

¹² A noção de dualidade criticada brilhantemente pelo sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira (Chico de Oliveira), “não é necessariamente espacial”, disse Vasconcelos (2013, p. 29). Afirma que, recentemente, tanto os trabalhos de Sassen (1991) como os de Mollenkopf e Castells (1991), trazem de volta a noção de dualidade para explicar a formação de cidades divididas. Para os dois autores a metáfora das “duas cidades” é o resultado do crescimento desigual e a tendência à polarização, bem como da justaposição do consumo conspícuo e da degradação social. Segundo estes autores, a noção de cidade dual seria uma noção ideologicamente útil, porque visa a denúncia da desigualdade, da exploração e da opressão nas cidades (VASCONCELOS, 2013). Na Geografia urbana moçambicana se possui duas visões: uma que distingue duas realidades: o “núcleo urbano” – a chamada *cidade formal* (de cimento) e a “periferia” – a chamada *cidade informal* (caniço), ou seja, a cidade dual. Uma segunda corrente considera que tal inexistente, que não se pode falar em cidade dual, mas antes numa única cidade, com condições morfológicas distintas, mas sendo o espaço vivenciado por todos de acordo com os ritmos laborais e as condições socioeconômicas (FERNANDES e MENDES, 2012).

colonos portugueses.

A carência de serviços e infraestruturas nas periferias traz consigo inseguranças e problemas de desenvolvimento urbano. Mas, também aqui, é necessário acrescentar que a carência desses fluxos e fixos nas periferias¹³, refletem dois processos distintos de urbanização num mesmo espaço urbano (um no núcleo e outro na periferia). Esses dois espaços, apesar de serem frutos do mesmo processo de formação urbana, estão interligados e são analiticamente distintos.

Pode-se afirmar que é o "lado da mesma moeda", que funcionam na economia urbana, de um lado, como representantes do circuito superior (o núcleo), formado por atividades ligadas aos serviços, ditos modernos da economia: bancos, comércios, transportes e outros serviços e infraestruturas modernas e do outro lado, o circuito inferior (periferia), compostos geralmente por consumo de serviços urbanos não modernos, como consumo de água do poço, combustível lenhoso, querosene para iluminação. Lembre-se que a distinção entre esses dois circuitos da economia urbana esta baseadas nas tecnologias e organizações (SANTOS, 2004)¹⁴.

Partimos da noção de que para entendermos como se formou o quadro urbano dramático que o país atravessa é preciso localizá-lo historicamente, pois como diz Fernandes (1975), o cientista social que leva sua pesquisa sem o contexto histórico, arrisca-se a produzir conhecimentos "superficiais" e "irrelevantes"¹⁵. Celso Furtado (2002, p. 15) aponta que "a história está no começo de tudo". Porém, isso significa mais do que localizá-la numa perspectiva de uma história qualquer, mas sim de uma Geografia Histórica Urbana¹⁶, na qual o passado urbano é lido, reconstruído,

¹³ O termo periferia é desenvolvido no capítulo V.

¹⁴ Para Professor Milton Santos (2004), a teoria dos circuitos da economia urbana é importante para a explicação da urbanização dos países periféricos. Esta teoria vem composta de dois circuitos (*circuito superior* e *inferior*). As principais diferenças são: o *circuito superior* apresenta tecnologia de capital intensiva, organização burocrática, as empresas empregam na sua maioria mão de obra reduzida, os funcionários são assalariados, existência de crédito bancário para as suas atividades, custos de bens e serviços do circuito são fixos, tem a ajuda do governo e depende diretamente do exterior. Enquanto, que no *circuito inferior* a dependência do exterior é nula ou quase nula, custos de serviços e produtos não são fixos, os créditos são individuais, o assalariamento não é obrigatório, emprego é volumoso, a existência de capital é reduzida e o trabalho é intensivo.

¹⁵ Ver. (FERNANDES, 1975).

¹⁶ Esta perspectiva teórica, foi discutido também, no Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), no Rio de Janeiro, na Universidade Estadual de Rio de Janeiro (UERJ) Quinta-feira, 21 de novembro, coordenado por Pra. Dra. Doralice Sátyro Maia (UFPB) e Prof. Dra. Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA), na qual apresentei o tema: *A gênese da urbanização dual em Moçambique: exploração histórica para o debate da sua origem*. E também, no X- Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (X-ENANPEGE), onde participei no GT- A geografia Histórica do Espaço, com o tema: *A origem da urbanização moçambicana: exploração histórica para o debate da sua gênese*. Na Universidade de Campinas (UNICAMP, em 2013).

perquirido e vasculhado com vistas a explicitar o presente.

Convém refrisar que a Geografia Histórica Urbana que propomos é motivada antes por uma preocupação crítica de entender o presente da urbanização moçambicana do que pela preocupação histórica de entender o seu passado.

Nem se trata de reescrever ou rever a história de Moçambique, mas de produzir, por intermédio dela, outro texto que tenha uma coerência Geográfica. Sendo assim, fazer Geografia Histórica Urbana exige um esforço de entender o surgimento da urbanização moçambicana, reconstituindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira: “voltando para o passado como uma questão que é nossa atualmente, e (re)escrever o relato de seu advento e das suas principais peripécias”. (CASTEL, 1998, p. 28).

Com esta perspectiva, “esperamos”, como diz Garland (2008, p. 42), “nos distanciar da narrativa histórica e, sobretudo, de uma história completa do passado”. Conforme mencionado, a importância da Geografia Histórica Urbana está no aprofundamento da realidade urbana e, também, no reconhecimento de que a história é desveladora do mundo e da forma particular da nossa existência.

É a partir deste ponto que a análise da urbanização moçambicana adquire maior precisão, dando-nos os instrumentos para identificarmos as tendências e descortinarmos os horizontes de opções com que se confrontaram os agentes responsáveis pela sua produção; além do que, esperamos também, na esteira de Milton Santos (2005a), que a nossa escolha seja tomada como outra forma de pensar, interpretar e compreender a urbanização do País¹⁷, uma vez que a Geografia Histórica Urbana se escreve no espaço, e as áreas urbanas são espaciais. (SANTOS, 1977).

Reiteramos, mais uma vez, que a Geografia Histórica Urbana será utilizada como uma proposta para a interpretação da urbanização contemporânea moçambicana, ou seja, como um paradigma no sentido atribuído por Thomas Samuel Kuhn (1998), de que as ciências evoluem mais pela ruptura de um conhecimento existente, do que pelo acúmulo. Para tanto, é fundamental a descoberta de novas formas de abordagem em função da realidade existente, para assim ir além da atual preocupação de condenar ou de justificar o que está na atual urbanização do que

¹⁷ Evidentemente, há de se reconhecer os méritos da leitura de Manuel de Araújo (1995; 2003, etc.) e de Alexandre Baia (2004, 2008 e 2009), sobretudo porque Henri Lefebvre é um dos maiores pensadores do espaço urbano do século XX.

compreender por quê e como chegamos ao que existe atualmente¹⁸.

Por este motivo que é de extrema importância utilizar para análise a categoria de formação econômica e social (FES)¹⁹, ou melhor, a categoria de *formação socioespacial* para apreender o presente – como assim nos lembra Milton Santos, no seu artigo “*Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*”, publicado inicialmente em *Antipode*, janeiro e fevereiro de 1977, e no mesmo ano publicado em junho, no *Boletim Paulista de Geografia*²⁰. Esta categoria diz respeito ao processo da formação da urbanização no quadro das interseções entre as forças externas (*verticais*) e internas (*horizontais*)²¹.

No caso moçambicano, as forças *verticais* vieram de Portugal, no período colonial, e atualmente vem das grandes corporações internacionais e países ocidentais que apoiam o Orçamento do Estado. Estas forças produzem *objetos* e *ações*, ou seja, *fixos* e *fluxos*²² que transformam as relações *horizontais* da formação socioespacial nacional (CONTEL, 2001). O Estado moçambicano foi, desde o período pós-colonial, o grande criador de infraestruturas e de emprego, mas subordinado aos interesses internacionais.

¹⁸ Grifo nosso.

¹⁹ Para o professor Milton Santos (1977, p. 82): “A noção de F.E.S. foi elaborada por Marx e Engels (Marx, *18 Brumaire*, *O Capital*; Engels, *On Social Relations in Rússia*, Marx e Engels, *L’Ideologie Allemande*; *Ant-Dühring*). Lênin retoma o tema utilizando-o para fins científicos e políticos em *L’Impôt en espèces*, *Qui Sont les amis du peuple*, et *Le Développement du Capitalisme en Russie*. Deve-se lembrar, igualmente os estudos de Plékhanov. *The Theory of Peasant Economy*, Kautsky, *La Question Agraire*”. Segundo Milton Santos (1977), a categoria de Formação Econômico-Social teria sido negligenciada durante um longo período de tempo na análise e no método marxista; isso se deu, entre outros motivos, pelo fato de Karl Marx pouco desenvolver este conceito, que só foi mais bem desenvolvido por Vladimir Ilitch Ulianov Lenin (1894) e retomado por Emilio Sereni (1974).

²⁰ Traduzido do francês por Maria Encarnação Vasquez Beltrão e revisado por Max Henri Boudin.

²¹ Milton Santos (1996, 2009b) afirma que a urbanização constitui um ponto de interseção entre as conexões internacionais – *verticalidades* – e as relações de caráter local – *horizontalidades* (SANTOS, 2002a), influenciados por *forças centrífugas e centrípetas* (SANTOS, 2002b), respectivamente. Para Milton Santos, as *forças centrífugas* podem ser consideradas um fator de desorganização, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocamos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior. E de uma reestruturação, se vermos a coisa do ponto de vista do processo que se está dando. Entre os fatores longínquos, causadores de uma tensão local, contamos o comércio internacional, as demandas da grande indústria, as necessidades dos abastecimentos metropolitanos, o fornecimento dos capitais, as políticas públicas ditadas nas metrópoles nacionais ou estrangeiras. (SANTOS, 2002b, p. 286). As *forças centrífugas* são as forças que advêm dos fluxos universais da urbanização, que cai sobre “Moçambique geográfico”, impondo a Moçambique, como diz Santos (2009a), espaços derivados, cujo princípio de organização deve muito mais à interesses externos do que aos impulsos ou à organização local. Por sua vez, as *forças centrípetas* são, para Milton Santos (2002b), aquelas forças internas do “mundo local” e banal que criam processos específicos.

²² Podem ser entendidos como fixos geográficos todos os objetos que existem no espaço, isto é, aqueles que estão fixados no solo, como os prédios, estradas, pontes e demais construções humanas. Agora, o que lhes dão vida e que disparam e aqueles pelos quais passam os movimentos, como energia, transportes, informações, comunicações, os serviços etc., são os fluxos.

Atualmente, a nossa formação socioespacial está se modificando em certos aspectos com o crescimento econômico e com o avanço da especulação imobiliária. Mas disso trataremos em capítulo oportuno. Cabe mais uma vez reforçar, por isso, que a noção de formação socioespacial²³ constitui a categoria de análise mais adequada para interpretar a urbanização moçambicana como um processo histórico. Como sabemos, “o comportamento do novo está condicionado pelo anterior” (SANTOS, 1985, p. 21), não porque resultam apenas das condições do passado, mas sim da geografiação de um conjunto de variáveis de interações precedentes e recentes.

A categoria formação socioespacial nos oferece a possibilidade de interpretar a urbanização moçambicana como acumulação e superposição de diferentes recortes temporais da primeira (1505-1907), segunda (1907-1930) e terceira (1930-1975) idade colonial, incluindo também a pós-colonial (1975 – aos dias atuais).

Baia (2009) aponta que a urbanização moçambicana é caracterizada por simultaneidade de diferentes espaços-tempos. É justamente nesse contexto que gostaríamos de analisar os diferentes espaços-tempos da formação socioespacial urbana de Moçambique. A articulação desta perspectiva permite compreender as diferentes lógicas de reprodução da urbanização moçambicana.

É por intermédio dela que se cria e se recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos, que paralelamente ligam-se à ordem econômica, política, social e cultural. A formação social é uma totalidade concreta, historicamente determinada. Nessa ótica, a noção de totalidade²⁴ também ganha importância no nosso estudo, isto

²³ Segundo o **Dicionário do Pensamento Marxista**, editado pelo sociólogo Tom Bottomore ([1988] 2003), em sua edição portuguesa, a expressão “formação social” tornou-se moda com as obras dos marxistas estruturalistas, alguns como: Hindess e Hirts (1977), para descrever os tipos de sociedade previstos por Marx, como por exemplo, a sociedade feudal, a sociedade capitalista e as sociedades particulares, como a França ou Inglaterra.

²⁴ Segundo o **Dicionário do Pensamento Marxista** ([1988] 2003, p. 381-382), a noção de totalidade no marxismo aparece em contraste com a concepção metafísica e formalista, que tratavam a totalidade como algo abstrato, intemporal e, portanto, *inerte* – na qual as partes ocupam uma posição fixa num todo inalterável. Em oposição, o conceito dialético de totalidade é dinâmico, refletindo as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis, da realidade objetiva. Como disse Lukács (1948), significa primeiro a unidade concreta de contradições que interagem, segundo, que toda totalidade é feita de totalidade, terceiro, o caráter de totalidade é mutável e limitado a um período histórico concreto e determinado. Na filosofia de Hegel, o conceito tem importância central ao designar a totalidade concreta como diferenciação interna, que constitui o início do progresso e desenvolvimento. Assim, o conceito hegeliano de totalidade é o núcleo organizador do *método dialético* e o critério da verdade. A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas, pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de

porque permite levar em conta uma sociedade específica, sua evolução particular – isto é, o processo, que é o tempo que nos é dado por momentos que ficam cristalizados em objetos geográficos atuais: essa forma-objeto, tempo passado, é igualmente tempo presente, enquanto forma que abriga uma essência dada pelo funcionamento da sociedade (SANTOS, 1977, 2004, 2008). Permite também levar em conta a relação interna (*horizontalidades*) e externa (*verticalidades*)²⁵, bem como a situação atual, tomando como base a realidade territorial.

A totalidade exige que o quadro nacional (Moçambique) seja tomado como escala de análise. A questão do tempo neste estudo será trabalhada em dois eixos de análises: o das sucessões e o das coexistências. Todavia, cabe reiterar que “a noção do espaço é assim inseparável da ideia do tempo”, como aponta Santos (1985, p.22).

Na verdade, cada formação socioespacial está ligada a diversas ações e variáveis dependentes das condições do correspondente sistema temporal (SANTOS, 1985). O eixo das sucessões focalizará o processo social de urbanização, tendo em vista os fatores sociais, políticos e econômicos que direta ou indiretamente estão atrelados a ela. Já o eixo das coexistências tem como objetivo a compreensão da dinâmica social da urbanização produzida a partir deste processo.

Antes de prosseguirmos, vamos esclarecer os conceitos que ocupam destaque neste trabalho, que são os conceitos de *urbanização* e *segregação urbana*. A bibliografia sobre o conceito de urbanização é imensa e instigante, por exemplo²⁶, nas palavras de Manuel Castells (1983, p. 39), “urbanização significa concentração espacial de população, a partir de certos limites da dimensão e intensidade, difusão dos sistemas de valores, atitudes e comportamentos”.

Para Jorge Gaspar (2005), o termo urbanização significa alteração do modo

inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A categoria de totalidade, a dominação geral e determinante do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx assumiu a partir de Hegel e, de maneira original, transformou na base de uma ciência totalmente nova. Para mais esclarecimento, cf. Leandro Konder. A totalidade. In: **O que é dialética** ([1981] 2006, p.36).

²⁵ Nunca é demais lembrar que para Santos (2002a, 2002b), as verticalidades e horizontalidades, constituem um ponto de interseção entre as conexões internacionais e locais.

²⁶ MATOS MAR, J. Matos (1968), **Urbanizacion y barrios en America del sur**; CALABI, Donatella (2012), **História do urbanismo europeu**; SCHTEINGART, M (Org.) (1973), **Urbanizacion y dependencia en America Latina**; DAVIS, Kingsley et al (1972), **Cidades e urbanização**; LEFEBVRE, Henri (1999), **A revolução urbana**; SPOSITO, Maria (1994), **Capitalismo e urbanização**; HARDOY, J (Org.) (1975), **Urbanization in Latin America: approaches and issues**; DÉAK, Csaba et al (Org.) (2004), **O processo de urbanização no Brasil**; CLARK, David (1996), **Urban World Global City**; CASTELLS, M. (1973), **Imperialismo y urbanizacion en America Latina**; PEREIRA, Luiz (1976), **Urbanização e subdesenvolvimento**; MCGEE, T. G. (1971), **The urbanization process in the Third World**; BEAUJEU-GARNIER & CHABOT (1970), **Tratado de geografia urbana**.

de vida por intermédio de um processo complexo, que implica a assunção de valores, de comportamentos decorrentes de novas formas de habitar, com mudanças nos padrões de uso do tempo e do espaço. Para completar os exemplos, convém lembrar Milton Santos (2005, p.138), para quem a urbanização é entendida como “resultado da difusão, na sociedade de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexo na cidade”.

A urbanização pode ser: *aglomerada*, quando aumenta o número da população de uma cidade; *concentrada*, no que diz respeito à multiplicação das cidades; ou *corporativa*, como “consequência de uma expansão devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para o investimento econômico, em detrimento dos gastos sociais” (SANTOS, 2005, p. 105). Além disso, Milton Santos (2010, p. 187) recomenda que a “análise da urbanização não deve ser feita separadamente das forças econômicas [...] nem do papel do Estado”. “O tema da urbanização só pode ser discutido se levarmos em conta o sistema [...] de cidades em diferentes períodos”. (SANTOS, 2010, p. 181-182)

Para Custódio (2002), a urbanização é um processo social, complexo e contraditório, caracterizado pela intensificação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais sob uma base física mais ou menos restrita. A urbanização projeta e cristaliza no espaço transformações, sendo materializada na forma cidade²⁷.

Subtraindo dessa literatura especializada, supracitada, entendemos que o conceito de *urbanização*, neste estudo, deve ser entendido em três níveis: i) o processo social da constituição da cidade; ii) a implantação de infraestruturas físicas e sociais que devem assegurar a produção e reprodução social da cidade; iii) a intensificação das relações sociais, econômicas e políticas, possibilitadas pela complexidade da divisão do trabalho que ocorre no espaço urbano.

A *segregação urbana* é um conceito polissêmico; por isso, corre-se o risco de perder a força explicativa. Ele se refere à distribuição desigual de áreas de moradia, de indústrias, de lazer, dos espaços públicos, dos locais de consumo, das vias de tráfegos e dos meios de transporte, das escolas e dos hospitais, da limpeza e da segurança pública, em diferentes graus, exibindo também várias espacialidades. Isso possibilita ao geógrafo um campo amplo de investigação, abordando a segregação

²⁷ Ver. CUSTÓDIO, Vanderli. **A persistência das inundações na Grande São Paulo**. Tese doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

urbana em suas múltiplas conexões. (VASCONCELOS *et al.*, 2013.a).

O conceito de “segregação urbana”²⁸ é um dos mais discutidos nas Ciências Sociais²⁹. A sua origem histórica, segundo o professor Pedro de Almeida Vasconcelos (2013b), vem da formação do gueto de Veneza de 1516. Um bairro residencial (*Sestiere de Cannaregio*) imposto aos judeus, em forma de uma ilha, com muros e portas na época da República de Veneza.

Mas a palavra tem origem no *latim* “*segrego*” e traz a ideia de construção que rodeia um terreno. A utilização pioneira do termo aparece nos estudos de Park e Burgess (1967), sociólogos da chamada “Escola de Chicago”, ao procurarem compreender as formas de integração e assimilação dos imigrantes na sociedade norte-americana, espalhando-se depois entre os seus discípulos, como Louis Wirth (1897-1952). (VASCONCELOS, 2013.b).

Daí por diante o termo passou a agregar novos sufixos e designações. No caso francês, o termo foi utilizado para denunciar o acesso desigual aos equipamentos coletivos e pelo fato da classe operária ter sido empurrada em direção às “periferias” ditas desfavorecidas (*banlieues*).

Fizemos toda essa trajetória para afirmarmos que o conceito de segregação urbana auxilia muito o nosso estudo. Todavia, o termo apenas se aplicará, e que isso fique bem marcado, para explicar a carência de infraestruturas físicas e sociais. Para terminar essa seção é necessário afirmar que para compreender o objeto desta pesquisa é imprescindível caracterizar o que é Moçambique³⁰. Como nos ensina Milton Santos (1996), o geógrafo, antes de falar da urbanização propriamente dita de qualquer região, deve começar primeiro por caracterizar a sua situação geográfica, econômica, social e política.

²⁸ O termo segregação tem duas dimensões distintas: a segregação induzida e a auto-segregação urbana. A primeira relacionada às camadas menos abastadas que ocupam as áreas mais precárias, enquanto que a segunda trata das novas formas de habitações urbanas (como os loteamentos fechados) produzidos para as classes de alto padrão econômico. Esses processos geram uma cidade cada vez mais fragmentada, uma cidade partida, onde os semelhantes passam a conviver entre si, rompendo-se com a possibilidade de (com)viver com as diferenças. Ver. Júnior (2010).

²⁹ É importante destacar que a questão de segregação urbana no Brasil vem sendo analisada por muitos geógrafos. Ver. Vasconcelos, 2013; Corrêa, 2013; Sposito, 2013; Carlos, 2013; Souza, 2013; Rodrigues, 2013; Serra, 2013.

³⁰ Muitas das informações aqui relatadas foram retiradas de Araújo (1988). Para um conhecimento resumido sobre Moçambique, veja também: Columbia (2007); Mozambique Timeline (2002).

Localização e caracterização de Moçambique

Moçambique é um país da África Austral, como se pode observar no mapa 1 (abaixo), conquistou a sua independência nacional do colonialismo português no dia 25 de junho de 1975, após séculos de dominação. De 1975 a 1989, adotou o socialismo como orientação política e em 1990, abandonou definitivamente a prescrição socialista (marxista-leninista) e optou por uma democracia de cunho neoliberal, buscando então saídas na abertura da economia, com amplo programa de privatizações e integração de Moçambique ao mercado globalizado. Em 1994, pela primeira vez na história de Moçambique, foram eleitos o Presidente da República e os membros da Assembleia da República, por sufrágio universal.

Mapa 1. Divisão política de África e localização geográfica de Moçambique.

Fonte: Jack Maxfield *apud* Luis Henrique Passador (2011). Organizado pelo autor.

O país localiza-se na costa sul-oriental, principalmente no sudeste africano, entre 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul (estendendo-se ao longo do Oceano Índico desde a foz do rio Rovuma ao Norte); 26° 52' de latitude Sul (até a ponta do

Ouro, ao Sul) e 30° 12' e 40° 51' de longitude Leste (alargando-se da ponta Jana, no litoral até ao Zumbo³¹).

O país estende-se por uma superfície de 799.380 km² (98% de terra firme e 2% de águas internas). O leste limita-se com o Oceano Índico, com uma costa de 2.470 km; a *oeste* pelo Zimbabwe; ao *norte* com a Tanzânia, pelo rio Rovuma; a *noroeste* pelo Malawi, fronteira sublinhada em grande parte pelo lago Niassa e, em menor proporção, pelas regiões montanhosas, que constitui a extremidade meridional do vale de *Rift* e Zâmbia; a *sudoeste* pela África do Sul e Reino da Suazilândia. (ARAÚJO, 1988; MUANAMONHA, 1995).

No entanto, a situação geoestratégica de Moçambique atribui-lhe maior papel como saída natural para escoamento de mercadorias para os países que compartilham fronteiras e se encontraram no *hinterland*³², como Zimbabwe, Zâmbia, Malawi, Suazilândia e a província Sul-Africana de Mpumalanga (*Mpumalanga Provincial Government*).

Em termos de divisão administrativa, Moçambique está dividida em 11 províncias³³, as quais se subdividem em forma hierárquica da seguinte forma: (Distrito, Postos Administrativos e Localidade). Dentro deste processo existe no país, 150 Distritos, 394 Postos Administrativos e 1042 localidades. Como diz o insigne Professor Manuel G. Mendes de Araújo (1988, p. 12), “é com base nesta divisão administrativa que funcionam as estruturas econômicas, sociais e políticas do país”.

Por razões geográficas, econômicas e históricas, as províncias distribuem-se em três regiões, ou “subespaços do espaço nacional” (SANTOS, 1985, p. 67). *Norte*: as províncias de Niassa³⁴, Cabo Delegado³⁵ e Nampula³⁶; *Centro*: Zambézia³⁷, Tete³⁸, Manica³⁹ e Sofala⁴⁰; *Sul*: Inhambane⁴¹, Gaza⁴², Maputo Província⁴³ e Cidade

³¹ Faz fronteira com Zâmbia.

³² *Hinterland* é um termo utilizado para se referir aos países localizados no interior do Continente.

³³ As províncias equivalem ao conceito de Estado no contexto da República Federativa do Brasil.

³⁴ *Niassa* (15 distritos – Sanga, Nipepe, N'gauma, Mueembe, Metarica, Mecula, Mecanhelas, Mavago, Maúá, Marrupa, Mandimba, Majune, Lichinga, Lago e Cuamba).

³⁵ *Cabo Delgado* (17 distritos - Ancuabe, Balama, Chiúre, Ibo, Macomia, Mecufi, Meluco, Metuge, Mocíboa da praia, Montepuez, Mueda, Muidumbe, Namuno, Nangade, Palma, Pemba Metuge e Quissanga).

³⁶ *Nampula* (21 distritos – Ribaué, Nampula, Nacarôa, Nacala velha, Marrupula, Muecate, Mossuril, Monapo, Moma, Mogovolas, Mogincual, Memba, Mecubúri, Meconta, Malema, Liúpo, Larde, Lalaua, Ilha de Moçambique, Eráti e Angoche).

³⁷ *Zambezia* (22 distritos – Molumbo, Mopeia, Morrumbala, Mulevala, Namacurra, Namarroi, Nicoadala, Pebane, Quelimane, Mocubela, Mocuba, Milange, Maganja da Costa, Lugela, Luabo, Inhassunge, Ile, Gorué, Gilé, Derre, Chinde, Alto Molócue).

³⁸ *Tete* (14 distritos – Zumbo, Tsangano, Mutarara, Moatize, Marávia, Marara, Magoé, Macanga, Dôa, Chiuta, Chifunde, Changara, Cahora-Bassa e Angónia).

(a cidade de Maputo⁴⁴, capital do País tem estatuto de província, mas também funciona como a capital da província de Maputo). (Quadro 1).

Quadro 1. Principais centros urbanos de Moçambique e suas superfícies.

Região	Províncias	Capitais	Superfície (Km²)
Sul	Maputo-cidade	Maputo	602
	Maputo-provincia	Maputo	25.756
	Gaza	Xai-Xai	75.709
	Inhambane	Inhambane	68.615
Centro	Sofala	Beira	68.018
	Manica	Chimoio	61.661
	Tete	Tete	100.724
	Zambezia	Quelimane	105.008
Norte	Nampula	Nampula	81.606
	Cabo-delegado	Pemba	82.625
	Niassa	Lichinga	129.055

Fonte: Araújo (1988).

Maputo é certamente o melhor exemplo daquilo que Milton Santos (2009) chamou de *cidade de modernidade incompleta*, onde se encontram juntos traços de modernização e sinais de degradação das infraestruturas e serviços urbanos. Na capital pode ser encontrado o que há de mais moderno no mundo, como também carências gritantes de pobreza urbana⁴⁵. Por exemplo, entre 1996/97 e 2002/03, a taxa

³⁹ *Manica* (11 distritos – Vanduzi, Tambara, Sussundenga, Manica, Macossa, Machaze, Macate, Guro, Gondola e Bárue).

⁴⁰ *Sofala* (12 distritos – Nhamatanda, Muanza, Marromeu, Maringué, Machanga, Gorongosa, Dondo, Chibabava, Cheringoma, Chemba, Caia, Búzi).

⁴¹ *Inhambane* (13 distritos – Zavala, Vilanculos, Panda, Morrumbene, Massinga, Mabote, Jangamo, Inhassoro, Inharrime, Inhambane, Homoine, Govuro e Funhalouro).

⁴² *Gaza* (11 distritos - Xai-xai, Massingir, Massangena, Manjacaze, Mabalane, Guijá, Chókwè, Chigubo, Chicualacuala, Chibuto e Bilene Macia).

⁴³ *Maputo província* (7 distritos – Namaacha, Moamba, Matutuine, Marracuene, Manhiça, Magude e Boane).

⁴⁴ *Cidade de Maputo* (7 distritos urbanos - KaMpfumo(antigo nº1), Nhamankulu(ou Chamanculo, antigo nº 2), KaMaxaquene (ou Maxaquene, antigo nº 3), KaMavota(ou Mavota, antigo nº4), KaMubukwana (ou Mubukwane, antigo nº5), KaTembe (ou Catembe, antigo nº6) e KaNyaka (ou Inhaca, antigo nº7).

⁴⁵ Esta realidade agravou problemas e conflitos urbanos, por exemplo, na cidade de Maputo, ocorreram duas grandes greves urbanas (dia 5 de fevereiro de 2008 e 1 e 2 de setembro de 2010), ver, por exemplo, MALOA, Joaquim. **Vítimas ou algozes?** Representações sociais sobre a violência policial em Moçambique. XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Diversidades e (Des) igualdades, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II. Campus de Ondina. Disponível em:

de pobreza urbana cresceu de 47% para 53%. (INE, 2004; PAULO *et al.*, 2008).

A divisão regional de Moçambique não corresponde a uma planificação que integre as regiões a uma economia nacional. Para notar isso, basta olhar a forma como estão organizadas as vias férreas (Mapa 2), todas elas ligando os principais portos de Moçambique a países de *hinterland*, ficando, com isso, um vazio de ligação entre o norte e o sul do território. Essa configuração é uma herança do período colonial.

Mapa 2. Divisão política de África Austral mostrando a rede ferroviária (em preto) da região.

Fonte: Saute (2010, p. 8). Obs.: sem escala.

A despeito de Moçambique estar entre os países onde o português tem o estatuto de língua oficial, o seu uso é predominantemente como segunda língua (L2), restrito a uma pequena parcela da população urbana. (GONÇALVES, 2000).

A diversidade linguística é grande. De acordo com os dados do Centro de Estudo de Línguas Moçambicana da Universidade Eduardo Mondlane, existem 44

línguas nacionais de origem bantu (que são denominadas de “dialetos”). Só para dar alguns exemplos, temos as seguintes línguas nacionais: *kiswahili*, *kimwani*, *schimakonde*, *ciyao*, *emakhuwa*, *ekoti*, *elomwe*, *echuwabo*, *cinyanja*, *cisenga*, *cinyungwe*, *cisena*, *cishona*, *xitswa*, *xitsonga* ou *xichangana*, *gitonga*, *cichopi* e *xironga*⁴⁶.

De acordo com os dados censitários de 1980⁴⁷, quase 25% da população falavam a língua portuguesa e apenas 1% dos seus locutores tinha essa língua como materna. Atualmente, devido ao prestígio associado à língua portuguesa, esta situação altera-se consideravelmente, e os dados do Censo de 1997 e 2010 indicaram um crescimento de 39,6% e 70%⁴⁸, respectivamente, de falantes no país.

Certamente contribuiu para este aumento o fato de o conhecimento da língua possibilitar a obtenção de benefícios sociais e econômicos, fazendo com que, nos centros urbanos, esteja em curso um processo intenso de mudança de idioma (*‘language shift’*) em direção ao português (GONÇALVES, 2000).

A moeda nacional é o *metical* e em novembro de 2015, o Banco de Moçambique cotava 55.89 meticais para a compra de 1 dólar americano⁴⁹. Os produtos fundamentais importados são: bens alimentares, produtos químicos e combustíveis, maquinarias e equipamento de transporte e de exportação como camarão, caju, algodão e açúcar, produzidos em quatro fábricas designadas de Açucareiras de Moçambique (Maragra, Xinavane, Mafambisse e Marromeu) (JARDIM, 2006).

Os principais fornecedores e clientes são os Estados Unidos e a União Europeia (JARDIM, 2006). Os principais recursos são: energia hidroelétrica, gás, carvão, minerais, madeiras, terra agrícola e pesca. Os portos também são importantes

⁴⁶ Os dados do último censo indicam que as línguas autóctones, nas suas variadas formas, são as mais faladas pela maioria da população moçambicana. Com efeito, considerando os dados obtidos no último Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 1997, que têm em conta os recenseados com mais de quatro anos de idade, as diferentes línguas autóctones, que constituem as línguas maternas para 93% da população, são as usadas com maior frequência por 90% da população. As línguas mais faladas são Emakhuwa, Xichangana, Elomwe, Cisena e Echuwabo, com 26%, 11%, 8%, 7% e 6%, respectivamente, de falantes como língua materna, totalizando 58%, contra 33% correspondentes às restantes línguas bantu e 6% correspondentes aos Portugueses. Cf. Firmino (2006).

⁴⁷ Depois da independência nacional, o primeiro censo demográfico foi realizado em 1980. Fazemos referência a este dado e edição de 1980 porque, devido a impossibilidade de se realizar o censo de 1990 – por conta da insegurança gerada pela guerra civil provocava, em particular nas áreas rurais – realizou-se um novo Censo somente em 1991, porém, um levantamento demográfico que abrangeu somente as principais áreas urbanas.

⁴⁸ Dados retirados do Observatório da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues-literacia>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

⁴⁹ Banco de Moçambique. Disponível em: <<http://www.bancomoc.mz/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

fontes de renda para o país. Como aludimos, a complexa estrutura férreo-portuária foi construída no período colonial para servir ao interesse dos países vizinhos. (CONSELHEIROS, 2003).

O porto de Nacala, localizado ao norte, na província de Nampula, serve de entreposto para os produtos importados e exportados do Malawi; o porto da Beira, localizado no centro do país, na província de Sofala, serve Botsuana, Zimbábue, Zâmbia e Zaire; e o porto de Maputo, localizado na cidade de Maputo ao sul de Moçambique, “considerado o segundo maior porto de África, serve o Reino da Suazilândia e o norte da África do Sul”. (JARDIM, 2006, p. 342).

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2016, a população moçambicana foi estimada em 26.423.623 habitantes⁵⁰. Dos quais 8.468.799 são urbanos. Enquanto que no último recenseamento de 2007, a população moçambicana era de 20.579.265 habitantes, dos quais 9.897.116 são homens e 10.682.149 mulheres. Destes 6.282.632 moram nas cidades, equivalendo 30% da população (INE, 2008.a).

Moçambique é o 4º país mais populoso entre os 14 que compõem a chamada Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): “Maurícias, Seychelles, África do Sul, Angola, Malaui, Zimbábue, Zâmbia, Madagáscar, Namíbia, Lesoto, Botswana, Suazilândia, Congo Democrático”. (FRANCISCO, 2003).

Os quatro países mais populosos da SADC, são: Congo Democrático (40,3%), África do Sul (32,9%), Tanzânia (32,8%) e Moçambique (17%), o que totaliza mais de 70% dos cerca de 200 milhões dos habitantes dos países-membros da SADC (FRANCISCO, 2003, p. 142-143).

De acordo com Sugahara e Francisco (2011, p. 37), a idade mediana dos moçambicanos era de 17.8 anos em 2010. Dado este que demonstra que a população é ainda composta em sua maioria por jovens. Esta situação coloca Moçambique como um dos países com as maiores taxas de dependência da população juvenil do mundo (92,8%). No entanto, o índice de desemprego entre os jovens é alto, como nos mostra o Inquérito Integrado à Força de Trabalho de 2004/04 (IFTRAB), do Instituto Nacional de Estatística (INE):

⁵⁰ Disponível em: <www. Ine.gov.mz>. Acesso em: 3 jun. 2016.

O desemprego em Moçambique é muito elevado nas primeiras idades e é muito mais elevado entre [...] jovens. Na idade de 20-24 anos [...] os dados mostram que, na área urbana, as taxas são ainda mais elevadas, sendo 56.8% para o total [...]. Esta constatação sugere que o problema do desemprego no País afeta mais a população jovem. O que quer dizer que as novas gerações não encontram com facilidade o espaço no mercado de trabalho (INE, 2006, p.46).

Quanto à moradia, segundo Langa (2010), a maior parte da população moçambicana vive em habitações particulares, sendo em grande parte palhotas (69,7%). Somente 1,6% das habitações são casas de alvenaria e 0,7% são apartamentos. Relativamente ao regime de propriedade, a maior parte das pessoas vive em habitações próprias (92,3%) e 3,6% vivem em habitações alugadas, enquanto 2,8% em habitações cedidas pelo governo e parentes.

Os materiais de construção predominantes correspondem aos materiais geralmente utilizados na construção de palhotas. 34,6% das habitações têm paredes de barro e paus; 32% paredes de blocos de adobe; 18,3% de caniço/paus; 12,3% de bloco de cimento; 4,9% de blocos de tijolos; e 0,9% em madeira (LANGA, 2010). Somente 9,9% das habitações particulares possuem eletricidade; apenas 2,7% das habitações têm água canalizada; 11,2% usam água de fontanárias⁵¹; 23,4% consomem água de lago e a maior parte consome água de poço (64%) (LANGA, 2010).

O setor industrial é quase nulo: compreende moageiras, serrações de madeira, padaria, indústria de construção etc. Historicamente, vários fatores têm determinado o fraco desenvolvimento industrial, principalmente deficiências infraestruturas, como a escassez de estradas e insuficiente distribuição de energia elétrica. Moçambique é definido pela Constituição como um país agrícola. Segundo o censo agropecuário do INE (2002), cerca de 9,6 milhões de moçambicanos (um total de 20 milhões) dedicam-se à atividade agropecuária.

Para Castel-Branco (2003), a agricultura absorve uma parte substancial dos recursos nacionais, especialmente a força de trabalho. O autor nos diz que “o peso da indústria no PIB de Moçambique é muito baixo, e assim tem permanecido ao longo de meio século, é um sinal de que a economia não está a se industrializar” (CASTEL-BRANCO, 2003, p. 12).

As pouquíssimas indústrias mineiras, alimentares e de tabaco concentram-

⁵¹ É construído através de um furo cavado na terra a fim de atingir o lençol aquífero para a extração de água. A condução da água até a superfície é feita por uma bomba manual.

se nas grandes cidades moçambicanas, como Maputo, Matola, Beira e Nampula, que representam mais de 80% da produção industrial e as indústrias de tecnologia e engenharia, criadoras de capacidade tecnológica e promotoras de dinâmicas urbanas de tipo ocidental, como metalomecânica, química, de materiais (excetuando metais básicos), representam apenas 7% da produção industrial, proporção esta que diminui cada vez mais rapidamente, segundo Castel-Branco (2003). Os principais produtos industriais em Moçambique são: alumínio e cerveja. Desses, a cerveja é o produto mais consumido pelos moçambicanos, principalmente pela população juvenil, enquanto o alumínio é um produto específico de exportação, pertencente à corporação sul-africana *BHP (Billiton Aluminum Smelter)*.

Antes de fecharmos a nossa introdução, achamos necessário registrar aqui o que são áreas urbanas em Moçambique, para assim compreendermos melhor o objeto da pesquisa.

O que são áreas urbanas em Moçambique?

Em Moçambique a nível institucional, fala-se de áreas urbanas e não de espaço urbano. O *Boletim da República (BR)*, I Série, nº 16, de 1987, do Ministério da Administração Estatal (MAE) classifica as *áreas urbanas* com base no desenvolvimento económico dos centros urbanos. Esta definição leva em consideração aspectos políticos, económicos, sociais e culturais, além da densidade populacional, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de atividades comerciais, educação e saneamento (WORLD BANK STAFF; MUZIMA, 2009).

O quadro 2 adiante, apresenta como o MAE classifica as áreas urbanas em duas categorias: *cidades* e *vilas*⁵². E muitas dessas vilas estão se tornando municípios. Estratificadas das áreas urbanas em tipo A, B, C e D, O “A” inclui somente a capital do país, *Maputo*; o tipo “B” engloba as capitais de província de *Nampula* e *Beira* e, mais recentemente, *Matola*; e o tipo “C” inclui as demais capitais de província, bem como a *Ilha de Moçambique*, por sua importância histórica. As áreas urbanas do tipo “D” são aquelas que desempenham um papel importante para o desenvolvimento

⁵² Esta realidade aparece plasmada na *Constituição da República de Moçambique*, que estabelece áreas urbanas, como cidades e vilas (Artigo 7, nº 2). Moçambique possui 68 vilas. Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2004).

local⁵³ (WORLD BANK STAFF; MUZIMA, 2009).

Quadro 2. Classificação das cidades em Moçambique.

Categorias de cidade	Cidade	Vilas que se tornaram municípios (Categoria D)
A	Maputo	Metangula
B	Beira	Moncibua da praia
	Nampula	Monapo
	Matola	Milange
C	Chimoio	Moatize
	Nacala	Catandica
	Quelimane	Marromeu
	Inhanbane	Vilanculos
	Lichinga	Mandjakazi
	Pemba	Manhiça
	Tete	Marrupa
	Xai-Xai	Mueda
	Ilha de Moçambique	Alto-molocué
D	Angonche	Ribaue
	Cuamba	Ulongue
	Chibuto	Gondola
	Chokwe	Gorongosa
	Dondo	Massinga
	Gorué	Bilene-Macia
	Manica	Namaacha
	Maxixe	
	Mocuba	
	Montepuez	

Fonte: WORLD BANK STAFF; MUZIMA, (2009). (Adaptado pelo autor em 2015).

Conforme o Ministério para Coordenação da Ação Ambiental (MICOA), as áreas urbanas correspondem à *área dos Municípios, aldeias e sedes dos Postos Administrativos e localidades*, instituídas por lei (*Boletim da República*, de 30 de maio e 18 julho de 2007). De acordo com World Bank Staff; Muzima (2009, p. 25):

[...] a “*Política de Ordenamento do Território [..]*”, classifica as

⁵³ Note-se que os critérios de classificação são bastante vagos.

áreas urbanas tendo em consideração a sustentabilidade de centros urbanos em termos de uso de solo, saneamento e ambiente, desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações, e condições de alojamento.

Segundo estes autores, a classificação do MICOA procura: “(i) promover a sustentabilidade das áreas urbanas; (ii) melhorar a gestão dos terrenos urbanos entre as municipalidades e a administração central; (iii) garantir um melhor planeamento para o desenvolvimento das cidades” (WORLD BANK STAFF; MUZIMA, 2009, p. 25). Para o MICOA, parece que tudo é área urbana. Trata-se, contudo, de uma definição imprecisa.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) define as áreas urbanas a partir das áreas de enumeração, que são as menores unidades de estratificação da amostra do recenseamento (INE, 1997). De acordo com o INE (1997), as áreas urbanas estão estratificadas em três substratos: (i) cidades capitais; (ii) cidades com mais de 20 mil agregados familiares ⁵⁴ ; (iii) e as restantes da província. A divisão urbana administrativa de Moçambique foi estabelecida, em 1986, estipulou no início, 91 áreas urbanas e as suas respectivas áreas de enumeração (Quadro 3, adiante)⁵⁵. Tais áreas de enumeração têm entre 100 e 150 agregados familiares, ao contrário das áreas rurais, que têm entre 80 e 100 agregados (WORLD BANK STAFF; MUZIMA, 2009).

Ainda segundo World Bank Staff e Muzima (2009), a definição do INE não toma em consideração a dimensão do território, uma vez que a densidade populacional de cada área de enumeração pode variar consideravelmente. É também importante referir que a definição de áreas urbanas não é, em muitos casos, levada a sério pelo INE, como foi notado pelo Bank Staff e Muzima (2009), ao compararem a definição de áreas urbanas de 1997 com a do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) ⁵⁶ de 2002-2003, perceberam que havia uma incoerência, pois, este último

⁵⁴ Agregados familiares são todas as pessoas ligadas ou não por laços de parentesco que vivem debaixo do mesmo teto e partilham as despesas. Em Moçambique foram enumerados 36.346 mil agregados familiares, dos quais 9.357 mil (ou seja, 25,7%) correspondem às áreas urbanas e 26.989 mil (ou 74,3%) às rurais. De certo modo, os agregados familiares são tomados como *unidade de análise* para temas tais como: consumo, produção, acesso à habitação, densidade habitacional, situações de pobreza e vulnerabilidade.

⁵⁵ Áreas de enumeração: correspondem à unidade territorial de um espaço contíguo, bairro, aldeia ou domicílio. Nas áreas urbanas as áreas de enumeração são compostas por 120 casas, enquanto, na área rural por 100 casas.

⁵⁶ “O inquérito aos agregados familiares (IAF) de 2002-03 contém, entre outras, informações detalhadas sobre as despesas para uma amostra aleatória de 8700 agregados familiares em Moçambique. Documentação completa sobre todos os aspectos da implementação de ambos os inquéritos 1996-97 e 2002-03 está disponível no Instituto Nacional de Estatística”. (INE, 1998, 2004).

tendia a subestimar a proporção de população vivendo em áreas urbanas, ao incluir aldeias e localidades como critérios (WORLD BANK STAFF; MUZIMA, 2009).

Quadro 3. Classificação das áreas urbanas em Moçambique Segundo o Instituto Nacional de Estatística.

Cidades	Vilas		
1. Cidade de Maputo	1. Lago	24. Maganja da Costa	47. Inharrime
2. Matola	2. Mandimba	25. Milange	48. Inhassoro
3. Beira	3. Marrupa	26. Morrumbala	49. Jangamo
4. Nampula	4. Mecanheles	27. Namacurra	50. Mabote
5. Chimoio	5. Sanga	28. Namarroi	51. Massinga
6. Nacala-Porto	6. Chiure	29. Pebane	52. Morrumbene
7. Quelimane	7. Ibo	30. Angónia	53. Vilanculos
8. Tete	8. Macomia	31. Cahora-Bassa	54. Zavala
9. Xai-Xai	9. Mocímboa da Praia	32. Moatize	55. Bilene Macia
10. Gurué	10. Mueda	33. Vila Nova da Fronteira	56. Vila Praia do Bilene
11. Maxixe	11. Namapa-Erati	34. Mutarara	57. Chicualacuala
12. Lichinga	12. Malema	35. Barué	58. Vila de Xilembene
13. Pemba	13. Meconta	36. Gondola	59. Guija
14. Dondo	14. Mogovolas	37. Machipanda	60. Mandlacaze
15. Angoche	15. Moma	38. Messica	61. Boane
16. Cuamba	16. Monapo	39. Búzi	62. Magude
17. Montepuez	17. Mossuril	40. Caia	63. Manhica
18. Mocuba	18. Murrupula	41. Cheringoma	64. Xinavane
19. Inhambane	19. Nacala-Velha	42. Gorongosa	65. Marracuene
20. Chókwè	20. Ribaué	43. Marromeu	66. Matutuíne
21. Chibuto	21. Alto Molocué	44. Nhamatanda	67. Moamba
22. Ilha de Moçambique	22. Chinde	45. Govuro	68. Namaacha
23. Manica	23. Lugela	46. Homoíne	

Fonte: WORLD BANK STAFF; MUZIMA, (2009). (Adaptado pelo autor em 2015).

Consequentemente, com base no mapeamento do censo de 2007, verificou-se que, da lista de potenciais áreas urbanas de Moçambique (23 cidades e 68 vilas), somente 59 das 68 vilas cumprem os critérios. A grande diferença entre o MAE e INE é que o INE engloba todas as 68 vilas, como áreas urbanas, enquanto o MAE engloba apenas aquelas que se tornaram municípios.

Esta breve enumeração dos problemas de critério sobre o que se pode designar de área urbana em Moçambique causa-nos desconforto ou indagação suficiente para obrigar-nos a interrogar criticamente sobre a natureza e a qualidade destes critérios. É um dos problemas a serem superados. O critério de definição das áreas urbanas tem sido relegado pelas instituições públicas que trabalham com questões urbanas que, ao fim de tudo, acabam encerrando diferentes sentidos de interpretação.

Certo ou não, a definição delas (isto é, das áreas urbanas) em Moçambique revela facetas ambíguas e contraditórias, que remete à ausência de um critério operacional que seja padrão, de modo que as instituições públicas estatais que trabalham com questões urbanas possam de fato cooperar (MALOA, 2013.b).

A indefinição do que seria área urbana em Moçambique é um empecilho à atuação. É por causa da falta de cooperação que se faz necessário desconstruir a linguagem que naturaliza e normaliza a ambiguidade da definição das áreas urbanas, o que não é *funcional* e nem *operacional*.

O notável Professor Milton Santos (2008, p. 96) ensina-nos que “cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional”. Em vista disso, mostra-se necessária uma relação interministerial em diferentes escalas. Como reflete Max Horkheimer (2003), a razão não pode ser transparente para consigo mesma, enquanto os homens agirem irracionalmente.

Numa tentativa de resolução da questão, Manuel G. Araújo (1997) sugere a adoção dos seguintes critérios para a classificação das áreas urbanas em Moçambique: toda a população que vive dentro das capitais provinciais; aglomerações com população igual ou superior a 10.000 residentes; existência de infraestrutura socioeconômica como saúde, ensino, administração, água, luz, comércio, construção, transportes e comunicações etc.; funções econômicas que devem situar-se majoritariamente fora do serviço agrário; o papel histórico desempenhado pelo centro populacional; e as perspectivas de desenvolvimento dos

setores secundários e terciários.

Segundo o autor, esses critérios devem ser levados em conta na sua totalidade e não de forma isolada, uma vez que, “sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado” (SANTOS, 1985, p. 22). Pensamos que o critério proposto por Araújo (1997) é um passo significativo para ultrapassar o paradoxo⁵⁷. Porém, defendemos que a discussão do tema deve passar necessariamente pela discussão da melhor definição e pela profunda reflexão sobre o que significam áreas urbanas em Moçambique.

Convém explicar ao leitor que este estudo pretende ter um alcance abrangente sobre os problemas da urbanização moçambicana. Sem embargo das suas bases de referências empíricas. Não pretendemos comunicar conclusões inquestionáveis, mas apresentar uma proposta alternativa para a mudança da situação complexa em que se encontram as áreas urbanas e, fornecer à Geografia urbana moçambicana uma opção de interpretação de sua urbanização. Posto isto, agora, estamos em condições de apresentar a estrutura do estudo.

PRIMEIRA PARTE: A URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA. Esta parte tenta reconstruir, ainda que de forma sintética, a trajetória das cidades moçambicanas. Encontra-se subdividida em três etapas:

Capítulo 1. **A GÊNESE DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA: O COMÉRCIO DE OURO COMO FUNDAMENTO.** Este capítulo busca descrever a gênese da urbanização colonial moçambicana, que prevaleceu sob o regime da economia mercantil, na primeira idade colonial (1505-1907), com a construção das feitorias que estruturaram a vida urbana da época, conservando assim a função de uma “cidade feitoria”.

Capítulo 2. **DO PESO MÍNIMO AO MÉDIO DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA.** Trata-se da segunda idade colonial, que vai de 1907 até 1930, com a ocupação efetiva do território que hoje se chama de Moçambique, influenciado pelas decisões tomadas na Conferência de Berlim (19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885). Caracteriza-se como o período em que novas cidades, com funções militares (“cidades militares”), foram surgindo lentamente com a ocupação efetiva de Moçambique por parte de Portugal.

⁵⁷ O termo “paradoxo” deve ser entendido no mesmo sentido atribuído por Joan Scott: “Há várias definições do que seja um paradoxo. Na lógica, um paradoxo é uma proposição que não pode ser resolvida e que é falsa e verdadeira ao mesmo tempo”. (SCOTT, 2005, p. 14).

Capítulo 3. DO PESO MÉDIO AO GLOBAL DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA. Esta etapa apresenta o período que vai desde o nacionalismo econômico do governo de Salazar nas coloniais africanas (1930), que criou bases para uma modernização urbana, até a independência nacional (1974), época marcada por uma intensa urbanização em Moçambique.

SEGUNDA PARTE: A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA PÓS-COLONIAL. Ir além da urbanização colonial é, precisamente, o objetivo central desta segunda parte. Trata-se de uma parte bem menor que a primeira, com apenas dois capítulos:

Capítulo 4. A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO PERÍODO DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA: DESCONTINUIDADE CONTINUA DE UM PROCESSO COLONIAL. Este capítulo se dedicará a descrever como, depois da independência nacional, os negros, que estavam circunscritos à periferia, tomam a “a cidade de cimento” – o “núcleo urbano” e produzem uma nova urbanização com continuidade descontínua. Nota-se que predominou uma urbanização influenciada pelo regime socialista.

Capítulo 5. A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO ATUAL PERÍODO NEOLIBERAL: A CUMULAÇÃO DA DUALIDADE URBANA. Este último capítulo tem como objetivo descrever a urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, dinâmica, problemas e desafios.

Por fim, seguem as CONCLUSÕES.

CAPÍTULO I

A GÊNESE DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA

O comércio de ouro como fundamento

O objetivo deste capítulo é estabelecer um diálogo com os geógrafos moçambicanos sobre a gênese da nossa urbanização, de modo a salientar a sua natureza geográfica, política, econômica e social. A nossa questão consiste em mostrar, de forma mais direta e específica, como se processou esta urbanização. Porém, estamos longe de achar que o capítulo aborde todas as particularidades históricas do processo. O núcleo central do capítulo consiste em destrinchar as raízes da urbanização moçambicana. Como disse Alexandre Lobato (1966), Moçambique no século XIX permaneceu adormecida, tal como no século XVI.

Para compreender a nossa atual urbanização, que é herdeira da colonização portuguesa, é preciso recuar no tempo da sua formação. Como se sabe, ela é um fenômeno histórico e, por isso, se torna necessário reconstruir o sistema das transformações da qual ela é herdeira, voltando ao passado como uma questão que é a nossa: *por que e como chegamos a uma urbanização como esta?* Com espaços contrastantes, como nota o professor Manuel de Araújo (1999). Ou melhor, resumindo, com a “coexistência dos contrários” (VIANA, 2012), o que expressa, por sua vez, aquilo que Milton Santos (2004; 2010) chama de “urbanização desigual” ou “espaço dividido”.

Nas palavras de Frantz Fanon (2005), pode-se afirmar que é uma urbanização “cortada em dois”: por um lado, bairros organizados em planta ortogonal, nítida de avenidas e ruas expressas, com diversos edifícios verticais; por outro lado, “bairros aparentemente desorganizados⁵⁸”, sem infraestruturas urbanas, apresentando uma teia de ruas estreitas, tortuosas, caminhos, vielas e avenidas de terra batida, desniveladas e insalubres, sem qualquer plano de ordenamento definido, que se expandem em residências horizontais não consolidadas, com ausência de espaços públicos, má qualidade ambiental (MENDES, 2011; ARAÚJO, 1999; 2000; 2005.a;

⁵⁸ O termo “bairros aparentemente desorganizados”, retirado de Viana (2010, 2012, 2013).

2005.b; TEMBE, 2010; FOLIO, 2007) e amontoados de gente em condições indignas (Foto 1) (FERREIRA, 2012).

Foto 1. Fotografia aérea de Maputo.

Fonte: Folio (2007).

Na foto 1, acima, podemos observar uma nítida desigualdade socioespacial, delimitada por traços vermelhos⁵⁹. No segundo plano, acima, aparece o núcleo urbano – o centro administrativo e comercial da cidade de Maputo, que se exprime por edifícios verticais e no primeiro plano, abaixo da linha tracejada vermelha, a periferia, caracterizada pela expansão em construções horizontais e alta densidade populacional.

É neste termo que se pretende trazer para o debate um fato contemporâneo: a urbanização dual e, em especial uma das suas modalidades. A

⁵⁹ Estes traços vermelhos são imaginários.

implantação de infraestruturas física (ruas, calçamento, iluminação, saneamento básico) e social (postos de saúde, escolas, creches, hospitais).

Observado esse quadro, nos interessa perguntar. Em que medida a urbanização dual em termos de implantação de infraestrutura e serviço é um fato contemporâneo? Se não é, em que consiste sua contemporaneidade?

É sabido que uma parte do atual território moçambicano foi nos primeiros três séculos da colonização portuguesa (XVI-XVIII), um espaço de comércio violento, entre os “nativos”⁶⁰, swahílis ou *afro-islâmicos*⁶¹, e os portugueses. Escreve Berta Brás (2013), na carta ao seu bisavô Francisco Gavicho de Lacerda, que Moçambique foi terra que os portugueses defenderam, trocando a fardenta de cavalaria pela indumentária de colono, lutando sem descanso até a conquista final. (BRÁS, 2013)

A invasão dos espaços comerciais dos “nativos”, swahílis ou afro-islâmicos foi imposta por força militar da coroa portuguesa (força externa), com o intuito de controlar as principais vias de acesso ao ouro, marfim e escravos (MENDES, 2011), vindos do Estado africano de *Mwenemutapa* ou *Monomotapa*.

A ocupação violenta dos espaços comerciais dos “nativos e swahílis” começou em *Sofala* (terra baixa)⁶², no centro de Moçambique e, em seguida, estendeu-se ao norte, na *Ilha de Moçambique*, e depois em direção ao centro, no vale do Zambeze – *Sena*, *Quelimane* e *Tete* –, onde os portugueses foram os verdadeiros vencedores, no sentido militar e técnico, sobre as populações africanas e árabes (PINTO, 1994).

Por isso, é importante falar desses espaços onde surgiram as primeiras “raízes” da urbanização moçambicana, já dizia Newitt (1997, p.1), um dos principais historiadores sobre Moçambique, que Sofala, Ilha de Moçambique, Quelimane, Sena e Tete, “estas cinco cidades acabaram por funcionar como o foco de quase todo o desenvolvimento importante ocorrido na história de Moçambique antes do século XX”.

Como aponta Mendes (2011), estas cidades transpuseram para

⁶⁰ O termo “nativo”, aplica-se para designar toda aquela população bantu, não islamizada, que ocupava a vasta área que atualmente conhecemos como Moçambique.

⁶¹ Como os mercadores asiáticos que se estabeleceram na costa oriental africana entre os séculos IX e XIII, provenientes principalmente do Golfo Pérsico.

⁶² O conhecido viajante árabe, Al-Masudi (Abul Hasan Ali Ibn Husain Ibn Ali Ali-Masudi, que viveu entre 888-957 d.C), chamou Sofala de “Terras Baixas” nos seus escritos e descreveu que existia em Sofala, já instalados, árabes e indianos, devido às minas de ouro das terras de *Mwenemutapas*. Os portugueses passaram pela primeira vez em Sofala em 1502. Ver. Liesegang (1989).

Moçambique formas de construção, de domínio do espaço, marcadamente europeia que com o tempo se adaptaram simbioticamente aos espaços e climas, impondo a sua adoção a culturas urbanas pré-coloniais existentes, provocando a erosão da construção econômica, social e cultural.

Essas cidades devem ser decifradas, enquanto local permante de moradia dos colonos e comércio que organizava toda uma demissão pública mercantilista em volta da feitoria, igreja e praças comerciais⁶³. Como aponta Iglesias (2006), nestas cidades verificava-se a permanência de duas ou de três funções urbanas significativas: o Forte, a Igreja e a Câmara.

Devemos esclarecer ao leitor que a urbanização moçambicana, em particular e a africana em geral, não começou com o colonialismo. De fato, Rui Mendes (2011) dedicou quase todo o seu primeiro capítulo intitulado: “*Os tempos e espaços das cidades africanas*”⁶⁴ a esse assunto.

O autor aponta que quando os europeus iniciaram a urbanização da África, já existiam aglomerados urbanos⁶⁵ que não podem ser conotados como ocidentais. De fato, as cidades pré-coloniais eram aglomerados humanos de dimensão variável, com uma organização social e espacial estratificada e de maior complexidade do que aquelas normalmente encontradas no espaço puramente rural africano. “A conotação ocidental que concede primazia à dimensão, origem, estatuto, hierarquização de instituições ou importância nodal é secundarizada, sendo utilizada apenas como comparação por não se ajustar às formas africanas de racionalização e estruturação sócio-espacial” (MENDES, 2011, p.18).

O *Grande Zimbabwue* é um bom exemplo de cidade pré-colonial da África Austral que floresceu entre os séculos XI e XV, no atual território do Zimbábue. Teve influências políticas, econômicas, sociais e culturais numa vasta área que atualmente compõe a região central de Moçambique, principalmente, em *Sofala*, que apresentaremos nas próximas páginas.

⁶³ Alguns vestígios urbanos de origem portuguesa dos séculos XVI a XVIII concentram-se atualmente, nestes locais.

⁶⁴ Ver a sua tese de doutorado, citada nas referências bibliográficas. Mendes (2011), aponta no final alguns critérios para classificação de cidades africanas pré-coloniais.

⁶⁵ Foram na verdade cidades de dimensões variáveis, como por exemplo: *Kong* (na atual Costa de Marfim), que chegou a ter 15 mil habitantes; *Tombuctu* (Mali), 100 mil habitantes, *Kumbisaleh* (Mauritania), 15-20 mil habitantes; *Shoghong* (Botswana), 30 mil habitantes; *M'Banza Kongo* (Angola), 60 mil habitantes; *Kilwa* (Tanzania), 11 mil habitantes; *Zanzibar* (Tanzania), 50 mil habitantes, etc. Estas cidades surgidas de práticas comerciais entre vários povos, eram por excelência centros de organização política, social, econômica e cultural de maior complexidade do que se pode encontrar atualmente no espaço designado de rural (MENDES, 2011).

Um olhar histórico sobre estes argumentos é elucidativo de que em África as cidades são anteriores a colonização europeia. A maioria dos vestígios dessas cidades desapareceram por suportar materiais parecíveis e outras foram sobrepostas de acordo com os modernos princípios urbanísticos europeus. A cidade do Cairo é um dos exemplos, onde a cidade antiga cedeu lugar à cidade europeizada, que entre 1882 e 1937, veio crescendo (MENDES, 2011).

Nota-se, portanto, que as cidades que temos atualmente no País são frutos da colonização portuguesa. Qualquer exame exaustivo das datas das suas edificações, deixam bem clara que elas nasceram no período colonial. Não vamos repisar no presente capítulo esta informação já bem conhecida por nossos estudiosos da Geografia Urbana. Por isso, utilizaremos este espaço para descrevermos como se instalaram as raízes da urbanização moçambicana colonial.

Esperamos que essas notas sejam essenciais para esclarecer ao leitor de onde partimos e onde queremos chegar. O texto inicia com a apresentação da primeira cidade colonial – *Sofala*, que nasceu do encontro e do antagonismo entre os “nativos”, *afro*-islâmicos e os colonos portugueses, sob a direção da coroa portuguesa.

1.1. Sofala: a cidade pioneira

Foi o comércio de ouro, todavia, que tornou a fixação portuguesa regular e intensa em Moçambique no século XVI. Na verdade, entre o final do século XV e o começo do século XVIII, todas as nações europeias se preocuparam com a exploração de novos mercados comerciais além-mar (comércio ultramarino)⁶⁶, era a fase mercantilista da acumulação primitiva do modo de produção capitalista com seus tentáculos em direção à África.

De fato, foi nesta perspectiva que os portugueses vieram parar no território que atualmente conhecemos por Moçambique na primeira metade do século XVI: impulsionados pelo comércio do ouro de Sofala. “Herdeiros de uma fortíssima cultura urbana” europeia (THOMAZ, 2008, p.10), dando início a um processo de

⁶⁶ O comércio ultramarino permitia à Coroa portuguesa comprar especiarias asiáticas: o açafrão, a pimenta e o gengibre, entre outras (ver. MARQUES, 1987), bem como acumular capital no mercado ocidental, uma vez que as repúblicas italianas e dos mouros faziam riquezas (ver. PRADO JÚNIOR, 2004). Segundo Boxer e Azevedo (1960), o termo *mouro* foi usado por portugueses para designar os muçulmanos, assim como o fizeram desde Marrocos até Mindanao. Mas tarde foi usado para designar todos aqueles que professavam o islão (*Sunita* ou *Xiita*).

contatos, intercâmbios, violência e ocupação, que se revelou fundamental para o conhecimento da região, assim como para a fundação da *urbe*, em 1505 (Figura 1).

Figura 1. Sofala nos finais do século XVI.

Fonte: Gravura publicada por Tracey, 1940. **Fonte:** Henrique, Isabel (1998, p.20).

Sofala era uma cidade costeira com porto ao mar, localizava-se entre a foz sul do rio Buzi, no braço norte da baía com o mesmo nome, que possuía a forma de uma ferradura (NEWITT, 1997). Além de ser por conteúdo um mercado do ouro, “[...] foi um porto *par excellence* [...]” (NEWITT, 1997, p.27).

Podemos considerá-la como a cabeça ou a trave-mestra sobre a qual se assentará o início de todo o processo da urbanização moçambicana, influenciado pela tentativa de Portugal (atuando como força centrífuga) que operar um monopólio comercial, que desorganizou a vida social e econômica dos africanos aí existentes e desfez o equilíbrio das relações comerciais entre os mercadores afro-islâmicos e os africanos do sertão produtores de ouro (COSTA, 1989).⁶⁷

A primeira infraestrutura urbana a ser erguida foi à feitoria de São

⁶⁷ Sobre a vida urbana antes dos portugueses ver. Amaral (2001); e sobre um conhecimento geral de Moçambique nesta época, ver. Rita-Ferreira (1975) e Pélissier (2000).

Caetano, em setembro de 1505⁶⁸, uma fortaleza de pedra e cal que tinha como tarefa primordial responder à necessidade comercial da Coroa, armazenando e negociando mercadorias, servindo também como fortificação. É neste horizonte que se pode falar de “cidade feitoria”⁶⁹. Junto à feitoria consubstanciaram-se edifícios públicos e privados, fundamentais à vida urbana da época, como a igreja, o pelourinho, a casa de misericórdia, a casa do feitor e do capitão, a câmara, entre outras construções.

Foi sob a “feitoria-fortaleza”⁷⁰ que apareceram as primeiras residências urbanas de origem portuguesa, rompendo com as construções urbanas dos swahílis⁷¹. Este fixo foi o elemento primário da formação urbana da época, como também foi, por excelência, o símbolo de um sistema de engenharia que permitiu a funcionalidade urbana da primeira idade colonial e garantiu um dinamismo vigoroso do sistema de ações (ações comerciais e de defesa contra os nativos) que combinavam com um conjunto de fixos e fluxos que compunha a vida urbana da época.

O primeiro edifício, a ser construído foi a fortaleza, erguida sob a responsabilidade de Pero de Anhaia⁷², filho de um fidalgo castelhano, ao mando do Rei de Portugal, Dom Manuel I (1495-1521), que se tornou o primeiro capitão a governar a *urbe* após um período de intensa guerra com os comerciantes afro-islâmicos que ali moravam desde o século X da nossa era (ROQUE, 2009; CHAMI, 2002).

Encontrava-se ali também uma população africana não islâmica que praticava agricultura, pastoreio e mineração (LIESENGANG, 1972; 1989; 1999a; TIBBETTS, 1971). Toda esta população, antes da ocupação militar portuguesa, era governada por um *Xequê*⁷³ – que era a principal autoridade religiosa e comercial

⁶⁸ O primeiro português a visitar Sofala foi Pero de Covilha em 1489; também Vasco da Gama passou pelo local; e Luís de Camões viveu em Sofala no século XVI. Sobre as três viagens de Vasco da Gama, ver. Corrêa *et al.*, 1869.

⁶⁹ Sobre esta forma de caracterização, ver. Mourão (2006).

⁷⁰ Ao que tudo parece indicar a construção de feitoria-fortaleza tratava-se de uma tendência da época, cf. Pirenne ([1927] 1962); Le Goff (1995); Heers (1981); Freund (2007); Bocarro (1992); Mumford (1991) e Gregorovius (1895). Por exemplo, a fortaleza de São Sebastião, no seu interior, estava distribuída da seguinte forma: com grande recinto, com uma praça no centro, em figura quadrada e com uma cisterna (poço); ao lado, a igreja de São Sebastião, onde funcionava a Santa Casa de Misericórdia; tinha ainda, “o arco de conduta de água para a cisterna pequena, esgotando das açoiteias das construções que adoçam à parte interior da muralha.

⁷¹ Segundo Boxer (1960), o termo *Swaílis* ou *Suaílis* (*Wa-swa hili*), significa “afro-islamizados”, de origem Bantu. O termo Suaílis é usado para designar todos os afro-islâmicos da costa oriental africana. Ver. Portella (2013).

⁷² Pêro de Anhaia, primeiro capitão de Sofala, faleceu de doença em maio de 1506. O seu nome foi atribuído no período colonial a principal Escola Secundária da Cidade Beira (hoje Escola Secundária Samora Machel).

⁷³ *Xequê* (Shaikh ou Sheik), palavra árabe para designar o ancião mais velho, ver. Boxer e Azevedo

(NEWITT, 1997), que reclamava a sua descendência real a Quiloa (*Kilwa Kisiwani*) e cobrava o imposto de um pano⁷⁴ a todos os comerciantes que ali aportavam para comercializar os seus produtos: cada um devia pagar vinte *meticais*⁷⁵ por barra de ouro ou marfim; e em benefício, recebiam direito de participar nas redes locais de comércio e de servir-se dos armazéns locais e dos serviços dos transportes fluviais e marítimos (PICKERING, 1845; HAIR, 1977).

Esses comerciantes, conhecidos por *swahílis*, de maneira geral eram urbanos, artesãos laboriosos e comerciantes perspicazes (MAZAHARI, [s.n]), navegadores destemidos, conhecidos por *lascars* (PORTELLA, 2013), que moravam em cidades, ligados entre si pelas atividades de troca, venda e compra de mercadorias.

Convém reforçar como vimos, que a urbanização em África não foi introduzida pelos europeus (LIESEGANG, 1999a; MENDES, 2011). Antes da fixação portuguesa em Sofala, existiam várias “cidades Swahílis” na costa oriental africana (VERNET, *et al.*, 2002; DIANABUJA, 2009); ou, para servirmos da expressão de Mendes (2011), existiam várias “cidades de raiz islâmica” na costa moçambicana, como *Chiluané*⁷⁶, Ilha de Moçambique, Ilhas de Bazaruto (*Hucicas* ou *Vacicas*) e outras, apoiadas umas nas outras, numa rede de relações comerciais baseada na confiança religiosa. Essas cidades eram construídas com materiais perecíveis, por causa da escassez de pedra na região (MENDES, 2001). Por esse motivo, os vestígios arqueológicos são quase inexistentes.

Entre todas as “cidades swahílis” que se localizavam em Moçambique, como: Ilha de Moçambique, Tete, Sena, Quelimane. Sofala foi, pelo menos no século XV, o *locus* privilegiado do comércio de ouro, devido a sua localização estratégica, próxima à fonte de produção e de escoamento. O seu porto permitia embarque de navios comerciais de grande porte, os chamados “*zambucos*”, que viajavam em águas oceânicas profundas a milhas de distâncias, a fim de realizar comércio com os chineses, persas, judeus, indianos e árabes, dentre outros povos (NEWITT, 1997).

Ao se instalarem em Sofala, no princípio do século XVI, os portugueses estavam convencidos, por relatos de viajantes, que era o *El-Dourado* africano, equivalente ao mito espanhol do *Eldorado* da América Latina (BOXER, 1960). Tinham a esperança de que, com o ouro, pudessem cobrir os custos do carregamento

(1960).

⁷⁴ Unidade de troca utilizada como moeda por indianos.

⁷⁵ Unidade de troca constituída por ráquis de *penas de aves cheias de ouro* em pó.

⁷⁶ Localizada atualmente na província de Sofala, Moçambique.

de especiarias (pimenta, gengibre, açafrão e canela) da Índia para o mercado europeu (PLUMB, 1960).

Como diz Malyn Newitt (1977, p. 39), “o ouro sempre despertou as mais ignóbeis paixões nos [...] portugueses [...]”, sendo essa, portanto, a primeira condição para que Moçambique tivesse algum desenvolvimento urbano. A renda média dessa economia urbana, isto é, sua produtividade média, é algo que dificilmente se pode definir. Cabe ao ouro de Sofala uma boa parte da responsabilidade pelo avanço dos portugueses em outros pontos que se tornaram focos de urbanização colonial da época, como Quelimane e Sena.

Na primeira metade do século XVI, a cidade de Sofala (Figura 2, adiante) foi governada por um *regimento* que data de 1530⁷⁷, que compreendia um conjunto de instruções relativas à administração, gastos gerais e comércio de ouro, que o *feitor* e o *capitão* deviam cumprir para exercerem os seus poderes. Os magníficos resultados do comércio dos portugueses na urbe abriram espaço para a instalação de uma vida urbana dual, segregacionista — uma vez que existia um espaço dos portugueses e outro dos *afro-islâmicos* —, cujas famílias, como dissemos, possuíam uma história muito anterior à chegada dos portugueses. Atualmente, as mesquitas e cemitérios ainda testemunham o papel desempenhado pelos *afro-islâmicos*, enquanto antigo baluarte cultural (NEWITT, 1997).

A valorização do ouro, provocada pela fixação dos portugueses, agiu inexoravelmente para a destruição em pouco tempo do comércio dos *afro-islâmicos*, expelindo uma parte substancial para o norte e centro de Moçambique. A “exclusão” da participação ativa dos comerciantes *afro-islâmicos* na economia colonial provocou uma série de etapas de prostração nos últimos decênios do século XVI. No Estado de ouro de *Mwenemutapa*, a depressão foi particularmente profunda. Muita população teve que trocar agricultura pela mineração, crianças foram submetidos também a esse trabalho.

⁷⁷ Ano que foi estabelecido em Goa, a capital do *Estado da Índia*. Ver. Newitt (1997, p. 104).

Figura 2. Sofala em 1572.

Fonte: George Brown; Franz Hogenberg; Simon Novell. Imagem presente na obra. *Civitates Orbis Terrarum* (1572). Disponível na Biblioteca da Universidade de Heidelberg. Esta figura põe em evidência a existência de um núcleo urbano de caráter dual (árabe-português).

A decadência do comércio do ouro afetou diretamente a vida urbana de Sofala. Principalmente no último quartel do século XVII, ela deixou de se constituir como o mais importante centro urbano de Moçambique – quer para a Coroa portuguesa mercantil, quer para diversos comerciantes – por causa do declínio do comércio de ouro e da expansão do comércio de marfim ao norte de Moçambique. Desta maneira, Sofala, na intersecção das horizontalidades e das verticalidades daquele momento, sucumbiu.

Foto 2. Fortaleza de Sofala em 1885.

Fonte: Silveira (s.d). Esta figura deixa em evidência a decadência do principal símbolo urbano do início da colonização portuguesa em Moçambique, a fortaleza em ruínas.

Como consequência disso, em 1634, havia na cidade apenas cinco residentes portugueses e nem um único soldado (NEWITT, 1997). Mesmo após a sua decadência, no século XVII algumas funções urbanas continuaram sobrevivendo. Entretanto, a normalidade era precária, fundando-se apenas na função religiosa – isto graças à importância dada à religião católica na época.

Foi o vigor da religião católica que tornou possível a representação esporádica de um oficial militar, soldados e padres católicos, até ao final do século XVIII, quando a cidade, quase despovoada, foi autorizada a formar o seu governo civil autónomo (1753), num momento em que sofria quase a decadência das suas funções urbanas⁷⁸, como: as atividades administrativas, comerciais e religiosas, funcionando só de vez em quando (CORRÊA, *et al*, 2007). Mesmo depois da

⁷⁸ Relativamente tarde, só depois da separação administrativa de Moçambique da Índia Portuguesa, em 1752.

instituição do *municipalismo*⁷⁹ português, no século XVIII. Sofala permaneceu reduzida à miséria e ao abandono (COSTA, 1902).

1.2 Ilha de Moçambique: a primeira capital de Moçambique

Se no último quartel do século XVII Sofala perdia a sua condição urbana privilegiada, no começo do século seguinte emergia a Ilha de Moçambique (Figura 3)⁸⁰. Uma pequena cidade instalada num espaço com extensão de 3 km e uma largura máxima de 400 metros (LOBATO, 1945, EUGENIA, 2010). Conhecida entre os naturais por *Muípite*, e entre os árabes, de *Mulbaiuni*, ocupada como uma base naval portuguesa desde 1507. A *urbe* encontra-se cerca de 580 km ao sul da fronteira com a Tanzânia, na baía de Mossuril, na província de Nampula, estando ligada ao continente desde 1966, por uma ponte de 4 km.

O nome da cidade remonta ao Xequê *Mussa Ibne Biki ou Mussa Ben-Bique* ou *Mussa Bin-Bique*, com quem os portugueses entraram em contato na ocasião de sua passagem pela Ilha em direção a Goa (Índia), em 1498. Em homenagem ao Xequê, a ilha foi chamada de Moçambique.

Só mais tarde, no século XVIII, com a resolução dos conflitos de delimitação das fronteiras entre os países imperialistas, esse nome passou a designar o território continental, com os seguintes limites: ao sul fronteira com África do Sul; norte *Tanganyka* (Tanzânia); oeste Rodésia (Zimbábue); leste, oceano indico.

Contudo, um conjunto de fatores circunstanciais trouxe, no começo do século XVIII prosperidade à Ilha de Moçambique, que passou de uma pequena base naval para um centro urbano⁸¹. Com o declínio de Sofala, o capitão de Moçambique e Sofala transferiu a sua residência para a Ilha. (RODRIGUES, 2003; 2010.e)

O sucesso da Ilha de Moçambique (Figura 3, adiante) vinha do último quartel do século XVII e dos primeiros dois decênios do seguinte, em razão de uma série de acontecimentos econômicos que tiveram grande repercussão na vida urbana moçambiquense.

O primeiro deles foi a citada decadência do mercado de ouro de Sofala,

⁷⁹ A instituição do municipalismo concedia aos moradores da Colônia o privilégio de ser cidadão do Reino, para que pudessem gozar de todos os direitos e prerrogativas legais. Cf. Lobato (1961).

⁸⁰ Atualmente, encontra-se administrativamente estruturada em sete bairros: Unidade, Litine, Marangonha, Esteu, Areal, Magaribe e Museu.

⁸¹ Sobre a colonização da Ilha de Moçambique no século XVI, ver. Bastião (2010).

Os *baneanes* formavam uma casta de comerciantes que agia originalmente em Cambaia, expulsos para *Meca* (Arábia Saudita) e *Guzerate* (Índia), e dirigiram-se posteriormente para as praças comerciais de Damão e Diu (Índia). Nesta última, vieram a formar a Corporação dos Manzanes, com o objetivo de monopolizar o comércio de Diu com as possessões portuguesas da África Oriental (PORTELLA, 2013).

Figura 3. Ilha de Moçambique em 1598.

Fonte: A gravura do belga Pieter van den Kaerius põe em evidência a existência de várias fortificações⁸³. Repare que a cidade é uma tentativa de criar um espaço urbano fortificado.

⁸² Bem representado por Donatil, *et al* (s.d). Em 1759, existiam mais de 200 *baneanes* a exercer a sua vida comercial na Ilha de Mocimbeque. Ver. Capela (1987).

⁸³ Esta imagem foi publicada em 1610, no livro de “*Plantas de praças das conquistas de Portugal*”.

Assim, abriu-se no século XVIII, uma nova etapa urbana para a Ilha de Moçambique, que se tornou destino do movimento de migração e que acabou dando uma nova dinâmica à vida urbana. A economia urbana, prosperava com o comércio crescente com Goa e Lisboa.

Neste processo, a cidade passou a receber uma população portuguesa jornaleira⁸⁴ e indiana católica (BOXER, 1992; BAIÃO, 1937). Uma carta de Francisco Guedes de Carvalho Meneses, Governador-general de Moçambique e Rios de Sena, dirigida ao príncipe regente Dom João, no século XVIII, reclama que muitos súditos eram medíocres, degradados e de péssimos costumes (WAGNER, 2009, SANTOS, 1963).

Como apontava Eça de Queiroz (*apud* BOXER, 1992, p. 21), um século mais tarde, “plebe beata, suja e feroz”, proveniente das aldeias piscatórias do Algarve ou das remotas quintas montanhosas do Norte. Na sua maioria, eram portugueses oriundos das camadas baixas da nobreza, homens que decidiam entregar as suas vidas ao mar para fazer fortuna à serviço do Rei (CRUZ, [s.n]; NEWITT, 1997).

Vale lembrar que isso tudo aconteceu porque Portugal procurou induzir as pessoas que haviam cometido qualquer crime, ou mesmo contravenção, a embarcarem para Moçambique, em vez de irem para o cárcere. Por conta disso, a população de portugueses cresceu intensamente na Ilha de Moçambique, com um número razoável e disponível para administrar, pegar em armas e desenvolver o comércio; enfim, para exercerem atividades que garantissem a manutenção da Colônia (WAGNER, 2011a).

Desde os seus primórdios, a Ilha de Moçambique promoveu uma arquitetura esplendorosa, beneficiada pela técnica de construções adaptadas ao trópico, desenvolvida entre os séculos XVI e XVIII na África, Ásia e no Brasil. O que lhe deveu reconhecimento nos escritos do Padre Francisco Monclaro, em 1576⁸⁵, do frade dominicano João dos Santos,⁸⁶ em 1607, e do Frei Bartolomeu dos Mártires⁸⁷, em 1822, que declararam a Ilha de Moçambique como uma das mais belas cidades portuguesas da África Oriental, com belas igrejas, por exemplo: a igreja de Santo

feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rey da India”, um álbum com 20 aquarelas localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://lh3.ggpht.com/-igrwr1cjqq>>. Acesso em: 19 out. 2012.

⁸⁴ Vendedor ou entregador de jornais.

⁸⁵ Ver. Monclaro (1885).

⁸⁶ Ver. Santos (1999).

⁸⁷ Ver. Bartolomeu dos Mártires (1822-23).

Antônio (remonta o séc. XVI); de Nossa Senhora do Baluarte na fortaleza de São Bastião (1522); da Misericórdia (1556), atualmente Museu de Arte Sacra; e a de Nossa Senhora de Saúde (1633).

É possível verificar atualmente em quase toda Ilha uma variedade de elementos arquitetônicos significativos, resultante de um conjunto único de belezas monumentais que preenchem toda a Ilha de rica cor de singularidade: suas ruas estreitas, os largos, as praças, os monumentos, a vegetação, os sistemas de muros altos, que servem para transpor para os pátios sombras em torno dos quais se desenvolve a habitação, além das casas, pequenas e quadrangulares, de pau e pique viradas para o exterior.

Apesar de concentrar muitas igrejas na época, segundo Newitt (1997), a *urbe*, indiscutivelmente, nunca foi elevada à categoria episcopal⁸⁸, mesmo depois da transferência do poder pastoral de Sena para a Ilha (RODRIGUES, 2009e; 2001). Por exemplo, em 1824, os números oficiais indicavam a existência de 3.541 cristãos, quase todos inscritos nas paróquias da Ilha de Moçambique (NEWITT, 1997). Isto foi devido à relutância das autoridades imperiais, ficando a igreja sob o controle direto de Goa (Índia), o que atraía, de vez em quando, as atenções dos inquisidores goeses e a necessidade crescente de clemência e de catequese (RODRIGUES, 2007).

O valor estético da arquitetura da Ilha deve muito às suas influências híbridas: “ibéricas, islâmica, indiana e africana” (NEWITT, 1997). Isto sem falarmos do Hospital Real⁸⁹, construído em 1538. Rodrigues (2011, p. 17) escreve que “os dados apurados para o século XVII indicam que o Real Hospital da Ilha de Moçambique era o mais importante entre os hospitais do Estado da Índia e era o segundo maior depois do Hospital de Goa” (Índia).

Construído para proporcionar o diagnóstico e o atendimento aos doentes que respondiam aos desafios da carreira da Índia portuguesa⁹⁰, cada navio português que passava pela cidade deixava ali os seus enfermos. Por isso, as reminiscências do Oriente são flagrantes, sobretudo com edifícios que lembram Diu e a paisagem urbana

⁸⁸ Uma *urbe* que abrange várias paróquias e está sob autoridade espiritual de um bispo.

⁸⁹ Destruído pelos holandeses em 1607 e sendo restaurado em 1680, o hospital passou, ao longo da sua história, a ser designado por Hospital de S. João de Deus, Hospital Real Militar e Hospital Real Militar e Civil. Ver. Rodrigues (2001).

⁹⁰ A carreira da Índia compreendia essencialmente uma cadeia de fortalezas costeiras, desde o Cabo da Boa Esperança, Golfo Pérsico, Goa, Ásia, Macau, Japão e Timor. Ver. Gilbert (2002); Lettow-Vorbeck (2012); Newitt (1997); Boxer (1980, 1992); Godinho (1982); Serrão (1999); Roque (1999); Xavier (1959); Buchon (1997) e outros.

do sul de Portugal. Entre os séculos XV e XVIII, o império português estabeleceu-se essencialmente como uma talassocracia (governo dos mares), um império marítimo (BOXER, 1980).

Por isso, era comum o deslocamento de portugueses entre os vários domínios espalhados pelos oceanos, como Goa, Macau, Ilha de Moçambique etc. No início do século XVII, encontravam-se na Ilha de Moçambique aproximadamente 300 soldados instalados na guarnição, um número considerável de funcionários da Coroa e corpos de voluntários laicos, autorizados para exercer funções filantrópicas (NEWITT, 1997). Colocando em relevo não somente a aculturação urbana dos africanos aí residentes, mas também a produção dos espaços urbanos, resultantes de duas culturas urbanas: a católica e a maometana (TEIXEIRA, 1990; FREYRE, 1987).

A cidade teve a sua gênese com a edificação da fortaleza de São Gabriel, em 1507, concluída em 1508 (RODRIGUES, 2010). A responsabilidade da edificação ficou a cargo do feitor Duarte de Melo e do “Capitão Vasco Gomes de Abreu” (PIZARRO, 1997), que tinha como objetivo defender a parte norte da ilha dos ataques dos guerreiros africanos e de outros europeus (ingleses, franceses e, principalmente, dos holandeses).

Os ataques à cidade por mar foram frequentes, Newitt (1997, p. 123) assinala que, em 1607-1608, o forte de São Sebastião⁹¹, edificado em 1558/83 por mando do Rei Dom João III, foi destruído por holandeses e reconstruído nos anos seguintes, sendo finalizado apenas no século XVIII, tornando-se assim uma das maiores obras de arquitetura militar que “os portugueses alguma vez construíram no Oriente Africano” para defender-se contra os invasores. As suas imponentes fortificações sempre conseguiram afastar todo e qualquer intruso.

A Ilha de Moçambique, assim como Sofala e outras cidades dos primeiros três séculos da colonização portuguesa, seguiam o modelo urbano de cidades medievais, num período em que a arquitetura renascentista era bastante expressiva na Europa (SICHEL, 1972; DUBOIS, 1995; BURKE, 2008; JOHNSON, 2001; DELUMEAU, 1983).

Tanto Sofala como Ilha de Moçambique (Figura 4) eram, até o século

⁹¹ O Vice-Rei da Índia foi o intermediário da construção do forte e assumiu o risco da construção; o Capitão-Mor de Sofala, Fernão de Sousa de Távora, foi que transportou a planta da Índia para Moçambique.

XVIII, descritas pelos viajantes como cidades de arquitetura medieval⁹², onde reinavam sentimento de medo, insegurança e necessidade de defesa⁹³, que determinava a configuração da cidade, mas também refletia na disposição do espaço urbano e da sua forma⁹⁴.

Figura 4. Ilha de Moçambique, Palácio de São Paulo. Século XVIII, visto por mar.

Fonte: Henrique, Isabel (1998, p.41).

Os edifícios militares e religiosos foram as construções que mais caracterizaram a urbanização portuguesa nos primeiros três séculos da colonização. Porém, a necessidade defensiva fez com que a arquitetura militar (os fortes ou

⁹² Para uma comparação com as estruturas das cidades medievais, ver. Pirenne, 1962 [1927]; Berdiaeff, 1936; Le Goff, 1995. Le Goff (1982) afirma que a Idade Média foi a Idade histórica mais longa da humanidade, desde o século II ou III da nossa era até morrer lentamente sob os golpes da Revolução Industrial, no século XIX a 1880. Para Johan Huizinga (1924), o declínio da Idade Média se dá no século XIV e XV. Enquanto para Georges Duby (1992), a Idade Média foi entre 987-1460.

⁹³ Como o caso de ataque dos árabes de Mascate à Ilha de Moçambique, em 1669 e 1704. Ver. Antunes (2010) e Rodrigues (2013), que afirmam que os portugueses estabeleceram fortalezas nos anos quinhentistas devido à incapacidade dos mesmos de concorrer com outros comerciantes.

⁹⁴ Milton Santos escreve que a *forma* é o aspecto visível de uma coisa e pode ser uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de uma determinada função; no caso das fortalezas e muralhas, elas desempenhavam funções de proteção ou defesa contra o inimigo. Como diz Santos, cada forma é criada como resposta a uma necessidade ou função do presente. Ver. Santos, 1996.

fortaleza) sobrepujasse a religiosa⁹⁵. Os edifícios militares, religiosos e civis⁹⁶ foram orientados de Lisboa e Goa apenas para o interesse particular e específico da colonização. Vale lembrar que, ao longo da história de Portugal medievo, esses tipos de construção também foram considerados um elemento importante da urbanização (PEREIRA, 1998).

Convém também ressaltar que os fatores de êxito da Ilha de Moçambique no século XVIII podem ser identificados pelos seguintes motivos: o fim da jurisdição do Vice-Rei de Goa, transferida diretamente para Lisboa (1752); o fim do monopólio comercial dos Capitães⁹⁷ (em 1753) e a entrada do comércio de escravo na economia urbana, realizado por ricos armadores brasileiros, franceses, portugueses, entre outros por ser um entreposto obrigatório para as naus portuguesas a caminho da Índia (instrução de 1761) (CAPELA, 1987; 1988).

Nesse período, a cidade adquiriu traços arquitetônicos “manuelinos”⁹⁸ e “pombalinos”⁹⁹, com a funcionalidade dos edifícios e a racionalidade do traçado urbano (PORTELA, 2006). Como dissemos, foi no início do século XVIII que a Ilha de Moçambique modificou o seu curso de importância. Como aponta Eugênia Rodrigues (2010), a cidade tornou-se um dos principais centros urbanos de Moçambique, cumprindo um papel essencial no apoio à navegação das naus de carreira da Índia e servindo de plataforma de comércio internacional entre os portos de Moçambique, Goa e Lisboa. Surge assim uma situação urbana completamente nova, que vai se prolongar até aos finais do século XIX, quando a Ilha entrou em decadência, o que prejudicou enormemente a sua urbanização¹⁰⁰. Retomaremos esta questão mais tarde.

⁹⁵ A Ilha está provida de três fortalezas de arquitetura militar: São Sebastião, Santo Antônio e São Lourenço.

⁹⁶ Um dos *edifícios militares* é a Fortaleza de São Sebastião. Esta fortaleza é impressionante pela sua composição arquitetônica, pelo porte altivo e pela admirável adaptação ao terreno, além da sua apreciável dimensão pelas suas características, a par das grandes obras de arquitetura militar da sua época. Outras obras militares do período foram o Fortim de Santo Antônio, implantada no século XVIII, na contra costa da Ilha. Os *edifícios religiosos* foram: Capela da Nossa Senhora do Baluarte, fundada em 1522; Igreja São Sebastião; Capela de São Paulo; Igreja da Misericórdia; Convento de São Domingos, construídos entre 1577-1579; Igreja da Senhora da Saúde. Os *edifícios civis* foram: o palácio de São Paulo, construído pelos jesuítas; Hospital, erguido em 1877; Câmara Municipal, construída em 1781; Antigo Consulado Francês, localizado na contra costa junto à casa do Presidente da República; Escola de Arte e Ofícios, construída em 1778; Edifício da Alfândega, construído em 1791.

⁹⁷ Eram os capitães que determinavam quem podia negociar e o que negociar.

⁹⁸ Uma descrição significativa desta arquitetura é a Capela Nossa Senhora do Baluarte.

⁹⁹ Podem ver o palácio de São Paulo, na Ilha de Moçambique.

¹⁰⁰ Conviria aqui lembrar que a mudança de capital da Ilha para Lourenço Marques (1898) prejudicou o desenvolvimento da cidade e da sua elite.

Ao que tudo indica, o novo curso de urbanização da Ilha foi regularizado no século XVIII, com o estatuto do morador, que fixava os súditos portugueses com títulos individuais de propriedade. É interessante notar que, na época, os negros não eram contados como moradores, mas apenas os portugueses, sejam eles *reinóis* (os nascidos em Portugal), filhos da Índia, filhos da Capitania de Moçambique e Rios de Sena (os ditos naturais), afro-portugueses (os *muzungos*) ou filhos de Goa. (NEWITT, 1997; WAGNER, 2009; CAPELA, 2010).

Os moradores eram, na sua maioria, comerciantes que lutavam contra as hierarquias militares, com o intuito de se constituírem como uma corporação independente – que sempre viam ser recusados os seus pedidos junto à Coroa portuguesa. Em sete de maio de 1761, a Ilha de Moçambique foi elevada à categoria de *Vila*. A elevação abriu uma nova etapa na história da urbanização da Ilha, ordenada pelo artigo 43 do Decreto Régio¹⁰¹.

A ordenação como *Vila*, aumentou rapidamente a população de origem portuguesa e asiática, enquanto crescia em acelerado o número de escravos africanos (LOBATO, 1961; WAGNER, 2009; RODRIGUES, 1998). Somente em 19 de janeiro de 1763 é que conseguiram constituir a Ilha como *município*.

O Decreto de ordenação foi divulgado no Palácio da Nossa Senhora de Ajuda, em Lisboa, onde esteve presente o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínio Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Marques de Pombal e o Capitão-General da Praça de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, Calisto Rangel Pereira de Sá (WAGNER, 2011a). O documento prescrevia, no artigo 44, a criação e multiplicação de municípios em Moçambique. O Decreto entrou em vigor de fato, dois anos depois (1764), com a chegada do governador João de Pereira da Silva Barbosa (1763-1765)¹⁰².

Para Cabaço (2007), com a lei de municipalização, o Marques de Pombal pretendia romper com a predominância da igreja sobre o Estado colonial, com a expulsão dos jesuítas, fixando normas sobre a promoção social e o ensino. Estabelecendo a igualdade entre os vassalos perante ao Rei. Nascia assim, uma política de identidade para os habitantes da colônia. Instrumento jurídico de

¹⁰¹ A chamada *de instrução*, que englobava um conjunto de temas relativos à administração pública, aspectos financeiros, defesa militar, política, comércio e religião, por exemplo.

¹⁰² Quanto a data não há um consenso, os historiadores da Universidade Eduardo Mondlane, apontam 1762-1764, como o período de instalação do municipalismo em sete povoações (Ilha de Moçambique, Sofala, Tete, Sena, Quelimane, Inhambane e Ibo).

integração dos territórios coloniais à nação portuguesa. Todavia, percebe-se que foi uma decisão vertical, já que obedeceu a motivação dos portugueses, *os macroatores* – se assim podemos chamá-los –, aqueles que, de fora, determinaram as modalidades da vida urbana interna, tornando, portanto, a vida urbana estranha ao lugar¹⁰³.

Segundo Rodrigues (2008), a criação de *Municípios*¹⁰⁴ em Moçambique inspirou-se na experiência brasileira de Mendonça Furtado, que havia governado as províncias do Pará e do Maranhão. Todavia, o Decreto da criação dos Municípios era vago e remetia-se às ordenações ou leis em vigor em algumas capitanias do Brasil (WAGNER, 2009).

Em 1818, a Ilha de Moçambique foi elevada à *cidade*. Depois desta nomeação, a população urbana atingiu 2.450 homens livres e 5 ou 6 mil escravos (RODRIGUES, 2009e). Nenhum outro centro urbano (Sofala, Quelimane, Sena e Tete) – tinha alcançado a importância da Ilha de Moçambique (WAGNER, 2009), cuja localização facilitava o comércio com o interior e o escoamento de mercadorias para o exterior, o que permitiu que a cidade prosperasse em todos os ciclos comerciais.

Esse papel de destaque fez com que a Ilha de Moçambique fosse nomeada, em 19 de abril de 1752, como a capital de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, e em 17 de novembro de 1898, fosse elevada como capital de todas as terras de domínio português da costa africana oriental: Lourenço Marques, Zumbo, Luabo, Ibo, Manica, Amiza, Querimba, Cabaceira grande e pequena, Mossuril e Inhambane (XAVIER, 1959; WAGNER, 2009; MONTAURY, 1778; JONES, 1998; NEWITT, 1997; LOBATO, 1962.b; ARAÚJO, 1992; HOPPE, 1990; ANTUNES, 2006; LOBATO, 1996; TEIXEIRA, 1990; CAPÃO, 1988).

O Decreto Régio de 1761 elevava às categorias de *Município e Vila* todas as cidades acima citadas, com exceção de Luabo, Amiza, Querimba, Mossuril, Cabeceira Grande e Pequena, que permaneceram como Freguesias¹⁰⁵. Essas nomeações geraram conflitos por causa da escassez de população em muitos destes locais. Manica, por exemplo, foi indicada para a nomeação, mas foi excluída do processo. Zumbo, por sua vez, foi elevada a município sob o protesto dos moradores de Sena, que alegavam o número escasso de moradores do local. Outros centros

¹⁰³ Para uma discussão consciente e cautelosa sobre verticalidades e macroatores, ver. Santos (2000).

¹⁰⁴ Relembrando ao leitor, foi o Decreto Régio de 1761 que criou o municipalismo, dando privilégio aos súditos da colônia de gozar todos os direitos e prerrogativas legais de um cidadão do Reino.

¹⁰⁵ Divisão administrativa civil, que corresponde em Portugal a uma paróquia. Paróquia é uma subdivisão territorial que representa a localização de uma Diocese.

urbanos nomeados, como Sofala e Inhambane, não passavam de duas centenas de súditos portugueses (WAGNER, 2009).

Além disto, a história das cidades dos primeiros três séculos da colonização portuguesa em Moçambique nos leva a falar em uma hierarquia urbana, como observado por Braudel (2005), ao afirmar que em toda história da humanidade, as cidades constituíram-se em hierarquias. De ordem hierárquica crescente, podemos agrupar as cidades da Capitania de Moçambique e Rios de Sena e Sofala da seguinte forma: Ilha de Moçambique (capital); Tete, Sena, Quelimane, Sofala, inhambane, Zumbo e Ibo (municípios); Amiza, Querimba, Cabaceira Grande e Pequena, Mossuril, Luabo e Manica (Freguesia).

O poder de comando destas cidades provinha de Goa para a Ilha de Moçambique, e daí para as restantes cidades – processo este que ocorreu entre o período de 1505 até 1752, quando o ditame foi então formalmente transferido de Goa para Lisboa, como referimos anteriormente. Esta hierarquia urbana transformou-se em uma rede urbana nos séculos XVI-XVIII, que “precipitaram trocas, encadearam dinâmicas e foram verdadeiros transformadores elétricos” (BRAUDEL, 2005, p. 439), que iam das pequenas às grandes cidades: Sofala, Quelimane, Sena, Tete, Ilha de Moçambique.

As cidades da primeira idade colonial especializaram-se no comércio de ouro, marfim e escravos (Veja Mapa 3). As rotas comerciais constituíram a rede urbana dendrítica ou simples dos principais centros urbanos de Moçambique nos primeiros três séculos da colonização portuguesa. Esta rede formou-se graças à navegabilidade do rio Zambeze, que permitia um intenso fluxo de homens, informações, produtos, mercadorias (serviços imateriais e materiais), capitais e, por conseguinte, o intercâmbio com os mercados internos e externos.

Mapa 3. Rede urbana de maior importância de Moçambique no séc. XVII.

Fonte: Organizado por Rodrigues (2001, p.181).

Aliás, a interligação entre essas cidades era normalmente feita de barco à vela, especialmente por mercadores e comerciantes flutuantes que se deslocavam temporariamente para as feiras de ouro, marfim e escravos (RODRIGUES, 2008), como forma de abastecer o mercado interno e externo. Por exemplo, um comerciante ou mercador podia demorar de 12 a 15 dias na viagem de Quelimane a Sena, e de 15 a 20 dias de Sena para Tete (RODRIGUES, 2001). “Os mercadores que percorriam o vale do Zambeze seguiam uma de três rotas [...], quer partindo de Sena [...] quer partindo de Tete” (NEWITT, 1997, p. 61). A circulação operava-se numa velocidade lenta, levando em conta a configuração do rio Zambeze e os maus tempos¹⁰⁶.

Nunca é demais lembrar que as cidades dos Rios de Sena – Quelimane, Sena e Tete – eram, antes do século XVI, “cidades *swahilis*”, tal como foram Sofala e

¹⁰⁶ Mais tarde a navegação nesse espaço foi regulada, pelo Decreto de 18/5/1892 (Regulamento Geral de Navegação e de Trânsito de Mercadorias pelos Rios Zambeze e Chire).

Ilha de Moçambique. Como refere Newitt (1997), Angoche, Quelimane, Sena e Tete eram cidades geridas por ricos mercadores afro-islâmicos, que dependiam do comércio vindo do interior trazido pelas caravanas de mercadores, que alimentavam o comércio do Índico e também da agricultura praticada no *hinterland*. No século XVI, as “cidades swahílis”¹⁰⁷ cedem lugar às “cidades europeizadas”¹⁰⁸ (MENDES, 2011), o que originou uma segregação racial diferente da segregação swahílis, que até então ocorria principalmente em torno da religião e do poder econômico.

Porém, com a fixação portuguesa, este tipo de padrão inverteu-se: a segregação passou a ser racial, com os portugueses no “núcleo urbano” e uma massa de negros no entorno. Ao que tudo parece indicar a passagem da “cidade swahíl” para a portuguesa foi realizada por constantes guerras militares e comerciais entre portugueses e afro-islâmicos (ROCHA, 1987).

Como mais uma vez mostra Newitt (1997, p. 35), “os mercadores muçulmanos rivais, com quem os portugueses suspeitavam que não pudesse competir, seriam suprimidos”; e os portugueses, por sua vez, se assenhoreavam de seus espaços urbanos, de suas vias comerciais, clientes etc. (MENDES, 2011, p. 40). Isso pode ser notado, por exemplo, pelo fato de que, os swahílis da Ilha de Moçambique, depois da sua expulsão em 1507, foram viver em *Sacul*, ao norte da Ilha (NEWITT, 1997).

No século XVI, sob a dominação portuguesa, as cidades da capitania dos Rios de Sena¹⁰⁹ organizaram a sua vida econômica sobre a antiga economia dos afro-islâmicos. Como aponta Rodrigues (2001, p. 180), “os portugueses introduziram poucas modificações nas redes comerciais que ligavam a África Oriental à Índia, antes controlados pelos mercadores muçulmanos”. A usurpação portuguesa dos mercados foi, desde o século XVI, o elemento decisivo para a fixação permanente e formação da gênese da urbanização moçambicana, que provocou profundas transformações nos espaços urbanos, outrora pertencentes aos afro-islâmicos.

Estas transformações foram influenciadas pelas forças externas correspondentes a estratégia portuguesa mercantilista em fazer cada vez mais lucro

¹⁰⁷ Apesar da segregação residencial não ser um fenômeno que comece com os portugueses em Moçambique, na “cidade swahílis” ela se dava em termos socioculturais. Ver., por exemplo, a descrição de Macia e Torres (2001).

¹⁰⁸ Quer se dizer cidades com a presença de europeus.

¹⁰⁹ Rios de Sena foi uma capitania da colônia Portuguesa de Moçambique surgida em 1752 no vale do Rio Zambeze uma das três capitanias da colônia de Moçambique (com Ilha de Moçambique, Sofala e depois Tete). O naturalista português, Manuel Galvão da Silva, viajou pela região em 1787 e 1788 para angariar pagamentos de impostos entre os indígenas que reconheciam a soberania portuguesa, principalmente em Tete.

para a monarquia, que, entre os séculos XVI-XVIII, esteve ligada a três ciclos de exploração da economia urbana: primeiro, no século XVI, estimulada pelo comércio de ouro em Sofala; segundo, no século XVII, alavancada pelo comércio de marfim na Ilha de Moçambique; terceiro, no século XVIII, incentivado pelo comércio de escravos, que se tornou um fator importante de integração mundial e troca de fluxos de capitais entre os centros urbanos do mundo, principalmente os brasileiros, portugueses, indianos, entre outros (NEWITT, 1997; BOXER, 1982; LOBATO, 2000, RODRIGUES, 2001). A Coroa portuguesa sempre auferiu o máximo de lucro do tráfico de negros. Havia, por exemplo, os impostos de saída, de revenda de escravos e de transferência de escravos¹¹⁰.

Os três primeiros séculos da colonização portuguesa (XVI-XVIII), testemunharam a emergência de uma configuração urbana dual, ainda incipiente, resultante das relações raciais. Gerhard Liesegang (1989), ao estudar Sofala do século XVI, observou que os portugueses viviam separados dos afro-islâmicos, existindo um espaço dos portugueses vencedores e um espaço dos vencidos, os afro-islâmicos. Esta exclusão racial caracterizava-se também pelo controle rigoroso das atividades comerciais, políticas e de acesso a mercados de bens comerciáveis da época pelos portugueses¹¹¹.

Luís Antunes (2008), no seu artigo *Ilha de Moçambique: memória do patrimônio e do seu povo* mostra que, nos séculos XVIII e XIX, os portugueses viviam no sul da cidade em edifícios de pedra e cal, junto com chineses¹¹², *baneanes* e *goeses* cristãos – que eram os funcionários de baixo escalão (LIESEGANG, 1999b), chamados pelos portugueses de “Canarim” e “Gentios” e que trabalhavam, em sua maioria, como cozinheiros, cabeleireiros, sapateiros e alfaiates (WAGNER, 2009; PORTELLA, 2013).

Enquanto os portugueses se concentravam ao sul, os negros libertos e escravos viviam mais ao norte, em casas de palhotas ou *macuti* (folha de palmeira) e em péssimas condições de sobrevivência (PRIOR, 1819; MONCLARO, 1885; BASTIÃO, 2010; ANTUNES, 2008). O desenvolvimento da vida urbana ocorrerá em Moçambique à sombra dessa segregação racial. Um observador que viajasse por

¹¹⁰ Tais diagnósticos encontram-se também em Celso Furtado (2001).

¹¹¹ Esse bem se resumia a tecidos, porcelanas e vidros, entre outros.

¹¹² Estes chegaram à cidade em 1858, contratados para desempenhar os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, cabeleireiro, picador de pedras. Viviam em casas alugadas dos jesuítas e de outras congregações religiosas. Ver. Antunes (2008).

Moçambique urbano nos três primeiros séculos da colonização portuguesa constataria, como em nossos dias, um modelo de urbanização dual, diferenciando-se somente por uma divisão que coincidia com a discriminação racial (CABAÇO, 2007).

Como sabemos, a segregação urbana é um fenômeno que surge com a primeira cidade da História, ou seja, trata-se de um processo intrínseco da cidade¹¹³, o que muda é o seu padrão, desenho e conteúdo. Neste sentido, temos que reconhecer que a segregação urbana desenhada, de um lado, com casas de pedra e cal (no núcleo urbano) e, de outro, com casas de materiais precários (no entorno do núcleo urbano), existe em Moçambique desde o século XVI.

Esta polarização nasce com a gênese da urbanização moçambicana na primeira idade colonial. Em relação à Ilha de Moçambique vimos que: o deslocamento da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques (atual Maputo¹¹⁴), em 1898, fez com que a cidade e sua elite entrassem em decadência (CAHEN, 1994); ou melhor, fez com que a cidade parasse no tempo, tornando-se como uma catedral do passado, vazia (HOUDAYER, 1999).

A riqueza arquitetônica da Ilha pertence a uma miscigenação microcosmopolita de uma dimensão ímpar (GENTIL, 1999, FORJAZ, 1999). Mas, atualmente o seu fascínio que foi tão poderoso esconde a sua agonia (APA, 1999): até ao final do século XX, a Ilha de Moçambique (Foto 3) sofreu poucas transformações, permanecendo quase a mesma dos três primeiros séculos da colonização¹¹⁵.

¹¹³ Isso não significa que devemos deixar de lutar contra ela.

¹¹⁴ Maputo é o nome de um rio que desagua na baía do sul de Moçambique. Fernandes (2006), afirma que o nome do rio, provem de um regulado que situava na margem direita do mesmo, antes conhecido pelo Lisuto, Maputio ou Maputy, assim chamava-se o filho predileto do pedreiro regulado Nuagobe, que recebeu do pai extensa terras. O nome do Maputo, foi atribuído pelo Decreto – Lei nº 10/76 de 13 de março de 1976, o efeito da mudança, só passou a valer no dia 5 de fevereiro de 1976.

¹¹⁵ No início da década de 1990, a Ilha foi considerada *Patrimônio Cultural da Humanidade* pela UNESCO, por sua importância histórica e riqueza arquitetônica. Assim sendo, no dia 11 de dezembro de 2003, foi assinado entre o governo moçambicano e a UNESCO um memorando para financiamento da conservação da cidade. Houve em 2007 a oferta de um milhão e meio de dólares norte-americanos, provenientes do governo do Japão e da União das Cidades Capitais *Luso Afro Américo Asiáticos* (UCCLA), para restaurar os edifícios que se encontravam em mal estado de conservação (NEWITT, 1997). Ver. Também, por exemplo: Capão (1988); Lobato (1988); Lemos (1988); Swalbach (1988); Pereira (1988).

Foto 3. Uma parte da cidade de pedra e cal em ruína na Ilha de Moçambique.

Fonte: Henrique, Isabel (1998, p.35).

A verdade é que a Ilha de Moçambique é um complexo arquitetônico ímpar, rico em sua diversidade cultural, mas que está agora se arruinando. Nas palavras de Forjaz (1999, p.133), a cidade “já ‘morreu’ para o observador mais atento ao espírito mais profundo desta Ilha-cidade”. Para falar como Eclésia Bosi (1995), ficaram apenas as pedras da cidade que sustentam a sua memória. Quase toda a estrutura da chamada “cidade de pedra e cal” está abandonada; a sua reposição é efetivamente impossível, pelo menos no que diz respeito à reconstituição do tecido urbano. Os estudos realizados provam claramente que a cidade nunca voltará a ter a mesma estrutura, nem a mesma característica arquitetônica (FORJAZ, 1999).

1.3 Quelimane: a cidade de expansão da capitania dos Rios de Sena

Quelimane¹¹⁶, cidade portuária, ocupada pelos portugueses em 1530¹¹⁷, só aparece regularmente nos mapas dos portugueses em 1560 (NEWITT, 1997). Isto quer dizer que a sua importância cresceu lentamente, entre os *prazos* Inhassunje e Pepino (BRÁS, 2013). O termo *prazo* significa terreno da Coroa situado na região da Zambézia e alugada aos seus súditos por um período determinado de três gerações de descendência feminina — as chamadas *donas zambezianas*¹¹⁸ (BOXER, 1977; CHICHAVA, 2007; CAPELA, 1987).

Quelimane da primeira idade colonial localizava-se acerca de vinte quilômetros de distância em relação ao Oceano Índico, na margem esquerda do rio Qua Qua, um dos acessos ao rio Zambeze, conhecido também por rio *Cuama* ou dos *Bons Sinais* – este último nome atribuído pelo navegador português Vasco da Gama, na ocasião da sua passagem por Quelimane, em 1499.

A urbe foi o ponto de partida para a criação de novas cidades nas proximidades dos Rios de Sena ou Cuama, como por exemplo, as cidades de Sena (1531) e Tete (1545). Ou seja, dentro dessa realidade, pode-se considerar Quelimane como uma cidade de expansão da colonização dos Rios de Sena ou Cuama.

Ao tornar-se porto de entrada para o rio Zambeze e sua vasta área, a qual constituía objecto do monopólio régio do comércio, arrendado ao capitão de Moçambique ou gerido por instituições da coroa (Junta do Comércio e Conselho da Fazenda da Índia)¹¹⁹.

Uma das principais atividades administrativa era a gestão do porto, dirigido por um feitor do comércio, um dos principais funcionários a par do capitão-

¹¹⁶ Existem várias versões sobre a origem do nome da cidade. Uma versão aponta que o nome de Quelimane deriva das palavras inglesas *Killing Man* (mata homens), que teria evoluído para *Queli-Man*, pois esta zona de Moçambique estaria infectada de mosquitos transmissores da malária, o que ocasionou a morte de muitos das tripulações. Outra versão diz que o nome desta cidade vem da passagem de Vasco da Gama (1498) que, vendo algumas pessoas a cultivar a terra, perguntou em língua portuguesa como se chamava a terra; não entendendo a pergunta, algum dos locais teria dito *Kuliamani*, que significa: “Estamos a cultivar” (CABRAL, 1975).

¹¹⁷ Há inexistência de consenso quanto à data da fundação de Quelimane entre vários estudiosos, por exemplo: Francisco Maria Bordalo indica 1544; Maria Bendite de Araujo afirma ser entre 1513 e 1514, e Malyn Newitt aponta 1530.

¹¹⁸ Tete, Sena e Quelimane foram incorporadas ao sistema de *prazo* por volta de 1637. Ver. Rodrigues (2001). Sobre as donas, ver. Sorensen (1998). A concessão a pessoas do sexo feminino era a forma de atrair colonos para o casamento com mulheres assim dotadas.

¹¹⁹ Ver. O site: <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=823>> (Topônimos: Quelimane) apresenta um resumo sobre a vida urbana de Quelimane.

mor e juiz. Ele estava incumbido de encaminhar as fazendas para a feitoria de Sena e embarcar para a Ilha de Moçambique as remetidas daí. As ligações com a ilha ocorriam duas vezes por ano, na monção grande de abril/julho, quando se fazia a maior parte das trocas, e na monção pequena de outubro/novembro¹²⁰. No porto, as mercadorias eram transferidas para canoas que percorriam o rio. A entrada na sua difícil barra, com restingas de pedra e bancos de areia, exigia marinheiros experientes, os pilotos muçulmanos idos de Moçambique¹²¹.

A economia urbana da *urbe* começa a dar frutos no início do século XVII, com o comércio de marfim. Isto aconteceu porque antes do século XVII, como observa Eugénia Rodrigues (2001), inexistiam na cidade oportunidades econômicas que pudessem atrair maior número de portugueses, como Sena e Tete, onde os lucros de ouro e marfim eram altos.

Como outras cidades dos primeiros três séculos da colonização portuguesa, Quelimane teve a sua feitoria, no século XVI, cercada por paliçada de madeira, que ficou conhecida como *chuabo*¹²², que permitia que os moradores lutassem contra os seus inimigos sem que estes percebessem seus movimentos.

A documentação disponível mostra que, entre o século XVII e a primeira metade do século XVIII, residiam na cidade, reinóis e uma maioria goesa, mestiços de origem africana (os *muzungos*, também conhecidos por *afro-portugueses*), indianos e *filhos do país*¹²³ (CAPELA, 1987; RODRIGUES, 2001; ISAACMAN & ISAACMAN, 1991).

Estes moravam em duas dúzias de casas de madeira e taipa ao longo do rio, com quintais cercados por pomares e fortes paliçadas, cobertos de colmo, raramente de telha, porque faltava pedra na região e a humidade ameaçava os tijolos de adobe (RODRIGUES, 2009.c).

Na segunda metade do século XVIII, com a autonomia e liberdade comercial¹²⁴ decretada pela reforma pombalina, a cidade retornou a ampliar as suas oportunidades comerciais, aumentando o fluxo de barcos, o que exigiu a melhoria do porto, conhecido na época como Porto de São Martinho de Quelimane. (RODRIGUES, 2001).

¹²⁰ Com isso não quer dizer que não existissem contatos esporádicos.

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² Atualmente o termo designa a língua majoritariamente falada na cidade de Quelimane.

¹²³ Conforme descrito por Rodrigues (2011).

¹²⁴ Decreto da autonomia administrativa de Moçambique (19 de abril de 1752). Alvará de 29 de abril de 1755, que pôs fim ao monopólio da Administração Comercial da Coroa em Moçambique.

A localização privilegiada da cidade, em relação à costa marítima e à foz do rio Zambeze, facilitou a interseção comercial da capitania dos Rios de Sena, contribuindo para que surgisse uma elite mercantil, principalmente escravagista. O desenvolvimento dessa burguesia escravagista culminou com a institucionalização dos *Prazos* no século XVII, também conhecidos por Prazos da Coroa.

Um século depois, o panorama econômico da cidade alterou-se profundamente, tanto por causa da ascensão da classe senhorial, como por conta do planejamento e desenvolvimento mais coerentes defendidos pelo Decreto Régio de 9 de maio de 1763, que previa a alteração dos conteúdos normativos da cidade, como o delineamento das ruas largas e retas e a uniformização das casas, impulsionando assim, a atração de novos moradores, que passaram a contar com serviços escolares e médicos realizados por jesuítas e dominicanos.

Essas ordens religiosas eram a base para o desenvolvimento da catequese. Tratava-se, principalmente de catequizar os filhos dos moradores goeses. Como mostra Rodrigues (2009c), em Quelimane, existiam poucos reinóis e uma maioria de goeses.

Um atestado de cristianização das almas e de Quelimane, encontra-se no livro de memórias de João Baptista Montauray (1778), cujo pai foi governador dos Rios de Sena. Nos depoimentos dizia que na cidade residiam aproximadamente uns vinte portugueses ricos e bem estabelecidos, alguns indianos de Goa e *muzungos*, que possuíam casas-grandes de madeira, taipa e de tijolo, coberto de telha, colmo e mobiliado com objetos de luxo (RODRIGUES, 2009.c).

Adjacente às casas havia grandes quintais cercados por paliçadas, onde era possível encontrar palmares, hortaliças e pomares de laranjeiras, limoeiros, mangueiras etc. Estas casas traziam também anexos destinados aos escravos, conhecidos por *intembas* – figura 5¹²⁵. Montauray (1778) ainda diz que as paredes das casas se encontravam apoiadas em armações de madeira e de cana de um tom amarelado. Podemos observar na figura 5, casa de Quelimane - século XIX.

¹²⁵ Malyn Newitt (1997), no seu livro **História de Moçambique**, descreve-as como senzalas.

Figura 5. Casa de Quelimane de Correia Carvalho em 1887.

Fonte: Henrique, Isabel (1998, p.27).

As casas eram imitação das antigas casas aristocráticas do reino, enobrecidas pelos hábitos da ordem cristã que carregavam no seu *status* social – um contexto bem parecido com o do Nordeste brasileiro dos séculos XVII e XVIII. A arquitetura parecia muito com as das casas-grandes da *urbe*, entre os séculos XVIII e XIX, e seguiu o modelo brasileiro. Isso foi devido ao contato entre os mercadores *quelimanenses* com armadores brasileiros, com quem mantinham frequentes relações comerciais. Para ter uma ideia da intensidade do comércio, foram vendidos, entre “1814-1820, 7.497 escravos para o Rio de Janeiro; 2.678 para a Bahia; 3.267 para Pernambuco” (CAPELA, 1987, p. 155).

Além disso, em 1822, 14 navios brasileiros frequentaram a cidade (RODRIGUES, 2001) e muita gente fez fortuna na *urbe*, mudando-se definitivamente para o Brasil (CAPELA, 1987)¹²⁶.

¹²⁶ “Só em 1826 é que foi assinado o tratado anglo-brasileiro contra o tráfico e que a Inglaterra

A aparência da arquitetura luso-brasileira não ficava só no tamanho da casa, mas também nas localizações das casas de escravos. As fachadas das casas ficavam ao gosto dos proprietários, apresentando uma surpreendente monotonia; construídas, geralmente, pelas técnicas primitivas de parede de “pedra e barro”, “pedra e cal” ou “pau-pique”, “adobe” ou “taipa”. As salas da frente aproveitavam as aberturas para a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação natural dos cômodos. A circulação realizava-se, sobretudo, em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos.

A *urbe*, como já observamos, durante os séculos XVIII e XIX, foi uma cidade dos grandes “senhores escravocratas e ociosos”, na sua maioria *afro-portugueses*¹²⁷ – filhos dos amores das africanas, como asseverava Newitt (1997),¹²⁸ com os portugueses, que viviam praticamente da renda proveniente da caça e “venda de escravos” (CAPELA, 1987; LOBATO, 1962.c).

Como refere Newitt (1997, p. 123), “a influência dos *muzungos* pode ser descrita como o poder exercido pelas famílias abastadas com acesso aos mercados de capitais europeus e indianos [...]”. Além de Quelimane, os *muzungos* residiam também nas cidades de Sena, Tete e Sofala (NEWITT, 1997, p.123), onde ocuparam posições importantes na estrutura do poder urbano, principalmente nos municípios, porque, na grande maioria dos casos, os municípios dispunham de poucos portugueses: “só a custo de *quorum* necessário ao seu funcionamento” (NEWITT, 1997, p. 118), eram obrigados a delegar poderes aos *muzungos*, por acreditarem que estes fossem superiores aos negros.

Outro aspecto a ser considerado é que, diferentemente de outros territórios do Império colonial português, não foi introduzida nos municípios de Moçambique uma legislação restritiva de quem seria considerado morador elegível, ao contrário, por exemplo, de Goa (LOBATO, 1962a; RODRIGUES, 1998).

Eugénia Rodrigues (2009) notou que mesmo com a municipalização, nos finais do século XVIII, a cidade manteve-se como um conjunto de lotes, dispersos por dois ou três arruamentos irregulares e alargados. Esta organização se deve muito mais

ratificaria a 13 de março de 1827. O Brasil comprometia-se a abolição, a partir de 1830” (CAPELA, 1987, p. 129). Ver. também Pontoja (1989).

¹²⁷ Para uma história dos casamentos dos portugueses do reino com as filhas das chefaturas africanas, ver. Isaacman (1972).

¹²⁸ Na sua maioria africana, filhas de chefias locais. Devido aos casamentos interraciais, Quelimane, no século XVIII, tornou-se um ponto de prostituição e concubinato de mulheres negras com mercadores portugueses e indianos. Ver. Rodrigues (2000; 2009c).

por conta das intenções de alguns comerciantes que tinham saído de Portugal e Goa e da ampliação do mercado interno de escravos (resultante do aumento de moradores que se verificou no final do século XVIII), do que das normas urbanísticas pombalinas de 1763.

O crescimento da cidade girou em torno de algumas casas-grandes, instituições administrativas e religiosas, como edifício da Câmara Municipal, prisão, pelourinho (onde se castigava os escravos fugitivos e negros acusados de práticas ilícitas), feitoria de pedra, construção dos jesuítas (Igreja Nossa Senhora do Livramento e residência dos padres), construção dos dominicanos (Hospício) e algumas capelas.

Havia uma economia política da catequese que não pode ser menosprezada, sob o risco de sacrificar a obra espiritual de conversão dos moradores em cristãos. Ligado a esse fenômeno, portanto, vemos também um crescimento da população. Por exemplo, em 1776, o número de moradores portugueses rondava a uma centena e meia e no final do século atingiu duas centenas (RODRIGUES, 2001). Veja-se a tabela 1.

Tabela 1. População de Quelimane (1777-1822)¹²⁹ – segundo as relações de moradores.

Ano	Homem	Mulher	Total
1777	90	65	155
1782	100	60	160
1788	126	92	218
1790	131	101	232
1819	--	--	348
1822	--	--	348

Fonte: Rodrigues (2001, p. 204). Adaptado por autor em 2015. Os traços significam que não existe dados.

O comércio de escravo demonstrou, desde os séculos XVIII e XIX, ser uma das condições primordiais de sobrevivência da elite escravocrata *quelimanense*. Por exemplo, entre 1814 a 1820, o porto de São Martinho de Quelimane exportou mais de 15.055 escravos para diversas partes do mundo, principalmente para as ilhas

¹²⁹ O crescimento demográfico, de 1777 a 1822, foi acompanhado de variação, resultado do processo de colonização e do povoamento no interior da região dos Rios de Sena.

francesas do Índico (como São Lourenço, atual Madagascar), do Atlântico (como as Ilhas das Antilhas), Brasil e Estados Unidos da América.

Com a transformação da Ilha de Moçambique como o principal mercado de escravo, bem como a decadência da captura de escravos na segunda metade do século XIX, a cidade foi obrigada, pelas mudanças estruturais da época, a reestruturar a sua economia urbana. Aproveitando-se do fato da região ser muito fértil e bem irrigada, e valendo-se de mão de obra escrava, a cidade concentrou-se no comércio de cereais (RODRIGUES, 2001).

O comércio de cereais contribuiu para libertar grandes parcelas de capital fixo e fez pressão no mercado de terra para agricultura, acelerando ainda mais a diferenciação econômica entre os Senhores quelimanenses.

Os cereais eram muito procurados nas cidades vizinhas, como: Ilha de Moçambique, Tete e Sena para responder aos desafios do crescimento demográfico de Moçambique e dos Rios de Sena e de um mercado urbano de escravos, que concentrava milhares de homens nos portos e navios negreiros para a exportação.

Como a viagem era longa, havia então a necessidade de comprar cereais para alimentá-los nos exíguos compartimentos dos navios. E era menos lucrativo para a elite *quelimanense* caçar e vender escravos – que se esgotavam na região do vale do Zambeze – do que ter de concorrer com grandes “Estados Africanos Escravocratas”, como os estados dos *Yaos (Mataca, Mtalica, Makanjila e Jalasi)*, *Xeicados de Quitangonha, Sacul e Sultano de Angoche*.

1.4. Sena: a primeira capital dos Rios de Sena

Sena (Foto 4), cidade portuária fluvial, foi a primeira capital política dos Rios de Sena ou Cuama. A sua fundação é datada de 1531, em torno de uma feitoria erguida na margem direita do rio Zambeze, entre as planícies aluviais próximo à confluência do rio Shire (RODRIGUES, 2009a). Antes do século XVI, como apontamos, Sena era uma cidade de abastados mercadores *afro-islâmicos*, fundada por estes com o intuito de explorar o comércio do algodão de *Shire*¹³⁰. Quando foi ocupada pelos portugueses, os afro-islâmicos foram obrigados a se instalar a um “tiro

¹³⁰ Tecido de algodão produzido localmente.

de canhão¹³¹ da matriz principal da cidade (NEWITT, 1997).

Foto 4. Pórtico da fortaleza de Sena.

Fonte: Sena [São Marçal de]¹³². Reproduzido num postal de 1920.

Sena, ao contrário de Quelimane, foi desde o princípio um centro atrativo para os colonos portugueses. A sua localização intermediária entre Quelimane e Tete possibilitou que aí se estabelecesse um assentamento urbano próspero, baseado principalmente no comércio de escravos. A renda proveniente do trabalho e do tráfico de escravos permitiu a construção de casas luxuosas. João Baptista de Montaury (1778), escrevendo em meados do século XVIII, observa que a casa mais importante de Sena era a de Dona Inês, que detinha de 6 a 7 mil escravos.

Além desta, havia a casa de Martinho Mendes, com 500 escravos; a de

¹³¹ Aproximadamente 100 km.

¹³² Disponível em: <www.hpip.org/def/pt>. Acesso em: 12 out. 2012. A fortaleza acima apresentada foi construída em 1704. A manutenção da infraestrutura estava a cargo de vários colonos, que competiam entre si, cada um cuidando de um bastião. O forte foi destruído em 1718, por causa de uma briga iniciada entre esposas de dois moradores. Foi preciso esperar quase meio século para que novas infraestruturas fossem construídas. Ver. Newitt (1997). Sobre os conflitos entre famílias em Sena, ver. Rodrigues (2003).

António José Perreira Salema, com 400 escravos; a de Diogo Pereira, com 200 escravos; de Agostinho Viegas de Brito, com 800 escravos; e a de Bento da Cunha Rego, com 600 escravos (MONTAURY, 1778). A lista poderia ser maior, mas o que expusemos é o suficiente para dar uma ideia da riqueza dos moradores de Sena nos finais do século XVIII.

Foi com razão que o observador da época, Montauray (1778), afirmou que as pessoas de Sena eram luxuosas, tanto na forma como tratavam os seus iguais quanto no modo de vestir. Os cuidados com a saúde e educação da cidade foram confiados, respectivamente, aos frades dominicanos e aos padres jesuítas. Na escola, contavam com crianças portuguesas, chinesas, javanesas, crianças vindas de Malabar e Ceilão (NEWITT, 1997).

As ordens religiosas foram importantes para a realização dos serviços de utilidade social e responsáveis pela construção de boa parte dos edifícios públicos da cidade, como conventos, escolas, a confraria (que funcionava como hospedaria), a Santa Casa de Misericórdia (que amparava velhos, viúvas e órfãos), capelas e igrejas.

A importância da estrutura religiosa no desenvolvimento de sua vida urbana fez de Sena “a capital religiosa” de Moçambique e Rios de Sena até a expulsão da ordem dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal. Apesar de Sena nunca ter sido declarada oficialmente a sede episcopal de Moçambique e Rios de Sena (NEWITT, 1997), decorreu dessa situação uma completa subordinação das várias igrejas existentes do território ao domínio de Sena (MANSO, 1999).

A prosperidade econômica de Sena, associada aos serviços sociais prestados pela Igreja Católica, fez com que a cidade se tornasse, no século XVIII, um polo atrativo para novos moradores. Apesar da promessa de prosperidade, Sena carecia de uma bela paisagem arquitetônica, o que fez com que alguns colonos protestassem horrorizados com o que encontravam. Ainda assim, era vista como uma cidade de futuro (NEWITT, 1997).

Sena foi elevada à categoria de município em 1763; mas logo em seguida a cidade entrou em decadência pela fraca dinâmica comercial e, principalmente, por situar-se num local de extrema insalubridade. Vários cronistas da época (MONTAURY, 1778; MONTEZ, 1969; MIRANDA, 1955), relatam sobre este aspecto do local: alguns atribuíam ao fato da cidade estar situada entre colinas que a mergulhavam na sombra no período da manhã e no final da tarde; outros culpavam os cadáveres dos elefantes abatidos para retirar os marfins, que passaram a envenenar a

atmosfera; outros, ainda, relacionavam o problema à água estagnada dos pântanos, dos quais se retiravam a cal e o barro para a construção dos edifícios¹³³.

Apesar dessa questão, a população de Sena tinha costumes de ferver a água antes de consumir, fato que levou Newitt (1997, p. 136) a perguntar quantas cidades europeias tinham, neste período, a “precaução de ferver a água”. No século XVIII, escrevia Caetano Carvalho Montez, na sua obra “*Sena, Forte de São Marçal*” (1969), que a mortalidade infantil na cidade era pelo menos quatro vezes superior à registrada na cidade de Tete. E, existia na cidade, em 1766, cerca de três mil casas de escravos e empregados domésticos em torno de casas pertencentes aos senhores escravagistas (MIRANDA, 1955).

Em 1767, a capital dos Rios de Sena (Figura 6), foi transferida de Sena para Tete, motivada pelo novo impulso que o comércio do ouro ganhava ao norte do Zambeze (MIRANDA, 1995). No entanto, a insegurança também estimulou a transferência, pois Tete vinha sofrendo incursões de guerreiros africanos, principalmente a pressão militar dos *Chonas-Karangas*¹³⁴ sobre os prazos da região e sobre as caravanas comerciais que ligavam Tete a Zumbo (RODRIGUES, 2009.d).

O novo ciclo do comércio de ouro favoreceu para que Zumbo, a feira de ouro, se tornasse município em 21 de junho de 1764. A economia mineira da urbe incentivou um novo ciclo migratório de portugueses, atraídos pela possibilidade de fazer fortuna. Com efeito, a prosperidade atraiu um elevado número de moradores, sobretudo goeses, que para aí se deslocaram com as suas famílias e escravos (RODRIGUES, 2009).

¹³³ Para informações sobre a insalubridade de Sena, reporto-me a Newitt (1997).

¹³⁴ Povos que viviam no *Estado africano de “Munhumutapa”* (cf. MUDENGE, 1988), ou *Mwenemutapa* ou *Monomotapa* (atual Zimbabué), onde existia o *Grande Zimbabué* — uma cidade construída em rocha granítica, uma das mais misteriosas cidades africanas pré-coloniais, que existiu entre os séculos XI e XV. Construída próximo a um importante jazigo de ouro, a cidade teria, em seu apogeu, cerca de 16 mil habitantes vivendo em complexos e ornamentados edifícios de pedra, protegidos por uma muralha sem argamassa, que abrigava espaços residenciais, religiosos, administrativos e de justiça (*Symbaöe* — formado por uma colina com 22 metros de altura). Ver. Mendes (2011).

Figura 6. Sena em 1881.

Fonte: Henrique, Isabel (1998, p.28).

Em meados do século XVIII, residiam em Sena 80 moradores e mais 478 escravos cristianizados. Algumas casas, construídas provavelmente na segunda metade do século, eram de pedra, com extensos quintais e protegidas por cercas. Os dominicanos, que cuidavam da igreja de Nossa Senhora dos Remédios, exerceram sempre uma grande influência sobre o destino da povoação. Com o declínio da produção de ouro, em 1788, o município de Zumbo foi transferido para a *Península de Mucariva*, na região de *Lenge*, um território cedido em 1768 aos portugueses pelo chefe local *Mburuma*, então *Chicumby*¹³⁵.

O missionário escocês e explorador da África Austral, David Livingstone (1813-1873), encontrou as ruínas de Zumbo em 1856, cujos vestígios foram estudados na década de 1960 por Desmond Clark (RODRIGUES, 2009b). Referimos antes à importância que Zumbo teve tanto para Tete, quanto para Sena. Em 1817, a capitania de Sena foi abolida e o Governo dos Rios foi dividido em duas cidades (Tete e Quelimane), voltando-se a se unirem em 1829. Em 1853, separaram-se outra vez, sendo Sena colocada como o distrito de Quelimane. (WAGNER, 2009; 2011.b;

¹³⁵ Atualmente, localiza-se na Província de Tete, no Distrito de Zumbo. O termo Província é equivalente a Estado no Brasil.

NEWITT, 1997).

1.5 Tete: a última capital dos Rios de Sena

A vida urbana de Tete, só teve grande importância nos três primeiros séculos da colonização portuguesa em Moçambique. A cidade, um porto fluvial do rio Zambeze, próximo à confluência do rio Luenha, era o ponto de partida de caravanas para as feiras de ouro da região (RODRIGUES, 2009d). Sua localização facilitava a comunicação com as áreas de mineração no interior e a navegação para o litoral. Isso fez com que Tete se tornasse no século XVIII, principal centro urbano das cidades dos Rios de Sena.

A *urbe* (Figura 7, adiante), foi erguida em 1545, numa elevação rochosa próxima do rio Zambeze. As habitações eram, em geral, construídas de pedra unida com terra amassada e cobertas de telhas ou palha, espalhadas sem arruamentos regulares. Junto a essas casas encontrava-se a fortaleza de São Tiago Maior, que foi construída com a implantação da cidade. A sua construção terminou em 1686, ampliada em 1942; não obstante, o seu traçado inicial foi alterado em 1879 (RODRIGUES, 2009.d).

Tete localizava-se numa região de muitas resistências dos nativos à ocupação colonial, em especial da oposição das chefaturas africanas, obtida mediante solidariedade horizontal, cuja natureza era a resistência contra os colonos portugueses. Nesse contexto, foram erguidas várias fortalezas: a de São Miguel, construída em 1785 por António de Melo e Castro (antigo governador dos Rios de Sena) e a de Dom Luís, em 1785.

As fortalezas significaram em Tete, como em outras cidades dos primeiros tempos da colonização portuguesa em Moçambique, o principal símbolo urbano da estruturação urbana, superando em sua importância as igrejas. No início do século XVIII, a população de Tete era caracterizada pelo grande número de escravos casados, estimados como bons soldados, que moravam nos arredores das casas dos seus senhores escravocratas – que eram de pedras, cobertas de telhas barro por conta da abundância desses materiais na região (CAPELA, 1987).

Figura 7. Cidade de Tete na primeira idade colonial.

Fonte: Henrique, Isabel (1998, p.29).

Nessa altura, a cidade ainda desobedecia qualquer ordenamento. Só na segunda metade do século XVIII, assistiu mudanças importantes no seu estatuto administrativo, que se refletiu no ordenamento do espaço e na reabilitação do muro que a cercava (RODRIGUES, 2009d). Nessa época, Tete contava com edifícios públicos: um hospital com cirurgião, um arsenal militar, uma prisão e a residência do governador (NEWITT, 1997), além de algumas casas-grandes à semelhança das casas de Sena e Quelimane, pertencentes às “Donas heroínas” do vale do Zambeze (RODRIGUES, 2000; CAPELA, 1995; ISAACMAN, 1972).

O crescimento significativo de Tete, entre os séculos XVII e XVIII, deveu-se a três principais fatores: primeiro, a economia extrativa do ouro abriu um ciclo migratório de portugueses e indianos para a *urbe*, dada a sua localização estratégica, próxima a áreas produtoras do ouro; segundo, a institucionalização de Tete como capital dos Rios de Sena (1767), o que permitiu a presença de companhia de soldados e serviços de forte e, terceiro, o recebimento do estatuto de Vila, no dia 31 de maio de 1764, norma jurídica que reforçou a construção de edifícios públicos e

a introdução de serviços urbanos (THOMAS, 2008; RODRIGUES, 2009.d).

Mas foi principalmente a mineração e comercialização do ouro de *Zumbo, Massapa, Luanze, Bokuto, Dambarare, Chipiriviri, Urupande, Matapfunya, Ongoé ou Maramuca, Maxinga, Bive, Mano e Mixonga* (RODRIGUES, 2009d) que impulsionou a vida urbana de Tete. Apesar dessa precedência, as atividades dos moradores iam além da participação no comércio e na mineração (RODRIGUES, 2009d).

A mineração atraiu centenas de aventureiros e comerciantes portugueses e indianos, impulsionando o crescimento demográfico, estimulando a atividade econômica e o estilo de vida urbana híbrida (ocidental, africana e oriental). Os homens de Tete faziam questão de circularem com *machilas*¹³⁶ pela cidade, enquanto as mulheres circulavam de *coxim* de leito ou sofá sem costas e sem braços, composto de colchão fino, carregado por donzelas escravas (MIRANDA, 1955).

As mulheres *tentenses* eram, na sua maioria, de origem afro-portuguesas e portadoras de uma cultura urbana híbrida (de descendência europeia e africana). Por exemplo, Capela (1987;1995), mostra que elas praticavam ardentemente a superstição e fervorosamente o catolicismo, servindo-se na época de duas igrejas: uma que servia de matriz, a casa conventual de São Domingos, e a outra, a igreja do Espírito Santo, na residência dos jesuítas¹³⁷. De qualquer modo, é preciso compreender que o uso de uma “cultura urbana híbrida” (português-nativa) era determinado pelo contato permanente que os portugueses e afro-portugueses estavam sujeitos no meio urbano onde viviam. Tinham empregados ou parentes nativos; por isso, muitos adotavam uma “cultura híbrida” para solucionar muitos dos problemas fundamentais da vida cotidiana da época.

Como assinala Cabaço (2007), a mestiçagem de sangue se constituiu, nesta época, como estratégia de consolidação e preservação do poder patriacal, em concomitância com a escassez de população feminina branca proveniente de Portugal ou de Goa.

Tete era uma pequena *urbe*, mas importante, com o seu relevante porto. Considerada alma dos Rios de Sena e também centro que ligava vários pontos de

¹³⁶ Espécie de liteira em que a pessoa podia estar sentada ou deitada, utilizada pelos brancos para locomover-se.

¹³⁷ Porém, após a entrada dos jesuítas na região, em 1610. Ao contrário do que sucedera no período anterior, a cidade agregou mais cinco igrejas nas imediações do núcleo urbano, com o intuito de catequizar os negros: São Pedro, São Paulo; Madre de Deus; São Miguel e Nossa Senhora dos Prazeres. Ver. Rodrigues (2009d).

mineração. Sob a forma de ponto de interseção de economia extrativa, entrou em curso uma fase nova do desenvolvimento de Tete que apresentava, na primeira metade do século XVIII, ruas de aspecto uniforme, com casas térreas de porão alto, com duas a quatro águas, alinhadas sobre o limite do rio Zambeze. Este tipo de traço arquitetônico é passível de ser observado atualmente na Ilha de Moçambique, Maputo, Inhambane, Tete e em outras cidades do País.

Atualmente, conhecemos várias casas no bairro Josina Machel. Bem características são também as casas que compõem a parte posterior do edifício dos correios de Moçambique, próximo ao rio Zambeze – além do salão nobre do município de Tete, cuja fisionomia é inteiramente dos tempos coloniais do século XVIII. O fato é que, naquela época, este tipo de habitação era padronizado em Tete, na opinião de Nestor Goulart Reis Filhos (1976), este esquema arquitetônico tem origem no urbanismo medieval-renascentista português.

Para terminar este capítulo, de uma forma modesta, pensamos ter esclarecido alguns pontos controvertidos sobre a gênese da urbanização moçambicana que, para certos compatriotas, teve início no século XIX e XX. Ao contrário do que se defende, procuramos mostrar que a urbanização moçambicana teve a sua gênese no século XVI.

Embora pese a deficiência das estatísticas oficiais em medi-la, há diversos autores, como citamos no decorrer do capítulo, que descrevem as infraestruturas sociais, políticas, econômicas e físicas das primeiras cidades, que, por sua vez, justificam e asseguram a existência de um processo de urbanização.

Sobre a gênese da urbanização moçambicana, pode-se afirmar que a sua economia urbana se realizou primeiramente sob o regime da economia do ouro, nos séculos XVI-XVII (1505-1693), posteriormente sob o regime da economia de marfim, nos séculos XVII-XVIII (1693-1762) e, finalmente, sob o regime da economia do comércio de escravos, nos séculos XVIII-XIX (1762-1836)¹³⁸, tudo isso circunscrito aos limites de um “Moçambique arquipélago”¹³⁹ – situado ao sul, entre a baía de Lourenço Marques, ao centro, com Sofala, Quelimane, Tete e Sena, e ao norte, com a Ilha de Moçambique –, Ilhas de Quirimbas¹⁴⁰ até Ibo¹⁴¹. Portanto, a gênese da

¹³⁸ Para um conhecimento detalhado sobre o tráfico de escravo, ver Capela (1988).

¹³⁹ Essas cidades encontravam-se localizadas na forma de um conjunto de ilhas próximas umas das outras, por isso achamos justo denominar tal conjunto de “Moçambique arquipélago”.

¹⁴⁰ Para um panorama geral sobre a Ilha de Quirimba, ver Torres (1993).

¹⁴¹ A principal Ilha do Arquipélago das Quirimbas ou de Cabo Delegado, composto por 31 ilhas.

urbanização moçambicana tem a sua concretização nos centros urbanos apresentados neste capítulo.

Desejamos concluí-lo insistindo no seguinte aspecto: a gênese da urbanização moçambicana foi impulsionada pela cobiça dos metais preciosos por parte dos portugueses. Nesse sentido, a esperança de encontrá-los no território que conhecemos atualmente como Moçambique jogou um papel importante no interesse de estabelecer um núcleo estável de população portuguesa. Portugal compreendeu que a única saída estava na fixação permanente, “atraídos pelas perspectivas do ouro, foram se fixando a partir do mar para o interior (sertão), senhoreando terras e pessoas para isto utilizando todos os meios disponíveis, desde a negociação à conquista por meios bélicos” (CABAÇO, 2007, p. 73).

Como consequência, Moçambique passou a constituir uma retaguarda comercial para alimentar a expansão imperial. Da colônia saíam ouro e marfim que eram encaminhados à Índia, a fim de adquirir-se especiarias, como a canela, o gengibre e a pimenta para alimentar a procura no mercado europeu. Mas tarde, os portugueses penetraram no mercado de escravos, fornecendo braços de origem moçambicana, principalmente aos escravocratas das américas, recebendo, em contrapartida, produtos manufaturados. Essas atividades comerciais geraram na colônia algumas atividades urbanizadoras em torno da feitoria, verdadeiro elemento estruturante do processo da urbanização da época.

Na sua maioria, as cidades dos primeiros três séculos da colonização portuguesa (XVI-XVIII) foram “cidades feitorias”, que se organizavam ao redor dos seguintes elementos: “feitoria-fortaleza” – *a matriz*, a igreja, o pelourinho, a casa do feitor, do comandante, a câmara, a santa casa de misericórdia – com as suas múltiplas funções, desde a promoção dos interesses locais junto à Coroa, à assistência aos governadores, bispos, magistrados e passageiros que não podiam assegurar as suas despesas de hospedagem, até o atendimento aos pobres, doentes, presos, idosos etc., (Figura 8)¹⁴².

¹⁴² Sobre as misericórdias de Moçambique, ver. Rodrigues (2007).

Figura 8. Padrão da segregação socioespacial nas cidades da primeira idade colonial. Começo do século XVI até ao final do século XVIII.

Fonte: elaborado pelo Celso Júnior (2015).

É deste tipo de organização urbana que derivou a configuração da dualidade urbana em termos de implantação de infraestrutura física e social, numa “cidade-feitoria”, onde os portugueses controlavam e exerciam as atividades mercantilistas da época, a *urbe* era composta por edifícios habitacionais, religiosos, militares e administrativos, enquanto no seu entorno habitavam os negros escravos que forneciam os seus serviços ao núcleo de uma forma mais tênue e esporádica. Uma divisão do trabalho e do espaço urbano segregado.

Foi dentro deste esquema de segregação urbana que se organizou a gênese da urbanização colonial moçambicana.

CAPÍTULO II

DO PESO MÍNIMO AO MÉDIO DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA

Denominamos este capítulo “do peso mínimo ao peso médio da urbanização moçambicana” dando ênfase à quantidade de centros urbanos existentes no processo da ocupação efetiva do território que atualmente conhecemos como Moçambique, com seus limites fronteiriços na parte sul da África. A implantação da cultura urbana europeia era, até no século XVIII, territorializada em uma pequena porção de terra do que chamamos de “*Moçambique arquipélago*”. O espaço urbanizado circunscrevia ao litoral – situado ao sul, entre a baía de Lourenço Marques, ao centro, Sofala, Quelimane, Tete e Sena, e ao norte Ilha de Moçambique –, Ilhas de Quirimbas até Ibo.

Convém esclarecer ao leitor que o termo “do peso mínimo ao peso médio da urbanização moçambicana” não é um conceito; estamos apenas a caracterizar a urbanização da época, tanto em termos qualitativo e quantitativo, como: o aumento da população colona na cidade, qualidade de padrões de urbanização, estratificação social e outros aspectos que incidem na complexidade da vida urbana.

Colocada essa premissa, gostaríamos de manifestar ainda a precaução quanto ao próprio assunto. A investigação limita-se à segunda idade colonial, que começa com a Conferência de Berlim (15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885)¹⁴³ e se desenvolve a partir do ano de 1907, quando a capital moçambicana foi transferida oficialmente do norte (da Ilha de Moçambique) para o sul (Lourenço

¹⁴³ A ideia desta “conferência internacional era de resolver os conflitos territoriais engendrados pelas atividades dos países europeus na região do Congo e foi lançada por iniciativa de Portugal, mas retomada mais tarde por Bismarck [...]” (UZOIGWE, 2010, p. 33). Cf. Também, por exemplo, o texto de Arnaut [s/d], que refere que participaram da Conferência de Berlim: “S. M. Imperador da Alemanha, Rei da Prússia; S. M. Imperador da Áustria, Rei da Boêmia etc., e Rei apostólico da Hungria; S. M. Rei dos belgas; S. M. Rei da Dinamarca; S. M. Rei da Espanha; o Presidente dos Estados Unidos da América; o Presidente da República Francesa; S. M. Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda, Imperatriz das Índias; S. M. Rei da Itália; S. M. Rei dos Países Baixos, Grão-Duque de Luxemburgo etc.; e S. M. Rei de Portugal e de Algarves etc.; S. M. Imperador de toda a Rússia; S. M. Rei da Suécia e Noruega etc.; e S. M. Imperador dos Otomanos”. Como diz José Cabaço, a Conferência de Berlim constitui qualquer que seja a interpretação, pedra fundamental do estabelecimento do poder colonial que viria a caracterizar a ocupação total de África no século XX. Ver. Cabaço (2007).

Marques, atual Maputo)¹⁴⁴ até 1930 – período em que Portugal estabelece em Moçambique algumas bases do seu “nacionalismo econômico”, na tentativa de colocar a seu serviço a economia moçambicana (HEDGES; ROCHA, 1999.a).

Não restam dúvidas que as cidades da segunda idade colonial foram “cidades militares”, porque resultaram da política portuguesa de “ocupação efetiva”¹⁴⁵ para fazer representar a soberania colonial; ou seja, foram cidades que apareceram como circunscrições¹⁴⁶, comandos ou postos militares para ocupar e dominar efetivamente o território em questão. O impacto dessa colonização fez com que surgissem novas cidades decorrentes de umas práxis urbanísticas, resultante de um corpo teórico da engenharia militar¹⁴⁷, do qual resultaram infraestruturas urbanas emanadas da racionalidade inferior (esforço coletivo dos colonos locais) e superior (do discurso pragmático de Lisboa).

Essas cidades cumpriram o papel de responder os fluxos de capitais, armamentos, soldados, mercadorias e colonos que incidiram sobre o espaço geográfico (Moçambique). A atuação de Portugal não diferia de outros países europeus, que, no bojo do imperialismo, visavam empossar novos territórios para explorar uma parte crescente dos recursos.

Dentro do contexto europeu, Portugal, como diz Cabaço (2007), diante de uma crise socioeconômica que caracterizava a formação do capitalismo, apercebeu-se que os territórios de ultramar, em especial os africanos, seriam a salvação para assegurar a mão de obra abundante nas colônias e integrá-lo paulatinamente no sistema econômico de então. Para isso, Portugal procurou incrementar a sua política de “ocupação efetiva” através de uma política mista de governo direto e indireto, como se pode ver adiante no mapa 4.

¹⁴⁴ A Ilha de Moçambique foi capital da colônia até 1898.

¹⁴⁵ Como mostramos essa política foi decidida na Conferência de Berlim por Reino Unido, Portugal, Itália, França, Bélgica e Espanha.

¹⁴⁶ Este termo será esclarecido mais adiante.

¹⁴⁷ Convém lembrar que o curso de Engenharia Militar em Portugal passa, em 1894, a ser reforçados pelo Decreto de 23 de agosto, tratando da criação de disciplinas de matérias, sua resistência e processo geral de construção. Em 1911, o curso de Engenharia Militar passou a ter dois anos em vez de quatro. Ver. Decreto de 26 de maio de 1911.

Mapa 4. Divisão administrativa de Moçambique em 1910.

Fonte: Adaptado de Cruz (2014), por autor. (Sem escala).

Como o governo português não podia povoar demograficamente Moçambique, porque inexistia em Portugal uma população abundante, capaz de ocupar um território nove vezes superior ao do seu país e não possuía capacidade econômica para estimular a migração de colonos e militares expedicionários, os poucos portugueses existentes eram, *grosso modo*, os condenados que cumpriam penas no ultramar e militares de carreira em serviço na Ilha de Moçambique. Também porque também inexistia, na época, uma migração regular de colonos para a África. O elemento numérico de súditos existente em Moçambique era na sua maioria mestiça, os conhecidos por *afro-portugueses* e os indianos *baneanes*, ligados ao anterior regime colonial (NEWITT, 1997).

Para ter uma ideia em 1910, existiam 6.000 portugueses e em 1918, a população colona atingiria cerca de 11.000 pessoas. Esta situação mostra que Portugal estava já num dilema: como aponta a historiadora Inês Nogueira da Costa (1989), Portugal ficou numa situação embaraçosa, muito mais complicada do que na ocasião da Conferência de Berlim, na qual Portugal defendia o direito de “ocupação histórica” em substituição a “ocupação efetiva”, também defendida pelas grandes potências, especialmente a Inglaterra, que exigia de Portugal um potencial de homens e capitais que o país indispunha. Com isso, para diminuir os custos da “ocupação efetiva”, Portugal optou por ceder dois terços do território moçambicano a duas *Companhias majestáticas* (Companhia de Moçambique e do Niassa ou *Nyassa*)¹⁴⁸ e uma *arrendatária* (Companhia da Zambézia).

Se atentarmos para a compreensão da urbanização da segunda idade colonial, veremos que a decisão de “ocupação efetiva” do território moçambicano integrou o país ao mercado internacional, desta vez não com o fornecimento de escravos, mas por meio de trabalhos forçados na produção da monocultura (copra, chá, sisal, cana de açúcar, entre outros), realizados pelas *companhias* e o governo colonial, estabelecendo assim relações verticalizadas entre o local (zona produtora) e o global (mercado). Foi por intermédio desta política de compensação econômica que Moçambique, com uma área de cerca de 801.590 quilômetros quadrados, se viu retalhado, subjugado e efetivamente ocupado por Portugal, um país economicamente atrasado em relação a seus congêneres imperialistas.

As Companhias Majestáticas, também conhecidas por Companhias Privilegiadas ou Companhias de Carta (do inglês, *Company Chartered*), eram entidades privadas, com autonomia administrativa e financeira, portadoras de direito de organizar forças militares e paramilitares. Parafraseando a historiadora moçambicana, Inês Nogueira da Costa (1989), as companhias eram Estados dentro de outro Estado; ou melhor, verdadeiros vetores das *verticalidades* (forças externas) da racionalidade portuguesa de “ocupação efetiva”.

Milton Santos (2002b) demonstrou que as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior que disciplina e cria obediência; foi justamente o que se sucedeu com a implantação das companhias em Moçambique. O mapa 5, apresentado

¹⁴⁸ O alvará da Companhia de Moçambique foi de 1891 a 1941, enquanto que do Niassa foi 1894 a 1929.

anteriormente, identifica as principais divisões administrativas de Moçambique na década de 1900. As atuais províncias de Manica e Sofala passaram a ser administradas pela Companhia de Moçambique¹⁴⁹. As províncias do Niassa e de Cabo Delgado ficaram sob o comando da Companhia do Niassa.

As províncias de Tete e da Zambézia foram submetidas a uma administração conjunta, Estado português e Companhia da Zambézia, que arrendavam algumas terras da antiga Capitania dos Rios de Sena. “A província de Nampula e o território ao Sul do rio Save (Maputo, Gaza e Inhambane) ficaram sob administração direta do Estado português” (ROCHA, 1999, p. 1-2).¹⁵⁰

Surpreendentemente, porém, tem havido muito menos atenção empírica a este período por parte de pesquisadores que estudam a urbanização moçambicana¹⁵¹. A que isso se deve? É bastante difícil saber. Pensamos como apontamos no primeiro capítulo, que os estudiosos da urbanização do país estão mais preocupados em descrever e analisar situações recentes, esquecendo que os problemas atuais têm origem histórica. Embora nem todos os problemas recentes se expliquem pelo passado colonial, todavia, é importante a presença dessa memória como ponto de partida, para entendermos assim a complexidade dessa urbanização e podermos questionar, com objetividade, a direção atual do processo e aquilatar os desafios da urbanização.

Neste sentido, torna-se também interessante questionar: que tipo de urbanização o colonialismo visava construir? E a quem servia?¹⁵² Entretanto, as interpretações aqui desenvolvidas contêm generalizações¹⁵³. Por consenso, a

¹⁴⁹ Manica (Vila Pery) e Sofala (cidade da Beira), separados em 1942, pelo Decreto nº 31896.

¹⁵⁰ As companhias criadas em Moçambique tiveram como exemplo as *Companhias das Índias Orientais*, criadas por Filipe II da Espanha, em 1587. Em 1600, 1602 e 1664 foram criadas companhias com o mesmo nome da anterior, mas, uma inglesa, outra holandesa e, ainda, outra francesa. Em 1676, foi criada a Companhia do Cacheu e Rios da Guiné e, em 1690, a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que só comerciava escravos. Em 1694, aparece uma Nova Companhia da Índia e, em 1755, o Marquês de Pombal criou a Companhia de Grão Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Todas estas companhias gozavam de privilégios especiais, de forma a serem encorajadas a arriscarem os seus capitais nos perigos das navegações e do comércio. Uma das suas missões era apaziguar os régulos insubmissos nas suas zonas de ação e, para isso, dispunham de forças armadas próprias, ver. Sousa (2014).

¹⁵¹ Com exceção do trabalho de Rui Mendes (2011), que permite a compreensão do processo da estruturação do território moçambicano através da constituição das cidades de Maputo, Beira, Nampula e Pemba.

¹⁵² Para compreender o que estou dizendo, basta ver, a obra, **Educação, cultura e ideologia em Moçambique, 1975-1985** (em busca de fundamentos filosóficos antropológicos), de Brazão Mazula (1993).

¹⁵³ Claro que muita coisa importante ficou de fora, mas pensa-se que o essencial consta para que se compreenda por que é que a urbanização moçambicana se constituiu em uma urbanização dual.

geografia urbana moçambicana admite, em geral, que a urbanização moçambicana se formou a partir de princípios de segregação racial, que produziu exclusão social, política e econômica, gerando uma urbanização dual.

Uma urbanização “cortada em dois”, como mencionamos no capítulo I: por um lado, os bairros organizados em planta ortogonal, com ruas expressas e diversos edifícios verticais; e, de outro lado, bairros aparentemente desorganizados, insalubres, que se expandem de forma horizontal, quase sem ordenamento e sem infraestruturas urbanas, com uma teia de ruas estreitas e avenidas tortuosas, sem asfalto ou mal pavimentadas – o que torna difícil falar de uma malha urbana linear. Por certo, ninguém discorda da tese. Essa interpretação, que é verdadeira, torna o nosso estudo de importância decisiva para mostrar como se deu este processo na segunda idade colonial e de que implicações derivam.

O capítulo está dividido em quatro tópicos, nos quais estão apresentadas as questões que, direta ou indiretamente, são essenciais para a compreensão do processo da formação da urbanização moçambicana da segunda idade colonial, a saber: o primeiro tópico – a formação da urbanização moçambicana no território da Companhia de Moçambique; o segundo – a formação da urbanização moçambicana no território da Companhia de Niassa; o terceiro – a formação da urbanização moçambicana nos territórios da administração direta do governo colonial; e o quarto e último tópico – a formação da urbanização moçambicana no território da Companhia da Zambézia.

Todos os tópicos são, em linhas gerais, os eixos pelos quais nos esforçamos em desenvolver os nossos argumentos, procurando enfatizar o “peso” das Companhias e do governo colonial no período considerado (1885-1930). Ao fazermos isso, buscamos estabelecer as possíveis conexões que contribuem para uma interpretação.

2.1 A formação da urbanização no território da Companhia de Moçambique

A ocupação urbana das novas terras moçambicanas constitui um episódio da política portuguesa da “ocupação efetiva”. Trata-se, como mencionamos, de uma urbanização que teve origem diferente da Ocidental, provocada especialmente pela

industrialização – como fora o caso da Inglaterra, França, Alemanha, entre outros países ocidentais que haviam alcançado um elevado grau de industrialização no século XIX, quando a partilha da África fora anunciada como forma de expansão dos mercados europeus.

A maior parte das cidades moçambicanas foi basicamente fundada como episódio dessa obra ingente. Exemplo dessa realidade pode ser encontrado na fundação da cidade da Beira, que surgiu no interior do território da Companhia de Moçambique, primeiramente, como posto militar e, posteriormente, como sede do comando militar de *Aruângua*¹⁵⁴ (AMARAL, 1969; COSTA, 1939; COSTA, 1989).

A *urbe* foi fundada pela companhia de Joaquim Carlos Paiva de Andrada¹⁵⁵, um Capitão português de artilharia, que chegou a patente militar de Tenente Coronel, conhecido também por *Mafambisse*¹⁵⁶, que recebeu o alvará do governo português em 1888 para extrair minérios nos distritos de Sofala e Manica. As concessões da companhia foram modificadas e alargadas por decretos posteriores de 1891, 1893 e 1897, dilatando a autonomia de cobrar tributação (imposto de palhota ou *mussoco*)¹⁵⁷ – que foi inclusive uma das rendas importantes da companhia, tornando-se, em 1900, o seu segundo ativo (CUNHA, 1925; LIMA, 1999.a; DIREITO, 2012).

A companhia efetuava também a concessão mineira a pequenas companhias, emitia moeda e selos postais, tinha a obrigação de construir infraestruturas sociais e físicas (cidades, vias, estrada de ferro, pontes, escolas, hospitais, telégrafo, bancos e outras instituições de créditos), submeter ao governo os tratados e convenções celebrados com os *régulos*¹⁵⁸, respeitar os tratados efetuados entre o governo português e outras colônias, organizar forças policiais e militares, estabelecer no território mil famílias de colonos, manter os regimes municipais e implementá-los em outras regiões e, sempre que a condição permitisse, usar a bandeira portuguesa, a qual poderia juntar com outros distintivos.

Em troca, o Estado colonial receberia uma pacificação do território – lembrando que as revoltas contra a administração portuguesa foram quase

¹⁵⁴ O termo parece vir de *Lângua*, nome que figura em algumas cartas e é o que os nativos costumavam dar aos cursos temporários das águas, que se formam nos terrenos baixos durante as épocas das inundações. Ver. Lemos (1989).

¹⁵⁵ Segundo Fernandes (2006), o nome correto é “Andrada”, muitas das vezes encontra-se nos textos escrito, “Andrade”.

¹⁵⁶ Pessoa que anda muito a pé.

¹⁵⁷ Cada palhota (casa) devia pagar um imposto em dinheiro ou gênero alimentício.

¹⁵⁸ Chefias locais.

endêmicas¹⁵⁹ na região central de Moçambique, atingindo o seu apogeu com o fim da rebelião de Barué¹⁶⁰, em 1920. Além disso, a companhia cedia ao Estado colonial 10% de todas as receitas produzidas por ano, mas reduzia a porcentagem dos lucros líquidos para 2,5%, taxa que se elevaria para 5%, quando os lucros fossem superiores a 10%, e ficava também obrigada a pagar metade das despesas judiciais e eclesiásticas da região (COSTA, 1989; NEWITT, 1997; MOSCA, 2005).

Tais condições efetivaram a fundação da cidade da Beira. O nome dado à cidade foi uma homenagem ao príncipe herdeiro do trono de Portugal, nascido na cidade portuguesa da Beira, Dom Luis Filipe, filho primogênito de Dom Carlos I, que foi o primeiro membro da família real a visitar a urbe em 1907 (AMARAL, 1969). Neste momento, Beira¹⁶¹ é município localizado na região central da costa oriental moçambicana, capital da província de Sofala, importante terminal rodoviário e ferroviário da região central de Moçambique e dos países da *hinterland*, como Zimbábue, Zâmbia e Malawi (AMARAL, 1969; MUCHANGOS, 1989).

É a “segunda maior *urbe* de país, do ponto de vista urbanístico e arquitetônico é uma das mais interessantes, complexa e arrojada” cidade (MENDES, 2011, p.315). Segundo Liesegang (1989), é a continuação de Sofala num outro espaço e tempo, a cidade da primeira idade colonial que havíamos salientado no primeiro capítulo. Pode-se notar que Beira tem a mesma origem das demais cidades moçambicanas da época: fruto da reorganização geopolítica ocasionado pela “ocupação efetiva da África”, ela foi criada a 19 de agosto de 1887¹⁶² em *Banguè ou Bangoè*, no leste do riacho *Chiveve*, próximo ao mar, como comando militar¹⁶³, batizado com o nome de quartel de *Aruângua* (ver. Foto 5), subordinado ao distrito de Sofala (*Chiloane*) e chefiado pelo tenente Luis Ignácio de Assumpção.

¹⁵⁹ Os guerreiros locais atacavam simultaneamente e saqueavam os postos da Companhia de Moçambique. Ver. Newitt (1997).

¹⁶⁰ Barué, após a campanha de pacificação de 1902, foi integrado ao distrito de Tete, pelo Decreto n°31896. Mas tarde foi integrado nos territórios de Manica e Sofala.

¹⁶¹ A urbe encontra-se situada a 1.216 km de distância rodoviária em relação a capital Maputo e 720 km em linha reta (distância aérea).

¹⁶² Beira foi instituída pela Portaria ° 303, de julho de 1887, como povoação (lugar povoado, sem estatuto de vila e cidade), ver. Roque (1989); Lemos (1989b); José (1989b) e MAE (2002).

¹⁶³ Segundo Fernandes (2006), onde foi erguido o quartel, era próximo a única propriedade de João Eduardo Coelho Barata, arrendatário do Prazo de *Chirigoma*.

Foto 5. Interior do comando militar de Aruângua / Beira – 1889.

Fonte: Liesegang, (1989, p. 45).

No contíguo do quartel foi construída uma casa de 15 por 8 metros, com material local e “alguma caixilharia provavelmente fornecida a partir de Chiloane” (LIESEGANG, 1989, p. 47). Contudo, pode-se considerar o momento da inauguração do comando militar de *Aruângua* como o ponto de partida da “evolução urbana”¹⁶⁴ da cidade da Beira. A partir daquele momento, a cidade estava começando a tornar-se uma realidade, tendo em seu centro o quartel, para ser mais específico, o gerador da estruturação urbana, o elemento primário da urbanização moçambicana da segunda idade colonial, embora alguns dos quartéis com poucos ou muitos soldados; ou seja, com pequena ou grande dimensão, o quartel constituiu o elemento importante de implementação de infraestrutura física e social, que assegurou a produção e reprodução do assentamento urbano de Moçambique, consubstanciando primeiro entorno dele ou do posto militar.

No início, correspondeu a um traçado irregular com edificação efêmera e nativa, tipo palhota, feita de troncos de árvores e caniço, enunciado por armação de

¹⁶⁴ Sobre o conceito de evolução urbana, ver. Abreu (2008).

varas. Usava-se também o barro “maticado” para proteger a construção¹⁶⁵. A telha, o cimento e o tijolo eram, na época, materiais raros, uma vez que tinham que ser importados de Lisboa – o que significava que o seu uso estava muito circunscrito apenas a alguns edifícios existentes nas cidades da primeira idade colonial, por excelência na Ilha de Moçambique.

Mas tarde, adotaram-se os planos de urbanização diretamente ligados ao modelo de urbanização ocidental, principalmente de Lisboa, resultante de uma política municipal de obras públicas, cuja implantação de infraestrutura física e social estava suportada dentro de um traçado regular, que disciplinava os quarteirões em linhas horizontais com mesma métrica e lógica via/quarteirão.

Este processo foi se dando paulatinamente com a substancialização de construções de alvenaria de um ou dois pisos¹⁶⁶, com ou sem terraço, abraçado por varanda. Mesmo depois do fim dos altos cargos militares (*Comissário-régio*)¹⁶⁷, em 1907, Moçambique continuou sendo administrada por uma “estrutura militar”¹⁶⁸, que foi substituída gradualmente por civis, com a entrada em funcionamento da Escola Colonial em Lisboa, que tinha como objetivo criar uma hierarquia administrativa. Os civis foram assumindo cada vez mais funções governamentais a partir da década de 1930, até Antônio de Oliveira Salazar se livrar completamente do pessoal militar na administração pública (NEWITT, 1977). Por isso, é correto chamar as cidades desta época de “cidades militares”.

Voltando aos primeiros dois anos da fundação do comando militar de *Aruângua* (Beira), 1889, foram construídas na vizinhança palhoças dispersas, onde residiam os negros que forneciam serviços braçais¹⁶⁹ ao comando militar (SOPA, 1989; LIESEGANG, 1989; COSTA, 1937; MENDES, 2011), como se pode ver na

¹⁶⁵ Pode-se ver a edição especial do **Arquivo Histórico de Moçambique**, nº6, dedicado a Beira e pode ver também Moraes (2013). Este último autor, mostra a construção inicial do Hospital de Lourenço Marques (atualmente Hospital Central) e do quartel do Alto Maé (atualmente Quartel General), que na época começaram por ser implantados como barracões.

¹⁶⁶ As cumeeiras eram elevadas, tipo suíço, o que possibilitava a existência de caixa-de-ar interior para ventilação superior.

¹⁶⁷ Antônio Enes (1896-5) e Mouzinho de Albuquerque (1896-7). Só para citar alguns Governadores de Moçambique que foram militares: Augusto de Castilho (1885-1889); José Joaquim de Almeida (1889-1889); João A. B das Neves Ferreira (1889-1890); Joaquim José Machado (1890-1891) (1900-1900) (1914-1915), três vezes governador de Moçambique. Mesmo a nível distrital eram os militares que comandavam, temos o exemplo do Tenente Francisco Isidro Gorjão Moura, governador do distrito de Manica em 1894.

¹⁶⁸ Por “estrutura militar”, entende-se por um conjunto de oficiais militares, que segundo a sua posição hierárquica, tinham uma ocupação administrativa na máquina burocrática colonial.

¹⁶⁹ Sobre a questão de mão-de-obra negra, ver. Ennes, 1946; Sampaio, 1910; Galvão, 1925; Frei de Andrade, 1926 e Lacerda, 1929.

foto 6. Foi a partir deste momento que se constata na Beira a distribuição desigual do espaço, quer do ponto de vista construído quer do ponto de vista social. De um lado, bairros para negros e, de outro lado, para brancos.

Foto 6. Vista parcial do bairro negro da Aruângua (Bângoê) / Beira – 1889.

Fonte: Liesegang, (1989, p. 40).

A estrutura urbana segregacionista da *Aruângua* (Beira), se formou sobre o mar (Foto7), nas duas margens do *Chiveve*. Na margem esquerda foram construídas residências, edifícios administrativos e comerciais, enquanto que, na margem direita do mesmo rio foram erguidas as seguintes infraestruturas: o porto, a central de caminhos de ferro e todos os edifícios dependentes da Companhia de Moçambique. Esta configuração urbana respondia ao relatório de Paiva de Andrada, que considerava urgente a ocupação efetiva daquela região em vista da garantia de vantagens estratégicas, como: a existência de granito e quartzo no seu subsolo, a navegabilidade do *Chiveve*, ou estuário da *Aruângua*, atualmente mais conhecido atualmente por *Punguê* (MUHATE, 1989).

Foto 7. Vista parcial do mar do núcleo urbano de Aruângua/Beira – 1889.

Fonte: Costa (1989, p. 69). Vista da Companhia de Moçambique na margem direita do Chiveve (MUCHANGOS, 1994, p. 25).

O povoado logo de início parecia condenado a um destino breve e trágico. Na época das chuvas, todo o terreno de *Aruângua* (Beira) ficava coberto de água: o local onde se tinha instalado o núcleo urbano era um terreno abaixo do nível do mar, permanentemente invadido pelas águas do oceano, tornando-se um lameiro e gerando, com isso, umidade e pestilências (SOPA, 1989).

Aruângua, assim como Lourenço Marques/Maputo, constituiu um desafio à vontade e ao engenho dos seus criadores, seja por conta das diversidades com as quais se depararam para fixar, construir e expandir essas cidades, seja em vista dos primeiros momentos de povoamento, que foram particularmente difíceis para os colonos – que demonstraram, por sua vez, resistência e teimosia para com a “mãe natureza” (MENDES, 2011).

Entre 1889 e 1890 foi elaborado o primeiro plano de urbanização¹⁷⁰ de *Aruângua/Beira* pela Companhia de Moçambique e, no ano seguinte, estabeleceu-se aí, em volta do comando militar, casas de madeira e zinco (Foto 8), construídas a molde local (AMARAL, 1969), uma alfândega e uma escola para a elite.

Foto 8. Interior da *Aruângua/Beira* nos finais do século XIX.

Fonte: Cortesia da Winterton Collection of East African Photographs, Melville J. Herskovits Library of African Studies, Northwestern University, Evanston (*apud* MENDES, 2011, p. 322).

A verdadeira transformação urbana de *Aruângua* ocorreu entre 1891 e 1912¹⁷¹, quando recebeu o estatuto de cidade e passou-se a chamar Beira (1907), com o aparecimento de hotéis, mais de uma dezena de empresas de importação e exportação de capital inglês, agências de seguro e navegação marítima, dezenas de lojas de tecidos e moda, empreiteiros públicos, mercearias, armazéns, padarias, açougues, restaurantes, dezenas de bares, farmácias e drogarias, tabacaria, dezenas de pequenas oficinas de artesãos e prestadores de serviços: ferreiros, alfaiates, barbeiros, ourives, relojoeiros, carroceiros, fotógrafos e, naturalmente, uma empresa funerária.

¹⁷⁰ Segundo Mendes (2011), o plano desapareceu.

¹⁷¹ Em 1891, encontravam-se na Beira 700 habitantes e contava-se 949 casas em 1910, 3.400 habitantes e em 1928, o número ascendeu a 20.000 habitantes, ver. Mendoças (2013).

Esses serviços criaram uma economia urbana que subverteu quase por completo a paisagem urbana da Beira.

Para resumir a transformação pelo que passou Beira, voltemos um pouco mais a nossa análise para os finais do século XIX. Em 1892, a Companhia, percebendo o crescimento urbano e a nova paisagem urbana, preocupou-se em dotar Beira de uma planta racional, que apresentava traçados ortogonais e os futuros bairros, onde as casas estariam construídas de modo uniforme, dimensão e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com edifícios vizinhos, revelando assim, uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, dotar a *urbe* com uma aparência portuguesa. Convém esclarecer que antes de 1892, Beira era uma pequena *urbe* (Foto 9, adiante), com poucas casas, construídas em ferro ondulado, distribuídas entre o largo Luís Inácio e a alfândega.

Para pôr em prática a nova organização urbana, a Companhia de Moçambique, foram sendo realizados aterros das antigas ruas (como a Praça do Conselheiro Almeida e Largo Luis Inácio – atual metical), das ruas do mercado (Correia de Brito, Valsassina e do bairro da Ponta Gêa) e das avenidas D. Carlos e D. Amélia.

Para resumir a transformação pelo que passou Beira, voltemos um pouco mais a nossa análise para os finais do século XIX. Em 1892, a Companhia, percebendo o crescimento urbano e a nova paisagem urbana, preocupou-se em dotar Beira de uma planta racional, que apresentava traçados ortogonais e os futuros bairros, onde as casas estariam construídas de modo uniforme, dimensão e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com edifícios vizinhos, revelando assim, uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, dotar a cidade de Beira com uma aparência portuguesa.

Foto 9. Beira nos finais do séc. XIX (Detalhe).

Fonte: Cortesia da Winterton Collection of East African Photographs, Melville J. Herskovits Library of African Studies, Northwestern University, Evanston (*apud* MENDES, 2011, p. 321).

Nesta época também foi reforçada a barreira que protegia as investidas das águas do mar ao núcleo urbano. A primeira infraestrutura de defesa foi de estaca de mangal ligado por varas horizontais que protegiam esporões perpendiculares de 33 metros, e a segunda, quatro anos depois (1896), foi de alvenaria¹⁷².

A renovação urbana da Beira permitiu o crescimento do núcleo urbano, principalmente da área comercial, bem como o sucessivo afastamento das águas de *Chiveve* para o seu leito natural e o desaparecimento progressivo da parte pantanosa (SOPA, 1989). Enquanto isso, o projeto urbanístico da Beira de 1889 apresentava ruas que contavam com os principais serviços urbanos (como alfândegas, capitania do porto, hospital, quartel), em direção aos futuros bairros de Ponta Gêa, Manga, Maquinino, Macuti etc. Contudo, mais tarde, entre 1906-1911, aumentavam-se as avenidas na Beira: Bocage, Andrade, D. Amélia, D. Carlos, Luis Inácio, Marques fontes, Pinto Basto, Coronel Coutinho entre outras. Em 1907, a cidade contava com

¹⁷² Escrevemos isso porque até atualmente Beira tem sofrido problemas de erosão costeira.

34 ruas, 6 avenidas, 4 praças, 1 largo e 16 travessas, mantendo os arruamentos semelhantes aos de 1900.

E ao mesmo tempo, terminava-se a construção da sede da Companhia de Moçambique, o edifício da estação dos Caminhos de Ferro (CF), o matadouro e alguns armazéns de importantes empresas de prestação de serviços (SOPA, 1989). O crescimento de infraestruturas sociais e físicas foi acompanhado por um crescimento demográfico. Por exemplo, em 1900, a população branca da Beira correspondia a 1.445 pessoas; em 1898, a sua população situava em 4.223 habitantes, destes 1.772 eram europeus¹⁷³. E em 1910, a população da Beira situava-se aproximadamente a 6.665 habitantes, tendo a população europeia diminuindo para 860¹⁷⁴.

Em 1911, a população atinge os 3.400 habitantes, dos quais 649 eram portugueses e 242 ingleses; ou seja, um quarto da população com poder decisório era inglesa, o que demonstra a importância do capital inglês no desenvolvimento urbano da cidade. Nesta época circulava a libra esterlina, emitida pelo Banco da Beira, criaram-se hotéis, bares e instalações desportivas à imagem inglesa (ENNES, 1971; NEWITT, 1997; MENDES, 2011).

Ao que parece, a raiz da urbanização beirense foi impulsionada pela planta de 1898 (Figura 9), que previa a ligação entre as duas margens, com a construção de diversas pontes que facilitavam a travessia dos transeuntes e mercadorias, apesar de pagarem pedágio, a partir de 1909. Beira cresceu com problema de água potável, era impossível, na época, encontrar nas suas proximidades fontes naturais capazes de lhe abastecer.

¹⁷³ Precisa-se prestar atenção às estatísticas da época, uma vez que a maioria da população era flutuante.

¹⁷⁴ A população pode ter diminuído em virtude da atração de Lourenço Marques que crescia rapidamente como a capital de Moçambique.

Figura 9. Projeto de loteamento da Beira (1898).

Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique (2011), reproduzido de Luís Silveira (*apud* MENDES, 2011, p. 323). Legenda 1, 2 e 3 sendo os lugares da expansão dos bairros negros.

As nascentes conhecidas do bairro da Manga e Dondo eram insuficientes para o consumo. O sistema de fornecimento era feito por meio das águas das chuvas, acumuladas nos telhados e canalizadas por um sistema de calhas que as armazenavam em cisternas ou tanques de ferro da Companhia, que tinham a capacidade para três ou quatro mil litros¹⁷⁵, adquiridos dos telhados dos seus edifícios, nomeadamente mercado, alfândega, hospital Rainha D. Amélia, quartel da Polícia Militar e acampamento dos negros¹⁷⁶.

Em face da crise de água potável, construíram-se na cidade, em 1924, 163 cisternas, 490 tanques, 126 poços particulares e 18 públicos, que permitiam o uso diário mínimo de 19 litros para afazeres domésticos. No período de seca, os tanques eram cheios pelo trabalho dos negros. Só no princípio da terceira idade colonial que Beira ganhou um projeto definitivo, capaz de fornecer um abastecimento de água

¹⁷⁵ A companhia em 1898 vendia água potável no recinto das obras públicas e no hospital. Água das chuvas era vendida ao preço de 100 Réis o garrafão. A água captada nos telhados dos bairros de Ponta Gêa, custava 30 réis. Para maior detalhe ver. Sopa (1989, nas páginas 110-115).

¹⁷⁶ Conhecido acampamento indígena, era um galpão construído para recrutar os negros para os trabalhos da companhia ou outras empresas.

potável regular, que vigora até atualmente.

Falaremos sobre isso no próximo capítulo, quando abordarmos as mudanças na paisagem e na malha urbana das cidades moçambicanas na terceira idade colonial. Enquanto isto, a extensão do núcleo urbano continuava a crescer com edifícios, quer do lado esquerdo, quer do direito do *Chiveve*.

Segundo Sopa (1989, p. 79), em 1892, existiam 122 casas construídas, com mais de 30 candeeiros públicos a petróleo; este número era superior ao de 1889, onde existiam apenas dois candeeiros grandes na residência do comandante militar e oito postes nas ruas principais (entre a alfândega e o Largo Luis Inácio); no ano seguinte montaram mais 50 e, assim, sucessivamente.

Em 1896, chegava a 246; em 1910, subia para 469. Neste último ano, foram realizadas experiências para a implantação da iluminação elétrica pública na cidade, oferecendo o serviço às empresas e a particulares. Por causa de acidentes domésticos causados pela má utilização da eletricidade, os serviços urbanos da Beira publicaram, em 1917, o regulamento para a instalação elétrica para consumidores particulares e coletivos, no qual se normatizavam todos os aspectos técnicos, desde a montagem, condutores, circuitos, quadros de distribuição etc. Esta novidade técnica atraía cada vez mais consumidores.

No entanto, o material existente de fornecimento de energia elétrica agastava-se em virtude do crescimento galopante da urbe. Neste mesmo ano, foi instalada uma máquina de suporte para impedir os cortes de fornecimento durante o dia, tanto para o uso comercial e industrial como para o doméstico, instalando uma máquina a gás, que trabalhava também a lenha, com um gerador de 200 quilowatts, atendendo assim, a 750 consumidores, numa população que rondava a 2.153 brancos e 1.529 asiáticos. Tanto os números de casas quanto o número de consumidores permitiram a Repartição dos Serviços Urbanos da Companhia obter receitas por meio de licenças e consumo de água e energia elétrica.

Perante esta novidade técnica – a eletrificação –, os negros foram relegados às escuras e empurrados para espaços urbanos mais degradados do ponto de vista ambiental e social. Como relata Aniceto dos Muchangos (1989, p. 271), “as atuais evidências mostram que a população da cidade da Beira se distribuía por setores, cabendo à população negra as piores condições habitacionais”.

No primeiro setor (núcleo urbano), concentravam-se as funções econômicas, administrativas e financeiras da cidade. Apresentava os melhores

padrões de infraestrutura urbanística e de equipamento social e urbano. Nesse primeiro setor estavam os europeus (portugueses, ingleses, gregos, italianos, franceses, alemães, turcos, austríacos, russos, suíços, holandeses, romeno, sueco, belgas e noruegueses), no segundo setor (a “*periferia imediata*”) ¹⁷⁷ estavam os asiáticos (indianos e chineses), no terceiro setor (na *periferia intermediária*) ¹⁷⁸ ficavam os mestiços e, finalmente, no último setor, os negros que, na sua maioria, desempenhavam trabalho braçal ¹⁷⁹.

Por exemplo, entre as décadas de 1915-1920, existia cerca de 1500 negros ao serviço de 700 viaturas, movidas a força braçal na ferrovia, o chamado “decauville” (Foto 10, adiante), para transportar mercadorias e passageiros.

Sem receio de exagerar, podemos dizer que foi na segunda idade colonial que as relações sociais entre o negro e o branco começaram a ganhar novos contornos no processo de urbanização moçambicana. Uma vez que neste período já esta estava em formação o mercado de trabalho livre. Nisso o testemunho do pesquisador Alexandrino José – o senhor Raul Domingos Mucacho (JOSÉ, 1989, p. 189) é elucidativo:

Eram ingleses e exploravam o porto e os caminhos de ferro. Uns eram fogueiros e nem os portugueses faziam ali trabalhos. Eram chamados “*boers*”. Os portugueses apareciam como gerentes e no trabalho só viam os “*boers*” que eram muito maus, racistas. E o que acontecia nas lojas ou tabernas, por exemplo, é que havia uma porta para os brancos e uma janela ou postigo para atender os pretos. Não se poderia beber vinho com copo. Era com aquelas latas de azeite de oliveira, e sempre atendido pela janela. Havia lugar para brancos e pretos. Não se podia andar em cima do passeio por isso era só para brancos. Se um preto o fizesse era preso e conduzido à polícia onde era castigado, pagava multa. Também não se podiam fixar muito as senhoras brancas senão pronto, estava-se implicado e podia ser deportado para São Tomé e Príncipe.

Contudo, a maior parte de infraestrutura e serviços urbanos de Beira foi suportada pela utilização de trabalho negro na construção de edifícios públicos, nos serviços urbanos, nas incumbências: levavam cartas, encarregavam-se de despejar o lixo, carregar água, apanhavam móveis velhos, trapos, panos e lidavam com os *misteres* domésticos.

¹⁷⁷ O termo *periferia imediata* é utilizado pelo geógrafo brasileiro Maurício de A. Abreu (2008).

¹⁷⁸ *Ibidem*

¹⁷⁹ Para ter uma estatística da população residente na Beira, na época aqui retratada, ver. Mendes (2011).

Foto 10. Linha “decauville” na cidade da Beira.

Fonte: Sopa (1989, p. 95).

O nativo nesta época trabalhava no núcleo urbano como uma condição da existência da própria cidade, sujeito ao poder dos brancos. Para usar uma metáfora, pode-se dizer que o negro, nesta época, estava “morto” social, política e juridicamente, isto é, estava privado de todos os direitos e sem representação política e direito à cidade propriamente dita – o núcleo.

Os “decauvilles” eram carros muito morosos, dado a utilidade da força humana e dispendiosa, fora de alcance da maioria dos cidadãos (SOPA, 1989), para além do “decauville”, existia o “tramway” (*o bonde*) (Foto 11), que começou a funcionar em 1901. Era um meio circulante a vapor, usado pela Companhia, para fazer transporte de mercadorias e passageiros. Foi retirado de circulação em 1906, devido à receita diminuta e aumento de despesa em reparação, sem consequência para o público, que pouco fazia uso dele porque achava que a locomotiva emitia muita poeira, visto que as carruagens despossuíam proteções laterais e eram vulneráveis a chuva e poeira.

Foto 11. Linha “tramway” (*o bonde*) na cidade da Beira.

Fonte: Sopa (1989, p. 85).

Além disso, cabe aqui ressaltar que foi somente em 1917 que o automóvel, como elemento constitutivo e constituidor da cidade e da urbanização (OLIVA, 2004), chegou aos territórios da Companhia de Moçambique. Em 1918, existiam 12 viaturas pertencentes aos grandes proprietários e comerciantes: José Fernandes Caeiro e “Maria Antonieta de Almeida Borges, abrindo assim, uma nova página na vida dos transportes urbanos da cidade” [...]. Neste mesmo ano saiu ao público o “regulamento para o trânsito de automóveis e motocicletas [...]” (SOPA, 1989, p. 100).

O impacto do automóvel levou à criação de códigos e regras de condução, como também à criação de uma escola de condução, *Automóvel Club da Beira* (1928), para auxiliar os associados e motoristas a trocar conhecimento e novidades técnicas. Realizavam também turismo automobilístico, exames de condução e registro de veículos. A valorização do automóvel como transporte público levou, por um lado, à criação de uma brigada de trânsito no Comissariado da Guarda Civil (1927) e ao asfaltamento das estradas em 1929, como também, e por outro lado, à formação de empresa de transporte público, como a *Beira Omnibus Lda*, a mais famosa, que fazia circulação Beira-Manga de segunda a sexta-feira, entre as 6horas da manhã e às 24

horas da noite¹⁸⁰ (SOPA, 1989).

O crescimento urbano de Beira, causado pelo impacto do automóvel, pouco alterou a questão de segregação residencial do ponto de vista construído, de infraestrutura e de paisagem urbana. Os problemas de canalização e esgotos dos bairros onde residiam os negros eram esquecidos.

Esse era o aspecto crucial da estrutura urbana colonial. Convém esclarecer que, nesta época, os negros eram considerados *indígenas* pela lei laboral de 1899, que se aplicava a todos os homens e mulheres negros entre os 14 e os 60 anos, capazes de trabalhar e pagar imposto.

A lei reconhecia duas classes de trabalhadores, *indígenas* e *não indígenas*: os não indígenas teriam todos os direitos de cidadania portuguesa, ao abrigo da lei metropolitana, enquanto que os indígenas seriam todos negros, administrados formalmente pelos *não indígenas*, e tinham obrigatoriedade moral de trabalhar (NEWITT, 1997)

Dentro deste bojo, apenas o núcleo urbano e alguns bairros vizinhos sofriam intervenção de saúde pública. Em razão disso, criou-se em 1898 a *Comissão Sanitária de Beira*, com caráter consultivo para dar resposta aos inúmeros problemas de saúde pública que afetavam a sociedade branca beirense. Por conta disso, tiveram que formular um plano geral de saneamento e propor as modificações nos projetos de urbanização que fossem apresentados pela Companhia de Moçambique.

A *Comissão Sanitária da Beira* foi, em 1902, incorporada ao *Serviço Urbano*, instituição que tinha a prerrogativa de zelar sobre a higiene e sanidade da Beira. E com objetivo quase semelhante ao anterior, cria-se, em 1914, a *Comissão de Melhoramento da Cidade*, cujo aspecto inovador foi à introdução da participação dos residentes brancos na gestão da cidade. Os seus membros eram eleitos por sufrágio, constituído por cinco chapas: Confederação dos Operários, Associação dos Empregados da Companhia de Moçambique, Associação Comercial da Beira, Associação de Classe e Sociedade Civil e devido à dificuldade da comissão em levar avante as suas atividades de melhoramento e por sofrer críticas contundentes da sociedade beirense, ela dissolve-se em 1925.

Como forma de colmatar a lacuna deixada pela comissão, cria-se, em regime provisório, a *Comissão de Administração Urbana de Beira*, mantendo-se até

¹⁸⁰ Para uma história da Beira e dos transportes públicos, ver. Sopa (1989).

1935, quando foi substituído pela Câmara Municipal da Beira (SOPA, 1989). A economia urbana de Beira, em grande parte, baseou-se nas receitas provenientes do porto e do caminho de ferro (Figura 21)¹⁸¹. Por exemplo, “entre 1898 e 1902, a Companhia de Moçambique arrecadou 2,2 milhões de *réis* que foram gastos principalmente na infraestrutura” (NEWITT, 1997, p. 351). Na época, correspondia a muito dinheiro¹⁸².

Mas também, a condição geográfica da Beira permitiu a construção do porto e da estrada de ferro para o *hinterland*. Estes foram os fixos mais importantes na economia política da urbanização¹⁸³ da Beira, uma vez que a estrada de ferro ligava o porto à *Salisbury/Harare*, construído entre 1893 e 1899, atravessando 160 quilômetros da baixa savana em direção ao sudoeste. A obra foi realizada pela *Beira Railway Company*, consórcio da Companhia rodesiana, *British South Africa Company*, de Cecil Rhodes¹⁸⁴ (MUHATE, 1989).

Em 1900, começaram os trabalhos para alargar a estrada de ferro; o seu principal objetivo continuava sendo servir da melhor forma a Rodésia do Sul (atual Zimbabué). No entanto, a estrada de ferro passava pelo distrito de Manica, o que permitiu que se instalassem aí uma comunidade de agricultores brancos e um posto militar para protegê-los.

De uma forma geral, os sistemas de engenharia, porto e caminho de ferro (Foto 12), presentes em Moçambique e, em particular, na Beira, estavam ligados às corporações estrangeiras (*verticalidades*), que modificaram os sistemas de objetos presentes no local. Muitos europeus chegaram para trabalhar nas firmas terceirizadas que forneciam trabalhos para o porto e o caminho de Ferro. Essa chegada de colonos intensificou a divisão do trabalho urbano e o desenho da segregação urbana.

¹⁸¹¹⁸¹ Um troço de estrada de ferro que sai da Beira (Companhia de Moçambique) para Zimbábue (Companhia Britânica da África do Sul – CBAS - ou British South Africa Company -BSAC, em Inglês, foi uma empresa criada por Cecil Rhodes), que 1897, inauguraram um troço de Beira e Pungué, que tinha começado a ser construído em 1893. Estabeleceram no ponto final uma estação que se pretendia ser um centro urbano, comercial e ferroviário de grande importância da época, chamado *Fontesvilla ou Fontes vila*, por ingleses que aí trabalhavam em homenagem ao Governador *Marques de Fontes Pereira de Melo*, criado pela ordem nº34 da Companhia de Moçambique, publicado em 1893, no Boletim da Companhia, nº 6 de 20 de outubro de 1893 (FERNANDES, 2006).

¹⁸² Este valor é difícil deduzir atualmente. Uma vez que o câmbio em relação a libra esterlina era variável, dependia do interesse da Grã-Bretanha.

¹⁸³ Sobre o conceito de economia política da urbanização, ver. Singer (1973).

¹⁸⁴ Cecil John Rhodes (1853-1902) foi um colonizador, homem de negócios britânico. Foi responsável pelo projeto de construção do caminho de ferro que ligaria o Cairo, no Egito, ao Cabo, na África do Sul, nunca realizado.

Foto 12. Estrada de ferro e porto da Beira (1925-1929).

Fonte: Santo Rufino (1929) (*apud* MENDES, 2011, p. 330-331).

Na verdade, Beira desenvolveu-se rapidamente pelos fixos geográficos, porto-caminho de ferro, que proporcionaram inesperadas energias. Tornou-se a segunda maior cidade de Moçambique da época, ultrapassando a Ilha de Moçambique – que até então gozava essa posição.

O porto tinha uma capacidade instaladora de 5 milhões de toneladas por ano, atraindo para a cidade grande número de europeus ingleses e centenas de assalariados indianos que alterariam a fisionomia urbana¹⁸⁵. Com isso, aceleraram-se

¹⁸⁵ Sobre o embelezamento da cidade da Beira, ver. Andrade (1933).

as construções de novos edifícios e de ocupação de novos espaços, que mudaram a escala espacial da cidade com o transporte rápido dos trens, ônibus etc., alicerçando um dinamismo comercial sem precedentes, principalmente com a abertura de novas lojas, pequenas indústrias, cafés e restaurantes temáticos de comidas inglesa, indiana, chinesa e portuguesa.

Convém reforçar que o sucesso do binômio porto-caminho de ferro permitiu que os terrenos próximos se tornassem objetos de especulação imobiliária para instalação de alguns armazéns, pequenas indústrias manufatureiras e agências internacionais de prestação de serviços, como: a *Belliard & Salzone*, *Erunner Bronner's*, *Compagnie du Sud Est Africain*, *Société Anonyme de Construction* e outras. A cidade integrou-se ao mercado mundial, recebendo latas de conservas, garrafas de bebidas alcoólicas e muitos outros produtos de origem internacional (ENNES, 1971; NEWITT, 1997; MENDES, 2011).

Apesar do impacto dos transportes e das comunicações, a população da Beira deixou de crescer rapidamente na década de 1900, principalmente em 1903, quando Lourenço Marques começou a ganhar dinâmica no seio dos interesses britânicos com a exploração das minas de ouro e diamante da República da União Sul Africana, a depender cada vez mais do porto e do caminho de ferro de Lourenço Marques para escoar produtos, equipamentos e maquinários importantes para extração mineira.

A estagnação da Beira teve repercussão até nos primeiros anos da instalação da República em Portugal (1910), colocando a cidade num nível de pouco ativo financeiro em relação à Lourenço Marques. Mesmo assim, os serviços portuários, de transporte de mercadoria e passageiro por estrada de ferro para Zimbábue continuou a ser o elemento estratégico para o financiamento de infraestrutura urbana. Como diz Rui Mendes (2011, p. 330), esses serviços tornaram-se “âncora do crescimento urbano e especialização funcional da malha urbana da Beira”.

Não obstante, na Beira foram criadas povoações, postos militares, comandos militares, circunscrições, subcircunscrições sob o comando da Companhia de Moçambique, que alguns anos mais tarde tornaram-se centros urbanos importantes da região central do País,¹⁸⁶ nomeadamente, Chimoio, Manica, Marromeu, Catandica

¹⁸⁶ As referências feitas aos centros urbanos atualmente importantes foram retiradas de dois grandes

e Dondo¹⁸⁷. Como recorda Manuel J. C. de Lemos (1989, p. 5), “a história da cidade da Beira inscreve-se no contexto histórico da ocupação efetiva de toda a região central de Moçambique, que Portugal iniciou no último quartel do século XIX, através de uma série de ações [...], sobretudo militar”.

Começaremos primeiro¹⁸⁸ por Chimoio¹⁸⁹, que atualmente tem estatuto de cidade, município e capital da província de Manica. Localizada no entroncamento rodoviário que dá acesso ao Zimbábue, Tete, Beira, Maputo, Quelimane e Nampula (conhecido como corredor da Beira), Chimoio foi criada, inicialmente, como posto militar, convertendo-se numa circunscrição¹⁹⁰ em 1893, por ordem da Companhia de Moçambique 90/1893, com sede na *vila Barreto*, atual posto administrativo de *Matosinhos*.

Em 1898, a sede foi transferida para a povoação de *Chimiale* – atual região de *Chizombera*, situada nos arredores da atual cidade –, passando a designar-se de *Mandigos*. Em 15 de julho de 1916, passou a ser denominada de *Vila Pery*¹⁹¹, por ordem número 3638 da Companhia em homenagem ao Governador João Pery de Lind, responsável por implantar o desenvolvimento agrícola na cidade de 1910 a 1921.

O segundo centro urbano foi *Manica*¹⁹², atualmente sede do distrito do mesmo nome (Vila), localizada na província de Manica, próximo da fronteira com o Zimbábue (*Machipanda*), fundada a 10 de março de 1894 como postos militar, com

documentos: Cabral (1975) e MAE (2002).

¹⁸⁷ Muitas povoações, postos militares, comandos militares, circunscrições, subcircunscrições não se tornaram importantes, as causas exigem pesquisas futuras. Temos o caso da povoação de Bartolomeu Dias, criada pela ordem da Companhia de Moçambique n°3301, de 4 de outubro de 1912. Esta atualmente incorporada à província de Inhambane. Distrito de *Govuro*. Bartolomeu Dias foi o primeiro navegador português que passou pela baía em 1847, quando ia à Índia. Existiram algumas povoações que foram criadas nessa mesma época, até atualmente são centros urbanos com menos importância social, económica e política, como por exemplo: Conselho de *Chemba*, criado em 1898, por ordem da Companhia de Moçambique; *Chirigoma*, Conselho do distrito da Beira, *Caia*, etc.

¹⁸⁸ Esta classificação e hierarquização são baseadas nas datas por um lado e por outro lado, nas importâncias que estes pontos tiveram para o processo da dinâmica de urbanização. Por exemplo, Buzi (o nome primitivo *Guarragurra*), foi ocupada pela Companhia de Moçambique, em 1882, pela ordem n°18 de 19 de setembro, passou a chamar-se de *Nova Lusitânia*, sem com isso tornar-se um Conselho (área urbana), comandada pela Companhia de Buzi, subconcessionária da Companhia de Moçambique. O mesmo aconteceu com Nhamatanda, ocupada pela companhia, pela ordem n° 2996, do dia 1 de junho de 1909, passou a designar-se por *Vila Machado* em homenagem ao Joaquim José Machado, mais conhecido por Conselheiro Joaquim Machado ou Major Machado, engenheiro, militar e político português. No topónimo Nhamatada - *Nhama* significa carne, *tando* lugar. Essa área era rica em caça, literalmente designa, *terra de carne*.

¹⁸⁹ O significado do nome vem da tradição oral, que aponta o nome como derivado do clã *Moyo*, um clã dominante no período da penetração colonial.

¹⁹⁰ Designação colonial para a área rural, esta podia ser militar ou civil. Sobre esta situação esclareceremos adiante.

¹⁹¹ Vila Pery, foi elevado a cidade pela Portaria n° 22258, de 17/ 7/ 1969.

¹⁹² O nome advém da aglutinação de dois termos, *Ma-Nyca*, que significa gente da terra, casa.

sede em *Macequece*, situada atualmente nos arredores da atual cidade de Manica.

O terceiro, *Marromeu*,¹⁹³ atualmente é município e vila do distrito do mesmo nome (capital do distrito), localizado na província¹⁹⁴ de Sofala, ao sul do rio Zambeze. O termo Vila é utilizado aqui como sinônimo de sede do distrito. A *urbe* foi criada em 18 de janeiro de 1904, pela ordem número 2411 da Companhia de Moçambique. No dia 18 de setembro de 1919, torna-se, pela portaria 1162, sede da circunscrição civil de *Marromeu*.

O quarto, *Catandica*, atualmente também é município e Vila do distrito de Bárue, localizado na província de Manica. Começou como posto militar e foi reconhecido como vila em 25 de janeiro de 1915, pela Companhia de Moçambique, passando no mesmo ano a ser chamada de *Vila Gouveia*¹⁹⁵.

O quinto e último centro urbano da época foi *Dondo*¹⁹⁶, que atualmente tem a categoria de cidade, município e Vila do distrito com o mesmo nome, criado em 14 de agosto de 1922 como subcircunscrição de *Chiringoma*. No dia 1º de maio de 1928 passou a ser o posto fiscal da segunda classe, uma categoria administrativa de pequena relevância econômica da circunscrição, em termos de taxaço de imposto (MAE, 2002).

Até aqui podemos compreender que as transformações pelas quais passou a cidade da Beira, desde a sua fundação (1887), como se indica no texto, foram em função da atividade militar. Ela funcionou como uma “*cidade militar-mãe*”, o ponto de articulação entre o comando central e outros postos militares que exerceram pressão sobre a sociedade moçambicana preexistente. Foi a partir da Beira que se organizou e se planejou as ocupações urbanas das regiões adjacentes sob o comando da Companhia, expondo a vontade de dominação colonial, fixada pela “ocupação efetiva” de Moçambique. Beira foi o verdadeiro elemento estruturante da “sociedade urbana” da região central de Moçambique.

¹⁹³ O nome provém da palavra, *Marro*, que em língua Sena quer dizer *terras baixas*.

¹⁹⁴ Relembrando leitor, que a Província equivale aos Estados no Brasil.

¹⁹⁵ Topônimo Catandica/ Katandica, deriva do nome (antropônimo de um filho de Chitengo (Capitão Manuel António de Sousa, que foi nomeado em 1863, como capitão-mor de Manica e Quiteve, chegou a reunir um exercito próprio de 30000 homens). Quanto ao nome mais “portuguesado” de *Gouveia*, os relatos apontam que o nome deriva do Chitengo, ter nascido em Goa-Índia portuguesa.

¹⁹⁶ Provavelmente o nome provém de duas realidades, uma ligada, a palavra *Nyanja* – *Dondo*, que quer dizer floresta, bosque sagrado e outra, por predominância de uma árvore abundante na região, cujo fruto é o *Tondo*. Dondo foi criado pela ordem da companhia nº 4269, de 3 de novembro de 1921.

2.2 A formação da urbanização no território da Companhia do Niassa

A Companhia de Niassa¹⁹⁷ recebeu a sua carta majestática em 1891, efetivando-se em 1893, ocupando os territórios de Cabo Delgado e Niassa. A ocupação desses territórios foi lenta e fragmentada por causa das fortes resistências locais de submeter-se à dominação colonial. A corporação arrancou com a ocupação urbana da fronteira norte, criando o principal centro urbano da região – *Porto Amélia*,¹⁹⁸ atual cidade de Pemba¹⁹⁹, antigo distrito militar de Cabo Delgado, pela ordem da Secretaria do Governo dos Territórios de Cabo Delgado, governador A. A. Mesquita Guimarães no dia 30 de dezembro de 1899, que autorizou a fundação da *urbe*, pela portaria n°278 de 4 de dezembro de 1899, oito anos depois da Companhia ter recebido o alvará que lhe conferia os poderes majestáticos para explorar as atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa, compreendendo o território entre os rios Rovuma e Lúrio.

A companhia começou a ocupar os dois territórios, enviando expedições militares. O primeiro administrador gerente foi um comerciante londrino chamado George Wilson, que por sua iniciativa, a cunhar moeda e a imprimir selos, o que foi recusado pelo mercado filatélico inglês como garantia de capital.

Esta Companhia possuía duas principais fontes de rendimento: uma era a tributação do imposto aos “nativos”, que forçou-os a se interiorizarem cada vez mais para o *hinterland* para conservarem a independência do seu esquema de “vida tradicional” sem serem incorporados, tão cedo, ao Estado colonial; outra foi a taxação aduaneira, incorporada como ativo da Companhia a partir de 1904 – isto porque,

¹⁹⁷ Para um panorama sobre a Companhia do Niassa, ver., por exemplo, Vilhena, 1905, Amorim, 1908, MINISTERIO DA MARINHA E ULTRAMAR, 1897, BOLETINS DA COMPANHIA DO NIASSA, 1903, 1908, 1911). A companhia foi extinta em 1929, pelo Diploma Legislativo n° 182, de 14 de setembro. A concessão da Companhia é datada entre 21 de setembro de 1891 a 10 de março de 1893. Ela ficou definitivamente constituída em 16 de março de 1893, tomando posse dos territórios no dia 27 de outubro de 1894.

¹⁹⁸ Em homenagem à rainha D. Amélia (Maria Amélia Luísa Helena de Orleões), conhecida também como Amélia de Orleões, a última rainha de Portugal (1865-1959). Porto Amélia foi elevado à categoria de cidade por Portaria de 18 de outubro de 1958. Veria a ser oficialmente conhecido como Pemba, pelo Decreto-Lei n° 10/76 de 3/02/1976. Situada no norte de Moçambique, na margem sul da baía de Pemba, numa distância rodoviária de 2.450 km e de 1666 km em linha reta (distância aérea) em relação a Maputo, antigo Lourenço Marques.

¹⁹⁹ Etimologicamente o nome provém dos termos Muamba/Upemba que significa flutuar em língua local Makua (MAE, 2002).

inicialmente, era pouco atrativa para a sede da Companhia no Conselho do *Ibo*²⁰⁰, retirar dividendos aduaneiros das mercadorias que entravam no território sob a sua administração.

A sede da Companhia foi instalada em 1894, e taxaço de impostos era insuficiente em relaço à Ilha de Moçambique. O único fluxo comercial era dirigido por aventureiros e potenciais comerciantes ou agentes que procuravam terras e exploraço do “trabalho forçado”. Convém esclarecer que foi na administração da Companhia de Niassa que as maiores atrocidades foram realizadas nos territórios de Cabo Delgado e Niassa, ligadas ao trabalho forçado, o chamado *Chibalo*²⁰¹.

Basta lembrar as informações de Newitt (1997) e Mendes (2011) de que a Companhia tirava o dinheiro que caía nos bolsos dos nativos por meio de imposto e de pagamento de salários baixos. A situação permaneceu o mesmo com a promulgaço da lei laboral de 21 de novembro de 1878, que punha fim ao *Chibalo*, declarando que o negro era livre para aceitar, recusar ou celebrar qualquer contrato de trabalho, excetuando aqueles indivíduos que eram considerados vagabundos. (ENNES, 1946; FREIRE DE ANDRADE, 1926; MEDEIROS, 1997)

A Companhia de Niassa praticou formas de obtenço de rendimentos financeiros sem observância do regulamento laboral, como forma de obter capital; nas palavras de Newitt (1997, p. 333), era uma instituição falida, “um fracasso burlesco”²⁰². Um bando de falidos e especuladores pouco recomendáveis que andavam em disputa na Europa [...] mercenários e oficiais que tentavam, sem grande êxito, através de terror e da extorsão”, retirar os bens dos nativos.

Era uma Companhia sem estoques de capital, sem reputaço, mais ainda, sem títulos de créditos nacionais e internacionais. A fixaço nos referidos territórios manteve-se tênue, uma vez que os “poderosos *Macondes*”²⁰³, do planalto de Mueda em Cabo Delgado, e os *Wa Yão* ou *Yão*²⁰⁴, de Niassa, chefiados por *Mataka*,

²⁰⁰ Ibo foi Conselho a partir de 1902.

²⁰¹ “O *chibalo* revestia duas formas: ou era aplicado diretamente à população, sendo pago salário baixo aos trabalhadores, ou tinha forma de trabalho correcional, que até 1917 não era remunerado”. O trabalho correcional era imposto a todo o tipo de infraço, desde o não pagamento de imposto, estar mal apresentado, embriagado, etc. Ver. Newitt (1997, p.361).

²⁰² Grifo nosso.

²⁰³ Os Macondes são um grupo étnico que vive no norte de Moçambique. Este povo resistiu desde século XVI a conquista dos portugueses, só foram subjugados no século XX.

²⁰⁴ Os *Wa Yão* ou *Yão* são um dos principais grupos étnicos linguísticos, localizados no extremo sul da atual Província do Niassa de origem islâmica.

continuavam a dominar a região²⁰⁵. Até 1901, a Companhia de Niassa havia estabelecido uma linha de telégrafo do Lago Niassa ao Porto Amélia, mas permanecia pobre: várias vezes chegou a lhe faltar dinheiro e, muitas das suas relações produtivas, haviam se reduzido a cobranças de impostos dos nativos.

As rendas destinadas ao Tesouro eram quase seis vezes menores que a Companhia de Moçambique, “todavia a única proeza que conseguiu realizar foi a fundação de uma cidade e sede administrativa em Porto Amélia, em 1904” (NEWITT, 1997, p. 333).

A responsabilidade da fundação de Porto Amélia ficou a cargo do capitão José Costa Cabral, que procedeu a ocupação entre 1897 e 1899, implantou a povoação na baía, junto a um declive suave com cerca de 60 metros, cujo centro seria o núcleo primitivo e no qual, mais tarde, seria o porto Amélia, dois anos depois (1902) da Companhia de Niassa ter procedido a transferência dos seus escritórios da Ilha do Ibo²⁰⁶ para a baía de Pemba, tendo construindo inicialmente um posto fiscal, uma ponte e um cais em madeira, assim como alguns estabelecimentos comerciais (SILVEIRA, 1993; MONTEZ, 1993; BRUSCHI *et al*, 2005; MENDES, 2011).

Ao lado do núcleo urbano primitivo existiam dois bairros dos nativos: um que se localizava junto à praia que dava acesso à fortificação portuguesa, batizado de São Luis (*Pampira*) – atualmente chamado de forte Jerônimo Romero –, conhecido por *Muenhe (Monhè) Amade*, construído por um *ché* ou *Xé*²⁰⁷ malgaxe em 1863, habitado por indianos²⁰⁸ (baneanes) e árabes²⁰⁹ e, depois da ocupação do território, pela Companhia e instalação de muitos negros islamizados. O outro bairro chamava-se *Queta-Queta*, conhecido atualmente como *Paquitequete*, construído para abrigar os

²⁰⁵ Mas também a Companhia do Niassa enfrentou crise de dominação territorial logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o General alemão Von Lettow Vorbeck atacou as guarnições portuguesas abastecendo-se de armas e comida da Companhia.

²⁰⁶ A vila do Ibo, até novembro de 1897, permaneceu parcelada sob administração direta do Estado colonial.

²⁰⁷ Diminutivo do termo *Xequê*.

²⁰⁸ Em Moçambique os *Baneanes* – indianos da Diu (sede de distrito de Damão) só foram autorizados a fixar-se em 1686, onde atuaram ao abrigo da chamada *Companhia dos Baneanes*, fazendo dos negócios, câmbio e crédito as suas principais atividades. Em meados do século XVIII obtiveram algumas propriedades, por compra ou por execução de dívidas de portugueses que caíram na dependência do crédito concedido pela comunidade. Terrenos, palmares e outros bens que antes pertenciam a senhores de prazos e traficantes de escravos, acabariam assim, por ficar nas mãos desses comerciantes.

²⁰⁹ A chegada dos árabes, persa entre outros orientais pelo menos na parte sul da costa oriental africana, na qual atualmente conhecesse como Moçambique é datada entre os séculos VIII - XIII. Os árabes comercializavam a cerâmica, panos, vidros, missangas (miçangas), sal e objetos de metal e trocavam por ouro, óleo de palma, cornos de rinocerontes, pele de animais, âmbar, marfim, entre outros produtos.

negros que trabalhavam na Companhia de Niassa (NEWITT, 1997; MENDES, 2011).

Somente em 1908 é que a Companhia se organizou financeiramente para reestruturar urbanisticamente o Conselho do Pemba (*Porto Amélia*); isto e outros fatores por nós apresentados podem explicar porque a cidade esteve estagnada em termos de infraestrutura urbana – que é o aspecto que nos interessa –, em relação a Beira e superada, mais tarde, pelo então posto militar de (*Uampula*) Nampula, a “rainha do Norte”, nas palavras do professor Manuel G. Mendes de Araújo²¹⁰.

Apesar da dificuldade dos acionistas ingleses e franceses em financiar a urbanização do Porto Amélia ficaram de fato as intenções da Companhia do Niassa de constituir o seu projeto de empório, *Porto Amélia*, que rivalizasse com a *Beira* da Companhia de Moçambique (MENDES, 2011).

Só a partir da década de 1910 é que a morfologia e as funções do Porto (Foto13, adiante) começaram a se transformar no que se reporta ao edificado, novos materiais tornaram-se mais acessíveis por intermédio do porto, que teria um papel de algum destaque devido à importância estratégica da sua posição geográfica, mas também em virtude da sua proximidade com a Tanzânia, colônia alemã que detinha alguns ativos na Companhia.

Tal dinamismo levou alguns ingleses a se estabelecerem na cidade, criando modelos híbridos de habitação inglesa e alemã, baseados em modelos de construção em madeira, zinco e cimento que estavam a ser muito aplicados nas várias coloniais alemãs e inglesas. Para utilizar as palavras de Arroyo (2008, p.30), foi nessa encruzilhada da circulação das redes e dos fluxos que Porto Amélia cresceu incipiente, “na medida que conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos”.

²¹⁰ Ver. O seu artigo, intitulado, “*Cidade de Nampula a Rainha do norte de Moçambique*” (2005).

Foto 13. Porto Amélia em 1912.

Fonte: João Loureiro (2001) *apud* Mendes (2011, p.449).

O plano de ampliação de Porto Amélia surgiu em 1921, como resposta ao crescimento urbano, o que vai dar uma paisagem de transformação da natureza (como mostra a foto 14, adiante). Os espaços exíguos, galgaram encosta rumo ao planalto. Para responder a esta realidade foi elaborado um plano de expansão, em função da natureza topográfica do terreno, que apresentava traçados quadriculares. Pela natureza topográfica do local, o plano nunca veio a ser aplicado, porque o terreno apresentava desconformidades relativamente à topografia. Mas foi a primeira tentativa estruturada de planificação do crescimento urbano na cidade de Porto Amélia, realizada pela Empresa (MENDES, 2011).

Apesar disso, a cidade foi pouco a pouco adquirindo a matriz definitiva de um núcleo urbano com um traçado ortogonal. As ruas começaram a ser regularizadas com passeios, assim como os lotes das propriedades, com o desaparecimento lento da vegetação que dava uma forma quase rural a urbe, outrora exuberante, assim como a aglomeração urbana anexava novos bairros, que iam em direção a encosta e o planalto, consecutivamente – que na década seguinte viria a dar novas edificações

fundamentais para vida cotidiana da urbe, como a casa do Governador, o Porto, as alfândegas e outras infraestruturas urbanas, enfeitadas com guirlandas (chamada de *lambrequins*), feitas de peças de madeiras recortada.

Essas transformações no campo da arquitetura corresponderam às modificações significativas no equipamento da cidade. Diante dessa realidade, a área do porto foi a que mais conheceu transformação nas décadas seguintes (MENDES, 2011). Como mostramos anteriormente, impulsionado pelo fluxo de mercadorias e pessoas, através da estrada de ferro, Porto Amélia - Blantyre – Chiromo e Porto Herald (atualmente *Nsanje*, no sul do Malaui), realizadas pelas Companhias de Transportes: *Shire Highlands Raiwlways* – S.H.R; *Central África Raiway* – CAR e *Trans Zambesia Railway* – T.Z.R).

Foto 14. Porto Amélia em 1929.

Fonte: Bruschi *et al* (2005, p. 18).

O ano de 1929 marca o fim da soberania da Companhia do Niassa sobre os territórios de Niassa e Cabo Delgado, sendo a administração devolvida ao Estado português. Depois desta época cresceu, pouco a pouco, a área edificada constituída à medida que se desenvolviam as políticas do nacionalismo econômico de Salazar. Uma nova ordem econômica iniciada em 1926 com o golpe de estado perpetrado pelos

militares, que pôs fim ao poder dos capitais externos, reforçando um protecionismo econômico contra a concorrência estrangeira nas colônias.

Gostaríamos de terminar esta seção dizendo que foi a partir de Porto Amélia que se planejou a criação de alguns centros urbanos importantes²¹¹, cujo objetivo era de ocupação efetiva do território. Entre esses centros urbanos, destacamos: o primeiro, *Mocímbua da Praia*, localizado na Província de Cabo Delgado²¹², atualmente tem estatuto de município e Vila do distrito do mesmo nome. Fundado como Comando militar em 1890, pela portaria 17 da Companhia do Niassa, pacificado em 1919 e elevado à categoria do conselho de *Mocímbua da Praia* pela portaria 1162/1919. Com o fim da Companhia de Niassa em 1929, foi transformado pela portaria n° 18/1929 na terceira circunscrição civil dos *Macondes*.

O segundo diz respeito à *Montepuez*, localizado na província do Cabo Delgado e, atualmente, com categoria de cidade²¹³, município e sede do distrito do mesmo nome. Antes da colonização portuguesa, na região onde se instalou o núcleo urbano, era ocupada pelos *Mettos*, população *Makua*²¹⁴, comerciantes de marfim e escravos. Foi precisamente no dia 14 de setembro de 1919 que o território foi ocupado militarmente pelos portugueses, elevado no mesmo ano à sede de Circunscrição civil²¹⁵ de Metto (Portaria n° 182/19) e, meses depois, à categoria de Conselho²¹⁶ de Metto, pela portaria n° 1162/19 da Companhia do Niassa.

Olhando para esta realidade, podemos observar que quase todos os centros urbanos fundados na segunda idade colonial no território sob administração da Companhia do Niassa, e que se tornaram na atualidade importante, localizam-se em Cabo Delgado.

A pacificação da província de Cabo Delgado era quase generalizada²¹⁷

²¹¹ Existiram alguns Conselhos, Postos Cíveis e Militares que se tornaram importantes na atualidade, como: posto militar de Quitenago, Chunde, Nangade, Matiu, Mpeça, Mocibua do Revuma, Ngomano, Chipembe, Pundanhari; Posto civil de Msalu, Meza, Mavala e Maconde; Conselhos do Ibo, Quissanga, Túngue, entre outros.

²¹² Sobre a história colonial de Cabo Delgado, ver. Adam (1993); Lobato (1972).

²¹³ Relembramos o leitor que o termo cidade, de acordo com o *Boletim da República (BR)*, I Série, N° 16 de 1987, leva em consideração aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, densidade populacional, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de atividades comerciais, educação e saneamento.

²¹⁴ Grupo etnolinguístico de origem *bantu*, que fala a língua *Macua* ou *Emakua*. Fala-se nas províncias de Nampula; Niassa; Cabo Delgado e Zambézia.

²¹⁵ Relembramos o leitor, que o termo circunscrição, referia-se na segunda idade colonial, às áreas rurais. Estas podiam ser militares ou civis.

²¹⁶ O termo quer dizer área urbana.

²¹⁷ Apenas o território dos *Makondes*, a norte de Moçambique, permaneceu praticamente inexplorado, até 1929, ver. João (1993) e Newitt (1997).

em relação à de Niassa, onde as guarnições portuguesas e os *cipaio*s – forças militares indígenas – eram atacadas e perseguidas pelos *Yão*, liderados por *Mataka*²¹⁸; por isso, alguns conselhos, como o Conselho de *Amaramba* (com sede em *Kuamba*²¹⁹), o Conselho do Lago (com sede em *Mtangula*²²⁰) e alguns postos militares (como o posto de *Mtonia*, *Lipuche*, *Unango*, *Cóbué*, *Luanga* e *Ngofe*, ocupados entre os anos de 1900 e 1912) nunca chegaram a se transformar em urbes importantes na segunda idade colonial; e alguns tiveram que esperar quase 30 anos para se transformar em centros urbanos importantes da região.

2.3 A formação da urbanização no território da administração direta do governo colonial português

Há que se notar que dentro da segunda idade colonial (1907-1930), para além da ocupação dos territórios moçambicanos pelas Companhias no norte e centro de Moçambique, os territórios do Sul e algumas partes do centro foram governados por uma geração de militares proconsulares que moldaram a formação da urbanização do peso médio. Só para citar alguns militares que faziam parte desta geração, temos: Joaquim da Graça Correia e Lança, Baltasar Freire Cabral, Carlos Alberto Schultz, Álvaro António Ferreira, Júlio José Marques da Costa, Joaquim José Machado (que comandou a expedição de Obras Públicas) e, principalmente, António José Enes, que chegará a Moçambique em janeiro de 1895, na qualidade do Comissário-régio²²¹, com objetivo de derrotar o Imperador de Gaza²²² – *Ngungunhana* ou *Gungunhana*

²¹⁸ Em 1912, uma coluna comandada pelo capitão Pottier de Lima, chefe do Conselho de *Metalika* (atual *Metarica*), apoiado por ajauas do régulo Metalika e nianjas de *Metangula* e *Cóbué*, invadiu *Mwembe*, a fim de subjugar *Mataka*, o rei em exercício, abandonou as suas terras, passando-se para *Tanganika* com 45000 dos seus súditos. Acabou, assim, a linhagem dos *Mataka* no Niassa e nesse local foi construído o forte Tenente Valadim. Ver. Cruz (2014).

²¹⁹ Atualmente escreve-se *Cuamba*. Este passou a designar-se *Nova Freixou* pela Portaria 9361 de 30/5/1952. Segundo Fernandes (2006), este topónimo deriva de *Freixo de espada* à cinta em homenagem ao Almirante (Sarmiento Rodrigues – nascido nesta localidade), foi Ministro do Ultramar e posteriormente Governador Geral de Moçambique. Com a independência, o Decreto-Lei 10/76, de 13 de março de 1976, reverteu o topónimo de *Nova Freixo* para antiga designação de *Cuamba*.

²²⁰²²⁰ No período colonial, *Metangula* foi ocupada pela Companhia de Niassa, ordenada pela Portaria n° 3497, de 24/8/1938, conhecido por ter aí sido instalado um posto militar, sede de circunscrição do Lago.

²²¹ Cargo criado em 1894, equiparava à categoria de Ministro, para chefia de governo. Ver. Newitt (1997).

²²² O Império de Gaza centrava um vasto território, por isso alguns historiadores (David Beach, Ruben Chiau, David W. Hedges, Gerhard Liesegang, R. Pelissier, A. K. Smith etc.) preferem chamar de Império de Gaza, que ia do Bilene, ao Sul de Moçambique, até ao rio Púnguè, no centro de Moçambique.

(*Mundungaz*) – e reafirmar a autoridade portuguesa na região, reunindo, com isso, um enorme exército europeu de 2.000 homens armados.

Com o fim do Império de Gaza, em 1895, abriu-se uma nova fase da urbanização moçambicana, comandada pelo governo português, tanto no Sul, como em algumas regiões do Norte e Centro de Moçambique, principalmente no distrito da Zambézia, Nampula e Tete, o que se convencionou chamar na historiografia moçambicana de *governo direto*, fazendo oposição ao governo das companhias – *governo indireto*. Assim, entre 1894-1895, António Enes reorganizou a administração de Moçambique, através do Decreto de 20 de fevereiro de 1894, dividindo o território em duas províncias separadas pelo rio Zambeze, *Moçambique e Lourenço Marques*²²³.

Estas duas províncias estavam divididas nos seguintes distritos judiciais (*Comarcas*): Nampula, Angoche, Tete, Zumbo e uma parte da Zambézia²²⁴. É bom lembrar que o distrito de Zambézia teve um governo conjunto entre o governo português e a Campanha da Zambeze. Enquanto para a província de Lourenço Marques faziam parte os seguintes distritos: o próprio Lourenço Marques, Inhambane e Gaza, este último transformado em distrito militar em dezembro de 1895 (NEWITT, 1997).

Cada vez que os portugueses dominavam militarmente os territórios, sentiam necessidade de operar novas divisões administrativas, o que veio a suceder em 1907, com a reforma administrativa colonial que reforçou a *Lei Orgânica de Moçambique de 1913*²²⁵. A reforma administrativa de 1907, que alterava o conteúdo normativo do território, foi introduzida por Aires de Ornela com objetivo de criar uma hierarquia urbana. Moçambique aparecia neste quadro dividido em cinco distritos. i)

²²³ Voltamos mais uma vez a reforçar que nome de Lourenço Marques é dado do navegador e comerciante português, que por volta de 1544 ou 1545, fez o reconhecimento de toda região que confinava a baía, por ele chamado de *Espírito Santo*. Como homenagem ao acontecimento, o Rei de Portugal, D. João III, batizou a baía com o nome do navegador. Para Fernandes (2006, p. 20), “Ao contrário do exemplo anterior, um obscuro navegador da carreira da Índia deu o nome a uma das mais importantes cidades da África Austral - LOURENÇO MARQUES -, capital de Moçambique. Como se sabe este topônimo foi substituído por MAPUTO, mudança polemica: a cidade em vernáculo moçambicano chamava-se CHILUNGUÍNE, a terra dos brancos e do poder, topônimo à partida inviabilizada, como é evidente. Um nome possível seria CAMFUMO (ou mais corretamente KA-MPFUMO), lugar do governo dos naturais onde residia o régulo ou rei, já que esta situação era anterior à ocupação efetiva portuguesa; contudo preferiu-se MAPUTO, por obscuras razões de ordem político ideológica, suponho. E por aí fora [...]” Ver. também Lemos, 1987 e Mendes, 1979.

²²⁴ Estes últimos faziam parte do mesmo distrito. Além do que, é bom lembrar que o distrito de Zambézia teve um governo conjunto entre o português e a Companhia da Zambeze.

²²⁵ Introduzido pelo então Governador de Moçambique, Augusto Ferreira dos Santos. Sobre a vida urbana de Lourenço Marques, entre os anos 1907-1910, podem ver. Amorim (2001). Sobre a legislação administrativa de 1907, ver. Magalhães (1907).

Lourenço Marques, ii) Inhambane, iii) Quelimane, iv) Tete e v) Moçambique. Nesta nova reforma administrativa, o distrito de Gaza (comando militar) acabou sendo absorvido pelos dois primeiros distritos.

Estes distritos também estavam divididos em *Conselhos* – áreas urbanas, que registravam menor número de indígena e maior número de brancos²²⁶ – e *Circunscrições* – áreas rurais que registravam maior concentração de indígenas²²⁷, divididas em *subcircunscrições* ou *postos militares*, todos administrados por militares.

Os *Conselhos* estavam divididos em *juntas de freguesia*²²⁸ que proporcionavam serviços públicos e resolviam problemas urbanos. Possuíam apenas funções deliberativas e consultivas, organizando-se em departamentos de administração, educação, obras públicas, pesca, turismo e agricultura. Os seus representantes eram eleitos por sufrágio. “A democracia local existia apenas nas poucas cidades com conselhos municipais ativos – na realidade, apenas Lourenço Marques e a Beira” (NEWITT, 1997, p. 346).

Dentro dos *Conselhos*, os indígenas eram considerados sem direito a cidade, apesar de morarem nas franjas. Os portugueses, ao produzir uma nova ordem urbana, produziram desordem nas regiões onde se instalavam, porque a ordem que criavam era em benefício dos colonos. Se pensarmos na urbanização moçambicana da época, todas as possibilidades de desenvolvimento urbano estavam relacionadas à vida do colono. Era preciso fazer os europeus se sentirem atraídos pela África, tão desconhecida no imaginário ocidental. Por isso, é válido reiterar que a urbanização moçambicana do peso médio foi consequência direta da política colonial de “ocupação efetiva”.

Ao contrário de Beira e Pemba, onde o processo arrancou no século XIX,

²²⁶ Os homens brancos vestiam jaquetão longo até o joelho, como na baixa do *Chiado* em Lisboa, chapéu mole cinzento de aba virada, bota de camurça, colarinho alto de goma, gravata larga de seda pregada com brilhantes, guias enceradas no bigode; as senhoras usavam saias compridas, caindo em pregas ondulantes sobre as pontas das botinas, corpos cintados, espartilhados, nas *blouses* faustosamente bordadas e fechadas com joias largas na garganta, ostentando primorosos chapéus floridos nos tules, com véus atados ao queixo sobre os vastos penteados armados, levando pela mão suas filhas arrumadas com lacinhos brancos nas pontas e bonitos chapéus de flores ou fatos brancos e laço à *lavalère*. Eram comuns casacos frescos de alpaca, preta ou cinzenta, de gola fechada, e os linhos, as sedas cruas, a sarja branca impecavelmente engomada dos típicos casacos coloniais fechados, enquanto que suas mulheres seguiam a moda provinciana de saias e blusas, cordões de ouro com retratos de família em esmalte ao peito, gravata, jóias e anéis (LOBATO, 1970).

²²⁷ Por outro lado, os indígenas se apresentavam vestidos de botas, calças ou capulanas garridas, chapéus e bonés de diversos modelos e feitios, panos de cores e estampas vivas, colares de pedras brilhantes, braceletes, anéis, relógios, canetas, bengalas e guarda-sóis (ZAMPARONI, 1998).

²²⁸ Junta de Freguesia é a área da residência.

Lourenço Marques²²⁹, outrora conhecida como *Delagoa Bay*²³⁰, vinha sendo urbanizada pelos portugueses, desde o século XVIII, como presídio em 1771 e fortaleza em 1782²³¹. Como aponta Moraes (2001), a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, durante muitos anos, foi o verdadeiro elemento estruturante da cidade.

Para Lemos (1987, p.11), esses foram os primeiros passos da:

[...] vontade dos portugueses de fixar-se ao sul de Inhambane, mas também de outros fatores conjunturais, em particulares econômicos, resultantes da fixação, desejo de emancipação e desenvolvimento das comunidades boeres (provenientes do Cabo), constituídas em república (s) no interior próximo.

Nesse processo, a urbanização permitiu acompanhar os eventos políticos na República da África do Sul, a descoberta do ouro de Lidemburgo (1873); anexação do Transvaal pela Inglaterra (1877); a proclamação em 1875 da sentença arbitral de general francês Mac-Mahon em favor do direito da fronteira sul aos portugueses (reconhecendo o direito das terras de Lourenço Marques, Inhaca e Catembe) e não aos ingleses (MENDES, 1979); a guerra anglo-bôer de 1899, que culminou com a expulsão dos boeres (holandeses) do Estado do Orogen e Transvaal;

Recuemos um pouco apenas para situar o leitor de que, em 1825, começava uma nova fase de colonização de Lourenço Marques, em especial, por conta da criação da Companhia de Lourenço Marques e Inhambane para promover o povoamento da cidade, recrutando emigrantes portugueses, uma vez que o território era frequentemente ameaçado por incursões estrangeiras e pelas guerras com os nativos, foi este o primeiro passo para a fundação e desenvolvimento da atual capital moçambicana, cuja expansão foi lenta até aos finais do século XIX (MENDES, 1979)²³². Em 1868, foi construída uma linha de defesa que procurava impedir a entrada

²²⁹ Lourenço Marques surgiu após a viagem de reconhecimento feita pelo explorador e comerciante (Lourenço Marques), em 1544, esta baía foi ocupada primeiramente pelos holandeses em 1721 e abandonado em 1733. Por ordem do rei de Portugal, Dom João III, a baía recebeu o nome de *Lourenço Marques* em sua honra. Para mais detalhes ver. Mendes (1979).

²³⁰ Para tanto, ver. LIMA, 1968; 1967.

²³¹ Oficialmente a decisão portuguesa de ocupar Lourenço Marques está consubstanciada no Regimento de 25 de novembro de 1781. Para mais detalhes sobre o descobrimento e fundação de Lourenço Marques, ver. MONTEZ, 1948; LEMOS, 1989; LOBATO, 1967 e 1970).

²³² Luis António de Abreu e Lima (conde de Carreira e Duque de Palmella, foi o primeiro alto quadro da coroa portuguesa a visitar Lourenço Marques em 1884 e informou na sua correspondência que só tinha uma fortaleza, 19 casas e 127 palhotas e que residiam 120 indivíduos livres, com 327 escravos e dizia que a miséria era completa.

fácil dos nativos na aglomeração (que já em 1870 contava com 1.094 habitantes), de modo a acentuar o desenvolvimento sem que a povoação fosse elevada à condição de *Vila*.

Lourenço Marques/Maputo foi elevada à categoria de Vila em 9 de dezembro de 1876 (LOBATO, 1948, 1949 e 1960). Depois de se tornar Vila, a vontade dos Comissários-régios foi de fixar a expedição de obras públicas²³³ em Lourenço Marques, fato que se confirmou em 1877 (Figuras 10 e 11, abaixo), quando o número de edificações se limitava a 110 casas circunscritas ainda ao núcleo primitivo, que ia da Ponta Vermelha à colina de Maxaquene. Muitas delas de alvenaria, cobertas geralmente de telhas francesas achatadas, com terraço de argamassa, de ferro e zinco, com o restante de madeira e adobe. (MORAIS, 2001)

Figura 10: Lourenço Marques em 1876.

Fonte: MELO, 2013, p. 74²³⁴. Legenda: **1** = Praça da Picota (atual Praça 25 de Junho); **2** = Fortaleza; **3** = Linha de defesa; **4** = Pântano; **A** = Lourenço Marques (1876); **B** = Maputo (2012); **C** = Elementos urbanos permanentes.

Vendo-se a realidade urbana desse prisma. A morfologia e a função urbana de Lourenço Marques começaram a alterar-se depois de 10 novembro de 1887 quando ascendeu formalmente à categoria de cidade (por concentrar as mais importantes atividades administrativas, comerciais, financeiras, entre outras) pelo

²³³ Para a especificação das várias arquiteturas, ver. Almeida (1978).

²³⁴ Figura elaborada por Vanessa de Pacheco Melo (2013) com base em cartografia disponibilizada pela Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique (FAPF-UEM). Planta de Lourenço Marques de João Sousa Morais (1876).

decreto régio publicado no Boletim Oficial, número 1, de 7 de janeiro de 1888. Neste período é que foram traçadas quase todas as ruas que existem na atualidade na chamada parte “baixa” da cidade (área mais antiga).

Figura 11. Vista parcial de Lourenço Marques em 1885.

Fonte: Luís Silveira *apud* Mendes (2011, p.229).

O ano de 1887 foi importante na história de Lourenço Marques, porque “nesse ano construiu-se o primeiro traço do caminho de ferro que ligava a povoação ao interior, com abertura dos primeiros 80 quilômetros, que ligavam a cidade aos Libombos [...]” (LIESEGANG, 1987, p. 19), introduzindo assim, um fator que permitiu a mudança na paisagem urbana laurentina. Teve início o verdadeiro *boom* urbano, com casas térreas e volumosas – muito por conta da chegada de uma expedição das Obras Públicas de Lisboa, que elaborou o primeiro plano de urbanização de Lourenço Marques (MENDES, 1979).

Onze anos depois, isto é, em 1898, Lourenço Marques transformou-se numa cidade com funções militares de maior pujança, concentrando todo o comando militar que tinha a missão de “ocupar efetivamente” Moçambique – isto por conta da

transferência do centro militar-político-administrativo da colônia da Ilha de Moçambique, que vinha gozando desse estatuto desde 1818, para Lourenço Marques, por meio da circular datada de 22 de novembro de 1898.

A transferência só foi legalizada oficialmente no dia 23 de maio de 1907²³⁵, com a reforma administrativa que alterou o conteúdo normativo do território moçambicano. Depois de Lourenço Marques receber o estatuto de capital, o número de civis e militares residentes ultrapassou o da Ilha de Moçambique (MEDEIROS, 1985)²³⁶.

O alargamento das oportunidades econômicas no final do século XIX, permitiu o lançamento do *primeiro plano de urbanização de Lourenço Marques* (de 1887)²³⁷, aprovado oficialmente em 1892 (Figura 12). Este plano veio alterar a fisionomia urbana, cuja autoria é do Major Antônio José de Araújo – por isso, conhecido também como “Plano Araújo”, executado pelo Major Joaquim José Machado e, posteriormente, implementado pelo Major-general da Armada, Augusto de Castilho, então Governador Geral de Moçambique na época²³⁸.

²³⁵ Esta medida foi tomada pelo então Governador-geral, general Alfredo Augusto Freire de Andrade. Pode-se ver. Lima (1967 e 1970).

²³⁶ Sobre esta realidade, há que acrescentar os trabalhos de Medeiros (1985), Perreira (1966) e Mendes (2008).

²³⁷ O plano foi implementado na sua totalidade. Excetuando um pequeno bairro indígena que não foi construído. Essa população era geralmente pouco considerada nos planos de urbanização da cidade colonial, a qual habitava marginalmente, em assentamentos periféricos, junto às vias principais. Tendo os bairros da Polana e da Ponta Vermelha um desenvolvimento notório, implementando um traço regulador, anterior ao primeiro plano, numa vasta área que estava sob responsabilidade da concessionada empresa estrangeira *Óscar Sommerchild, Allen Wack e The Eastern & South African Telegraph Company Limited*. Sofreu algumas alterações dos seus traçados ao longo da vida colonial. Para mais detalhes, ver. Morais (2001).

²³⁸ Foi governador de Moçambique, entre 1885 e 1889.

Figura 12. Plano de Lourenço Marques em 1887.

Fonte: Melo (2013, p. 75).²³⁹ Legenda: **1** = Praça da Estação (atual Praça dos Trabalhadores) junto à estação do caminho de ferro; **2** = Praça D. Vasco da Gama, centro da nova cidade, destinado a edifícios públicos de relevo (atual mercado central); **3** = Jardim Vasco da Gama (atual Jardim Tunduro); **4** = Bairro indígena; **5** = Porto; **6** = Caminho de ferro; **7** = Áreas de declive acentuado; **A** = Lourenço Marques (1887); **B** = Maputo (2012); **C** = Elementos urbanos permanentes (1876); **D** = Elementos urbanos permanentes (1887).

Na prática urbanística o plano abriu um novo ciclo do crescimento urbano, porque os seus mentores tinham como desafio construir casas de alvenaria e alguns prédios públicos (Fazenda, Obras Públicas, Hospital Militar e Civil, Porto e Caminhos de ferro, Banco Nacional Ultramarino, *Bank of South Africa e Standard Bank*, entre outros)²⁴⁰, construídos com vigas, colunas, asnas²⁴¹, balaústres, varandas aramadas²⁴², parapeitos nas janelas, tetos em placas quadradas de ferro moldado, imitando os nórdicos caixotões da Europa, principalmente importado da Inglaterra, com belos desenhos da época²⁴³.

As transformações que ocorriam em Lourenço Marques visavam enfrentar

²³⁹ Figura elaborada por Vanessa de Pacheco Melo com base em cartografia disponibilizada pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique (FAPF-UEM) e em fotografia da planta de Lourenço Marques de 1876, em João Sousa Morais.

²⁴⁰ Para um conhecimento sobre a história de outros edifícios, ver. Lima (1967) e Sopa (1987).

²⁴¹ Peça triangular de madeira ou ferro que se dispõe na parte superior das edificações para sustentar o telhado.

²⁴² Diz-se da textura rígida, seja pela composição de pedra, ferro e cimento.

²⁴³ Sobre a arquitetura de Lourenço Marques, ver. Albuquerque (1998).

os imemoriais caminhos tortuosos, traçados *a pé posto*²⁴⁴, que obedeciam à lógica da primeira idade colonial (nada compatível com a racionalidade dos novos tempos), bem como aterrar os pântanos que rodeavam grande parte da língua de terra em que se resumia a cidade, que nos tempos chuvosos faziam transbordar as mercadorias dos armazéns do porto nas ruas e passeios da cidade (LOBATO, 1970, ZAMPARONI, 1998).

Na época, apontava-se a fundação de uma nova povoação no *Alto de Maxaquene*, onde as condições de salubridade eram mais apazíveis, deixando o “núcleo urbano primitivo” a funcionar apenas como Porto (MORAIS, 2001). O plano de urbanização de 1887 destruía o limite da vila (marcado pela muralha defensiva e determinada pela existência de pântanos), abria Lourenço Marques em avenidas de 20 metros de largura e 2000 metros de extensão, com ruas transversais cortadas em forma de artérias, descrevendo rotundas, alargando praças, esboçando jardins.

Esta nova urbanística suprimia os caminhos tortuosos e os mudava para um traçado geométrico de textura padronizada, larga, aberta, ventilada e formosa, ocupando uma área de cento e tantos hectares (MORAIS, 2013), o que facilitou o desenvolvimento da área urbana na direção de uma cidade horizontal, cosmopolita. Como aponta Gerhard Liesegang (1987), participaram no arranque de Lourenço Marques funcionários públicos, soldados portugueses, artesãos, comerciantes portugueses e indianos, britânicos, suíços, alemães, gente dos países nórdicos e outras nacionalidades.

O crescimento urbano estava ligado a dois fatores principais: 1) a posição geográfica privilegiada próxima a África do Sul, o que permitiu Lourenço Marques beneficiar-se de libras esterlinas, provenientes de acordos entre o governo português e o sul-africano, para utilização do porto e da estrada de ferro; 2) a prosperidade econômica da vizinha República Sul-Africana, que atraía milhões de nativos para trabalho nos grandes jazigos de ouro de *Witwatersrand* e *diamante de Kimberley* (COVANE, 1987), trazendo dividendos para o governo colonial, uma vez que recebia uma taxa por mineiro nativo contratado nas minas sul-africanas.

A metamorfose da paisagem urbana de Lourenço Marques tornou-se mais visível nas décadas posteriores a 1890, com uma nova arquitetura. Dentro desta nova economia urbana de serviços, os sistemas de engenharias – porto e caminho de ferro –

²⁴⁴ Com o termo *pé posto*, queremos dizer caminhada.

de Lourenço Marques, segundo Zamparoni (1998), fervilhavam de pessoas e mercadorias que embarcavam para o *eldorado* transvaaliano, permitindo que, em 1890, crescesse 75% de atividades de serviços e negócios.

Foram construídos 400 edifícios, distribuídos em 33 arruamentos, instalando assim 1.059 habitantes, que deixavam paulatinamente a antiga baixa, delimitada pela *linha de defesa* constituída de arame farpado, que começava junto às dunas do porto e cortava a Ponta Vermelha, seguindo em direção ao Maxaquene, passando pelo cemitério, depois pelo *Alto Maé*²⁴⁵, e terminando novamente nos pântanos da sede da empresa de estrada de ferro, aterrados com a implementação do plano de urbanização de 1887 (MORAIS, 2013).

A circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias em Lourenço Marques ganhou expressão em 1895, com a implantação dos serviços urbanos modernos, como o fornecimento de água potável, por uma empresa britânica (*E. F. Tissot*), às residências, repartições públicas e serviços para os navios que atracavam no porto. O monopólio da empresa durou apenas 10 anos, sendo substituído por *Delagoa Bay Development Corporation Limited*, sob a promessa de dotar maior capacidade no fornecimento da água potável obtida a partir do Rio *Umbeluzi* (Boane), a 29 quilômetros de distância, conseguindo assim o monopólio do fornecimento por 50 anos. O fornecimento de água potável pela empresa era importante, porque a água do subsolo era insalubre (ZAMPAORNI, 1998).

Outro serviço urbano, impulsionador da *urbe*, foi a entrada da corrente elétrica, fornecida aos 3.155 habitantes (dos quais 913 eram asiáticos e 2.242 europeus e americanos) primeiramente pela firma inglesa *Jones e Gubler & Co* em 1897. Em face dessa realidade demográfica, a companhia mostrou-se inoperante e foi substituída pela firma francesa, *Compagnie Générale d'Électricité*, que teve o privilégio de fornecer luz elétrica por 50 anos.

Em 1907, a Companhia tinha instalada nas residências cerca de 4 mil lâmpadas e outras 750 nas vias públicas. Em 1917, foi substituída por uma firma inglesa, *Delgoa Bay DCL*²⁴⁶, concessionária na época do fornecimento de água potável, dando à cidade ares de modernidade cintilante ao substituir por lâmpadas

²⁴⁵ Um bairro popular de Lourenço Marques. Do chefe *Nwayéye* (o prefixo *nwa* e designativo de descendência). No primeiro aportuguesamento o nome passou para Alto-Maheua. Nasceu o Alto-Maé.

²⁴⁶ Empresa que tinha objetivo de explorar em Moçambique negócios que passavam pelos ramos de terrenos, minas, bancos, eletricidade e águas, mas, sobretudo, ao que se pode depreender de seus estatutos, especialmente para adquirir a concessão dos *tramways* (ZAMPARONI, 1998).

incandescentes a tênue e bruxuleante luz dos lampiões (ZAMPARONI, 1998). A distribuição da eletricidade produziu uma cidade noturna segregada: por um lado, o núcleo urbano iluminado e, por outro, no entorno, onde viviam majoritariamente os negros, a escuridão, como mostra Valdemir Zamparoni (1998, p. 258):

Desnecessário dizer que tal benefício concentrava-se nas áreas da cidade de *cimento*, cujos moradores podiam pagar a taxa mínima obrigatória de 6 *shillings* e 3 *penses* [...]. De qualquer modo, o *espaço branco* estava razoavelmente iluminado e seu significado transcende o aspecto do conforto material proporcionado – iluminação traz consigo também um conforto espiritual, livrando o homem de seu secular medo da noite e dos perigos objetivos e subjetivos por ela representados. Numa *cidade colonial*, à sensação de isolamento causado pelo cair da noite, deve-se acrescentar o isolamento da *população branca*, fora de sua terra, cercada por uma maioria cuja língua e universo cultural lhe era quase que totalmente desconhecidos. Mais que menosprezo, este mundo desconhecido provocava o temor, principalmente porque o pouco que a população branca conhecia da cultura *indígena* eram seus aspectos mais salientes, os quais lhes pareciam cercados de magias, feitiçarias, crendices, enfim, de poderes sobrenaturais, cujo espaço privilegiado é o noturno (ZAMPARONI, 1998, p. 258).

A instalação de energia elétrica em Lourenço Marques impulsionou também a entrada de *bondes elétricos*²⁴⁷ em 1904, fornecidos pela *Dick Kerr & Co., Lda* e a *Milne Car Company*, que cumpririam um trajeto estável, com destino fixo: da Praça da empresa Caminho de Ferro e Praça 7 de Março, na baixa, subindo o morro do Quartel até a Ponta Vermelha, que também era o melhor acesso à praia da Polana e ao Quartel da Polícia do Alto Maé, nos extremos da cidade Alta. Eram bondes de um só piso, abertos de ambos os lados, compatíveis com o clima da *urbe* (MORAIS, 2001).

Como contrapartida, a Câmara elaborou um *Regulamento de Exploração dos Eléctricos* (Foto 15) que, no seu artigo 5º, proibia que os negros e asiáticos transitassem nas imperiais, mas apenas em lugares especiais determinados pela Companhia, ou seja, os negros eram proibidos de transitar na mesma carruagem com os europeus, nem se sentarem em suas poltronas, tendo que viajar de pé na pequena área a eles reservada ou pendurados nos estribos.

²⁴⁷ Sobre a história dos bondes elétricos de Maputo, ver. Vieira (1991).

Foto 15: Bonde elétrico em Lourenco Marques, século XX.

Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique (1991).

Esta decisão provocou reações do líder da comunidade negra, João dos Santos Albasini, jornalista do periódico *O africano* e da Associação dos comerciantes de Lourenço Marques, que na sua maioria era representada por indianos e pela imprensa liberal. A Câmara acabou por alterar a lei para a seguinte expressão: *os indígenas* e asiáticos, ou quaisquer outras pessoas, podem transitar dentro dos carros elétricos, desde que estejam decentemente vestidos e apresentados.

Mesmo decentemente vestidos e pagando os mesmos valores como o restante dos passageiros, os negros continuavam a ser discriminados, marginalizados e racializados, podendo viajar apenas na plataforma traseira (ZAMPARONI, 1998). Com o passar do tempo, apenas os asiáticos conseguiram conquistar o direito de viajarem nas poltronas. Com o decorrer do tempo, as barreiras raciais contra negros se tornaram cada vez mais fortes, pois foram proibidos de circular à noite, de estar nos bares inter-raciais e as casas de jogos frequentadas por eles foram deslocadas para distante do núcleo urbano”.

Na década de 1920, com a introdução do cinema, os negros também foram proibidos de assistir às sessões. Depois de várias críticas por grupos mais liberais, a Câmara de Lourenço Marques seguiu a prática implantada pela Companhia de Moçambique, de que fossem admitidos negros apenas em sessões de cinema quando fossem projetados filmes que retratassem a dominação branca, para que o

negro pudesse respeitar a superioridade racial. Era proibido ao negro assistir sessões de cinema que tratassem de cenas de crime, fogo posto, sedição, pancadarias e roubos, temendo que os negros pudessem ser influenciados pelo vislumbrado poder sedutor das imagens (ZAMPARONI, 1989).

Como consequência da excessiva segregação urbana racializada, Lourenço Marques cresceu configurando uma dualidade urbana quer do ponto de vista construído, quer do ponto de vista social, com uma nítida divisão entre os grupos raciais (brancos e negros) e com dois modos de vida diferentes, urbano e jurídico. Essa estrutura dual tendeu a incluir os *asiáticos* que moravam em Moçambique.

Embora o termo *asiático* se empregue nos censos coloniais, ele representava quatro comunidades distintas: *chineses*, *hindus*, *maometanos* e *baneanes*, este último originário majoritariamente do *Guzarate* (Índia). Os *maometanos* e *baneanes* são chamados por moçambicanos de *monhé*²⁴⁸. Na verdade, esses também sofreram os preconceitos raciais da administração colonial; basta ler o relatório do Comissário-régio António Ennes (1971), para ter informações claras²⁴⁹. O censo de 1894 apontava que moravam em Lourenço Marques cerca de 38 chineses, distribuídos da seguinte forma: 23 deles na *Baixa*²⁵⁰ da cidade e 15 no bairro Central, principalmente no comércio e em trabalhos artesanais.

E também 245 *indianos*, que correspondiam a 23,14% da população

²⁴⁸ Segundo Valdemir Zamparoni, citando o Padre Daniel da Cruz, o termo *monhé*, significa etimologicamente, *proprietário*, *patrão*, *senhor*. Esta definição traz, ainda hoje, certa carga depreciativa e é utilizada, popularmente, para designar os vários grupos culturais de origem indiana, incluindo os goeses cristãos que procuravam se comportar como europeus. Ver. Zamparoni (2000).

²⁴⁹ Em janeiro 1899 e depois em 1907, os *hindus* e os *negros* foram proibidos temporariamente de entrar na cidade nas épocas que a urbe era assolada por surto de peste. Abrindo apenas exceção para os asiáticos que queriam usar o porto de Lourenço Marques para desembarcar para a República Sul Africana mediante pagamento de 30\$00 réis. Em julho de 1912, o governo de Lourenço Marques voltou a adotar medidas de controle à entrada e saída dos *negros* e *hindus*, criando o Código de Postura que avançou sobre o anterior de 1897, mais proibindo a existência no núcleo urbano de casas que não eram de alvenaria, tolerando provisoriamente, casas de madeira e zinco que eram na maioria dos asiáticos, em alguns lugares: Avenida Henrique de Macedo (atual Avenida da Zâmbia), Alto de Maxaquene, Avenida D. Manuel (atual rua da Radio Moçambique e avenida Patrice Lumunba), toda área da barreira da Ponta Vermelha, dentro dos pontos de entrocamento das Avenidas D. Manuel e Augusto de Catilho. Ver. Moraes (2001). E criou, em outubro do mesmo ano, um Regulamento de Polícia de Entrada de Asiáticos de 29 de outubro de 1913, que por conter formas explícitas de discriminação, foi anulado por Boletim Oficial nº 52/1913 do Ministro das Colônias, fundamentada na temerosa reação diplomática inglesa, uma vez que muitos asiáticos eram súditos britânicos. Um ano depois foi editado um regulamento para a polícia e fiscalização da entrada de asiáticos nos territórios da Província de Moçambique sob administração direta do Estado, onde o conteúdo racista era menos explícito, mas mantinha o espírito anterior de dificultar ao máximo a entrada, movimentação e instalação dos asiáticos nos territórios moçambicanos, excluindo nas terras sob administração da Companhia de Moçambique, Niassa e Zambézia. Ver. Zamparoni (2000).

²⁵⁰ Como é conhecido entre os moçambicanos, o núcleo urbano.

branca de Lourenço Marques, dos quais 151 eram muçulmanos e 59 hindus²⁵¹. Embora pese uma diminuição da população asiática em 1910, a comunidade cresceu em números absolutos: em 1912, a cidade contava com 13.353 habitantes, dos quais 5.324 eram europeus, 2.334 asiáticos e 5.695 negros. Contava também com 2.137 edificações no núcleo urbano, destes 1.378 construídas em madeira e zinco (64,5%), 756 em alvenaria (35,4%), duas em madeira e uma em ferro. Enquanto isso, no entorno do núcleo urbano, contavam com 3.810 casas, dos quais 2.110 eram de palhoças (55,4%), 1.690 de madeira e zinco (44,35%) e apenas 10 em alvenaria (0,25%).

Em 1928, o número de asiáticos ascendeu a 1.974 residentes, destes, cerca de 314 chineses moravam no núcleo urbano, que era o espaço reservado para o homem branco. Como diz Zamparoni (1998), esposas e filhas recolhidas ao recato do lar, longe do burburinho dos homens negros. Em 1935, o número de chineses voltou a crescer para 483 e, em 1940, chegou a atingir 570 moradores (MORAIS, 2001).

Não podemos esquecer que Lourenço Marques cresceu como um espaço de “segregação étnica”, para utilizar as palavras de Mohammad A. Quader (2004), em enclaves – bairros com distinções raciais, culturais e sociais (europeus e asiáticos²⁵²).

Valdemir Zamparoni (1998) escreveu que, na cidade, a hierarquização das raças se traduziu numa separação territorial dos corpos, criando assim as condições e atitudes de limpeza para construir um mundo no qual todas as coisas, criaturas e corpos estariam em seu próprio lugar: de um lado, os *brancos* (portugueses, ingleses, indianos, chineses, franceses, gregos, holandeses, alemães, italianos, suíços, espanhóis, nórdicos, belgas, austríacos, russos e ainda australianos, árabes, norte-americanos e brasileiros), dedicados a profissões diversas, em sua maioria, nos bairros centrais (Foto 16) – Baixa, Central, Alto Mahé, Alto da Maxaquene –, e, do outro lado, os *asiáticos*, que residiam entre a Rua da Gávea, travessas da Palmeira, da Porta, da Linha, da Catembe, da Laranjeira e da Fonte (ZAMPARONI, 1998).

²⁵¹ Para um conhecimento do censo de Lourenço Marques, no século XIX e XX, ver. Lima (1970).

²⁵² Os chineses, hindu, maometanos, banéanos e outros grupos minoritários, como os Ismaélis. Ver., por exemplo, Leite e Khouri (2012).

Foto 16. Vista parcial do centro de Lourenço Marques em 1929.

Fonte: Santo Rufino (1929) (*apud* MENDES, 2011, p. 250).

Enquanto isso, os negros viviam nas franjas do “núcleo urbano”, nos bairros de *Munhuana*, *Mafalala*, *Malanga* e *Xipamanine* e seus arredores, embora existisse presença pulverizada de alguns portugueses, chineses e indianos pobres. A franja era caracterizada pelas palhotas, fracas infraestruturas físicas e sociais adequadas para a vida urbana. Entre 1918 e 1921, o Estado português financiou a construção de um bairro negro, em *Xipamanine*, conhecido por *bairro indígena*.

Este foi o primeiro bairro negro construído pelos portugueses à imagem e semelhança dos bairros do *Apartheid* sul-africano, “que apresentava regras rigorosas, com quarteirões retangulares sessenta por cento e cinquenta e seis metros, com cerca de 9000 metros quadrados de superfície [...]” (MORAIS, 2013, p. 93).

Em 1922, o aluguel custava 43\$00 Escudos por mês, quando o salário mensal de um trabalhador negro semiespecializado do setor ferro-portuário girava em torno de 30\$00 a 75\$00 Escudos mensais. Embora o aluguel fosse pago em escudos, seu valor era estabelecido em libras, sendo, portanto, atualizado mensalmente.

Os salários, entretanto, estavam atrelados a escudos, tornando os preços cada vez mais altos e inviáveis o aluguel para grande parte dos trabalhadores negros semiespecializados. Além disso, a Câmara aumentou o aluguel, em 1923, entre 30% e

60% em libras; assim, as casas acabaram sendo ocupadas por brancos, chineses e indianos pobres e por uma pequena burguesia afro-portuguesa. O bairro apresentava-se sem rede de água, eletricidade ou outros serviços urbanos destinados à área branca da cidade (ZAMPARONI, 1989).

A segregação urbana da época apresentava-se principalmente em dois níveis: residencial e profissional²⁵³, como nos mostra Zamparoni (1998) no seu bem documentado estudo a respeito da sub-remuneração do negro que assumia o caráter de inferioridade racial, mas também de interesse do Estado colonial de manter uma unidade econômica no interior da “raça” branca e de manter uma segregação econômica, na medida em que o baixo salário do negro lhe impedia de ter acesso à mobilidade urbana, imóvel condigno e terra urbana²⁵⁴ – situação essa bem reivindicada por João Albasini, em 1909, ao afirmar que o valor do homem negro era dado pela sua cor e nunca pelo seu mérito. Pouco importava ser honesto, trabalhador e cumpridor das normas jurídicas, o que importava era ser *branco*.

A segregação racial de Lourenço Marques²⁵⁵ tornou-se ainda mais evidente quando se analisa as distribuições de profissões a partir das categorias raciais (Tabela 2, abaixo). Os portugueses ocupavam os empregos liberais ou de direção, gerência e supervisão, representados por profissões como advogados, agrônomos, agrimensores, arquitetos, banqueiros, capatazes, cónsules, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, jornalistas, juízes, leiloeiros, médicos, oficiais da marinha mercante, professores, sacerdotes, veterinários e, todas as atividades que exigiam maior qualificação, em geral de nível superior, ou que por sua vez permitiam maiores rendas e salários e situavam seus membros no topo da hierarquia social colonial – que eram, majoritariamente, empregados do Estado.

²⁵³ Esta realidade contínua depois da independência nacional (1975). Para ver algumas evoluções dessa mesma realidade Zamparoni (1989) apresenta uma tabela de 1928.

²⁵⁴ O Regimento provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique, de 1909, mantinha tais exigências e limitava aos indígenas a posse de no máximo 400 m² de terrenos urbanos. Decreto de 09/07/1909 publicado pelo *Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Moçambique*, Suplemento, de 02/09/1909, conta com 226 artigos e dezenas de anexos, totalizando 29 páginas.

²⁵⁵ A presença de segregação urbana em Lourenço Marques encontra-se confirmada nos trabalhos de Valdemir Donizette Zamparoni (1998); Maria Clara Mendes (1979); João Sousa Morais (2001); Alexandre Lobato (1970,1948); José de Oliveira Boleo (1945), Gerhard Liesegang (1987), entre outros.

Tabela 2. Distribuição das profissões médias de grupos raciais em Lourenço Marques em 1890.

Grupos raciais e profissionais	Amarelo %	Indiano %	Branco %	Negro %	Total / Atividades %
Agricultura e pesca	11.1	0.0	88.9	0.0	1.9
Operário e artesão	0.0	20.4	76.1	3.4	9.7
Construção e obras públicas	31.0	7.0	61.9	0	7.8
Comércio e bancos	3.4	50.0	44.3	2.2	35.3
Transporte e Comunicação	0.0	0.0	93.5	6.5	8.5
Serviços e Administração	0.0	23.0	72.6	4.2	12.9
Serviços domésticos	1.1	27.0	25.9	45.5	9.4
Situações não profissionais	0.7	6.2	71.1	21.9	14.1
Total de população	4.1	26.6	59.6	9.6	100

Fonte: Adaptado de Zamparoni (1989).

No outro extremo, estavam os negros que ocupavam profissões braçais, tais como: arrumadores, entregadores e estivadores de cargas, carregadores e, de uma forma geral, os serviçais. Por exemplo, em 1894, 45,9% dos negros exerciam serviços domésticos, alguns puxando os chamados riquixás – pequenas carroças de origem oriental, que tinham duas rodas e dois varais que levavam até três passageiros puxados à força humana.

O critério racial estabelecia parâmetros para tipo de profissão a exercer, valor dos vencimentos e também do direito à cidade propriamente dita (o núcleo urbano). A documentação era, no início da década de 1900, na forma de uma chapa metálica que deveria estar presa por uma fita no braço direito.

A partir de 1913, o negro trabalhador passou a ser identificado com um número de inscrição junto ao Comissariado de Polícia, que lhe concedia uma caderneta. Os negros deveriam parar de circular após a jornada de trabalho, mas também eram exigidos pela polícia que apresentassem uma autorização que comprovasse a sua situação de trabalhador.

Somente negros registrados estavam autorizados a permanecer na cidade, mesmo estando temporariamente desempregados, teriam obrigatoriamente que se sujeitar a qualquer trabalho que lhes fossem oferecidos, sob pena de serem considerados vadios e submetidos a trabalho prisional (SOARES, 1993).

Assim, em 1922, o então Alto Comissário de Moçambique, Manuel de

Brito Camacho, publicou uma portaria regulamentando o trânsito e a mudança urbana dos negros; em seguida, editou também o *Regulamento de Polícia dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas em Lourenço Marques*, que ficou conhecido como *lei dos passes e compounds*, no qual procurou estabelecer novos mecanismos de identificação e controle, ao instituir a obrigatoriedade dos passes a todos os negros, pois os portugueses estavam convencidos do controle rígido de todos os negros urbanos e dos seus costumes.

Neste período, a partir de Lourenço Marques, foram fundados novos espaços urbanos que tinham funções militares. Chamamos aqui de “cidades militares”, impostas pela reorganização política das nações europeias no último quartel do século XIX, adveniente da “ocupação efetiva” da África. Na região sul, a primeira urbe a ser erguida foi *Manhiça*. Fundada em 1895 como sede de *Circunscrição* do mesmo nome. Ganhou o estatuto de Vila em 28 de setembro de 1919, pela portaria nº 918. Atualmente é município e sede do distrito do mesmo nome, situa-se a aproximadamente 80 quilômetros de Lourenço Marques/Maputo (MATOS, 1910; MAE, 2002).

Depois foi a vez de *maxixe*, fundada em 1889 como sede da *Circunscrição* de mesmo nome, pela portaria nº 269 do Boletim Oficial (BO) 19/1889. Atualmente é município e sede do distrito do mesmo nome e a segunda cidade da província de Inhambane. Em seguida, em 1897, foram criadas, simultaneamente, três importantes postos militares, *Xai-Xai ou Chai-Chai*, *Chibuto* e *Inhambane*, apesar deste último ser concebido no século XVIII como porto de pequena escala de navios portugueses, que passavam de Lisboa para Sofala, em direção da Ilha de Moçambique e da Capitania dos Rios de Sena (Quelimane, Tete e Sena), na compra de ouro, marfim e escravos.

A história urbana de *Inhambane* data do ano de 1727, com o estabelecimento dos portugueses que efetuaram, em 1761, a construção de uma fortaleza com objetivo de contrabalançar a influência comercial dos holandeses na região sul de Moçambique. Em 9 de maio de 1764 foi elevada à categoria de Vila (CARDOSO, 1907; CARVALHO, 1920; TEIXEIRA, 1990; LIESEGANG, 1987; RUNGO, 1990; ROQUE, 1990; LOFORTE, 1990 e MAE, 2002); porém, foi precisamente em 1897, com a derrota do *Ngungunhana*, que a cidade passou a desempenhar a função de pivô de penetração colonial no interior de *Inhambane*, com vistas a consolidar a soberania portuguesa. Atualmente *Inhambane* é município,

cidade e sede administrativa da província do mesmo nome.

Já *Xai-Xai*, fundado em 11 de julho de 1897, como posto militar português para fazer frente de resistência às novas rebeliões que ressurgissem em memória de *Ngungunhana*, capturado e exilado em Angra do Heroísmo – Ilha Terceira (Região Autónoma dos Açores – Portugal), pelos portugueses em 1895²⁵⁶. Foi elevado à categoria de Vila em 27 de outubro de 1911; mas, em 2 de dezembro de 1922, passou a denominar-se como *Vila Nova de Gaza*, pela portaria nº307 e, em 2 de fevereiro de 1928, passou a ser chamada de *Vila João Belo*²⁵⁷ pelo decreto nº 14974. Presentemente é capital administrativa da província de Gaza, cidade e município, situada no litoral sul de Moçambique, aproximadamente a 220 quilômetros de Lourenço Marques.

Em seguida, em 11 de dezembro de 1897, pela portaria nº236, fundou-se *Chibuto* como sede do distrito Militar de Gaza. Através da portaria nº 30, confirmado pelo Comissário-régio, o distrito militar de Gaza criou Bilene, obtendo assim, em 1907, o estatuto do comando militar. Quando o distrito de Gaza foi extinto e dividido em cinco circunscrições civis e um comando militar no *Alto-Limpompo*, que depois foi transferido para, Macie. Que neste momento, tem estatuto de município e sede do distrito do mesmo nome, situada na região central da província de Gaza ao norte de *Xai-Xa*²⁵⁸.

Depois, entre 1901-1902, pela portaria nº 11/1901 e Boletim Oficial 1/1902, fundou-se *Vilankulos*²⁵⁹ como sede do comando militar. Onze anos mais tarde foi transformada em *Circunscrição*, em 23 de julho de 1913, pela portaria nº1060. Hoje em dia é município e sede do distrito do mesmo nome, situada ao norte da província de Inhambane, a aproximadamente 250 quilômetros de *Maxixe*.

Em 1908 foi fundada a *Circunscrição* de *Mandlakazi* (Manjacaze, Mandlacaze ou Mandla – inkaze), como sede da 8ª circunscrição civil dos *Machopes*, pela portaria nº 421 do Boletim Oficial 40/1908. Na época atual é sede do distrito do mesmo nome e município.

²⁵⁶ Como assim sucedeu com *Maguigwana* ou *Maguigana*, General de *Ngungunhana*, que foi perseguido, capturado e morto pelos portugueses, depois de tentar uma insurreição armada em 1897.

²⁵⁷ Em homenagem ao Ministro do Ultramar João Belo (1878-1928), que se notabilizou como militar da armada portuguesa, permaneceu em Moçambique, 29 anos. Como Ministro redefiniu a reforma administrativa colonial, com a criação de um Conselho Superior de Colônias.

²⁵⁸ Segundo Fernandes (2006), o termo *Xai-Xai* (*Chai-Chai*), deriva da palavra Zulo, “*shaya*”, (língua native dos sul africanos) que significa “*bater*”; logo: *Xai-Xai* (é igual a “*bater bater*”).

²⁵⁹ O nome pertence a uma das famílias *Chope* mais antigas da região, provavelmente de origem *Nhama*, ver. MAE (2002).

Depois disto, em 1916, pela portaria n° 2921, fundou-se a *Circunscrição de Chockwe*²⁶⁰ com o nome de *Cançada*²⁶¹, que depois passou a se designar de *Guijá*²⁶² e na terceira idade colonial²⁶³ traspassou a chamar-se de *Vila Alferes Chamusca e Vila Trigo de Moraes*²⁶⁴. No presente goza de estatuto de cidade, município e sede do distrito do mesmo nome da província de Gaza. E, finalmente, no sul de Moçambique, fundou-se a Circunscrição de *Matola*, em 12 de outubro de 1918, pela portaria n° 928. Localizada na parte sul da baía de Maputo, atualmente, tem estatuto de corredor de Maputo, município e “cidade industrial”, ocupando cerca de 60% do parque industrial do país.

Para além da região sul, o governo colonial português criou no centro e norte de Moçambique centros urbanos, que tinham funções militares. *Na região central*, em 1902, refunda Tete²⁶⁵ como comando militar, com o objetivo de submeter às rebeliões criadas pelas “*forças centrípetas*” (SANTOS, 2002b), internas ao “mundo local” e encabeçadas pelos líderes locais do vale da Zambézia.

Dentro deste bojo, em 1920, Tete passa a categoria de Conselho. Convém recordar ao leitor que a presença portuguesa em Tete é muito antiga, datada desde 1531, com a construção da primeira feitoria portuguesa, atraída pelo comércio de ouro, marfim e escravo. Como já salientado no primeiro capítulo, no século XVIII, Tete conheceu um desenvolvimento econômico que lhe permitiu ascender à categoria a Vila, mas especificamente no dia 31 de maio de 1764, pelo Decreto Régio de 1761. Nos dias de hoje, Tete tem estatuto de cidade, município e capital da província com o mesmo nome.

Depois da reconfiguração de Tete, em 9 de novembro de 1912, fundou-se em *Moatize*, tradicionalmente conhecido como *Cambulatsitsi*, localizado no extremo sul da província de Tete, a *Circunscrição de Maravia*, através do Decreto-Lei publicado no Boletim Oficial n° 50/1912. A escolha de *Moatize* foi impulsionada por

²⁶⁰ Na grafia colonial, escrevia-se Chocué.

²⁶¹ O nome de cançada tem origem num comerciante indiano, do nome Kamissa. Ver. Cabral (1975).

²⁶² Segundo Fernades (2006), ainda não existe na historiografia moçambicana colonial, uma data precisa de quando passou a se chamar de Guijá (atualmente este nome representa um distrito situado na parte sul da província de Gaza).

²⁶³ Mas uma vez para esclarecer ao leitor, chamamos de terceira idade colonial, o período que vai entre 1930 -1974.

²⁶⁴ Passou-se a chamar de Vila Alferes Chamusca, em 19 de março de 1960 e Trigo de Moraes a 25 de abril de 1964, pela portaria n° 17781.

²⁶⁵ Coelho (1991), Liesegang (1991) e Neves (1991), mostram que Tete foi um lugar também construído como um reservatório de mão-de-obra negra para a Ródésia de Sul (atual Zimbábue).

dois fatores importantes:

Primeiro, por ser um ponto avançado de “ocupação efetiva”, localizado no extremo sul, a 20 quilômetros da cidade de Tete, possibilitando penetrar facilmente no interior e alcançar as terras de *Tsangano*, *Chiuta*, *Changara*, *Mutarara*, *Guro* e *Tambara*.

Segundo, pela descoberta de sinais de existência de jazidas de carvão mineral, o que veio a obrigar o governo português e a Companhia de Moçambique a firmarem um acordo de cooperação, no qual a companhia se responsabilizava em construir uma linha férrea, *Moatize-Beira*, para facilitar o escoamento do carvão para o consumo de pequenas indústrias emergentes da Beira e para exportação. A primeira exploração de carvão mineral foi feita em 1923, pela *Minère Geologique Moatize*. Atualmente é município e sede do distrito do mesmo nome.

Excetuam-se deste quadro, finalmente, a zona norte, onde a influência portuguesa havia sido dominante – logo que a ocupação efetiva se tornou uma atividade organizada do Estado colonial portuguesa (no final do século XIX). A Ilha de Moçambique, a mais antiga capital do território, organizou expedições militares com objetivo de criar cidades para fazer representar a soberania portuguesa, processo este que aconteceu da seguinte maneira: primeiro, os portugueses criaram na parte insular, em 1910, junto ao canal de Moçambique, a sede do comando militar de *Angoche*²⁶⁶, que, paulatinamente, foi ganhando a configuração urbana. Nos dias que ocorrem tem estatuto de cidade, município e sede do distrito do mesmo nome.

Mas convém lembrar que os portugueses estiveram em *Angoche* antes da Conferência de Berlim (1884-1885), estabelecendo relações comerciais e explorando conflitos entre as elites locais, principalmente com o *Sultanato de Angoche*. A primeira tentativa armada portuguesa foi em 1842²⁶⁷, em resposta à recusa das elites escravocratas, os portugueses atacaram então Angoche²⁶⁸ e fundaram ali um comando militar em 26 de setembro de 1861. Foi uma forma de conter a revolta dos angochianos, conhecida por “*Jihade*” (guerra santa) e comandada por Mussa Quanto (*Mussa-Momadi-Sabo*). (MATTOS, 2013)

Mas foi somente por volta da década de 1890 que Angoche foi ocupada

²⁶⁶ A história diz que os fundadores da região, os swahili, atribuíram o local o nome de *Koti* e eles de *Akoti*, os *Makuwas*, transformaram o nome para *A-ngati*, Angocha, Angoya, donde resultou nome *Angoche*.

²⁶⁷ A cidade de Angoche possui uma história triste de escravatura, associada a caça e venda de escravos.

²⁶⁸ Mas também o ataque português está associado ao conflito entre os *agoncheanos* e *maganjeanos*, estes últimos governados pelo *M'Passo*, João Bonifácio, que ambicionava as terras de Angoche.

militarmente, quando ergueram ali um Conselho, ainda que em caráter provisório, designado por Vila Antônio Enes²⁶⁹. Embora só na terceira idade colonial, em 19 de dezembro de 1934, é que foi elevada oficialmente à categoria de vila.

Em 1903 tinha apenas duas ruas cruzadas em ângulo reto, com 14 casas, sendo uma residência do Capitão-Mor (FERNANDES, 2006). Como forma de expandir a dominação na região, através da portaria n° 519, os portugueses fundaram, em 1917, *Nacala* como sede do comando militar de *Mossuril*.

Com a extinção do comando militar, em 1921, *Nacala* passou a ser *Circunscrição* civil. No momento presente, goza de estatuto de cidade, município e sede do distrito do mesmo nome. Com o mesmo objetivo, em 1919, pelas portarias 1162 e 11301, criou-se o posto militar do *Monapo*, subordinado ao Comando Militar de *Mossuril*. Quando foram extintos os Comandos Militares em 1921, *Nacala* passou a ser a sede da Circunscrição de *Mossuril*. Hoje em dia é município e sede do distrito do mesmo nome.

Para dominar o interior dos territórios próximos a Ilha de Moçambique, os portugueses procuraram dominar toda a região de *Macuana*²⁷⁰ (nome dado à atual cidade de Nampula, antes da fixação portuguesa)²⁷¹. Foi ocupado o território do régulo *Uampula* (Nampula) e fundada, em 1907, a sede do comando militar de *Macuana*, por ser um local estratégico, num planalto, para seguir a política portuguesa de “ocupação efetiva” iniciada por Mouzinho de Albuquerque, em 1894. “O posto militar passara a funcionar como sede da capitania e centro de expansão colonial portuguesa para tomar a reigão norte de Moçambique” (BAÍA, 2004, p. 33).

Entre 1907 e 1919, *Uampula* (Nampula) funcionou como comando militar de expansão portuguesa para dominar toda a região de *Macuana*, como também submeter o *Xeicado de Quitangonha*, o *Xeicado de Songage*, o *Xeicado de Sancul* e alguns líderes como *Farelay*, *Marave* e *Mocuto muno* (chefe dos makuwas Namarral). Foi criada em 1920 como povoação, pela portaria de 22 de agosto, passando a ser chamada, em 1921, de 8ª *Circunscrição de Macuana*, com o fim dos Comandos militares. Na década de 1930, tornou-se Vila e na terceira idade colonial converteu-se em cidade de *Nampula* – sobre este assunto esclarecemos no próximo capítulo

²⁶⁹ Em homenagem ao Antônio José de Orta Enes, Comissário Régio de Moçambique, Ministro da Marinha e Ultramar, jornalista e dramaturgo.

²⁷⁰ Antiga Capitania-mor do distrito da Ilha de Moçambique, sediado em *Tuculo*. O posto militar de *Macuana* (Nampula) foi fundado pelo Major Neutel de Abreu em 07 de fevereiro de 1907.

²⁷¹ A primeira penetração portuguesa no território remota em 1896, com objetivos de ocupar os territórios de *Marusa*, *Mangole*, *Itoculo*.

(ARAÚJO, 2005.a; BAIA, 2009)²⁷².

Nos tempos atuais, *Nampula* é município e terceira cidade de Moçambique, capital da província do mesmo nome, o que lhe valeu o estatuto de “Rainha do Norte” (ARAÚJO, 2005.a) por dois motivos: primeiro, por conta da cidade localizar-se entre o eixo mais importante de comunicação ao norte do País, que lhe conferiu um papel dinamizador de fluxo de capitais e mercadorias para quase todos os centros urbanos do norte. Segundo, porque também passava pela cidade a estrada de ferro e rodoviária, que ligava a cidade portuária de Nacala com o *hinterland* – o chamado de corredor do Norte, em direção ao protetorado da *Niassalândia* (*Malawi*).

2.4 A formação da urbanização no território da Companhia da Zambézia

Na Zambézia existiam, na época, dois níveis de governo: a da Companhia da Zambézia²⁷³: uma grande empresa agropecuária e o governo colonial, que administrava algumas áreas dos *prazos*²⁷⁴ da Coroa (Maganja da Costa, Ile, Alto Molócue e Moebaze, que passou a chamar-se de Pebane em 1926). As fronteiras de atuação entre ambos foram se ajustando, ora por interesse da Companhia, ora do governo colonial.

A companhia da Zambézia foi fundada em 1878 e alterada por Decreto de 1892 e 1903. Esta empresa agropecuária possuía capitais ingleses e franceses. Até nos finais da segunda idade colonial controlava 110 concessões de terras das cerca de 140 atribuídas para a exploração agrícola na região. O governo português tinha a coparticipação de 10%, mas, por outro lado, recebia 30% das receitas da produção de sisal, açúcar, café, cacau, copra e venda de mão de obra. Nada obstante das menores obrigações em relação as suas congêneres majestáticas, a Companhia da Zambézia e outras que foram formadas posteriormente, como a Companhia do Boror, Luabo, Sena *Sugar States* exerceram forte influência na reestruturação urbana da região, construindo a ferrovia Quelimane-Maquiaval, estradas, canais e edifícios públicos (MOSCA, 2005; BELLUCI, 2007).

²⁷² Para uma história de *Nampula*, ver. Araújo (2005a), Baia (2009) e Mendes (2011).

²⁷³ Para um panorama sobre a Companhia da Zambézia, ver, por exemplo, Chichava (2007); Lupi (1909); Carvalho (1914).

²⁷⁴ Relembrando o autor, os prazos eram terras da coroa concedidas a particulares, em regimes de três gerações femininas, em troca do pagamento de foro. O regime foi extinto legalmente no século XIX.

A Companhia da Zambézia estabeleceu os seus escritórios em Quelimane, que já era na primeira idade colonial um centro urbano, (Fotos 17 e 18, abaixo)²⁷⁵ em 1892, com o objetivo de criar um vínculo de cooperação externo e interno, que permitisse a formação do capital dos acionistas. Note-se, no entanto, que antes da Companhia da Zambézia e outras que se formaram posteriormente, se instalassem na Zambézia, Quelimane tinha passado por outras etapas, desde a sua fundação como “cidade feitoria” em 1530, município em 1763 e vila em 1764, sede do governo de Sena e Quelimane, em 1860. Atualmente é município, cidade e capital da província da Zambézia.

Foto 17. Vista parcial de Quelimane em 1900.

Fonte: Silva (2013, p.33).

A cidade teve o seu farol aprovado em 31 de dezembro de 1908, graças principalmente aos recursos modernos de construção e ao aumento da densidade demográfica. Pouco a pouco, Quelimane foi se expandido e consubstanciando o seu núcleo urbano na marginal do rio Bons-Sinais, que funcionava como Porto e centro de vida política. Contudo, o desenvolvimento de Quelimane vai ser lento, em relação ao seus congêneres da época como Beira e Lourenço Marques.

Esta realidade pode ser atribuída à dificuldade que a Companhia tinha em

²⁷⁵ Para saber como era Quelimane na década de 1910, ver. O relatório de Carvalho (1914).

angariar recursos como forma de dar soluções aos problemas e contrastes urbanos que o crescimento acelerado dos últimos anos da segunda idade colonial impunha. Mas também temos que ter em mente que a maioria das empresas instaladas em Quelimane, tinha interesses agrícolas nos territórios circunvizinhos de *Massingir, Andone, Anquaze, Timbué e outros*.

Foto 18. Algumas infraestruturas de Quelimane em 1891.

Fonte: Silva (2013, p. 38-40). **Legenda:** Câmara Municipal; 2) Casa do Comendador; 3) Repartição Pública e 4). Marginal.

Devemos notar que *Quelimane, Tete e Ilha de Moçambique* constituíram por excelência casos paradigmáticos de metamorfose urbana, passando de “cidade feitoria” para “cidade militar”²⁷⁶. Nessa metamorfose houve uma fase intermediária na qual a nova funcionalidade (militar) e a antiga, circunscrita ao comércio do ouro, marfim e do escravo, se misturaram e ganharam reciprocidades pelo próprio contraste e oposição.

Isto posto, devemos passar a algumas considerações sobre como se

²⁷⁶ A cidade de Quelimane foi antes uma “cidade swahíl” ou de cariz islâmica. Com o mesmo percurso esteve Ilha de Moçambique, Tete e Inhambane (FERNANDES; MENDES, 2012).

processou na época a formação dos principais centros urbanos da Zambézia. O primeiro foi *Gúrué*²⁷⁷, fundada em 1902 pela portaria n° 32, como um comando militar dos *Namuli* para fazer face ao conflito endêmico de soberania no vale do Zambeze. Até 1925, passou a funcionar como Prazo Lomuè da Empresa Agrícola de Lugela, com o aumento da produção e surgimento de algumas infraestruturas urbanas em 1927, passou a ser a sede do prazo, pela portaria n°12/1927. Em 1936 em plena terceira idade colonial, no dia 15 de abril, ascende a categoria de Vila, pela portaria n° 2714 e passa a se chamar de *Vila Junqueiro*²⁷⁸, portaria n° 6756. Nos dias de hoje tem categoria de terceira cidade da Zambézia, município e sede do distrito com mesmo nome.

O segundo *Milange*, fundado em 1902, como comando militar para pacificar e traçar o esqueleto da administração colonial na região, uma vez que se situava numa área estratégica e fronteira com Niassalândia (atual Malaui). A escolha de Milange deveu-se à sua localização geoestratégica, era uma área fundamental para a pacificação de Morrumbala, Lugela e Namarroi na Zambézia, incluindo o reforço para a pacificação do Niassa. Do Milange, planejaram-se ataques a Macanga em Tete e o prazo do Caetano Perreira²⁷⁹, ao norte do vale do Zambeze (NEWITT, 1997). Depois de pacificação em 1906, Milange passa a fazer parte do Prazo de Milange da Empresa Agrícola de Lugela, até 1910. Em 1911, transforma-se em sede da quarta Circunscrição fiscal, até 1918. No dia 18 de maio de 1919, a área foi concessionada ao Prazo de Borrór e em 1924, transforma-se em sede da 3ª Circunscrição fiscal de Namarroi.

O terceiro e último da época foi *Mocuba*²⁸⁰ fundada à 10 de agosto de 1918, pela portaria n° 876. Em 1919, foi sede do posto administrativo de *Mocuba*, na área civil da *Maganja da Costa*, mateando-se até aos finais da segunda idade colonial. No presente é município e segunda maior cidade da Zambézia, com o quarto porto de Moçambique.

Para ir terminando este capítulo, cabe ainda dizer que o desenvolvimento

²⁷⁷ *Gúrué*, segundo alguns especialistas tem a sua origem na palavra “*curui-curui*”, onomatopeia do canto da perdiz” (FERNANDES, 2006).

²⁷⁸ Em homenagem ao pioneiro agricultor de chá, Manuel Saraiva Junqueiro.

²⁷⁹ O prazo de Caetano Pereira era comandado por uma dinastia, o próprio Pedro Caetano Perreira (*choutama*) entrou em conflito aberto com os portugueses em 1840, tendo morrido em 1849 (NEWITT, 1997).

²⁸⁰ Mocuba deriva do termo *Nicuba*, que em língua local *Chuabo*, significa papa de farinha de milho, no passado, os viajantes eram obrigados, antes de atravessar o rio local (Licungo), a comer as papas para não serem infetados por doença endêmica.

urbano da Zambézia, na segunda idade colonial foi lenta em relação a Beira e Lourenço Marques, igualando a Porto Amélia, isto deveu-se aos seguintes fatores: Primeiro, o interesse da Companhia da Zambézia era de transformar a região num grande potencial agrícola, foi o que se sucedeu após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Segundo, nas terras do vale do rio Zambeze existia uma resistência dos poderosos prazos dos afro-portugueses²⁸¹, conhecidos na historiografia moçambicana por Estados Militares do vale do Zambeze que recusaram que as suas terras fossem retiradas do seu domínio pelo Estado português e passassem a uma exploração privada (representado pelas concessionárias), com interesse do Estado colonial português, o que incentivou a fuga das famílias afro-portuguesas das antigas cidades de Sena e Quelimane para o interior organizando-se em grupos militares de pressão.

O terceiro, é que a Companhia do Zambeze tinha dificuldades para captação de poupanças externas e internas que permitissem investir nas infraestruturas urbanas. Estes fatores foram determinantes para a estagnação do desenvolvimento urbano do vale do Zambeze.

Fica patente, em face da discussão e da documentação apresentada, que a urbanização do território moçambicano da época, pode ser chamado de média, isto porque abrangia uma pequena porção de artefatos arquitetónicos e de centros urbanos se comparamos com o que veio a ser depois de 1930 e 1975.

Além do mais, resta assinalar que o encadeamento da transformação da urbanização do peso mínimo para médio se dá com a política portuguesa de “ocupação efetiva”, iniciada pelo Comissário-régio Mouzinho de Albuquerque, ao expandir a dominação colonial, num espírito de otimismo e crença na *urbe* como poder atrativo para que os portugueses pudessem sair da Metrópole e vir para a colônia e se sentissem como se estivessem na Europa.

O texto de Luis Lupi, “*Lourenço Marques cidade que honra Moçambique e Portugal*” (1929) e Álbuns fotográficos de José dos Santos Rufino (1929) mostra essa realidade ao apresentar Lourenço Marques/Maputo, como: “*Um canto da Europa na África Austral*”, onde exaltavam a cidade, como um espaço moderno, alegre, higiênico e saudável, que nem parecia estar em África, com

²⁸¹ Eram considerados afro-portugueses, filhos de portugueses com nativas, conhecidos também por *Muzungos*. Sobre o significado deste termo pode ver., também Isaacman e Isaacman (1991), para uma leitura histórica.

Conselhos) e rurais (as *Circunscrições*); através das reformas administrativas de 1894 e 1907, respectivamente, transformada, assim, a qualidade do espaço urbano.

Para ficarmos no período analisado, podemos ver que a segunda idade colonial foi um período transitório da urbanização colonial, que ofereceu bases para uma nova urbanização, que anunciava novos planos para Moçambique, a partir da década de 1930, com intensa produção urbanística.

CAPÍTULO III

DO PESO MÉDIO AO GLOBAL DA URBANIZAÇÃO COLONIAL MOÇAMBICANA

No capítulo anterior, apresentamos como a urbanização colonial moçambicana estava circunscrita apenas a alguns subespaços do território, como Lourenço Marques (atual cidade de Maputo), Beira, Tete, Quelimane, Inhambane, Ilha de Moçambique e Porto Amélia²⁸³. O que traduz bem aquilo que chamamos de uma *urbanização média*, se reparamos o número de áreas urbanas e a taxa de crescimento urbano existente na época da formação do domínio ultramarino português²⁸⁴ denominado do “colonialismo tardio” – aquele que tem início nos anos de 1930 alcança o seu apogeu em 1950 e o seu fim em 1975, fruto de dois ditadores portugueses: Antônio de Oliveira Salazar²⁸⁵ e Marcelo Caetano²⁸⁶ (CASTELO *et al*, 2012).

É dentro desta realidade que se restringe a análise deste capítulo, a terceira idade colonial, conhecido também por período do *Estado Novo*. Convém aclarar ao leitor que este capítulo é um pouco diferente dos outros. Avança muitos detalhes urbanísticos e arquitetônicos da formação da urbanização moçambicana. Nesse sentido, os detalhes parecem-nos um recurso fundamental para uma compreensão geral de como se formaram os edifícios que compõem as áreas urbanas que temos

²⁸³ Convém esclarecer ao leitor que esses eram os principais centros urbanos da época. No curso desse processo, originaram-se pequenos centros como: Vila João Belo/atual Xai-Xai; Chibuto, Vilankulos, Moatize, Vila Pery/atual cidade de Chimoio, Nampula, entre outros.

²⁸⁴ Podemos ver esta realidade, primeiro pelo caso específico da *Beira*, ver. AMARAL, Ilídio do, “Beira, Cidade e Porto do Índico”. **Revista Finisterra**, Lisboa, n. 7, vol. IV, p. 76-9. Maputo, 1894 (1650 habitantes, sem a população negra); 1904 (9.849, com a população negras); 1912 (26.079 habitantes); 1926 (37.301 habitantes) e 1930 (42.779 habitantes), ver. Fernandes, *et al* (2008, p.21). De uma forma global, podemos ver. Muanamoha (1995), que mostra que em 1960, moravam cerca de 534.928 habitantes em áreas urbanas e 1970, este cresceu para 691.44 habitantes. Dentro deste período a taxa urbana foi de 8.1 % para 1960 e 8.5% para 1970.

²⁸⁵ 1889-1970.

²⁸⁶ 1906-1980.

O nosso foco consiste em descrever a forma como se constituiu a totalidade da urbanização colonial moçambicana. Como mostra o mapa 5.

Mapa 5. As cidades moçambicanas com topônimos coloniais.

Fonte: Fernandes (2006, p.139).

A totalidade aqui deve ser entendida no mesmo sentido de Milton Santos, de uma “[...] realidade em sua integração” nacional (SANTOS, 2008, p. 116)²⁸⁷, assim é justo chamar este espaço-tempo de período da *urbanização colonial do peso*

²⁸⁷ “Mas a totalidade é uma realidade fugaz, que está quase se desfazendo para voltar a se fazer [...]. (SANTOS, 2008, p.117) “A totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização [...]. Assim, toda a totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se (SARTRE *apud* SANTOS, 2008, p.119).

global ou completa, que conservou as áreas urbanas que temos nos dias que ocorrem no País: (Lourenço Marques/Maputo; Beira; Nampula; Quelimane; João Belo/Xai-Xai; Inhambane;Nacala; Tete; Vila Pery/Chimoio; Porto Amélia/Pemba; Vila Cabral/Lichinga; Montepuez; Ilha de Moçambique; Antônio Ennes/Angoche; Trigo de Moraes/Chókwé; Vila Junqueiro/Gurué)²⁸⁸.

Esta configuração urbana verificou-se numa época em que Portugal necessitava modernizar as colônias para a expansão de capital e necessidades de matérias primas para reforçar o processo de acumulação da burguesia portuguesa, o que ficou conhecido como o *pacto colonial*²⁸⁹ (MOSCA, 2005). “Este processo significou que o capital português se encontrasse um pouco mais capaz de fazer o que, nos períodos anteriores, não tinha tido condições de fazer, nomeadamente, investir nas colônias na produção dos seus lucros” (HEDGES e ROCHA, 1999, p. 161)²⁹⁰.

No período do Estado Novo, a metrópole prestava assistência financeira à colônia Moçambique mediante as garantias necessárias e em nenhum momento podia contrair empréstimo. Quando fosse preciso recorrer a praças externas para obter capitais destinados ao governo da colônia, a operação financeira seria realizada exclusivamente da conta da Metrópole, sem que Moçambique assumisse responsabilidade. “A autonomia financeira das colônias ficava_ sujeita às restrições ocasionais que sejam indispensáveis por situações graves da sua fazenda ou pelos perigos que estas possam envolver para a Metrópole” (SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL, 1942, p. 94).

Com certeza, neste período podemos falar de prevalência de uma cidade de tipo “capitalista”, com fortes vínculos de verticalidades. Uma vez que os investimentos públicos e privados foram concedidos de Lisboa para as firmas locais na forma de empréstimos reembolsáveis em curto prazo para financiar construções de infraestrutura e serviços urbanos.

Na verdade, a terceira idade colonial constitui, pois, um marco da acumulação de capital da burguesia portuguesa, comandada pela “revolução técnico-

²⁸⁸ Estes são apenas as principais áreas urbanas de Moçambique. As barras significam que estes mudaram do primeiro nome para o segundo depois da independência nacional em 1975.

²⁸⁹ O pacto colonial defendia que a produção moçambicana devia ser destinada a satisfazer os interesses exclusivos da metrópole colonial.

²⁹⁰ HEDGES, David e ROCHA, Aurélio. In: HEDGES, David (Org.). **História de Moçambique, volume 2:** Moçambique no Auge do colonialismo, 1930-1961. Maputo: Livraria Universitária. 1999, p129-191.

científica ²⁹¹ ” que ocorria no mundo, provocando grandes transformações na urbanização moçambicana. As ruas de areia solta deram vez ao asfalto, as velhas barracas de madeira e zinco foram substituídas pelos edifícios de cimento de muitos pisos, passando algumas cidades de 5.000 para 10.000 habitantes e outras de cerca de 100.000 para 500.000 habitantes.

Nessa metamorfose os antigos e lentos carrinhos puxados pelos negros deram lugar a numerosos automóveis em todas as avenidas da cidade e adensaram-se as construções nos núcleos urbanos, ampliaram-se os problemas resultantes de uma especulação imobiliária desenfreada, principalmente nos centros como Lourenço Marques, Beira e Nampula, onde ficavam quase centralizadas todas as atividades econômicas da colônia, com numerosos serviços públicos, sedes de bancos, companhias de seguros, consulados, profissões liberais, casas de modas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais.

Em suma, são essas transformações que gostaríamos de evidenciar a partir de alguns fatos históricos marcantes. Em linhas gerais desenvolveremos o argumento deste texto dividindo-o em três tópicos. O primeiro se dedicará à explicação de como foi a expansão, consolidação e modernização da urbanização colonial moçambicana. O segundo abordará a questão da verticalização dos edifícios das cidades moçambicanas. Marcada entre os anos 1930-1975, fisionomicamente, essa renovação urbana ficou consolidada nos anos 1970. Graça a acumulação do capital feito pelo governo por intermédio de centralização das atividades econômicas, por exemplo, o Estado não concedia exploração de serviços e comércio a qualquer empresa estrangeira.

As cidades moçambicanas expandiram-se verticalmente em grande escala, substituindo os telhados pelos terraços ²⁹², por oposição ao que era produzido anteriormente, rasgando “céus” de longos edifícios. Houve reforço da importância do espaço urbano colonial, como se viu na *Exposição Colonial do Porto* de 1934, que serviu de representação do poder colonial, como diz Milheiro e Fiúza (2012) e de

²⁹¹ O professor Milton Santos (1981), situa que o período técnico-científico, começa a ocorrer nos países subdesenvolvidos na década de 1950.

²⁹² Foi a partir deste momento que os prédios que vimos hoje em Maputo, possuem terraço. Uma grande fonte de renda atualmente da população urbana de Moçambique. Muitos alugam para estudantes, comerciantes, ou qualquer um que queira morar no “núcleo urbano”. Alguém que viaje para Maputo, pode ficar surpreso com tamanha quantidade de terraço nos prédios. Agora tem que se investigar porque os portugueses tinham essa escolha arquitetônica, muito diferente da sua vizinha sul-africana? Deixo aqui pistas para quem quiser trilhar por esse caminho de pesquisa.

propaganda para mostrar aos metropolitanos o que havia de arquitetura nas colônias. Como diz Henrique Galvão (1934), a exposição foi a primeira lição que o governo colonial deu aos portugueses metropolitanos para tocar as suas almas e razão em relação à colônia²⁹³.

A exposição pretendia apresentar um universo de grande abundância, esperança e oferta de uma nova vida, em suma um mundo novo (FONTE, 2007)²⁹⁴.

O terceiro tópico, mas nem por isso menos importante, focalizará o crescimento da periferização urbana, condicionado por segregação racial, que apareceu explicitamente nas legislações coloniais de 1926 e 1961, que produzia distinções raciais, sociais, econômicas e políticas ao fracionar e hierarquizar os habitantes das colônias. Como nos mostra Maria da Conceição Neto (2010), entre “europeus – indígenas” ou “não indígenas – indígenas” ou “cidadãos – assimilados²⁹⁵ – indígenas”. Este último designado de população “nativa” (1928-1955), “não civilizada” (1950-1955) e “autóctone” (1960) (SILVA, 2013).

Convém esclarecer ao leitor que procuramos enfatizar os três tópicos, a partir dos centros urbanos mais representativos. Claro em alguns momentos faremos referência a alguns menos significantes.

3.1 A consolidação da estrutura urbana colonial

Foi, portanto, somente após década de 1930 que a urbanização moçambicana atingiu a sua totalidade, em termos de expansão e criação de centros urbanos²⁹⁶, tal como temos atualmente; mas foi um processo lento até a sua consolidação na década de 1970. Entretanto, em 1930, existia na colônia de Moçambique, 3.885.447 habitantes, destes, 3.785.447 eram rurais e 100.000 moravam em centros urbanos,²⁹⁷ divididos, entre Lourenço Marques, com 42.779 habitantes,

²⁹³ Ver. Galvão (1934).

²⁹⁴ Ver. Fonte (2007).

²⁹⁵ Os assimilados constituíam uma minoria da população negra. Ver. Fernandes e Mendes (2012).

²⁹⁶ Relembramos o leitor que as áreas urbanas que temos atualmente em Moçambique são as mesmas deixadas pelo colonialismo português.

²⁹⁷ Segundo os dados apresentados por HEDGES; ROCHA (1999, p.165), existia aproximadamente em 1930, 3.885.447 habitantes (destes 17.842 eram colonos; 1940 5.085.627 (27.438 colonos); 1950, 5.738.911 (48.213 colonos); 1960 6.603.653 (97.246 colonos). Para ARNALDO; MUANAMONHA (2014), a história da realização de censos populacionais em Moçambique tenha iniciado por volta de 1930 e os dados fiáveis existam só desde as décadas de 1940 e 1950. Temos que ter em mente que estes dados eram subestimados, pelo fato do Censo demográfico, ter uma cobertura limitada. Olhando principalmente para a organização política colonial, exclui muitos nativos.

Beira, com 23.694, Inhambane, com 10.563, Quelimane, com 9.288 e Ilha de Moçambique, com 6.898 habitantes” (HEDGES e ROCHA, 1999, p.8).

Dentro deste período muitos centros urbanos foram reforçados com “sistemas de objetos” arquitetônicos, como: construções em cimento armado, praças monumentalizadas,²⁹⁸ instalação de infraestruturas e serviços urbanos, ligados à expansão da rede elétrica, de água, escolas e hospitais públicos, drenagem de águas pluviais, sistema de coleta de lixo, etc., valendo-se de equipamentos urbanos importados pelo Estado Novo²⁹⁹ português, que surgiu depois do golpe militar de 1926 que derrubou o governo republicano e elevou em 1928, o Professor Antônio Salazar, da Universidade de Coimbra, a Ministro das Finanças entre 1928 e 1932 e entre 1932 e 1968.

Antônio Salazar foi presidente do Conselho de Ministro ou Chefe do Governo (primeiro-ministro), para resolver os problemas financeiros do país e dar à sociedade portuguesa uma moeda forte e os princípios da probidade financeira, da autoridade, da família e do progresso econômicos planejados alcançados sobre os recursos externos das colônias.

A ditadura portuguesa condicionou a vida de Portugal durante grande parte do século XX, procurando regular todo o setor da vida à vontade do Estado, indo sua intervenção até a uma imposição do gosto e da estética dos seus cidadãos que se refletiram na arquitetura e no urbanismo. Os trabalhos realizados por arquitetos portugueses nas coloniais eram encomendados pelo Estado Novo português (MENDES, 2012).

O esquema apontado envolvia ainda a própria ideia que se fazia da urbanização num “espaço colonial”, com arranque de planejamento e da implantação de uma rede moderna de pequenas e médias cidades, acompanhadas por uma rede de transportes e de comunicação, pela construção de equipamentos e de serviços estatais (correios e telégrafos, escolas e hospitais) – com extensivos investimentos, embora ínfimos para as colônias africanas.

Esta situação criou a passagem da “cidade militar” – aquela cidade que tinha a função de distribuir fluxos e fixos para a ocupação militar e administrativa de Moçambique – para uma “cidade capitalista”, que representava o espaço de produção

²⁹⁸ O objetivo era construir praças com imitação de traços portugueses, onde se reúna ao seu entorno serviços públicos, num magnífico enquadramento político-administrativo, veja Nampula, Beira, Lichinga, entre outros centros urbanos.

²⁹⁹ O Estado Novo foi de 1933-1974.

da matéria prima para a metrópole. O instrumento gerador e difusor da urbanização foi na época a vontade completa do poder português de se fazer representar em todo o território moçambicano, o que impulsionou investimentos nacionais e internacionais.

Os investimentos acumularam capital graças à exploração colonial baseada nos meios coercivos, o que permitiu a formação de um grupo local de agentes econômicos que investiram uma parte dos seus lucros nos imóveis em expansão nas grandes cidades moçambicanas. Foram estimulados pela propaganda do Estado novo de que no futuro Moçambique seria o espaço de reprodução colonial, encorajados pelo medo e insegurança que a Europa vivia.

Os agentes econômicos pretendiam ter uma cidade colonial moderna que pudesse responder aos seus anseios e pudesse também fazer circular o capital. Fizeram pressão sobre o Governo colonial para que se criasse uma instituição que velasse pela paisagem urbana. Levou o ministro das colônias³⁰⁰ a viajar pelas províncias ultramarinas, com intuito de perceber a situação real delas, com objetivo de financiar a implantação de monumentos heroicos da história portuguesa (navegadores, militares e outras personalidades) (FERNANDES *et al*, 2008; MILHEIRO, 2011).

Dentro desta pressão, o Estado colonial português enviou para as colônias arquitetos e urbanistas itinerantes para responder aos desafios do planejamento e da implantação de uma rede moderna de estradas, construção de equipamentos e serviços urbanos, como foi o caso dos irmãos Andrades: Carlos Rebello de Andrade e Guilherme Rebello de Andrade, arquitetos do Estado Novo que atuaram na colônia, resultando em diversas obras e planos (FERNANDES *et al*, 2008).

Mas a atividade dos arquitetos e urbanistas itinerantes do Estado Novo eram pontuais e insuficientes para responder à demanda local dos agentes econômicos emergentes que cada vez mais queriam mudanças no espaço onde habitavam. Até então os investimentos construtivos na África portuguesa eram realizados por trabalhos de missões constituídas por engenheiros ou arquitetos nacionais e estrangeiros que cumpriam encomendas muito específicas.

Para responder essa demanda, em 1933, o Estado Novo português criou, por pressão da sociedade dos arquitetos³⁰¹, o Serviço Central de Urbanismo Colonial

³⁰⁰ Ministério das Colônias, organismo governamental fundado em 1911, ainda no quadro político da I República, por cisão do anterior Ministério da Marinha e das Colônias.

³⁰¹ Em 1932, a Sociedade dos Arquitetos Portugueses dirige uma carta ao então ministro das Colônias

(SCUC), para reestruturação e modernização dos espaços urbanos coloniais.

Para acelerar o processo de modernização urbana nas províncias ultramarinas, o Ministro das Colônias Marcelo Caetano criou, em 1944, pelo Decreto nº 34: 173, 06/12, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), com o objetivo de traçar novos planos urbanos para as colônias portuguesas. Como nos mostra Ana Vaz Milheiro (2012), Marcelo Caetano, pretendia criar uma “escola”, onde acreditava que podia se superar as duas tendências estilísticas que coexistiam no território português no final da Segunda Guerra (1939-1945): uma arquitetura *historicista* – a que se chamava de “português suave” e outra de *tendência internacional* que se associava à ideia de “caixa de amêndoas”.

E tinha também como objetivo confiar aos técnicos da GUC, estudos e problemas da habitação nas colônias (MILHEIRO e FIÚZA, 2012), promover a elaboração de planos e arranjos de expansão das cidades e vilas, promovendo os elementos topográficos correspondentes e a elaboração de instruções para as autoridades sobre o ordenamento e crescimento da população³⁰².

Mais de uma forma resumida, o GUC pretendia concentrar o *know-how* dos arquitetos, engenheiros, especialistas em higiene tropical e climatologia portugueses no que diz respeito à abordagem das “cidades tropicais”³⁰³, porque a África portuguesa era caracterizada como um continente formado por territórios tropicais, assim sendo deviam ter uma arquitetura tropical.

Tratava-se de considerar a ventilação, que podia estar localizada a direita junto ao limite entre teto e as paredes laterais ou de forma transversal ou diagonal, com galerias abertas e varandas de colunas fechadas, apresentando uma arquitetura adaptada às regiões tropicais, assentes em planta retangular ou em forma de “U”, com alpendre, escada exterior de um ou dois lanços, os beirais de telha romana com remates de lança encurvada aos ângulos, os frisos e painéis de azulejos, e os pórticos

Armindo Monteiro, apelando à contratação de arquitetos em projetos destinados aos territórios coloniais. A missiva é editada no número de abril da *Arquitetura, revista de arte e construção*, tornando públicas as pretensões deste grupo profissional. Os arquitetos desejavam colaborar nas novas políticas colonizadoras decorrentes da recente publicação do Ato *Colonial*. Sugere-se a instituição de um *Serviço Central de Urbanismo Colonial*, “em permanente contato com os serviços congêneres das colônias estrangeiras”. Este organismo central seria acompanhado pela criação local de *Serviços de Arquitetura Provinciais*. (MILHEIRO, 2011)

³⁰² Ver. Silveira (1956).

³⁰³ Encontramos em Moçambique o relatório do arquiteto João António Aguiar, datado de 1952-1955, que inclui um exaustivo levantamento da cidade de Maputo, (sua história, clima, geografia, população, ainda identificada por grupos raciais, e projeções futuras). Para uma descrição mais pormenorizada deste assunto, ver. Milheiro e Fiúza (2012).

de telha. (MENDES, 2011)

Dentro dessas plantas, o primeiro piso era definido por arcadas e os seguintes por galerias porticadas que percorriam todo o perímetro exterior. Esta perspectiva arquitetônica ajudou a GUC a criar uma expectativa de que era possível produzir uma “arquitetura colonial” para o ultramar. Como afirmou o arquiteto João Simão (1948), no 1º Congresso dos Arquitetos Portugueses de 1948, precisamos de uma arquitetura funcional possível de chamarmos de uma “arquitetura colonial” que fosse benéfica ao colono e ao colonizador. (SIMÕES, 1948)³⁰⁴

Na verdade, os técnicos do GUC estavam preocupados em buscar um equilíbrio entre o que fazer e as condições reais das colônias. O principal objetivo era desenvolver uma arquitetura colonial adequada aos territórios ultramarinos, combinando um programa moderno com uma figuração inspirada na tradição metropolitana. A influência vinha do curso de Arquitetura Tropical ministrado na *Architectural Association*³⁰⁵ de Londres por professores como Maxwell Fry e Jane Drew (antigos colaboradores de *Le Corbusier* em Chandigarh), ou Otto Koenigsberger. (MILHEIRO, 2011)

O GUC começou a funcionar com a sua sede em Lisboa, primeiro na Alameda D. Afonso Henriques, transferindo-se depois para a sede do Ministério do Ultramar no Restelo (MILHEIRO e FIÚZA, 2012). Esta instituição fixou os conteúdos técnicos e normativos da urbanização nas colônias, propondo a tão

³⁰⁴ Ver. Simões (1948).

³⁰⁵ Por exemplo, o arquiteto Luís Gonzaga Pimentel Pedroso Possolo (Lisboa, 7 de julho de 1924 - 20 de abril de 1999), esteve em Moçambique antes da independência, quer no exercício particular, em regime de profissão liberal, quer no exercício da função pública, ao serviço do Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU) sediado em Lisboa. Na qualidade de arquiteto do GUU, ex-GUC e bolseiro do Estado Português, frequentou o curso de especialização em Arquitetura Tropical na “*Architectural Association*” de Londres, na respectiva edição inaugural de 1954/55. Findo o curso, foi reincorporado no GUU, onde colaborou em diversos projetos dos quais foi autor, ou co-autor, para Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Pangim (Goa) e Moçambique, tendo projetado para esta última cidade, o mercado de Quelimane, juntamente com uma Residência Paroquial anexa, em Lourenço Marques/Maputo (Bairro de Polana). Nenhuma das duas foi construída, sendo a Igreja hoje existente na Polana, realizada de acordo com projeto totalmente diverso da autoria do arquiteto Nuno Craveiro Lopes. Um projeto para uma “Estação Rádio-Naval”, consistindo de um agrupamento de edifícios isolados, que foram executados em Maputo e Luanda – cada qual implantado de acordo com as características locais. Ver. SALDANHA, José. Luís Possolo- Retrato Biográfico de um Arquiteto do Gabinete de Urbanização do Ultramar. SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS INTERCALARES DO PROJETO. FCT: PTDC/AURAQI/104964/2008 “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização – Cultura e Prática Arquitetônica, 2012 e SALDANHA, José. Os projetos executados pelos arquitetos Luís Possolo para a província ultramarina portuguesa de Moçambique. ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL. SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. IICT-JBT/JARDIM BOTÂNICO TROPICAL, LISBOA, 24-26, outubro de 2012, p.1-18.

propalada “Arquitetura Tropical”. Foram sugeridos de Lisboa, “sistemas de ações” e de “objetos” para as colônias, como um conjunto de soluções urbanísticas.

Podemos falar como o professor Milton Santos (1996), que os conteúdos técnicos e normativos da GUC, aparecem como verticalidade, isto é, como vetor de modernidade, veículo dos discursos pragmáticos.

Em 1944, a primeira equipe do GUC estava formada e começou a exercer as suas atividades a primeiro de janeiro de 1945 nas colônias, com estudos sobre equipamentos públicos ou estruturas residenciais de promoção igualmente pública (inserindo-se aqui pesquisas para “bairros populares” de baixa renda).

Milheiro (2001; 2011), afirma que o período em que o GUC começou a trabalhar nas colônias era um momento propício ao desenvolvimento de uma arquitetura para os trópicos. O principal argumento para a fundação do GUC é, todavia, economicista, Marcelo Caetano pretendia concentrar recursos e conhecimentos.

Genericamente, o Estado Novo de Salazar queria modernizar as colônias ao introduzir no território um urbanismo moderno, que continuava com a arquitetura da segunda idade colonial, mas também se distanciava dela ao consolidar novas estruturas urbanas, com construções de casas para os funcionários superiores do Estado e edifícios administrativos (hospitais, escolas públicas e religiosas).

A ideia central do Estado colonial era homogeneizar as paisagens urbanas de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Mais tarde, o trabalho desenvolvido pelo GUC estendeu-se a outras colônias orientais (Índia Portuguesa, Timor e Macau), o que impactou nas encomendas e programas do GUC. (MILHEIRO, 2012.a)

Apesar da política colonial do Estado Novo dar grande importância ao mundo rural, ao incrementar a produção das principais matérias primas (açúcar, algodão, arroz, chá, milho, entre outros), para assegurar o abastecimento aos centros urbanos e constituir reservas de segurança alimentar e estabilizar preços em redor dos centros urbanos houve também um sentido forte de investimento, por meio do GUC, com vistas ao desenvolvimento urbano.

Este organismo governamental foi dirigido inicialmente por um engenheiro de minas, Rogério Cavaca e depois pelo arquiteto mais influente da época João Antônio Aguiar (1906-1974) e contou com um conjunto de arquitetos e engenheiros notáveis, como Lucínio Cruz, que projetou a lisboeta e tradicionalista

Avenida Sidônio Pais; Mário de Oliveira, o conhecido *situacionista*; Victor Consiglier; Castro Rodrigues; José Gomes Bastos; Fernando Schiappa de Campos (mais conhecido por *Schiappa*); Eurico Pinto Lopes; Luiz Possolo; António Saragga Seabra, e engenheiro Antônio Girão, entre outros, que trabalharam ao longo do percurso do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC, 1944-1951), para o Gabinete de Urbanização do Ultramar. (GUU, 1952-1957)

Com uma revisão constitucional ocorrida em 1957 o nome institucional mudou para Direção de Serviços de Habitação e Urbanismo da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC, 1958-1974). Estas alterações políticas permitiram acelerar a homogeneização das paisagens urbanas por DSHU-DGOPC até a decadência da instituição no período da Revolução de 25 de Abril de 1974, que acabou por acelerar os processos de independência, já em curso, dos novos países africanos que se mantinham sob administração portuguesa, como: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. (FERNANDES, *et al*, 2008; MILHEIRO, 2011)

O trabalho do Gabinete abordou essencialmente programas urbanos de construção de infraestruturas físicas e sociais, com maior diversidade de equipamentos públicos, para responder às solicitações dos governadores das diferentes províncias ultramarinas endereçadas ao Ministério das Colónias, que mais tarde, em 1951, tornou-se o Ministério do Ultramar. Os projetos do Gabinete completavam as redes locais, isto é, produziam em paralelo com as repartições de obras públicas instaladas nos diferentes territórios. (MILHEIRO, 2011)

A sua ação em Moçambique seguiu essencialmente as mesmas linhas de orientação que outros países do então “Terceiro Império Colonial Português” (SMITH, 1985), destacando-se uma visão mais conservadora ou tradicionalista que caracterizava a estabilização linguística de “representação da arquitetura colonial”, com os programas públicos de maior significado político (estruturas de representação administrativa, liceus e escolas técnicas, instalações hospitalares), e terminando numa abordagem que se pretende mais adequada à “Arquitetura Tropical.” (MILHEIRO e FIÚZA, 2012)³⁰⁶

³⁰⁶ Como mostra o parecer elaborado pelo engenheiro civil Manuel Braga, da Direção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lourenço Marques, em fevereiro de 1952, pode ler-se: “Lourenço Marques é uma cidade colonial em que predomina a população não europeia, sob clima não europeu, em meio geoeconómico não europeu, o que forçosamente conduzirá a uma solução urbanística não europeia”. Ver. Milheiro e Fiúza (2012, p.2). Esta experiência de adequar a arquitetura

Em Moçambique as marcas dos trabalhos do GUC³⁰⁷, que projetavam princípios de racionalidade no espaço urbano, a partir de Lisboa, são essencialmente visíveis na atual³⁰⁸ estrutura urbana assente na divisão da cidade em setores funcionais (áreas comerciais, residenciais e de serviços), representados por edifícios públicos, precariamente em uso nos dias de hoje. São observáveis também os eixos estruturantes da cidade que se desenvolveram horizontalmente nos pequenos centros urbanos e verticalmente nos grandes, concentrando, quase todas as infraestruturas urbanas (Foto 19).

Foto 19. Vista aérea de Lourenço Marques (bairro de *Maxaquene*), 1935.

Fonte: Moçambique. In: Documentário *Trimestral* (apud MENDES, 2011, p. 253).

As principais cidades moçambicanas da década de 1930 apresentavam uma arquitetura comum com estilo sóbrio, moderno, de linhas hirtas, sem enfeites,

ao clima teve forte influência nos trabalhos dos arquitetos, por exemplo, em 1945, o arquiteto Costa e Silva, o autor da ampliação do Liceu Salazar, um edifício com 9201 metros quadrados de área de cobertura, composto por doze corpos de três pisos. “É um conjunto notável quer por sua escala, existindo escassos exemplos semelhantes na cidade, quer por ser um dos melhores exemplos de adaptação de uma arquitetura modernista às condições climáticas locais, com as vastas comunicações exteriores entre os diversos corpos e possuindo abundante ensombramento” (MORAIS, 2001, p.149).

³⁰⁷ Sobre Moçambique, ver (MILHEIRO e FIÚZA, 2012).

³⁰⁸ Estas marcas começaram a ser mais visíveis a partir dos planos de fomento que se iniciam em 1953. Sobre os planos ver. BELLUCCI, 2007.

onde os edifícios aparecem com uma paisagem austera e estruturalmente irrepreensível, uniformizada, frutos da normalização da época³⁰⁹(Foto 20). Dentro deste contexto, os equipamentos urbanos eram construídos à semelhança dos edifícios erguidos na metrópole quanto à estética, resposta funcional e solidez construtiva. O que refletia a praxis habitual do Gabinete de reproduzir projetos que se aperfeiçoam dentro de uma lógica de uniformização (FERNANDES, 2008), configurando uma tendência comum para produzir padrão arquitetônico.

Foto 20. Vista aérea de Nampula na década de 1960.

Fonte: Fernando Gil *apud* Mendes (2011, p.413).

O GUC estava preocupado com a ordem e a regulamentação do espaço urbano (MENDES, 2011), isto permitiu a unificação dos edifícios moçambicanos. Efetivamente, na operação o GUC reproduzia plantas já lançadas noutros espaços coloniais, no entanto, ocorria muita imitação da estética arquitetônica por parte de arquitetos, que projetavam edifícios.

Como sabemos, a “cidade moderna”³¹⁰ estrutura-se em pequenas unidades

³⁰⁹ Por exemplo, Milheiro (2011), mostra que o desenho arquitetônico do quartel, central de Luanda, foi repetido em Maputo.

³¹⁰ Para Lamas (2000), a cidade moderna é resultado das experimentações e formulações teóricas que

habitacionais (bairros), assente numa lógica funcional de autossuficiência de equipamentos urbanos, para reduzir a dualidade “tempo-distância”, procurando substituir a “cidade-jardim” de edifícios térreos pela “cidade-jardim” de edifícios altos.

A cidade desenvolve-se assim pelo somatório de várias unidades habitacionais, colagens e sobreposições sucessivas. Os projetos do GUC obedeciam a princípios racionais, da distribuição funcional dos edifícios. Neste sentido, as soluções aproximavam-se bastante das praticadas na metrópole, como deixa antever Fontes (2007). Algumas diferenças decorriam na adaptação do desenho às especificidades locais.

Foi dentro deste contexto histórico que o GUC procurou trabalhar com os Serviços de Obras Públicas e Seção da Urbanização da província de Moçambique para modernizar as cidades, numa planta de estrutura concentrada e centralizada, segundo regras definidas pelo Estado colonial, por exemplo: em Nacala (1953, recebeu um plano de modernização em 1965)³¹¹; Porto Amélia/Pemba (tornou-se cidade em 1930 e recebeu os planos de modernização em 1936, 1956, 1963); Nampula (tornou-se cidade em 1935 e recebeu o plano de modernização em 1962); Vila Cabral/Lichinga (1931, 1932, 1961, tornou-se cidade em 1962, com 28.000 habitantes); Quelimane (recebeu o título administrativo de cidade em 1942 e os planos de modernização em 1950, 1966); Inhambane (tornou-se cidade em 1956 e plano de modernização em 1967); Vila Pery/Chimoio (1950, 1958, 1966, tornou-se cidade em 1969); João Belo/Xai-Xai (tornou-se cidade em 1961, com 49.000 habitantes e recebeu o seu plano de modernização em 1966, ajustado em 1973); Ressano Garcia (1972), etc.

Vários outros planos de modernização de urbanização foram executados para Moçambique nesta fase, chamada de “projeto de povoação” (nos anos 1930-1940), até ao final da colonização (1974) – esta realidade corrobora com a continuidade do esforço colonial em urbanizar o território, como forma de melhor

na primeira metade do século XX, repudiavam a “cidade tradicional” e substituiriam por novos modelos, a pós-Segunda Guerra Mundial até os anos sessenta.

³¹¹ Através do diploma legislativo n° 1260 de 4 de julho de 1951 foi criado o Porto de Nacala, ligado com Niassa por meio de uma estrada de ferro. Em 1964 o Conselho de Circunscrição com sede em *Nacala Velha* foi transferido para *Nacala Porto* e criou-se a Câmara Municipal *Fernão Lopes*. Em 1955, o Plano de Urbanização da cidade (despacho de 02/06/1965), previu a instalação de 15.000 pessoas numa primeira fase em consideração às necessidades do setor ferro-portuário. Mas tarde reforçado pelos Planos Parciais de Urbanização, aprovado pelas duas portarias, a primeira n° 20116 de 04/04/1967 e a segunda, portaria n°20376 de 03/06/1967. Ver. FORJAZ, *et al.* (2006).

dominá-lo.

Muita da vez os técnicos da GUC, mandavam efetivar a arquitetura tropical sem conhecimento da realidade moçambicana, exceto João Antônio Aguiar e poucos outros, eles pediam o plano ou mapa do local que pretendiam desenhar a cidade ao Serviço das Obras Públicas da província e desenhavam por cima do mapa. Isto causou muitos problemas de implementação nas colônias, muitos projetos foram construídos parcialmente.

Apesar de serem levantados estudos geológicos e informação de um técnico local. Este assunto foi um dos temas da discussão do 1º Congresso dos Arquitetos Portugueses em 1948, muitos arquitetos reclamaram que o planejamento nas colônias era confuso e que deveria deixar para quem conhecesse de fato o local³¹².

É inegável o papel dos projetos arquitetônicos do GUC para a consolidação da urbanização nas colônias³¹³, mas os atores relevantes da modernização da urbanização moçambicana foram os novos arquitetos que chegaram em Moçambique em busca de emprego.

Principalmente nas décadas de 1950 e 1960 se criou nas colônias a figura do arquiteto comercial e individual, diferente do GUC. Os arquitetos individuais traziam abordagens que davam primazia à *arquitetura do autor* como agente criador do fixo arquitetônico. Os arquitetos faziam parte de uma nova geração, como aponta Mendes (2011), que beberam a influência do 1º Congresso Nacional de Arquitetura de 1948, que virá a perspectivar uma nova forma de intervir no espaço urbano com modelos internacionais para soluções locais, o que rompia com a primeira proposta do Estado Novo, de uma arquitetura tropical nas colônias.

É inegável que neste período a economia moçambicana estava numa fase de ascensão para financiar a consolidação da urbanização colonial moçambicana. Entre os pressupostos caberia enumerar apenas três, que achamos de tamanha importância para compreendemos como estavam dadas as condições para tal:

Primeiro, entre 1930-1974, o Estado colonial moçambicano, possuía uma fonte de divisas proveniente da exploração de serviços. Como exemplo, o acordo de venda da mão de obra moçambicana para as minas sul africanas, de 11 de setembro de 1928. O governo português recebia por cada mineiro um pagamento diferido (*differed*

³¹² Ver. O discurso de Simões (1948).

³¹³ Os projetos oriundos do GUC mantiveram-se até ao final da década de 1960.

pay), uma parte do salário do mineiro era em *Rand*³¹⁴ e outra metade em *escudo*³¹⁵. Dessa forma o ouro adquirido em Moçambique, jogou um papel importante na economia colonial, diminuindo o *déficit* da balança de pagamento.

O sistema foi retificado, secretamente, em 1964 e se manteve até ao início do primeiro governo de Moçambique independente (BELLUCI, 2007). “Para Moçambique, era assegurado o pagamento por parte dos salários em ouro que contribuiu para a estabilidade financeira e da balança de pagamento da colônia e também de Portugal” (MOSCA, 2005, p.50).

O segundo processo, foi acompanhado pelo imposto e trabalho obrigatório que extraíam excedentes de produção e do trabalho dos negros nos produtos de *Pacto colonial* (algodão e açúcar)³¹⁶.

Quanto ao imposto, Mosca (2005), diz que o imposto de palhota, comercialização de excedentes de produção, o trabalho migratório, as culturas obrigatórias, como algodão, copra, sisal entre outros, constituíram instrumentos fundamentais da política econômica colonial no que respeita a integração do mercado moçambicano no sistema capitalista internacional, que teve reflexo na modernização do capital e na economia portuguesa.

Terceiro, existia um forte estímulo para o crescimento econômico, influenciado por um lado, pelo *Acto colonial* (Decreto n° 1857, 8/07/1930)³¹⁷, que atribuía poderes aos governadores para captar investimento e, por outro lado, os programas de fomentos a investimentos, estimulados pela *Lei de nacionalizações dos capitais* (Decreto n° 1.994 de 13/4/1943)³¹⁸.

Resultado: uma política monetária influenciada pela estratégia de maximizar as exportações pela substituição de importação, o que impulsionou a emergência de uma indústria de bens de consumo³¹⁹, principalmente nos principais centros urbanos, como Lourenço Marques, Beira, Nampula e Quelimane. (LEITE, 2000)³²⁰

³¹⁴ Moeda sul-africana.

³¹⁵ Moeda portuguesa.

³¹⁶ *Pacto colonial* foi um acordo entre a colônia e a metrópole na década de 1930, que condicionava as indústrias que podiam ser implantadas no solo africano para impedir a concorrência com a metrópole. O *Pacto colonial* pode ser visto como a forma específica encontrada pelo capitalismo português para transferir a renda da África para Portugal. Ver. LEITE (1993). O cultivo obrigatório do algodão foi institucionalizado em 28 de setembro de 1926, e perdurou até a década de 1950.

³¹⁷ De uma forma geral o *Acto colonial* era um instrumento de descentralização legislativa.

³¹⁸ Esta lei procurou limitar o capital estrangeiro.

³¹⁹ As indústrias eram: cerveja, refrigerante, tabaco, têxtil, madeira, tipografia, tinta, sabão, cimento, algodão, fibra, caju, açúcar, etc., para ter uma ideia mais geral, ver. Leite (1993).

³²⁰ Ver. Leite (2000).

Criou-se um mercado interno suficiente para o consumo, com o crescimento da população colona, que chegava aproximadamente a 30.531 passageiros que embarcaram diretamente da metrópole para Moçambique, entre 1967 e 1973 (CASTEL, 2004). Destes 27% dos imigrantes tinham ocupação profissional, 35% apenas possuíam profissão e 33% sem profissão³²¹. De uma forma geral muitos dos colonos foram empregados na administração colonial, como mostra o gráfico 1³²².

Gráfico 1. Ramo de atividade dos colonos que embarcaram de Lisboa para Moçambique (1967-1972).

Fonte: Anuário Estatístico *apud* Castelo (2004, p.18).

O crescimento da população colona, que ia para a administração pública, acabava por ficar nas áreas urbanas. Em 1960, existiam 109 áreas urbanas. Cada centro urbano contava assim com um administrador colonial, de origem metropolitana,

³²¹ A migração para a colônia de Moçambique foi impulsionada pelos programas de fomento (política de constituição do espaço nacional português), realizados pelo Estado colonial nos finais da década de 1950. O governo português oficializou a organização de povoamento. O primeiro plano de fomento (1953-1958) tinha como objetivo orientar investimentos para os setores económicos, para a construção do espaço português. O segundo plano (1959-1961) visava estimular o investimento da burguesia nacional e o terceiro plano (1968-1973) atribuiu um papel fundamental à agricultura e à indústria transformadora.

³²² Ver. Castelo (2004).

o que causou revolta nos filhos da terra, vendo cada vez mais os seus postos sendo atribuídos a metropolitanos.

Os administradores, e mesmo trabalhadores estrangeiros, foram substituídos pelos portugueses metropolitanos. Era a política do Estado Novo português marcado pela administração colonial de cariz imperial, nacionalista e centralizadora. Os portugueses metropolitanos eram considerados pelo sistema colonial como filhos da “mística imperial”, capazes de mobilizar os espíritos no sentido do orgulho e da defesa da colônia em relação aos portugueses nascidos nela (CASTELO, 2004).

Os imigrantes, filhos da “mística imperial”, criaram impactos no espaço urbano ao ponto de atraírem outros imigrantes. Por exemplo, em Lourenço Marques, a partir da década de 1930-1940, entrou-se numa nova fase. Foram alteradas bruscamente as taxas de urbanização e a taxa de crescimento urbano. A população total era em 1940, de 20.642 habitantes, sendo em maior percentagem negros (8.352), mais haviam brancos (8.304), indo-portugueses (1.459), indo-britânicos (1.164), amarelos (270) e mestiços (1093). Em 1935, residiam 29.095 indianos que representavam 7.3% da população total de Lourenço Marques, sendo 1.657 indo-portugueses e 1.338 indo-britânicos.

E em 1940, residiam 5.100 chineses e, “sobre a população mista e negra não existem notícias quanto a sua evolução nem pouco quanto a sua representação no aglomerado” (MENDES, 1979, p.86). E em 1950, moravam nas cidades moçambicanas 93.265 habitantes dos quais 23.439 eram europeus e nos finais ao ano 1954, registrava nas principais cidades moçambicanas 110 mil habitantes, destes 60 mil eram brancos. Em 1960, Lourenço Marques, atingiu 178.565 e em 1979, 388.775 habitantes.

É inegável que foi a partir dos finais da década de 1930 que ocorreu o aumento dos edifícios modernos nas principais cidades moçambicanas como Lourenço Marques, Beira e Nampula. Mas o aumento é diferenciado no tempo e no espaço. A visibilidade do crescimento começou em Lourenço Marques nos inícios da década de 1940 e, em Beira, um pouco depois, acompanhada pela rápida “modernização urbana contraditória”³²³ da colônia que se proliferou para outros

³²³ Essa “modernização urbana contraditória” manifestava-se tanto no âmbito económico, quer urbanístico, os modelos perseguidos pelas autoridades coloniais tiveram efeitos perversos, pois se, por

centros urbanos.

De todos os centros urbanos da época, Lourenço Marques foi à cidade que mais recebeu “fixo” e “fluxos” modernos³²⁴. O que permitiu a fixação de muitos migrantes que fugiam dos regimes totalitários europeus e outros incentivados pelas políticas de imigração do Estado Novo portuguesas para as colônias. Houve reforço da presença de uma série de novos arquitetos e engenheiros em Lourenço Marques, com linguagens arquitetônicas diferentes.

A migração maciça de capital para a colônia complexificou a arquitetura e o crescimento demográfico urbano da cidade e pressionou a expansão dos serviços camarários que, por sua vez, aumentou os postos de trabalho nos serviços municipais, assim como, alterou a organização urbana. Por exemplo, em 1947, Lourenço Marques registrava três mil casas de alvenaria e trezentas de zinco e madeira.

Os edifícios e a população aumentaram também, em 1954, a cidade registava 110 mil habitantes, destes 60 mil eram brancos. Em face do crescimento demográfico, o município de Lourenço Marques aprovou o Decreto nº 48.575, de 12 de setembro de 1968, com a nova divisão administrativa da cidade em três áreas: as duas primeiras, a *zona urbana* que nós chamamos de núcleo urbano — dividida em duas freguesias (Nossa Senhora da Conceição e Alto Mahé) e, por último, a periferia — Bairro de *Mahuana* e o Posto Administrativo de Benfica.

No entanto, as áreas administrativas periféricas, maioritariamente ocupadas pelos indígenas (negros), continuavam fora da alçada administrativa da Câmara Municipal, apesar de alguns esforços para que fossem incluídas na esfera urbana. Um olhar detalhado permite compreender que a área da alçada administrativa da Câmara Municipal, entre 1950 e 1960, cresceu com a construção de 2.683 edifícios.

O impacto do crescimento urbano em Lourenço Marques na década de 1960 foi precedido pelo contexto da década de 1950, quando a Câmara Municipal aprovou, em 1955, o Plano do Arquiteto João Antônio Aguiar³²⁵, chamado também de

um lado o desenvolvimento econômico assentava na exploração da mão-de-obra, por outro lado, os africanos eram excluídos da vivência do espaço urbano (FERNANDES; MENDES, 2012).

³²⁴ Ver. Bonito (2011).

³²⁵ O plano Aguiar foi solicitado ao Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), pela Câmara de Lourenço Marques em março de 1947. Houve uma demora porque dependia da condição dos arquitetos *lisboetas* se deslocarem e permanecerem em Lourenço Marques. Esta situação era agravada pela acumulação de outros planos das províncias ultramarinas, a inexistência de receitas para a elaboração do plano, “bem como outros fatores: horizonte temporal da execução, as peças que compunham e a permanência dos seus autores na cidade até a execução do ante-plano” (MORAIS, 2001, p.155). Assim o plano foi entregue à Câmara Municipal no dia 11-1 de 1952. Segundo Azevedo (1969), o Plano de

Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, (1952), que previa o desenvolvimento da *urbe* ao longo da faixa do litoral. O aglomerado deveria abandonar o seu núcleo urbano primitivo e organizar-se em torno de *Smmerschiold*, e alguns bairros ao norte, onde floresceram edifícios emblemáticos (Foto 21).

Foto 21. Alguns edifícios emblemáticos da época.

Fonte: o primeiro a esquerda, a *Igreja da Polana* da autoria do arquiteto Nuno Craveiro Lopes. O segundo a direita em cima, *Edifício Abeu* do arquiteto “Pancho” Guedes e finalmente abaixo, Banco Nacional Ultramarino/Banco de Moçambique de autoria do arquiteto José Gomes Bastos. Mendes (2011, p.268).

O novo plano apresentava malhas urbanas, foi estruturado entre a parte oriental, o mar e ocidental, Avenida Augusto Castilho (atual Av. Vladimir Lenine); Avenida Nossa Senhora de Fátima (Av. Kenneth Kaunda), organizando-se em forma de uma circular paralela à Avenida Caldas Xavier (Av. Mártires de Mueda). O plano nunca foi implementando na sua totalidade, uma boa parte veio a ser efetivada na década de 1960. Parte foi obstruída pelo desenvolvimento industrial de Matola, após a inauguração de uma refinaria em 1961, desviou-se a atenção da urbanização do

Urbanização de Aguiar constitui um trabalho que influenciou o desenvolvimento da cidade, com traçados e disposições regulamentares que, até 1969, tinha muitos aspectos sobre os quais os Serviços Municipais se apoiavam.

Conselho Municipal de Lourenço Marques para Matola (MENDES, 1979).

O plano de Aguiar de 1952 (Figura 14, adiante) pretendia modernizar a *urbe* por meio da reestruturação do preexistente, por complementação e reforço da imagem urbana com edificação e redesenhamento dos espaços públicos. Visava também consolidar o existente, ao reforçar as grandes infraestruturas (porto e ferrovia) e centros sanitários, como: os hospitais de São José de Lhanguene/Atualmente José Macamo e Miguel Bombarda/hoje Hospital Central de Maputo (HCM).

Foram contemplados também algumas funções de zoneamentos insinuados pelos planos anteriores, e outros serviços públicos (MENDES, 2011), que permitiriam a mobilidade urbana e o estacionamento, o que era uma preocupação da época, manifestada por Aguiar, para responder aos problemas de aumento de automóveis.

Figura 14. Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1952). Centro cívico em perspectiva.

Fonte: Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1962, p. 125-126).

Tal plano abria novas perspectivas para o crescimento populacional³²⁶ e para a paisagem urbana, ao definir claramente a área central, identificada como a baixa e a zona histórica (núcleo primitivo). O projeto procurava defender e promover a valorização do núcleo urbano, nomeadamente por intermédio dos méritos dos “fixos” arquitetónicos e de estudos urbanos para mediar arranjos urbanísticos com construções em escalas e altura que respeitassem a escala métrica e o quadrado urbano de traçados viários reticulares para automóveis e uso exclusivo de algumas vias para peões (pedestres)³²⁷.

E também procurava regular a questão das habitações precárias de palha (palhoça) ou de caniço que crescia na década de 1940 de uma forma acelerada (MENDES, 2011). O plano estava focado numa projeção urbana de que em 1980, a *urbe* precisaria de mais lotes para albergar 700 mil habitantes, acrescidos pelos fluxos interno e externo. Preocupava-se também, que a cidade tivesse espaços verdes para pôr a respirar as “almas”.

Com certeza a forma colonial de pensar o urbano foi influenciada pela “*Maneira de pensar o urbanismo*” de Le Corbusier: “*habitar, trabalhar, cultivar o corpo, o espírito e circular*”. Mas também assente na trilogia, “*sol, espaço e verdura*”³²⁸. Por isso, era necessário construir “cidades jardins” verticais. Promoveram-se vastas áreas verdes relacionadas às atividades de lazer e desportivas. A criação de jardim nas áreas residenciais estava de acordo com as teorias da época de “cidades-jardim”. Como mostra Matos e Ramos (2006), as “cidades-jardim” nas colónias portuguesas foram modelos formais disseminados a partir da raiz *howardiana*³²⁹, mas ajustado à realidade, para amenizar o clima tropical, fornecendo sombras, contínuos de verdura e frescura numa terra estranha e agrestemente quente.

Quase todas as principais cidades da época³³⁰ possuíam jardins de maiores ou menores dimensões, em geral povoados de velhas e copadas árvores que lhes davam uma feição de “cidade-jardim” (MENDES, 2011). O que é interessante

³²⁶ Maria Clara Mendes (1979), diz que fazendo uma reflexão profunda sobre este assunto (crescimento populacional). O plano coloca em relevo a precariedade de qualquer quantificação e a probabilidade da sua confirmação.

³²⁷ Para Mendes (1979), o plano obedeceu a uma relação clara entre o planeamento da rede de transporte e o planeamento das áreas constituídas ou a construir.

³²⁸ Ideias em voga na *Carta de Atenas* de 1933. Este documento continua atualmente, a ser uma referência no urbanismo.

³²⁹ Ver. Matos e Ramos (2006).

³³⁰ Principalmente em Lourenço Marques, Inhambane, Beira, Tete, Quelimane (MATOS e RAMOS, 2006).

observar é que os arquitetos portugueses sofreram influência do arquiteto e urbanista de origem polono-russo, Etienne Gröer³³¹, professor da disciplina: “*Os princípios da cidade-jardim*”, do *Institut D’Urbanisme de Université de Paris* (Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris), cuja base era a teoria urbana lançada pelo urbanista inglês Ebenezer Howard (1850-1928), considerado o pai da cidade-jardim.

Etienne Gröer foi convidado pelo então presidente da câmara de Lisboa, Duarte Pacheco, em 1938, para ocupar o cargo de urbanista conselheiro técnico da câmara, entre 1938-1940, onde trabalhou em parceria com os arquitetos João Guilherme Faria da Costa e João Antônio Aguiar – o diretor do GUC, entre outros, nos seguintes planos: de Lisboa, Sintra, Costa de Sol, Coimbra, Évora, Almada, etc. Este modelo de urbanização, associado à criação de praças, parques, estradas arborizadas, casas com jardins, foi influenciado também pela proliferação mundial de “bairros-jardins”, impulsionada pela *Carta de Atenas*, que propunha como modelo válido da época, o desenho da *city-beautiful*, bastante prezada entre os urbanistas.

A existência de largos terrenos (lotes) nas áreas urbanas africanas possibilitou a implantação do modelo de “cidades-jardim” (MATOS e RAMOS, 2006). O modelo de urbanização foi recebido de bom grado pelos arquitetos e outros técnicos que trabalhavam em Moçambique há décadas. Por exemplo, em Lourenço Marques, Guilherme J. F. Melquiades³³², chefe do jardim Vasco da Gama³³³ (atual Jardim Tunduru), com essa convicção urbanística, trabalhou na arborização de acácias coloridas³³⁴ e implantação de espaços verdes públicos no jardim da Praça 7 de março/25 de julho, Parque José Cabral³³⁵/Parque dos Continuadores, parque Silva Pereira³³⁶, jardim da Ponta Vermelha, Miradouro Lisboa³³⁷, Caracol da Rampa de Polana³³⁸ e jardim 28 de Maio³³⁹, reflexo da moda urbanística da época que

³³¹ Trabalhou para o Plano de Luanda (Angola), o texto que faz referência a Luanda, chama-se *Luanda e os seus satélites*, publicado pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, 1945-46.

³³² Foi chefe do jardim Vasco da Gama, entre 1929-1944. Ver. Morais (2001, p.136).

³³³ Também conhecido por Jardim Botânico. Possuía espécies botânicas raras. Era integrado à zona comercial e era limitado pelas Avenidas Joaquim Antônio de Aguiar (depois Av. D. Luis e atualmente Samora Machel), Av. Elias Garcia (atualmente Av. Valdemir Lenine), 5 de outubro (Av. Josina Machel) e rua Henrique de Sousa (no interior do Parque Tunduro). Onde atualmente encontra o edifício do Tribunal Supremo (no período colonial Tribunal da Relação e de Assistência Pública).

³³⁴ A questão da arborização foi consolidada com o plano de urbanização de 1955 de Aguiar que pretendia urbanizar os arruamentos e as praças para conter sombra para os peões (pedestre) e veículos.

³³⁵ Situado no bairro da Polana. Tem forma retangular e era limitado pelas avenidas de Fernandes Tomaz (Av. Martires da Machava), Couceiro da Costa (Av. Armando Tivane), Massano de Amorim (Av. Mão Tse Tung) e Terrenos do Observatórios.

³³⁶ Situava-se em frente do Liceu Salazar (Escola Secundária Josina Machel – Bairro de Polana).

³³⁷ Construída pelo passeio exterior da Avenida da Duquesa de Connaught (Av. Friedrich Engels).

³³⁸ Ajardinado com bancos.

associava a estética dos espaços verdes com o lazer (MORAIS, 2001). Por exemplo, os bairros da cidade da Beira, Macuti, Palmeira e Ponta Gêa, são incluídos nesse grupo de “cidade-jardim”. A foto 22 mostra este fato.

Foto 22. Vista parcial do Grande Hotel, bairro de Ponta Gêa (1957). Projeto do Arquiteto José Porto.

Fonte: Gopixpic [s.n]³⁴⁰ e João Loureiro *apud* Mendes (2011, p.352).

O fascínio poderoso das cidades coloniais influenciou os colonos metropolitanos e o Estado na sustentação das edificações de moradias e serviços³⁴¹. Por exemplo, Matola³⁴² que em 1945 tinha se transformado em Circunscrição Civil de

³³⁹ Era de forma retangular e estava limitado pela avenida de 24 de julho, de João de Deus (Av. Romão Fernandes Farinha), de Luciano Cordeiro (Av. Albert Luthuli) e de Latino Coelho (Av. Maguiguana).

³⁴⁰ Essa imagem encontra-se no seguinte *site*: <<http://www.gopixpic.com>>. Acesso em 15 abr.2015.

³⁴¹ Para Fernandes e Mendes (2012), o modelo de “cidade-jardim”, foi em África, um instrumento importante para justificar e ampliar a segregação urbana.

³⁴² Matola tinha sido criada em 1918, como Povoação e sede de Conselho, pela portaria n° 928, de 12 de outubro de 1918.

Marracuene. E em 28 de abril de 1956, transformou-se em Conselho da Matola (com uma Câmara Municipal). No dia 1 de fevereiro de 1958, tornou-se Vila pela portaria número 12.332 de (COELHO, 2004); e dez anos depois, passou a se chamar de Vila Salazar³⁴³, pela portaria nº21181, de 20 de abril de 1968.

Voltando um pouco para trás, Matola foi valorizada imobiliariamente, com a instalação de uma refinaria em 1961, o que levou o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal da cidade a elaborar novos planos de urbanização, elevado a categoria de cidade, pela portaria nº 83 de 5 fevereiro e em 1973, foram parceladas 1.462 m² de terras para o mercado imobiliário, com exclusividade para lotes residenciais horizontais e também nesse período, principalmente em 1972, foram parceladas 760 m², para Machava um bairro periférico da cidade de Lourenço Marques/Maputo.

A especulação imobiliária deu vez a novas residências para colonos que investiam com o intuito rendeiro de colocar os edifícios à disposição do mercado imobiliário, já que a procura por imóveis crescia dia após dia. O solo tornou-se demasiado valioso. Alguns colonos procuraram comprar lotes fora da “cidade de cimento” para construírem pequenas quintas (*Charcas*), no bairro *Chopal*, parcelado em 1960 e no bairro de *Benfica*/ Geórgi Dimitrov em 1973. De uma forma geral podemos reafirmar que a modernização das cidades moçambicanas, entre as décadas de 1930-1974, foi uma “modernização urbana conservadora” e racista no sentido que empurrava grandes contingentes de negros para habitar nas periferias sem direito à cidade, relegados à localização mais desprezada e de maior risco, com ausência de infraestruturas física e social.

Sobre a cidade da Beira, pode-se dizer que a modernização começou em 1932, com o plano de urbanização dos irmãos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade, que pretendia alargar a cidade que seguia uma linha diametralmente diferente daquela preconizada até então. O projeto pretendia reorganizar toda a cidade por meio de eixos de simetria radiada. Com certeza era um projeto ambicioso. (BRUSCHI, *et al*, 2005)

A planta de 1932 preocupava-se com a refuncionalização dos ramais do caminho-de-ferro e do porto, incorporando na malha urbana traços que permanecem até a atualidade. Do ponto de vista da disposição dos lotes urbanos, a planta procurava

³⁴³ Segundo Fernandes (2006), o nome pretendia homenagear o Prof. Dr. Antônio de Oliveira Salazar, que foi Ministro desde 1928 e Primeiro Ministro de Portugal, de 1932 a 1968.

estruturar os eixos em vias expressas que ligavam o “núcleo” da cidade aos demais bairros “periféricos” (MENDES, 2011).

Em função disso, em 1934, a Comissão de Administração Urbana da cidade apresentou o primeiro plano de urbanização, que previa a consolidação e a expansão da *urbe* em direção ao norte nos bairros de *Ponta Gêa* e *Macúti*, onde se previa a construção de áreas residenciais destinadas aos brancos. No *Esturro*, um bairro estrategicamente afastado do “núcleo urbano”, localizava-se o hospital, bairro e cemitério dos negros (os chamados indígenas).

A modernização da cidade da Beira arranca com a aprovação em 1943 do polêmico projeto dos arquitetos Ribeiro Alegre e José Porto³⁴⁴, o que causou um conflito com o GUC, ao saírem vencedores do concurso para a ampliação da cidade da Beira, o único concurso elaborado em Moçambique, por causa da escassa capacidade técnica e autonomia financeira dos municípios.

De fato, o projeto vencedor recebeu um parecer negativo do GUC. A listagem da crítica recaía sobre os seguintes aspectos: o projeto era considerado antieconômico; apresentava um traçado geométrico monótono e incaracterístico para a cidade; expansão sobre terrenos cujo preço de custo e estrutura geológica iriam dificultar o desenvolvimento da indústria de construção; e localização do bairro indígena a distância de 13 km, no bairro da Manga.

O projeto era visto, na época, pelo GUC como absurdo, por causa do medo das greves dos negros, se ficassem próximo ao “núcleo urbano”. O projeto foi acusado também de apresentar quarteirões de reduzidíssimas dimensões; lotes de construção em áreas acanhadas; número excessivo de lotes topograficamente deformados; elevado número de ruas e praças consideradas desnecessárias e de dimensões consideradas exageradas e carência de espaços livres. (MENDES, 2011)

Mesmo assim, a proposta foi levada avante pelo município que na época apresentava uma gestão municipal notável no contexto colonial e mesmo nacional. Os planos urbanísticos eram assinados primeiro pelos arquitetos, seguidos pelos engenheiros, e depois, pelos agentes técnicos e desenhadores. Na verdade, era uma responsabilidade coletiva para elevar Beira (Tabela 3) à categoria da primeira cidade de Moçambique.

³⁴⁴ É preciso admitir que o anteprojeto de urbanização da cidade da Beira, dos Arquitetos Ribeiro Alegre e José Porto, segue muitas linhas dos irmãos Rebelo de Andrade (1932).

Tabela 3. Alguns indicadores de crescimento urbano da Beira (1942-1956)

Indicadores	1942	1956
População	32.000	75.000
Estudantes	600	4.746
Arruamento asfaltado	8 km	55 km
Veículos automóveis	500	4537
Área de terrenos concedidos	20 mil m ²	911 mil m ²
Edifícios em alvenaria	500	1.615
Turistas	2.000	32.513

Fonte: Boletim Geral do Ultramar (*apud* MENDES, 2011, p. 351).

No relatório da urbanização da Beira é visível a manifestação competitiva. Como mostra Couto (2011, p.16), “A Beira era a segunda cidade do país, com sonhos incontidos e confessos de se tornar a capital do futuro, a par de um sentimento de ser preterida em favor da centralidade e do cosmopolitismo da capital”. Além disso, havia o “*prêmio de arquitetura Araújo Lacerda*” para premiar os projetos que mais se destacavam do ponto vista formal e inovador, e também existia um “*Conselho de Estética*”, formado pelos arquitetos e engenheiros, renovados semestralmente, que tinha a obrigação de fiscalizar a instalação de fixos urbanos.

Percebe-se que o município estava preocupado com o embelezamento, impulsionado pelo turismo emergente, sendo procurado por parte das populações brancas provenientes dos territórios fronteiriços de Moçambique: Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e do Norte (Zâmbia), Malawi e África do Sul. Diversos empresários locais contraíram empréstimos com os bancos comerciais para criar condições turísticas com vista a tornar Beira, um grande centro comercial e residencial, com melhores condições de salubridade e de turismo.

Esta funcionalidade veio a ser um dos instrumentos fundamentais para as tendências de expansão e intervenções na malha urbana, cuja prioridade assentava-se na construção de espaços verdes e no aproveitamento do mar que representava um verdadeiro pulmão complementar dentro da cidade, que permitia a arejamento da “cidade de cimento”.

Abrindo um parêntese podemos afirmar que foi a partir dos anos 30 do século XX, que grandes transformações começaram a ocorrer na urbanização *beirense*³⁴⁵, com a construção de um novo “sistema de engenharia (de transportes, geração de energias, serviços urbanos)” (CONTEL, 2006), que incorporava feições de cariz modernista e aceleravam a transformação à medida que o fluxo comercial e monetário afluía à *urbe*.

O período se caracterizou, também, pela preocupação da administração municipal em melhorar a qualidade das estradas que demandavam para as áreas rurais e periféricas da cidade. Era preciso melhorar as vias de acesso para incentivar os agricultores e os trabalhadores negros a venderem seus produtos e força de trabalho na “cidade de cimento”.

Os produtos agrícolas e a mão de obra negra barata eram necessários para que a indústria transformadora, o comércio e a burguesia colonial local acumulassem capital³⁴⁶. Foi neste período que as grandes famílias burguesas da Beira se consolidaram financeiramente, com domínio de grande parte dos edifícios de rendimento, comércio, serviços e residências, o que fez nascer aquilo que os arquitetos moçambicanistas chamaram de arquitetura do *autor* (Foto 23, adiante).

Como mostram emblemáticos edifícios dos arquitetos José Porto, Francisco Carmo, Paulo Sampaio, João do Carmo, entre outros, influenciados pelo imaginário arquitetónico brasileiro de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Paulo Mendes da Rocha, Fábio Pentead, os irmãos Roberto e Sérgio Bernandes, Vilanova Artigas, Alfredo Paesani, Paulo Antunes Ribeiro, Giancarlo Gasperini, João Artacho Jurado, Jacques Pilon, Elisario da Cunha Bahiana, Francisco Beck, Rino Levi, Alvaro Vital Brasil, Adolf Franz Heep, entre outros (FONTE, 2007; MENDES, 2011).

³⁴⁵ Até este período já estavam consolidadas quase todas as principais avenidas. Por exemplo, em Lourenço Marques (Maputo): 1) Avenida 18 de Maio (Mártires de Inhamitanga); 2) 31 de Janeiro (Agostinho Neto); 3) 7 de Março (Praça 25 de Junho); 4) 5 de Outubro (Josina Machel); 6) Afonso de Albuquerque (Ahmed Sekou Touré); 7) Aires de Ornelas (Kassuende); 8) Alexandre Herculano (rua Timor Leste); 9) Almirante Canto e Castro (Tanzânia); 10) Andrade Corvo (Ho Chi Min); 11) António Enes (Julius Nyerere); 12) Rua Araújo (Bagamoyo); 13) Caldas Xavier (Marian N’Goubi); 14) Augusto de Castilho (Valdemir Lenine).

³⁴⁶ Em 1960, habitavam na Beira 968 chineses “amarelos”; 13.498 brancos; 2.736 indianos; 2.321 mistos; 3.871 negros. Este número era superior em relação a 1940 com 42.539 e em 1950 com 42.539 (MEDEIROS, 2013).

Foto 23. Alguns edifícios emblemáticos da arquitetura do autor. Beira na terceira idade colonial.

Fonte: Mendes (2011). Acima Motel Estoril-Macuti (1965), do arquiteto Paulo Melo Sampaio e embaixo, os escritórios do caminho de ferro (projetos dos arquitetos Paulo Melo Sampaio, João Garizo do Carmo e Francisco Castro).

Temos que ter em mente que a modernização dos conteúdos e forma urbana *beirense* no decorrer da terceira idade colonial reflete, em grande medida, o crescimento econômico da época. O governo colonial atuava também na esfera do consumo imobiliário, ao incentivar a continuidade do processo de renovação urbana e do embelezamento da “cidade de cimento”. A arquitetura do *autor* era vista pelo Estado Novo, como uma desordem capaz de desestruturar o tecido urbano e introduzir

a ideia de liberdade e do nascimento do nacionalismo africano. Uma vez que a arquitetura do *autor* dava liberdade ao mesmo para representar no espaço urbano, o fixo que pretendesse e achasse funcional.

Convém destacar que a arquitetura do *autor*, implantada na Beira, valorizava a relação entre o interior e o exterior. Os espaços exteriores eram elaborados por prolongamentos de cobertura que asseguravam a proteção natural do sol e das chuvas, com preceitos de espaço livre, da estrutura livre, das fachadas independentes, aliadas a uma forte preocupação em usar elementos arquitetónicos para refrescar o calor abundante da cidade da Beira (Temperatura média máxima absoluta (°C), por ano, chega a 40 graus) e dela reutilizarem a luz do sol, típica de um país tropical³⁴⁷, como mostra a Foto 24.

Foto 24. Interior da Estação de Caminhos-de-Ferro da Beira (1960).

Fonte: Silva (2013, p.128).

A transformação urbana da Beira, na época, foi realizada por uma mão-de-obra segregada e barata da população negra, chinesa³⁴⁸ e indiana que impulsionou

³⁴⁷ Podem visitar a Estação do Caminho-de-Ferro da Beira.

³⁴⁸ Podemos ver. Medeiros (2007, 2013). Todos os imigrantes, contratados ou não, que vieram da Ásia para Moçambique eram originários dos distritos de Shunde (em cantonês lê-se Sontak), Toishan (ou Toi San) e de Zhongshan (ou Zhong Shan), que é o mais próximo de Macau. Todos estes distritos pertencem à província de Guandong (Guan Dong, Kuang Tong ou Kwantung), cuja capital é Cantão. Em todas estas regiões o idioma principal é o cantonês (alguns dizem cantonense), que possui vários

a construção da zona industrial da *Munhava*. Os espaços urbanos dilataram-se, e a segregação urbana também, o que levou a criação do bairro da *Manga* como residência dos negros, enquanto que os europeus, chineses e indianos, mais abastados, habitavam em moradias unifamiliares na *Ponta Gêa* (bairro comercial), *Palmeiras*, *Macuti* (dois bairros que apresentavam predominância de residências, com o mínimo de comércio, quase com total exclusão de serviços públicos, mas, em contrapartida, maior densidade de estabelecimentos hoteleiros) e *Estoril* (bairro turístico marcado pelo vasto complexo de hotéis, com grande bloco de apartamentos residenciais e de diversos serviços, *self-services*, restaurantes, esplanadas, cafés, *dancings*, agências dos correios, bancos, pequenas vivendas, acampamentos, etc., constituindo o grande centro do turismo da *urbe*) (AMARAL, 1969). O mapa 6 adiante, mostra a distribuição dos bairros na cidade da Beira na terceira idade colonial.

Os bairros estavam organizados de modo semelhantes a outros centros urbanos da época. Os brancos habitavam no núcleo urbano. De acordo com a terminologia de Anicetos dos Muchangos (1989), na “cidade propriamente dita”, local mais adequado, com equipados e condições mínimas exigíveis da época: escolas, parques infantis, hospitais, supermercados, cinema entre outros.

Eram áreas com características situacionais mais procuradas, onde os edifícios estavam dispostos segundo dois sistemas básicos de circulação: as ruas de serviços e as passagens de pedestres. Nas palavras de Muchangos (1989, p.273), as particularidades destes bairros residem na localização favorável, sua exposição aos ventos frescos, terrenos secos e relativamente estáveis e com equipamento infraestrutural. “As casas estão ligadas às redes centrais de abastecimento de água e energia, aos sistemas de esgotos e de drenagem [...]” iluminação [...] ruas e avenidas”. Enquanto que boa parte dos negros morava em lugares bem distantes da “cidade propriamente dita”.

dialetos. De modo que a língua dominante das comunidades chinesas dos tempos modernos de Moçambique era o cantonês, e isto apesar de o ensino na Escola Chinesa de Lourenço Marques e da Beira ter sido o mandarim a partir dos anos 1950. Também os aspectos fundamentais da cultura das comunidades eram cantonenses no que dizia respeito à religião, à culinária, à constituição familiar e, de extrema importância como elemento agregador, ao movimento associativo.

Mapa 6. Os bairros e áreas funcionais da Beira na terceira idade colonial

Fonte: Mendes (2011).

A modernização da Beira consolidou-se a partir da década de 1970, como uma “cidade turística”. Com os dois grandes bairros (Macuti e Ponta Gêa), a desempenhar esta função. Por exemplo, o grande *ex-libris* da cidade, era o *Grande Hotel da Beira*, construído entre 1953-1955, situado na Ponta Gêa, um fixo cuja dimensão arquitetônica constituía um símbolo turístico do urbanismo *beirense*. Ícone da ambição da empresa Entrepосто de Moçambique, sucessora da Companhia de Moçambique no intuito de modernizar Beira. (MENDES, 2011)

Segundo Mendes (2011), o hotel foi projetado por José Porto, um dos responsáveis pela ampliação da Beira, localizando-se em local privilegiado junto ao mar num terreno com 12 mil m², com uma piscina olímpica e um casino. O hotel acabou por fechar em 1957, após a sua inauguração em 1955, por falta de clientela e de ter lhe sido proibido à abertura do casino, que condenou à perda todo o investimento econômico.

No entanto, durante vários anos, os salões, jardins e piscina olímpica do hotel continuaram a fazer parte dos grandes eventos da alta sociedade colonial *beirense*. Só para ter uma ideia, o Montel Estoril, instalado em Macuti, recebeu em

1960, quatro anos após a sua fundação, 36.172 turistas. Em 1964, cerca de 42.000. Este número é suficiente para mostrar como a *urbe* tinha se transformado em uma cidade capitalista de orientação turística. O surto urbano de captação de recursos estava ligado ao processo econômico da província de Moçambique³⁴⁹ e dos países fronteiriços. Neste período, Beira já se tinha especializado em turismo para uma população colona britânica do *hinterland*.

Em 1964, a população urbana ficou distribuída da seguinte forma na área central: Aruãgua e Ponta Gêa, 6.327 habitantes; Maquinino com 3.071; Macuti e Palmeira com 2.467; Matacuane, Espangara, Esturo e Munhava com 5.987, e na periferia distante, Inhamizua, sem dados registrados – onde concentravam a maior parte dos negros (AMARAL, 1969), sem abastecimento de água potável, nem existência de um sistema de esgoto.

Mas, há outros aspectos dignos de reparos na modernização das cidades moçambicanas. Por exemplo, Nampula foi elevada a estatuto de *vila* em pleno Estado Novo de Salazar, a 19 de dezembro de 1934. Em 1935, passa a ser a capital do Niassa, Cabo Delegado, como resultado da reorganização administrativa de Moçambique, marcada pelo fim da Companhia Majestática do Niassa e pela fixação do caminho de ferro que vinha da vila de Lumbo, desde 1912, e atingiu Nampula em 1930.

O impacto da estrada de ferro permitiu que Nampula rasgasse os solos com longas marchas urbanas em eixos que se ramificavam em forma de aranha em direção à província de Cabo Delegado, a norte, à província do Niassa, ao Ocidente, e o litoral, ao Oriente.

Nampula apesar de localizar-se distante em relação ao mar cresceu como outras principais cidades moçambicanas (Beira, Maputo e Quelimane) apoiado no sistema de engenharia (Rodoviária e Caminho de ferro). Com impacto sobre cerca de 855 habitantes, destes 590 europeus; 116 asiáticos; 128 mistos e 18 africanos. Grande parte dos residentes eram funcionários dos caminhos de ferro. (MENDES, 2011)

Em virtude do crescimento de negros católicos, convertidos³⁵⁰ criou-se a diocese que tornaria uns dos mais emblemáticos edifícios arquitetônicos de Moçambique e, criou-se também neste período, a comarca de Nampula que fiscalizava as construções residenciais, o comércio, as indústrias transformadoras, as

³⁴⁹ Neste período Moçambique era considerado Província de Portugal (Província Ultramarina).

³⁵⁰ Como mostra Baia (2009), a conversão dos negros ao cristianismo era considerada um processo de pacificação necessário que proporcionava um contexto para a sujeição e dominação.

atividades recreativas e desportivas.

Para responder à metamorfose pela qual passava Nampula na década de 1940, criou-se, o Antepiano Geral de Urbanização de Nampula e a Planta de Nampula, como forma de regulamentar os espaços livres, que cada vez mais eram pressionados pelo crescimento demográfico, o que permitiu a instalação de infraestruturas sociais, como uma escola de ensino secundário, colégio/liceu e uma escola técnica elementar, o que alterou a mobilidade urbana, com muitos filhos dos colonos das regiões próximas a procurar a cidade para uma formação do nível secundária ou técnica.

A importância da formação dos filhos dos colonos era uma condição básica para a integração no mercado de trabalho em ampliação com os fluxos de capitais e mercadorias, atraídos pelos investimentos industriais da nova burguesia colonial emergente do nacionalismo econômico de Salazar que buscava novas e seguras fontes de reprodução do capital nas colônias. Principalmente a partir de 26 de agosto de 1956, quando ascendeu à categoria de cidade num período de reverência da sua arquitetura modernista³⁵¹. De fato, foi na década de 1960, que a *urbe* (Foto 25, adiante), recebeu um impulso urbanístico, com elevada volumetria edificada. (BAIA, 2004; ARAÚJO, 2005; MENDES, 2011)

A década foi um marco importante com os trabalhos do arquiteto Bernardino Ramalheite, com provas dadas na cidade da Beira, contratado pela Câmara para elaborar o Plano de Urbanização de Nampula. Era necessário que a cidade viesse a ter um plano que acompanhasse o crescimento da malha urbana. No que toca ao processo de segregação racial do espaço *nampulense* (MENDES, 2011), aponta-se que o plano de Ramalheite era semelhante à de outros implantados na terceira idade colonial, era usual, em todos os territórios de administração portuguesa, construir-se habitação de concreto para aqueles que dominavam³⁵².

³⁵¹ Pode ver. Milheiro (2012).

³⁵² Ver., por exemplo, Oppenheimer e Raposo, 2007; Milheiro e Costa, 2009; Mendes, 2011; Silva, 2012.

Foto 25. Vista aérea da parte central de Nampula, década de 1960.

Fonte: Coleção particular de Fernando Gil e João Loureiro *apud* Mendes (2011, p.414-16).

O plano de Ramalhete apenas dava maior primazia ao núcleo e excluía a periferia. Teremos a oportunidade de voltar a esta questão mais adiante. Com o surgimento da guerra de libertação nacional, na década de 1960, Nampula voltou a

refuncionalizar o seu papel de “cidade militar” com um complexo militar importante. A posição estratégica da *urbe* com os eixos rodoviários importantes de vias de comunicação ao norte da colônia, onde tinha começado a guerra colonial, conferia à Nampula uma importância militar e estratégica ímpar, porque aí passava o corredor de Nacala ou do Norte, uma importante via de comunicação que ligava o porto de Nacala ao interior dos países da colônia britânica, por exemplo, Zâmbia e Malawi³⁵³.

Também passava pela cidade, como mostramos as importantes vias rodoviárias em direção ao norte da fronteira com a Tanzânia, vital para o desenvolvimento do Cabo Delgado e Niassa e ao sul do Nampula (Zambeze) (MENDES, 2011). Fazendo mais um parêntese, observa-se, contudo que a consolidação da urbanização colonial em Nampula ou de uma forma geral em Moçambique, dá-se na terceira idade colonial. Mesmo na cidade de Porto Amélia/Pemba nada se fez até nos finais da segunda idade colonial (1910-1930). Apenas em 1934, foi elevada à categoria de Vila em 19 de dezembro e aprovada a planta do projeto de ampliação do município.

A proposta de expansão do Porto Amélia, apenas na década de 1940, deu à *urbe* construções de edifícios modernos, frutos do maior fluxo migratório que a vila conheceu naquela época, resultante da estruturação do centro urbano e modernização do porto com a construção de uma nova ponte cais, capaz de albergar navios de maior tonelagem, incentivado pelo GUC, figura tutelar dos planos e projetos para as colônias (MENDES, 2011).

O Antepiano Geral de Porto Amélia, apresentado em 1950, continuava a obedecer à continuidade do “núcleo primitivo”, ou seja, a parte mais antiga da cidade (área portuária), onde foi respeitado o sentido preexistente dos eixos viários com uma única exceção da via circundante/integradora da parte alta da cidade ao porto. Também ocorreu a implantação do preceito estrutural das *urbes* moçambicanas da época, a “cidade-jardim”, que valorizava um conjunto de traçados e tratamento de espaços públicos verdes.

O antepiano foi incompletamente implementado, como os restantes dos planos. Como mostra Mendes (2011), os projetistas muitas das vezes desconheciam a realidade concreta da materialização, quer financeira, técnica ou humana. Sobre isso já falamos anteriormente.

³⁵³ Esta via de comunicação é apresentada em estrada de ferro e rodoviária.

Depois do Porto Amélia ser elevada a estatuto da cidade em 1958, pelo Decreto-Lei de 18 de outubro, transformou-se radicalmente a apresentar edifícios verticais modernos por intermédio de trabalhos de arquitetos renomeados como o caso de João Tinoco, Celeste Quintanilha, “Pancho” Guedes (Amâncio d’Alpoim Miranda Guedes) e Paulo de Melo Sampaio.

Este último foi o arquiteto que mais se destacou na transformação radical da *urbe* (Foto 27), para além de sua produção arquitetônica, como o caso de vivendas particulares e o cinema da cidade. Realizou o estudo preliminar de urbanização entre 1961-1963 e o plano de urbanização aprovado pela câmara em 1967, foi substituído pelo Antepiano de 1950 e respectivos planos parciais (BRUCHI, *et al*, 2005; MENDES, 2011).

Foto 27. Vista aérea de Porto Amélia, década de 1970.

Fonte: Bruschi, *et al* (2005, p.25).

O plano do Sampaio procurou demarcar o zoneamento do Porto Amélia, ao transformar a antiga grelha geométrica ortogonal em uma malha anexada a nova malha urbana ortogonal, com sistemas de eixos viários interligados com complexas moradias unifamiliares tão predominantes (MENDES, 2011).

No decorrer da década de 1960, assistiu-se, entretanto, as modificações substanciais tanto na aparência como no conteúdo da cidade. A vida urbana colonial impôs à *urbe* uma burguesia financeira até então praticamente inexistente. Infundiu também novas necessidades materiais que atendiam os anseios da “nova classe colonial”, como facilitou o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passava a exercer no limite extremo da fronteira de Moçambique com a Tanzânia.

Apesar da guerra de libertação ter começado ao norte de Moçambique, na província de Cabo Delegado, onde se encontra o Porto Amélia/Pemba, muitos edifícios foram implantados na *urbe*, neste período, na sequência do grande desenvolvimento econômico da década de 1970³⁵⁴ e pelo incentivo do povoamento feito pelo programa de colonato, por exemplo, em Matama e Unango, na província do Niassa e Montepuez em Cabo Delegado.

Muitos colonatos tinham como objetivo principal criar zonas-tampão para travar o avanço da guerra colonial para o sul e para as zonas de importância econômica (MOSCA, 2005). Os colonos saíram dos colonatos para Porto Amélia, em virtude da intensificação da guerra colonial. Assistiu-se também, na década de 1970, um crescimento notável de edificações precárias dos negros com expansão em direção ao sul, nas periferias de *Paquitequete*, separado pela Avenida Marginal, e ao longo do caminho para o Aeroporto.

Outros acréscimos podiam ser observados nas atuais Avenida 16 de julho e Eduardo Mondlane e do Chai em direção ao norte; as casas se dispersavam nas margens das estradas que davam destino aos distritos de Montepuez e Meluco.

Para concluir a análise sobre a consolidação da estrutura da urbanização colonial de Moçambique, resta falar de Quelimane que se tornou administrativamente cidade em 1942. Foi dado início a uma série de processos de modernização da *urbe*. Começou-se com o desenho da Planta Topográfica da Cidade (Figura 15), em 1945 e do primeiro Plano Geral de Urbanização em 1947, que definiu as áreas funcionais: industrial, comercial, residencial e estruturou o traçado viário.

³⁵⁴ Ver. Francisco (2003), só para ter uma ideia na década de 1960, o Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita* de Moçambique era de 260 dólares norte-americano e no início da década de 1973 era de 418 dólares.

Figura 15. Planta topográfica da cidade de Quelimane (1945).

Fonte: Silva (2013, p. 58).

Elaborado pelo GUC, o Plano previa um conjunto de eixos principais em quadrícula, quatro eixos no sentido *sul-norte*: avenidas João Belo, Combatentes, D. Luís Filipe e Antônio Enes e dois eixos *leste - oeste*: vias Vasco da Gama e de Carmona, no interior dos quais alguns setores foram apontados como lugares onde deveriam florescer os “bairros jardim” (SILVA, 2013) (Figura 16).

Figura 16. Plano Geral de Urbanização de Quelimane (1947).

Fonte: Silva (2013, p. 59).

Três anos depois do plano de 1947, a Câmara aprovou o Plano de 1950. Podemos afirmar que foi o ponto de partida da modernização de Quelimane e do florescimento da urbe como uma “cidade-jardim”. Com efeito, foi a partir daquele ano que a cidade deixou de ser apenas espaço dos descendentes dos senhores dos prazos, apesar do processo ter começado na segunda idade colonial.

A eletrificação e a indústria transformadora do chá, copra e do açúcar deram-lhe um impulso que, embora fraquejada, nunca cessou de financiar a instalação dos fluxos e fixos³⁵⁵. O Plano Geral de Urbanização de Quelimane (Figura 17) permitiu uma ampla renovação nos esquemas da arquitetura urbana. Apresentava largas avenidas arborizadas, como avenida Dr. Oliveira Salazar (atual Avenida

³⁵⁵ Para ter uma ideia, pode comparar a imagem da década de 1930 e 1960. Exposta neste trabalho, mais adiante.

Samora Machel), no centro da cidade, onde se situam os principais edifícios públicos, financeiros e administrativos, bem como os mais significativos cafés, hotéis e restaurantes (SILVA, 2013).

Figura 17. Plano Geral de Urbanização de Quelimane (1950).

Fonte: Silva (2013, p. 59).

As instalações foram implantadas para atender com eficiência a população branca que crescia com a chegada de novos portugueses influenciados pelos planos de povoamentos I e II. Houve um verdadeiro *boom demográfico*, cujo maior crescimento se deu entre as décadas de 1950 e 1970. (FRANCISCO, 2003)

Foi aprovado em 1966 um Plano de Urbanização do arquiteto Mário de Oliveira (Figura 18), que tinha como objetivo identificar os problemas dos conjuntos de casas populares para os colonos, ainda que organizadas em linhas retas contínuas, para dotá-los de faixas ajardinadas com acesso para pedestres, como forma de conferir os benefícios dos serviços racionalizados e adequados às exigências da vida urbana

européia da época.

Figura 18. Plano de arranjo urbanístico de Mário de Oliveira (1964).

Fonte: Silva (2013, p. 60). Em cima a esquerda, solução urbanística da zona Sagrada Família; a direita, área da cidade com necessidade de arranjo urbanístico e, em baixo, solução urbanística entre a rua Antônio Monteiro e a Sagrada Família.

O Plano de arranjo urbanístico de Mário de Oliveira melhorou as condições urbanísticas das novas áreas residenciais entre a Rua Antônio Monteiro e a Sagrada Família, realizando plantas de zoneamento e loteamento (SILVA, 2013). Conseguiu-se, portanto, finalmente, uma nova forma de vida urbana, libertando-se dos modos de vida herdados dos velhos proprietários dos *prazos*, que detinham “lotes

ociosos”. Também foram procuradas soluções de implementação de residências suprimindo tais lotes com projeções de edifícios em alturas.

Este processo contribuiu para que Quelimane (Foto 27) ganhasse unidade de vizinhança, preenchendo com edifícios os “lotes ociosos” que consumiam grande parte do solo urbano. Transformou-se a *urbe* de “burgo pitoresco” para uma cidade moderna rasgada pelas avenidas asfaltadas e vastos edifícios modernos³⁵⁶ como: os do Correio, Banco Nacional Ultramarino (BNU), Barreto & Filho, Nova Catedral, Cine-Teatro Águia, Biblioteca Municipal, Hotel Chuabo, entre outros (SILVA, 2013).

Foto 27. Vista parcial da cidade de Quelimane, 1960.

Fonte: Silva (2013, p. 64). Parque Mouzinho de Albuquerque (acácias rubras).

A cidade estava coroada de praças e jardins, como o caso da Praça João de Azevedo Coutinho, Jardim da Madal, Parque Mouzinho de Albuquerque que continha acácias rubras, dando um ar de “cidade-jardim” (SILVA, 2013).

Pensamos que a exposição, até aqui realizada, coloca as principais ideias e argumentos de como foi se estruturando a consolidação da urbanização colonial em

³⁵⁶ Podemos ver. Silva (2013).

Moçambique, que fez coexistir num mesmo espaço urbano duas realidades morfológica, temporal e tecnicamente distintas, mais interdependentes e imbricadamente interligadas entre si (FERNANDES e MENDES, 2012).

No próximo item nos deteremos em apresentar como que a “totalidade”, ou o “peso global” da urbanização colonial, foi acompanhado pela verticalização dos edifícios. Como sabemos a verticalização é um processo resultante da produção do espaço, caracterizado pela multiplicação do solo urbano, por meio da superposição de imóveis sobre o mesmo terreno. Pode-se entender o crescimento vertical como expansão em altura dos edifícios construídos (OLIVEIRA, 1992; MACEDO, 1987; FRANCISCO, 2007, VILARINÕ, 2000)³⁵⁷.

A verticalização pode também ser entendida como o processo de multiplicação de solo urbano, associada à revalorização do solo, com o aproveitamento de técnicas modernas de construção (SOMEKH, 1997³⁵⁸; SOUZA, 1994; PEVSNER, 1995). O crescimento da verticalização foi suportado na sua maioria pelo investimento privado, resultante da política monetária expansiva e pela formação de uma burguesia colonial local.

3.2 A verticalização dos edifícios nas cidades moçambicanas

Assistimos entre as décadas de 1930-1970 a verticalização das principais cidades moçambicanas: Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula, Vila Cabral/Lichinga, João Belo/Xai-Xai, Tete, Quelimane, Porto Amélia/pemba, Vila Pery, Chimoio e Inhambane³⁵⁹. A verticalização se expandiu de forma diferenciada, em umas com mais dinamismo do que em outras.

A verticalização dos edifícios foi fruto do crescimento econômico, demográfico e dos avanços do meio técnico-científico da época. Para qualificarmos melhor o processo, porém, parece-nos necessários chamar atenção para dois fenômenos que o constituíram:

O primeiro, entre as décadas de 1930 e finais da década 1950, quando os edifícios verticais ficavam separados uns dos outros por espaços vazios. O segundo, entre as décadas de 1950 e a primeira metade da década de 1970, período da

³⁵⁷ Ver. Oliveira, 1992; Francisco, 2007; Macedo, 1987; Vilariño, 2000.

³⁵⁸ Ver. Souza, 1994; Pevsner, 1995; Somekh, 1997).

³⁵⁹ Um mapa com a localização das principais cidades no país, pode ser visto logo na introdução.

densificação dos edifícios verticais. Os edifícios verticais tornaram-se fixos privilegiados da vida social e comercial³⁶⁰.

Além disso, é importante destacar que foi no período da consolidação da urbanização colonial, que os edifícios verticais trouxeram para a vida urbana moçambicana novas funções urbanas, por exemplo, um contingente considerável de edifícios verticais deu origem a edifícios comerciais e residências, voltados para a necessidade de satisfação da população colona que cada vez mais detinha salários estáveis, defendidos por sindicatos.

Tanto no período da crise de 1930, quanto nos períodos subsequentes, os salários dos colonos mantiveram-se quase estáveis. Diferentemente da população urbana negra que sofria redução dos salários, aumentos dos impostos, agravamento dos custos de vidas e das condições sociais, provocados por inexistência de sindicatos e pela divisão do trabalho baseada na raça (PEVENNE, 1982; ROCHA, 1991).

3.2.1. Primeira fase de verticalização

Só a partir das décadas de 1930-1950³⁶¹ é que a verticalização dos edifícios das principais cidades moçambicanas, como Maputo (antigo Lourenço Marques), Beira e Nampula, começaram a se transformar como forma de ocupação do espaço urbano. Até então, as cidades moçambicanas eram na sua maioria constituídas, por edifícios horizontais ou casas térreas, que foram substituídas por verticalizadas³⁶² em concreto que veria a libertar as paredes de madeira das suas funções de sustentação. Assistiram-se modificações substanciais na aparência urbana.

No final da década de 1930 as *urbes* moçambicanas apresentavam, então, uma paisagem diferente daquela que tinha prevalecido entre 1884 e 1929. O processo de urbanização da terceira idade colonial beneficiou-se da grande ação financeira do poder estatal³⁶³.

A verticalização dos edifícios forçou uma nova forma de sociabilidade

³⁶⁰ Neste período Penvenne (2012, p.173), a firma: "O ritmo e o âmbito das transformações de Lourenço Marques surgem dramaticamente entre 1945 e 1975 [...]".

³⁶¹ Nesta década, principalmente em 1951, Moçambique recebeu estatuto de província do ultramar.

³⁶² Mas a transformação dos edifícios horizontais em verticais estava em marcha desde a segunda idade colonial. Mas foi principalmente a partir da década de 1930, que ela ganhou ímpeto.

³⁶³ Ver. RELATÓRIO SOBRE MOÇAMBIQUE. Vol 1. 2ª edição. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1949.

urbana, como uma nova forma de morar e trabalhar. A novidade arquitetônica significou para a população colona uma possibilidade de auferir “selo” de modernidade e progresso.

A partir de então as cidades passaram a atrair numerosos capitais internacionais e nacionais, cada vez mais disponíveis para edificação dos prédios. Só que muitos dos edifícios eram isolados uns dos outros, o que deixava espaços vazios. O exemplo mais nítido é o caso da diferenciação da paisagem urbana da cidade de Quelimane, nos dois períodos de verticalização (1930 e 1960) (Foto 28).

Foto 28. Duas vistas aérea de Quelimane 1930 e 1960.

Fonte: Silva (2013, p.55).

Na primeira fase da verticalização predominou ainda os edifícios térreos dos finais do século XIX, a despeito das amplas mudanças da paisagem urbana. Da

década de 1930 a 1950 assistiu-se à multiplicação de edifícios verticais, principalmente os prédios de apartamento.

A verticalização seria aceite inicialmente com relutância pelo colono português, pois ameaçava os costumes urbanos que remontavam ao século XIX, como possuir um quintal com pomares, criação de aves e porcos ou cultivo de legumes. Para solucionar a relutância os arquitetos procuraram projetar habitações verticais com longos quintais para que os residentes pudessem criar animais e cultivar as hortas, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução da paisagem urbana do século XIX. Por isso atualmente, encontramos muitos prédios com amplos lotes.

A primeira fase da verticalização dos edifícios nas cidades moçambicanas deve ser entendida como a fase da produção imobiliária do Estado colonial portuguesa. Resultou do papel do GUC na fiscalização e desenho de várias formas de edificação vertical, que viriam a ser assumidos com destaque pelas Câmaras municipais, Comissões urbanas, Juntas locais ou Postos Administrativos.

Como nos mostra Mendes (2011), quando o GUC entrou em funcionamento, na década de 1940, a cidade de Maputo tinha definitivamente conquistado altura na baixa da cidade. Os prédios eram normalmente de sete andares, enquanto que, na parte alta da cidade, nomeadamente: Polana, Carreira de Tiro, Alto Mahé e Malhangalene, os prédios eram de apartamentos, com poucos andares. O que reforçava a valorização social e arquitetônica das frentes construídas sobre o alinhamento da via pública (MENDES, 2011).

A primeira fase de verticalização existiu pouco o papel dos investidores privados. O Estado atuava nas seguintes infraestruturas verticais: escolas, hospitais, habitações coletivas ou unifamiliares para colonos. O que produziu uma arquitetura que refletia a imagem do interesse do Estado Novo Colonial (Todos os portugueses, tem direito a uma vida livre e digna- mas deve ser atendida em conjunto)³⁶⁴.

Diferentemente da segunda fase em que o principal agente da produção do espaço foi o setor privado influenciado, na sua maioria, por projetos arquitetônicos e urbanísticos modernos. Muitos dos profissionais eram na sua maioria opositores do regime de Salazar e pertenciam ao Partido Comunista Português (PCP) e ao

³⁶⁴ Ver. O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES, 1955, p.99-100. Os números de prédios construídos em Lourenço Marques em 1938 (108); 1939 (96); 1940 (72); 1941 (85); 1942 (147); 1943 (74); 1944 (70); 1945 (83); 1946 (141). Destes, os prédios existentes em 1945, segundo a distribuição de pisos: Rés-do-chão, 4.267 (número de famílias que viviam 4.214); Caves (viviam 21 famílias); primeiro andar (636 prédios e residiam 526 famílias); segundo andar (24 prédios residiam 526 famílias); terceiro andar (6 prédios, residiam 3 famílias).

Movimento de Unidade Democrática (MUD), que acabaram perseguidos em Portugal pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), e como forma de escapar do intenso controle, escolheram as colônias para as atividades profissionais. Cada um desses arquitetos e urbanistas produziu edifícios privados ou públicos em função do interesse dos clientes.

3.2.2 Segunda Fase de Verticalização

A década de 1950-1970 caracterizou-se, primordialmente, por ser uma época de massificação e densificação dos edifícios verticais³⁶⁵. A verticalização apareceu como uma das principais modalidades de apropriação do espaço urbano nas principais cidades moçambicanas (Beira, Lourenço Marques/Maputo, Nampula e Quelimane). Com grande ênfase para Lourenço Marques, com transformações verticais que irão, sobretudo, afetar o espaço urbano, acelerado pelos capitais imobiliário, financeiro, fundiário e produtivo, a partir de 1950 (FERREIRA, 1971).

Um bom exemplo deste processo é análise da historiadora americana, Jeanne Marie Penvene (2012), mostra que na década de 1950, principalmente em Lourenço Marques, os altos edifícios já se faziam presentes em altos prédios comerciais e de apartamento, que sublinhava “um olhar dominador a partir do ponto de vista das alturas para os domínios em baixo. “Os maciços de construções cada vez mais altos ecoavam [...]”. “A cidade era apresentada nos finais da era colonial como aquinta-essencia da cidade do homem branco” (PENVENNE, 2012, p.176).

Quando a segunda fase de verticalização arrancou a *urbe* já tinha ganhado o estatuto de grande cidade³⁶⁶. A verticalização se tornou uma identidade do processo

³⁶⁵ Basta olhar os dados de evolução do número de edifícios constuidos entre 1913 e 1973, apresentado por Mendes (1979, p.83). Na década de 1970, principalmente em 1972, Moçambique recebeu o estatuto de território semi-autónomo da metrópole. As maiores receitas provinham do porto e da estrada de ferro. Ver também, Penvenne (Morais, 2001).

³⁶⁶ O Estatuto de grande cidade regia-se pelo Decreto nº 48/575, de 12 de setembro de 1968, mais foi no dia 11 de março de 1969, que Lourenço Marques passou a usufruir deste estatuto, que entrou em função no dia 11 de agosto do mesmo ano. O estatuto dava à Câmara Municipal dez vereadores eleitos por juntas locais e juntas de freguesias, organismos representativos de interesses morais e culturais, organismos corporativos representativos das entidades patronais e associações de interesse econômicos, organismos corporativos representativos dos trabalhadores, sufrágio direto dos eleitores do conselho. Outra novidade do estatuto, era que atribuía a Lourenço Marques a criação de bairros e freguesias administrativas no conselho (a primeira freguesia estava distribuída entre Nossa Senhora da Conceição e Alto Maé, separadas entre si pela avenida General Machado – 1º bairro e o 2º bairro – com sede no bairro do jardim – com as seguintes freguesias: São José, Jardim, Chamaculo, Xipamanine, Chinhambanine, Munhuana, Mahotas, aldeia do Espírito Santos e algumas áreas consideradas rurais). O conselho estava subdividido em três subcircunscrições: sede da administração do conselho,

de urbanização onde configurava edifícios de pasteurização ocidentalizante, o chamado estilo internacional, em que o mesmo tipo de prédio poderia ser encontrado em países e regiões mais diversos, ignorando peculiaridades culturais e mesmo ambientais. (SOUZA, 2011)

Tal modificação no campo da arquitetura correspondia a modificações significativas nos espaços urbanos moçambicanos. Por exemplo, na cidade de Lourenço Marques³⁶⁷, Beira (Foto 29, adiante), Nampula e Quelimane multiplicaram-se os edifícios verticais e construíram-se redes de esgotos, de abastecimento de água, iluminação, transporte coletivo e jardins à imitação do gosto europeu, para responder o número crescente de metropolitanos.

O que se deveu, sobretudo, ao aumento de investimento privado, derivado de um lado do nacionalismo econômico e do outro lado, da política de portas abertas, fomentada pelo Estado colonial, como forma de captar investimento. Houve aceleração na construção civil, sobretudo de edifícios verticais, bem como a chegada de uma nova geração de arquitetos que se formavam em Lisboa, Porto e no estrangeiro, nas décadas de 1940, influenciados pelo 1º Congresso Nacional de Arquitetura de 1948.

Perspectivava-se uma nova forma de intervir no espaço urbano, que reafirmou a aplicação dos modelos internacionais enquanto modo de resolução do problema da habitação, ao mesmo tempo em que se propunha um conhecimento profundo do contexto geográfico, social, econômico e específico da arquitetura portuguesa. As ideias dos jovens arquitetos rompiam com o medo da antiga geração de arquitetos que tinha sido censurada pelo regime de Salazar na produção e na linguagem arquitetônica (MENDES, 2011).

A presença dos novos arquitetos nas colônias tornou-se mais ativa e influente a partir da segunda metade dos anos de 1960. Assim, à medida que a nova geração de arquitetos ascendia profissionalmente tornava-se relevante a arquitetura vertical, popularizada com a construção de Brasília, capital Federal do Brasil.

Munhuana e Benfica. Ver. CARVALHO, Joaquim. Estatuto de grande cidade para Lourenço Marques. **Boletim Municipal de Lourenço Marques**, nº4, 1969, p.19-27.

³⁶⁷ O regime colonial concentrou em Lourenço Marques todo o equipamento governamental e econômico (MENDES, 1979).

Foto 29. Vista aérea parcial de edifícios verticais na cidade de Lourenço Marques (1956) e Beira (1950).

Fonte: João Loureiro *apud* Mendes (2011, p.265) e Gopixpic (s.d)³⁶⁸.

O Gabinete de Urbanização Colonial (GUC, 1944-1951), criado na década de 1940, se transformou em 1952, em Gabinete de Urbanização Ultramarino (GUU, 1952-1957), quando Moçambique passou a se designar de “Província Ultramarina” instituída pelo então ministro Marcelo Caetano (FERNANDES, 2006), e transmutou-se, em 1958, para a Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direção-Geral

³⁶⁸ Figura disponível em: <http://www.gopixpic.com/871/pavilh%C3%A3o-oceana-cidade-da-beira-mo%C3%A7ambique1950/http:%7C%7Ci41*tinypic*com%7C3321fs3*.jpg>. Acesso em: 20 dez. 2014.

de Obras Públicas e Comunicações (DSUH-DGOPC, 1958-1974) do Ministério do Ultramar. Nessa trajetória a instituição perdeu peso na construção de edifícios verticais.

A presença crescente de arquitetos de nova geração acabou por se refletir na diminuição dos trabalhos dos técnicos do DSH-DGOPC, que assumiram preferencialmente um papel de consultores, todavia, a serem requisitados em regiões com menor capacidade de atração de profissionais especializados. O objetivo principal era coordenar a produção urbanística. Assim os novos arquitetos fixados em Moçambique eram os mais procurados pelos empresários e governo para a execução da verticalização da *urbe*.

Os edifícios verticais animavam a vida colonial, principalmente os anseios de pequenos grupos de empresários, que tinham conhecimento de uma nova linguagem arquitetônica internacional. Como mostramos, era uma visão fortemente influenciada pela produção arquitetônica brasileira dos anos 1940, que se revelaria essencial do ponto de vista climático muito semelhante ao continente africano, mas os arquitetos aplicavam também diversas soluções e técnicas locais já experimentadas e sedimentadas (FONTE, 2007).

Todas essas modificações arquitetônicas, tiveram consequências. Aos poucos os edifícios térreos foram substituídos pelos verticais. As transformações de substituição de edifícios de baixa volumetria por edifícios de vários pisos, configurou uma paisagem em altura, em especial na “*baixa*”³⁶⁹ da cidade. Assim, os velhos quintais das residências isoladas, com compromissos quase rurais, reduziam-se agora a pátios murados dos edifícios verticalizados, com jardins nos fundos ou na parte central, longe da vista dos estranhos, para os quais abriam-se os quartos e salas num ambiente de completa intimidade.

Ainda assim, a disposição de alguns edifícios térreos persistirá até a atualidade em estado de conservação precária. Até nas vésperas da independência nacional, em 1975, Moçambique experimentou um conjunto de intervenções arquitetônicas e urbanísticas influenciado pelo modernismo brasileiro³⁷⁰. “Com a independência nacional, a generalidade dos arquitetos regressa a Portugal, introduzindo novas contribuições estilísticas na paisagem urbana portuguesa, mas alguns partem (também) para o Brasil, estabelecendo sua atividade naquele país”

³⁶⁹ Termo usado em Moçambique para falar do núcleo urbano.

³⁷⁰ Ver. Rodrigues (2011).

(MENDES, 2012, p.245).

A verticalização dos edifícios foi acompanhada com a introdução de serviços de saúde, educação, transporte, energia, saneamento, entre outros. Solução funcional para atender a população colona que crescia cada vez mais³⁷¹. No início da década de 1970, muitos edifícios térreos, sobretudo nas principais cidades moçambicanas, como Lourenço Marques, Beira, Nampula e Quelimane, tinham sido, na sua maioria, substituídos densamente por edifícios de vários pisos, com funções mistas que englobavam os setores de comércio, serviços e residências.

Uma nova realidade estava sendo construída por uma arquitetura do *autor*, estimulada por uma conjuntura favorável na qual se destacava de um lado, a existência de engenheiros, técnicos de construção, “arquitetos modernistas” e um exército de mão de obra negra barata³⁷² e, por outro lado, a existência de uma “nova burguesia comercial”³⁷³ — representante das empresas capitalistas, que compravam e vendiam lotes e edifícios verticalizados a uma “nova classe média”³⁷⁴ em expansão e para a “classe operária colonial” em formação.

Faziam parte da “nova classe média”, o pessoal administrativo, funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes e os proprietários de roças (agricultores). A “nova burguesia comercial” era na realidade formada pelos verdadeiros “incorporadores imobiliários”, no sentido atribuído por Christian Topalov (1974), ao oferecer aos arquitetos da nova geração a oportunidade para formular propostas de verticalização realmente inovadoras que partiam da ideia de uma paisagem urbana ordenada, disposta de modo a facilitar o pedestre, facilitar a utilização do automóvel e com garantia de luz, ar e sol.

Muitos dos incorporadores imobiliários receberam apoio financeiro do

³⁷¹ Por exemplo, em 1953, a construção de conjunto de edifícios verticais de *Sommerschield*, marca o início da urbanização do bairro, mas que se concretiza efetivamente na década seguinte. (MENDES, 2011)

³⁷² Sobre este assunto devolveremos mais adiante.

³⁷³ A “nova alta burguesia” diferenciava-se da antiga, porque a nova era detentora dos meios de produção nas colônias, enquanto as antigas eram detentoras na metrópole. Os últimos decaíram com o fim do *Acto colonial*, que protegia as indústrias metropolitanas em detrimento das coloniais. As colônias apenas podiam ser produtoras de matérias primas. Com o fim do *Acto* entre o Estado colonial e “alta burguesia metropolitana”, nasce uma “nova alta burguesia”.

³⁷⁴ Por que uma “nova classe média”? Porque era diferente da “classe média” da segunda idade colonial (1894-1930), era na sua maioria formada por militares. Depois de 1930 houve um deslocamento de civis que chegavam em Moçambique, incentivados por uma política de povoamento do “Estado novo”. Ver. Castelo (2007).

Banco Ultramarino, Caixa Econômica do Montepio de Moçambique³⁷⁵ e outras instituições nacionais e internacionais, para sustentarem os investimentos, vistos os altos custos exigidos para as construções dos edifícios verticais.

O investimento foi cortado em 1974, no auge da guerra colonial de independência, por conta do elevado custo da perda de rentabilidade e eficiência, pela quebra de produção e pela fuga do capital estrangeiro. Apesar da guerra colonial atingir apenas as áreas rurais, alcançou áreas economicamente importantes do sul da Alta Zambézia, Manica e Sofala, principalmente a partir de 1968-69, após a Operação Nó-Górdio, de 1970, dirigido pelo General português, Kaúlza de Arriaga. (MOSCA, 2005)

Vale ressaltar que na segunda fase de verticalização, alguns edifícios verticais começaram a ser construídos fora do “núcleo urbano”. O fenômeno é muito visível na Beira, principalmente nos bairros da Manga, Alto da Manga e Passagem do Nível. Impulsionado pelo alto custo de terreno no “núcleo”. A tentativa de levar a verticalidade para fora do eixo inicial da sua formação estava relacionada também com a expansão da malha urbana e crescimento demográfico da população colona e do *boom* do automóvel.

3.3 O crescimento das periferias urbanas (“cidade de caniço”)

O crescimento das periferias urbanas³⁷⁶ – a considerada, “cidade de caniço”, erguidas arbitrariamente em lotes sem planejamento³⁷⁷, com casas precárias, nas áreas reservadas para a expansão da “cidade de cimento”, coadunava com o princípio legal da desposse da terra urbana para “população nativa” (os considerados indígenas). Como mostra o Mapa 7, (o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques -1952), apresentado mais adiante.

Assim, quando surgisse a necessidade de expansão da *urbe*, os negros eram remetidos para as áreas mais afastadas (FERNANDES e MENDES, 2012). Por

³⁷⁵ Atualmente chama-se Banco Austral (BA), no período da independência, era Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). O Banco financiou, no período colonial, a construção do prédio mais elevado de Moçambique (33 andares).

³⁷⁶ Segundo Domingos (1994), a periferia para o autor significa dependências e subalternidade em face da área central e do local de destino dos habitantes. No capítulo V, apresentaremos com maior detalhe, o significado do termo periferia.

³⁷⁷ Com exceção do bairro de Xipamanine que era marcado por um traçado regulador ortogonal, de quarteirões retangulares, como o da Munhuana. Dividido em 14 lotes, destacando-se o núcleo escolar e o mercado.

exemplo, em 1940, a planta de Lourenço Marques/Maputo, assumia as periferias urbanas como espaços provisórios de reprodução da “cidade de cimento”.

A propagação das periferias urbanas³⁷⁸, foi certamente resultado do crescimento da “cidade de cimento”, ou para falar como Maria Clara Mendes (1979), da “cidade branca”, que dependia cada vez mais do trabalho negro para dar vida à “cidade colonial”, principalmente em trabalhos precários, que iam desde empregadas (os) domésticas (os), serventes dos restaurantes, estivadores, ajudantes, carregadores, funcionários públicos de baixo escalão, etc³⁷⁹.

Como diz Penvenne (2012, p.175), estes, “não eram cidadãos nem mesmo, apenas pessoas”. Isto faz lembrar a famosa *doutrina Sallard* da década de 1920, na África do Sul, que estipulava que os negros estavam autorizados nas cidades dos colonos na medida em que serviam às necessidades dos brancos.

Mapa 7. Lourenço Marques / Maputo (1952) e a distribuição espacial.

Fonte: Mendes (1979, p.89). Zona de reserva era constituída por áreas cuja urbanização, não sendo prevista neste plano, se destina à satisfação dos interesses da cidade.

³⁷⁸ Os bairros dos negros, também designados de subúrbios “[...] eram definidos por um arco concêntrico ao que define a área urbana, ou seja, a estrada da circunvalação e traçado com abertura de mais de 500 metros, estruturando-se nas estradas que ligavam a cidade às principais localidades da região [...]” (MORAIS, 2001, p.149). Podemos ver, também Biléo (1945).

³⁷⁹ Ver. Penvenne (2012). Esta autora capta esta realidade, através das fotografias anónimas de pessoas qualificados como indígena, a cavar, a carregar, a transportar fardos ao longo da marginal de Maputo.

Como sabemos, neste período, o Estado colonial português estimulava a atmosfera cosmopolita dos seus cidadãos em restaurantes, cafés, jardins, parques, clubes desportivos e cinemas (PENVENNE, 2012). Nessas condições, a cultura urbana portuguesa aparecia como horizontalidades imposto de fora para dentro (Moçambique) e nesse caso, a solidariedade entre os colonos dava-se através do *status* de pertença de uma comunidade de destino (Europa) e de partilha de hábitos e costumes ocidentais.

É nessa partilha de hábitos e costumes cosmopolitana que os colonos se sentiam como o civilizador e o único portador de valores urbanos. Por exemplo, quando um negro colonizado vestisse como colono (um fato, gravata ou blazer), era xingado. Como mostra Penvenne (2012, p.179), “Quando muito, profissionais negros bem vestidos podiam ser alcunhados de “papo-sêco com ares de civilizado [...]”.

Mesmo, o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1962, p.10), descrevia da seguinte forma os negros: “[...], os indígenas [...] vivem das necessidades sempre crescentes do núcleo urbano. São serviçais domésticos, trabalhadores do porto ou dos caminhos de ferro e assalariados nos serviços do Estado ou municipais”³⁸⁰.

De uma forma resumida, foram os verdadeiros exércitos de reserva de mão de obra barata, “fonte de mão de obra da cidade” (MORAIS, 2001, p.150), ou seja, verdadeiras (os) obreiras (os) (Figura 19, adiante) da produção material da cidade colonial. Foram os negros que trabalharam compulsivamente para a modernização de Moçambique³⁸¹.

O crescimento das periferias urbanas foi acompanhado pelo menos por quatro fatores: i) a intensificação das barreiras raciais; ii) a modernização da urbanização; iii) o aparecimento dos arranha-céus e; iv) o aumento da população colona, por exemplo em 1940 era de 27.438 habitantes; em 1950 era de 48.213; em 1955 era de 65.798; em 1960 era de 97.245; em 1970 era de 162.967 e; em 1973 chegou a 190.000 habitantes.

A presença maciça da população colona forçava os colonizados a procurarem a cidade como uma forma alternativa de ter acesso ao trabalho assalariado para pagar o imposto que crescia cada vez mais, principalmente com a reorganização

³⁸⁰ Grifo nosso.

³⁸¹ Com isso não queremos menosprezar o papel desempenhado por indianos, chineses e outros povos, que trabalharam na construção das cidades moçambicanas na terceira idade colonial.

dos impostos aplicáveis à população negra de 1942 (circular 818/D7), que defendia as cobranças seriam definidos pela capitação de rendimento. As mulheres e os homens de dezoito anos impossibilitados pela deficiência e idade eram obrigados a pagar o imposto reduzido.

Figura 19. Os obreiros da cidade³⁸².

Fonte: Desenho de Luandino Vieira (1958) *apud* Fonte (2011, p.351).

O crescimento das periferias urbanas foi também incentivado pela fuga da população rural causada pela intensificação da exploração no campo. “A Cidade de Lourenço Marques tornou-se um dos principais destinos” da população rural que morava ao seu redor (SILVA, 2001, p.75)³⁸³. Principalmente, *os Xitswas, Xirongas, Gitongas, Cichopis e Xichanganas* que tiveram a possibilidade de migrar para Lourenço Marques³⁸⁴ a procura de trabalho. Por exemplo, em 1940 existiam 45.070 indígenas³⁸⁵.

³⁸² Ver. “Penvenne (2012, p.174 -180), que afirma:” [...] as “pretas”, mulheres moçambicanas que viviam e trabalhavam dentro e à volta da cidade, eram habitualmente registros invisíveis [...]”. “Os africanos que trabalharam nestas constrições foram habitualmente excluídos das fotos.

³⁸³ Ver. Silva (2011).

³⁸⁴ Ver. O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES, 1955, p.53.

³⁸⁵ *Ibidem*, p.10. O censo de 1945 da cidade de Lourenço Marques, marcava 16.149 europeus – indivíduos da raça branca, independentemente do país de origem; 644 amarelos – abrangem os chineses que exerciam as suas atividades como agricultores e operários. Eram eles que abasteciam a cidade de produtos hortícolas; 2.806, indo-portugueses – provenientes da Índia portuguesa ou seus descendentes, eram comerciantes ou industriais; hindus 1.133 – eram proprietários, empregados no comércio ou agricultores; 3.548 mistos – englobavam indivíduos filhos de pais de etnias diferentes ou de etnia

A intensificação da população negra em Lourenço Marques reforçou a segregação urbana³⁸⁶. Iniciou-se um novo processo em que o governo colonial esforçava-se em considerar a concentração dos negros nas periferias urbanas como uma ameaça pesada, suja e feia que descaracterizava a cidade, conforme o espírito racista da época. Considerava-se que havia excesso de gente negra em Lourenço Marques, improdutivo, sem trabalho e agitadora, nociva, perturbadora do equilíbrio social³⁸⁷, como mostram as descrições do Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques:

Os indivíduos que correm periodicamente à cidade para prestarem serviço accidental têm de ser acomodados. Em geral são indígenas não civilizados provenientes de todas as regiões da província, muitos dos quais entram pela primeira vez em contacto direto com a civilização. Para os eventuais, que convém isolar, é fixada uma área privativa dentro das unidades de vizinhança de indígenas que habitam a cidade (p.116).

O aumento da população negra aumentou a preocupação da administração colonial e levou-a a criar bairros oficiais para os negros, os chamados *bairros indígenas*³⁸⁸, como estratégia securitária³⁸⁹ e higienista³⁹⁰.

Os bairros eram uma forma de regulamentar as entradas dos negros no núcleo urbano. Assim, tornava-se urgente controlar a fixação deles nas áreas próximas à “cidade de cimento”, o que vem a acontecer em Lourenço Marques/Maputo, na década de 1940, com a reserva de áreas em torno do núcleo para a fixação dos bairros indígenas (MENDES, 2011), como forma de aproveitar os equipamentos de proximidade (escola primária, posto sanitário, mercado, etc.).

mista; 511, africanos assimilados – abragem indivíduos de étnia negra.

³⁸⁶ João Sousa Morais, “afirma que este processo foi acompanhado por uma preocupação paralela e marginal na área suburbana determinado por uma estrutura de assentamento espontânea, suportando-se na lógica preexistente, caminhos e estradas suburbanas e parcelamento de terrenos resultantes de um fenómeno de migração provenientes de zonas rurais a par de edificação de carácter efémero que viria a ser denominado como caniço” (MORAIS, 2001, P.129).

³⁸⁷ Principalmente depois das greves dos trabalhadores negros do caminho de ferro e porto de Lourenço Marques de julho de 1947 e abril de 1949. Segundo Fernandes e Mendes (2012), foi nas periferias das cidades coloniais, em especial após a II Guerra Mundial, que trabalhadores negros mal renumerados e maltratados formaram um movimento de luta por melhores condições e acabaram por levar à formação e alimentação das organizações independentistas.

³⁸⁸ Para Fernandes e Mendes (2012) a visão utilitarista do regime colonial foi genericamente comum em quase toda a África, independentemente do modelo da colonização.

³⁸⁹ Como mostra a correspondência de Cuharm do Governador-Geral em reunião do dia 25 de julho de 1970, de que as “periferias” era então lugares onde floresciam ideias da revolução e do ódio contra o regime. Ver. Forjaz *et al* (2006) e Rocha (1991).

³⁹⁰ Ver. Mendes (2013).

O Governo pretendia integrar apenas a população negra assimilada³⁹¹. Por exemplo, em 1945, tinha-se 1.845 de assimilados de um total de 5.030.179 indígenas urbanos e 58.270 não indígenas (europeus, amarelos, indianos e mistos)³⁹². Destes podemos destacar ainda o crescimento da população indígena de Lourenço Marques, em 1950, estimava-se 55.046 indivíduos, enquanto os não indígenas, aproximavam-se de 37.000 habitantes³⁹³.

O crescimento foi instigado também pela alteração da Lei Orgânica do Ultramar, aprovada em 1957. A lei irá concentrar-se numa abordagem urbanística para as “periferias” das cidades moçambicanas. Por exemplo, o Plano de Urbanização de Porto Amélia/Pemba de 1965-1967 do Arquiteto, Paulo de Melo Sampaio, pretendia eliminar todos os “bairros indígenas” da urbe como *Paquitequete* e também o *Cumissete* do qual era imperativa a total remoção”, projeto irrealizável.

A luta pelo controle do crescimento das periferias permeou também os relatórios dos planos de urbanização³⁹⁴. Exemplo paradigmático da época foi o plano de Lourenço Marques de 1952, (Figura 52), elaborado por GUC, assinado pelo João Aguiar, que reforçava a ideia de intervenção nas periferias que cresciam com ocupação desordenada. A reforma da periferia revestiu uma roupagem eugenista, com práticas de seleção de alguns negros, os ditos “civilizados” ou “assimilados”.

Os bairros dos “assimilados” poderiam sofrer uma melhoria na estética³⁹⁵ e localizavam-se muitas das vezes nos interstícios (fronteiras de transição entre o núcleo e a periferia). De qualquer modo, é preciso destacar que os indígenas escolhidos para habitarem em *Munhuana*, em Lourenço Marques, eram funcionários públicos de baixo escalão na Câmara Municipal e Caminhos de Ferro. Teve-se aí uma

³⁹¹ Os assimilados constituíam uma minoria da população negra, que sabiam escrever, ler e praticar a religião católica. Ver. FERNANDES e MENDES, 2012.

³⁹² Ver. O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES, 1955, p.8.

³⁹³ *Idem*, p.50. Segundo, Ayres (1952, p.19), a “Câmara, como se salientou nos Anais anteriores, não pode resolver de momento e por si só o problema de habitação de grande parte da população indígena de Lourenço Marques”. Ver. Ayres (1954).

³⁹⁴ *Idem*, p.41, “[...], a cumulação de soldados indígenas [...] não coaduna com o sossego e higiene requeridos pelas citadas zonas. ”

³⁹⁵ Ver., por exemplo, o Regulamento Geral de Salubridade Urbana e Regulamento de Estética Urbana de 1943. Que dividia a cidade em sete zonas: i) portuária, ii) comercial, iii) industrial, iv) residencial interna, v) residencial suburbana, vi) turismo ou de praia, vii) residencial indígena. Em 1952, Lourenço Marques ficou dividida em treze zonas: zona oficial; zona do Centro Cívico; zonas mistas; zonas comerciais locais não indígenas e indígenas; zonas das instalações de interesse público; zonas residenciais não indígenas e indígenas; zona industrial; zonas dos espaços livres públicos; zonas dos espaços livres; zona portuária, zona ferroviária, zona de reserva, zona rural de proteção (formada pela área situada entre o limite exterior do núcleo urbano, onde admitia-se construções com autorização do governador da província).

lógica de gestão de mão-de-obra para os interesses coloniais. Por isso, criaram-se os bairros indígenas em quase todas as principais cidades moçambicanas da época. Apesar disso, tais bairros encontravam-se dispersos nos espaços urbanos.

O governo colonial acreditava que a solução para a sociedade urbana era a divisão entre bairros de negros e bairros de brancos. Esta forma de organização e segregação urbanas estava bem definida na terceira idade colonial. “[...] Duas áreas distintas, quer do ponto de vista construído quer do ponto de vista social: uma, pelos seus padrões de urbanização designada por “cidade branca”, “cidade de cimento” ou “área dita urbanizada”; outra – o caniço – sem infraestrutura urbana [...]” (MENDES, 1979, p.13), ou seja, “ausente de infraestrutura, com um caráter semi-rural e desprovida legalidade” (ZILHÃO, 1939, p. 18).³⁹⁶

Apesar da carência de infraestrutura nas periferias ser um dos traços da urbanização colonial moçambicana³⁹⁷, como escrevia Lopes, *et al* (2007), a natureza discriminatória do sistema colonial determinou, para maior parte das cidades africanas, uma morfologia dual que se assentava num núcleo urbanizado e planificado, a “cidade branca”, “envolvido por cinturões não planificados onde se estabelecia, com caráter provisório e em condições precárias de habitabilidade, a população africana, atraída pela monetarização introduzida pelo sistema colonial – “a cidade indígena”.

O governo colonial português decidiu alargar significativamente a experiência das barreiras raciais sul africanas de uma forma implícita. Reforçou a crescente barreira racial da época, influenciado pelo regime Sul-Africano do *Apartheid*, principalmente quando declarou através do Partido Nacionalista em 1949, as fronteiras de convivência entre brancos e negros.

A título de exemplo de segregação racial urbana tem-se Porto Amélia/Pemba, na década de 1960, onde temos em primeiro plano (Foto 30, adiante), o bairro indígena (negros) de *Paquitequete* (ao lado esquerdo) com o núcleo residencial escondido entre arvoredos, separado da área reservada para os colonos por uma linha de água, a baixa (centro) consolidada e o porto (direita), com as estruturas praticamente definitivas. Em segundo plano, o planalto com a parte alta da cidade ainda com diversos espaços para a expansão da cidade dos colonos. (MENDES, 2011)

Em 1963-1964, Mário de Oliveira e Fernando Schiappa de Campos da Direção de Serviços de Urbanismo e Habitação da Direção-Geral de Obras Públicas e

³⁹⁶ Ver. Zilhão (1939).

³⁹⁷ Para Mendes (1979), a “dualidade urbana”, caracteriza o estilo de urbanização dos países africanos.

Comunicações do Ministério do Ultramar (DSUH/DGOP-MU), ex-Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), supervisionaram os “bairros indígenas” de Moçambique, principalmente os de Lourenço Marques (Lagoas, *Malanga*, *Kock*, *Tlhabane*, *Malhagalene*, *Xipamanine*³⁹⁸, São José de *Lhanguene*, *Machava*, *Matola*, *Munhuana*³⁹⁹, etc.).

Foto 30. Vista aérea de Porto Amélia/Pemba, década de 1960.

Fonte: Mendes (2011, p.462).

Na sequência do trabalho, Oliveira criticou a ausência de logradouro (parque, jardim, avenida, rossio, praça, horto, passeio, via, largo, rua, etc.) no “bairro indígena” de *Xipamane*, que classificou como elemento urbano fundamental para a

³⁹⁸ O bairro de Xipamanine surgiu no final da década de 1920. O bairro integrava um dos mercados mais antigos da cidade. Ver. Moraes (2001) e Mendes (1979). Para Zamparoni (1998), o Xipamanine foi o primeiro bairro dos indígenas de Moçambique, reconhecido como tal, fundado entre, 1918-1922. Para Forjaz *et al* (2006), o bairro de Xipamanine foi construindo em 1919 com a finalidade de integrar socialmente e urbanisticamente os nativos. Os negros foram obrigados a se instalar em Xipamanine sob o risco de perderem o emprego nos seus locais de trabalho na Camara Municipal (CMLM) e Caminos de Ferro de Lourenço Marques (CFLM), uma vez que o presidente da CMLM era ao mesmo tempo diretor dos CFLM.

³⁹⁹ O bairro da Mafalala era habitado normalmente por muçulmanos que vinham de Nampula. Podemos ver, também, O Relatório dos Bairros Indígenas de Lourenço Marques (1939).

higiene pública. Em relação ao “bairro indígena” de *Munhuana*, que se localizava na Avenida de Angola⁴⁰⁰, destacou que já possuía um logradouro, uma praça pública com potencial vocação de representação. Tinha ainda alguns equipamentos relevantes, casos da maternidade indígena e da igreja de Santa Ana da *Munhuana* da missão católica, a qual o arquiteto Pancho Guedes reformará, mais tarde (1965). As casas de *Munhuana* eram qualificadas como de traçados de filiação da arte “déco”⁴⁰¹ (MILHEIRO e FIÚZA, 2012).

Como apontamos, a criação dos bairros indígenas estava baseada numa política eugenista para regulamentar a questão das habitações precárias/ de caniço que desde os inícios da década de 1960 cresciam cada vez mais nas áreas de transição, entre a periferia e o núcleo.

O bairro indígena da *Munhuana* (Foto 31, adiante), foi tido na década de 1940 como um exemplo de melhoria das condições dos negros e que devia ser reproduzido em quase todas as cidades moçambicanas. Para Isabel Castro Henriques (1998), o modelo do bairro indígena da *Munhuana* que era tido como referência da modernização do bairro negro, marcava a exclusão e a invisibilidade do negro na vida urbana. “Era um “bairro indígena” com um traçado mais complexo, na sua estrutura radial centrada com uma praça circular que constituía o centro da estrutura pública” (MORAIS, 2001, p.150).

Em outras palavras, o bairro de *Munhuana*, foi construído numa planta radial em forma de U, com uma delegacia policial no centro (MENDES, 2011), para controlar a população. Como recorda o discurso do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel (1975 - áudio): “[...] *quem não se lembra do seu bairro do subúrbio, patrulado a cavalo nas noites [...]*”⁴⁰².

⁴⁰⁰ Atualmente Avenida Angola. Segundo Hilário Rosário da Conceição, entrevistado por Nuno Domingos (2013, p. 4), “aquele bairro tornou-se conhecido como Mafalala, porque os “macuas”, como chamámos aos muçulmanos de Nampula, gostam muito de fazer aquela bricadeira de saltar a corda [...] cantam [...]. “Falala”. Então o bairro ficou Mafalala [...].

⁴⁰¹ Arte “déco” é uma expressão francesa, abreviação de *arts décoratifs* (arte decorativa). As características gerais da arte: linhas circulares ou retas estilizadas; uso de formas geométricas; formas femininas e animais são as mais trabalhadas; influências do construtivismo, futurismo e cubismo; presença marcante na Arquitetura. O “déco” surgiu na Europa na década de 1920, chegou nos Estados Unidos e outros países na década de 1930. O estilo esteve presente na arquitetura, *design* industrial, mobiliário, moda e decoração.

⁴⁰² Grifo nosso.

Foto 31. Vista aérea do bairro indígena de Munhuana (1943).

Fonte: Henriques (1998, p.36).

Foi um traço marcadamente urbano caracterizado por repressão colonial caracterizado pelo racismo em detrimento de uma função propriamente jurídica de repressão aos crimes. Havia punição e prisão correcional, que consistia em detenção dos negros, efetuada pela polícia sem nenhuma conexão com os crimes; detenções realizadas muitas vezes sem ordem judicial ou situações de flagrante delito e executadas sem nenhuma formalidade legal, centradas apenas no arbítrio da força policial colonial, como bem mostra Luís Cabaço (2007) no seu trabalho intitulado: *“Moçambique: identidades, colonialismo e libertação”*⁴⁰³. Vejamos a história de Rafael Arcanjo:

⁴⁰³ Só podemos compreender o estabelecimento de esquadras (delegacias) e detenções corretivas dos negros nas periferias das cidades moçambicanas, porque foi nesses espaços de descriminação que eles perceberam a sua condição de descriminação racial (MENDES, 2011).

[...]. Numa noite, regressando da escola, Rafael fora interpelado pela polícia. O bilhete dos meus familiares, que lhe permitia circular depois das 21 horas, não foi aceito pelo policial que o levou preso. Soube do caso, por outros trabalhadores domésticos da vizinhança, só na manhã seguinte. Logo me dirigi ao posto policial da área para indagar dele. Quando entrei, vi-o de esfregão na mão, lavando o posto [...] (CABAÇO, 2007, p.187-8).

Pois era também por meio de prisão que o Estado colonial realizava a sua economia diferencial do espaço urbano, principalmente nos “bairros dos indígenas”. Como bem demonstra o Plano de Urbanização de Lourenço Marques (p.41) “[...] o calabouço é destinado a indígenas [...]”. O policiamento arbitrário foi também uma forma de prolongar o mandonismo do Estado colonial nas periferias urbanas.

Como mostra Couto (2011, p. 78), caso um empregado doméstico partisse a louça era aplicado corretivo pela polícia colonial. “Assim se cuidava da louça e dos empregados domésticos [...]. Um branco e um negro não se podiam cruzar no mesmo passeio [...]. Na Beira grupos de jovens brancos, convenientemente mascarados, [...] podiam “arriar⁴⁰⁴ nos pretos”, com toda permissividade paternal e policial [...]”.

A organização do espaço urbano para o indígena em Moçambique, na terceira idade colonial teve larga difusão. As habitações foram construídas sem todas as condições previstas no plano de execução do projeto, como eletricidade, água canalizada e outras infraestruturas físicas e sociais (Figura 20). Além disso, eram construídos em áreas impróprias (alagadiças), na época das chuvas, intransitáveis e afastadas da insuficiência dos transportes públicos (FERNANDES e MENDES, 2012). O exemplo, significativo foi à cidade da Beira, onde o Plano de Urbanização de 1952 ⁴⁰⁵ apontou a construção de um “bairro indígena” no bairro da *Manga*, aproximadamente, 9 km do núcleo.

⁴⁰⁴ Arriar significa no português moçambicano , bater, agredir, açoitar, espacar, etc.

⁴⁰⁵ PLANO DE URBANIZAÇÃO DA BEIRA GERAL DO ULTRAMAR. XXVIII (1952).

Figura 20. Modelo de segregação socioespacial nas cidades da terceira idade colonial (1930-1974).

Fonte: Fonte (2007, p.86). Organizado por Celso Júnior, 2015.

Foi na terceira idade colonial que a dualidade urbana colonial, se consolidou, em termos de carência de infraestruturas e serviços urbanos básicos, com criação de bairros indiginas. Esta consolidação se metamorfoseou em várias formações socioespaciais, que nos chamamos da primeira idade colonial (de 1505 a 1907); segunda idade colonial (de 1907 a 1930) e a terceira idade colonial (de 1930 a 1975).

A consolidação da estrutura da urbanização colonial moçambicana, só foi possível graça a essência racista da sociedade colonial, que colocava o negro na periferia em condição desumano, forçando um exílio em sua própria terra. Após o fim do colonialismo português em 1975⁴⁰⁶, o conteúdo normativo do território, foi alterada pelo Decreto Lei nº 6/75 de 18 de janeiro.

Neste contexto, os distritos coloniais passaram a se designar de

⁴⁰⁶ É preciso observar que a urbanização colonial terminou com a proclamação do acordo de cessar fogo (conhecido como Acordo de Lusaka, realizado na Zâmbia no dia 7 de setembro de 1974), entre a FRELIMO e o Governo colonial português. O acordo marcou assim a constituição de um governo de transição, constituído por moçambicanos e portugueses. E depois foi proclamada a independência nacional no dia 25 de junho de 1975.

províncias, os conselhos e circunscrições de distritos e alguns postos administrativos de localidade. Moçambique deixa de ser província ultramarina de Portugal e passa a ser um país (República Popular de Moçambique). Contudo, a dualidade urbana, surgida da estrutura da urbanização colonial foi herdada⁴⁰⁷, pelo primeiro governo de Moçambique independente.

⁴⁰⁷ Como mostra Fernandes e Mendes (2012), após a descolonização, o novo regime de cariz “marxista-leninista” herdou os problemas dos “bairros de caniço”.

CAPÍTULO IV

A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO PERÍODO DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA

Descontinuidade contínua de um processo colonial

Gostaria de iniciar este capítulo expondo mais uma vez a tese e a hipótese deste estudo para relembrar ao leitor. A este propósito convém notar que a geógrafa portuguesa Maria Clara Mendes, afirmou em 1979, que “após a independência e a despeito da permanência do quadro arquitetônico e duma estrutura construída inalterada, o espaço urbano sofreu uma mutação social profunda, a maior que conheceu ao longo da sua história” (MENDES, 1979, p. 476).

O mesmo argumento foi também partilhado pelo Professor Manuel G. Mendes de Araújo, ao afirmar em 2003, que as transformações ocorridas na urbanização moçambicana pós-colonial:

[...] não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A "cidade de cimento" mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser "branca", mas não deixou de segregar a área suburbana (a "cidade de caniço"). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios que mais adiante se apresentarão (ARAÚJO, 2003, p. 170).

Esse quadro permite compreender o drama da urbanização moçambicana pós-colonial. Neste sentido, os fatos apontados por Maria Clara Mendes e Manuel G. Mendes de Araújo, permitem, aos nossos olhos, defender neste estudo o argumento de que em Moçambique a urbanização, em termos de implantação de infraestruturas físicas (ruas, calçamento, iluminação, saneamento básico) e sociais (postos de saúde, escolas, creches, hospitais), é dual na medida em que grande parte da periferia urbana encontra-se sem infraestruturas e serviços urbanos, diferentemente do núcleo urbano

constituído por infraestruturas e serviços, originariamente destinado aos colonos portugueses.

Mas, também aqui, é necessário acrescentar que a implantação de infraestruturas físicas e sociais no espaço urbano moçambicano reflete dois processos distintos de urbanização (uma no núcleo e outra na periferia), fruto do mesmo transcurso de formação socioespacial.

O esforço interpretativo que se tenta neste trabalho aponta que a formação da dualidade urbana moçambicana deve ser lida como um percurso antagônico, ainda que complementar e depende, com simbiose nos interstícios. Em que a periferia e o núcleo um se alimenta do outro. E é precisamente nesse contexto que a dualidade urbana, que perdura até aos dias atuais, mostra-se, antes de tudo, como consequência do seu passado histórico colonial e pós-colonial, com os grupos urbanos sempre em luta constante e em desacordo com os quadros administrativos.

No período pós-colonial, em certos casos, a luta é provocada pela exclusão social realizada pelos quadros administrativos. Sempre com o mesmo espírito de concentrar quase todas as infraestruturas e serviços urbanos no núcleo, produzindo e reproduzindo uma “urbanização bem alimentada”, enquanto que nas franjas da cidade (periferias) nota-se uma progressiva precariedade, (re)produzindo assim uma “urbanização faminta”, que cresce extensivamente com insuficiência ou inexistência de infraestruturas e serviços urbanos. Este processo de urbanização toma quase por inabilidade o elemento da urbanização colonial.

Por volta de 1975, uma nova palavra entrou no vocabulário moçambicano: “socialismo”. Expressão que foi acompanhada com a independência nacional, que converteu Moçambique de Província Ultramarina para República Popular de Moçambique (FERRACUTI, 1978), calorificada pela forte mobilização política que se situava “na palavra de ordem de contato direto entre a elite dirigente e as massas, para assegurar os seus enquadramentos e engajamento político [...]” (MAZULA, 1993, p. 18).⁴⁰⁸

O engajamento político foi acompanhado com a introdução de um regime “Marxista-Leninista”, apoiado pelos vetores verticais (verticalidades) dos países socialistas hegemônicos, como: ex-República Democrática Alemã, ex-União Soviética, Cuba, China, Bulgária, Repúblicas Checas, Iugoslávia, etc., que

⁴⁰⁸ Grifo nosso.

procuraram apoiar o processo de renovação urbana permitindo a introdução do planeamento físico.

Como aponta Cohen (1979), temos que compreender que o socialismo se instaurou em vários países em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista, em condições políticas e culturais diversas. De uma forma geral podemos dizer que o desenvolvimento urbano, entre 1975 e 1990, passou a obedecer a ideologia “Marxista-Leninista”⁴⁰⁹ e revolucionária da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) que orientou as linhas de intervenção urbana em pelo menos três direções⁴¹⁰:

A primeira, interiorizar na população urbana uma nova, *práxis* urbana. Tratava-se de uma ação, sobretudo caracterizada pelo novo movimento político que deu aos moçambicanos um outro tempo urbano, um novo espaço urbano, uma nova condição de vida urbana, que visava diminuir as desigualdades socioespaciais herdadas do colonialismo.

Como sabemos, os centros urbanos constituíam os lugares historicamente marcados pela segregação socioracial. Isto refletia as contradições instauradas pelo sistema colonial. O sistema deveria ser corrigido pelo governo para a construção de uma nova urbanização. A política foi acentuada com a realização em Maputo, no mês de março de 1979, de uma reunião intergovernamental dos países socialistas, onde participaram as delegações de República Democrática Alemã (RDA) e do Vietnã, para transmitir aos moçambicanos como se edificam “cidades socialistas” ou “cidades vermelhas” (LACHARTRE, 2000)⁴¹¹.

A segunda, proporcionar à população urbana uma educação formal que não era possibilitada pelo governo colonial. E para imprimir uma nova dinâmica urbana, o novo governo tinha que educá-los para a nova vida urbana. Prevvia-se que a educação pudesse conferir instrumentos apropriados para lidar com esse novo jeito de viver. A apropriação do conhecimento deveria transformar o homem urbano, que viveu o colonialismo, em um *homem novo* – um homem solidário, altruísta, socialmente disciplinado.

A terceira direção, consolidar na vida urbana a ideia de uma unidade

⁴⁰⁹ A opção do “marxismo-leninismo” pela FRELIMO foi alimentada por um lado pela conjuntura internacional da “Guerra Fria” e por outro lado, pelo tipo de colonialismo capitalista que existia em Moçambique, provedor do racismo, das desigualdades sociais, violência, abusos entre outras formas de exclusão sócio-racial. Para Brito (1991). A FRELIMO tinha adaptado uma linha socialista ortodoxa.

⁴¹⁰ Para Lachartre (2000), a introdução por parte da FRELIMO, do “socialismo”, foi uma ruptura radical com o colonialismo português e produziu um impacto imediato sobre as cidades.

⁴¹¹ *Ibidem*.

nacional. Uma ideia nova, diferente daquela que o regime colonial português soube aproveitar para dividir e reinar – o fenômeno conhecido popularmente por “tribalismo”⁴¹².

Depois de uma curta introdução. Começamos por dizer que o capítulo, trata de um período relativamente curto⁴¹³. Propõe-se a analisar a urbanização que ocorreu de 1975 a 1990 em Moçambique, olhando para os mecanismos que permitiram a descontinuidade e continuidade do processo de urbanização colonial concebida e executada por iniciativa do Estado, dentro do horizonte da política socialista. Como sabemos o maior ator de urbanização do período foi o Estado, orientado pela política de planejamento central⁴¹⁴.

Portanto, parece apropriado chamar o presente capítulo de “urbanização no período de experiência socialista”. Pelos aspectos acima mencionados, mas também pela ideia de que a inter-relação do urbano com a organização territorial, política e econômica, cria um conjunto de atividades sociais, econômicas e culturais que tem impacto na formação de um espaço com características próprias (ARAÚJO, 2003).

Nas páginas que se seguem, tentaremos mostrar como, entre 1975 e 1990, emergiu em Moçambique, um modelo de urbanização que podemos chamar de “experiência socialista”. Que conviveu com o drama econômico da fome, do desemprego e da guerra civil entre as forças governamentais – Força Popular de Libertação de Moçambique (FPLM) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Milhões de moçambicanos deslocaram-se das áreas rurais para as urbanas a procura de proteção e trabalho. O que alterou a distribuição territorial da população (ARAÚJO, 2003). Com intuito de dar conta do objetivo preconizado, o capítulo, está dividido em duas partes:

⁴¹² Munanga (1996), afirma que o “tribalismo” é um conceito pobre, ideologicamente carregado e que vem desqualificar o rico conteúdo das identidades culturais.

⁴¹³ Para Paul Jenkins, o período acima descrito (1975-1990), pode ser dividido em três fases: a) O período proto-socialista (aproximadamente de 1975 a 1987) em que o novo governo independente de Moçambique, dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, elaborou e tentou aplicar políticas de desenvolvimento marxista-leninistas”. b) O período de transição (aproximadamente em 1985) em que o governo tentou ajustar a sua orientação básica do desenvolvimento e ao mesmo tempo negociar as políticas econômicas e a paz com os atores regionais e internacionais; c) Década de 1990, o momento em que a Constituição foi modificada para permitir uma base democrática pluralista, a economia foi aberta às forças globais do mercado e a paz foi concluída, seguindo-se as eleições multipartidárias e mais tarde uma certa descentralização para os governos locais (2001, p. 8).

⁴¹⁴ Abordaremos estes instrumentos mais adiante.

A primeira, intitulada: “*O negro a caminho da cidade*” aborda a questão da entrada do negro na “cidade colonial” – a cidade de “cimento” – que na época colonial era *branca*,⁴¹⁵ quase de desenvolvimento vertical, também designada por área urbanizada, organizada territorialmente em planta ortogonal; com rede viária pavimentada, serviços de saneamento básico, redes de abastecimento de energia elétrica, de água potável, de telecomunicações e concentração de comércio, serviços e algumas indústrias (ARAÚJO, 2003).

Uma cidade construída para os colonos portugueses como mostra o discurso do primeiro presidente de Moçambique, Samora Moises Machel (1975, áudio)⁴¹⁶: “*Lourenço Marques, erguida para marcar bem a diferença entre nós e os colonos. Passeavam por aqui depois das nove da noite hém? [...]*”⁴¹⁷.

A entrada dos negros na cidade estava relacionada com a saída de milhões de portugueses que residiam nas cidades moçambicanas, alguns saíram por “medo do comunismo”, eram os grandes empresários. Foram os primeiros a abandonar a Província Ultramarina de Moçambique, após os acordos de Lusaka (Zâmbia), em 1974⁴¹⁸, que punha fim a hostilidade entre a FRELIMO e o governo português.

Como falamos, depois do acordo, deu-se o início de um governo de transição para a independência nacional. Os segundos portugueses a saírem de Moçambique em 1975⁴¹⁹, foram os colonos de “classe média”. Abandonaram o território em direção à África do Sul e Salisbury (antiga capital do Zimbabué), com os automóveis particulares e daí partiram para Portugal. E quando chegaram, foram chamados de retornados. Com a saída dos colonos, as cidades ficaram quase vazias e com poucos automóveis circulando⁴²⁰. Posteriormente houve muitas alterações

⁴¹⁵ Fernandes e Mendes (2012) mostram que era uma cidade herdada do poder, uma cidade construída para os portugueses. Como o nome indica uma cidade edificada com materiais nobres, perenes e estruturada de forma planejada. Em 1970, existia em Moçambique 8.858.504 habitantes e apresentava uma taxa de urbanização de 6.1% (MENDES, 1979).

⁴¹⁶ Grifo nosso. Samora Machel foi o primeiro presidente de Moçambique, morto em 1986, na queda do avião oficial, em Mbuzini, no qual viajava – as crônicas apontam que se tratou de um atentado planejado pelo regime da *apartheid* na África do Sul. Ver. Machel (1980).

⁴¹⁷ Nos anos de 1970 e no auge da guerra colonial viviam na “periferia” da cidade de Maputo 4/5 da população total, estimada em 600.000 habitantes (FORJAZ, 2006).

⁴¹⁸ Para Mendes (1979), esse movimento de saída dos portugueses foi entre 7 de setembro a 28 de outubro de 1974.

⁴¹⁹ Lachartre (2000) afirma que foi em 1976, que a maioria dos colonos portugueses abandonaram as cidades. “*Dès 1976, suite à l’abandon par les colons portugais d’une partie des logements des centres-villes [...]*” (p.85). Quem quiser aprofundar mais este argumento pode ver. a página 85 da obra citada na bibliografia.

⁴²⁰ Ver. Geffray (2001), que afirma, entretanto, numerosos antigos colonos portugueses chegavam a Salisbury (capital da Rodésia), fugindo de Moçambique fervescentes, comerciantes, pequenos proprietários, assim como grupos de soldados desmobilizados das unidades especiais do exército

toponímicas das cidades (ver. Capítulo III), sem que, tivessem sido oficializadas em normas jurídicas⁴²¹ (FERNANDES, 2006).

O Decreto-Lei n.º 0/76, de 3 de Março de 1976⁴²²: alterou alguns toponímias das áreas urbanas (Mapa 8), a capital, Lourenço Marques, passou a chamar-se *Maputo*; Porto Amélia passou a designar-se (*Pemba*); Vila Cabral (*Lichinga*); António Enes (*Angoché*); João Belo (*Xai-Xai*); Trigo de Morais (*Chókwè*); Vila Alferes Chamusca (*Guijá*); Vila Gouveia (*Catandica*); Malvéria, (*Chicualacuala*); Miranda (*Macaloge*); Valadim (*Mavago*); Nova Freixo passou a ser (*Cuamba*); Salazar (*Matola*); Vila Caldas Xavier (*Cambulatsitsi*); Vila Coutinho (*Ulongué*); Vila Fontes (*Caia*); Vila Machado (*Nhamatanda*); Vila Paiva de Andrada (*Vila de Gorongosa*); Vila Pery (*Chimoio*), entre outras.

Mapa 8. As principais cidades moçambicanas sem topônimos coloniais.

Fonte: Município de Maputo (2013). Comparando este mapa com aquele que se reproduz no capítulo III. Este está, atualizado com os novos topônimos do País.

colonial e das milícias privadas dos grandes latifundiários. O conjunto da população imigrada era muito heterogêneo, mais partilhava o mesmo ódio intenso contra o “comunismo”.

⁴²¹ Segundo Fernandes (2006, p.22), o “Decreto-Lei n.º 0/76 atribui a diversas entidades a responsabilidade de analisar os problemas toponímicos, a todos os níveis, cabendo aos Serviços Geográficos e Cadastrais centralizar as informações. Tanto quanto sabemos, ainda não foi publicada por estes Serviços qualquer relação dos novos topônimos, embora já poucos nomes de origem colonial subsistam”.

⁴²² As alterações entraram em vigor a partir de 3 de fevereiro daquele ano, data em que se comemora o aniversário da morte do Prof. Dr. Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO (FERNANDES, 2006). Convém esclarecer ao leitor que foram também incluídas mudanças de lugares poucos conhecidos, como: Olivença (Lipilichi); Valadim (Mavago) e Miranda (Macaloge).

Na segunda parte, “*continuidade e descontinuidade de um processo de urbanização colonial*”, trataremos das características da urbanização da época que deixou marca peculiar, até hoje, na organização do espaço urbano moçambicano, com continuidade e descontinuidade do processo de urbanização colonial. Uma urbanização híbrida. Destacaremos três processos dominantes de ruptura com a urbanização colonial: i) a nacionalização dos edifícios; ii) a requalificação urbana e; iii) os programas de intervenção urbanística.

4.1. O negro a caminho da “cidade de cimento”

A segunda metade da década de 1970 marcou o início da maior migração de negros na história de Moçambique para a “cidade de cimento”⁴²³. Como diz Araújo (2003), foi uma fase de libertação da “cidade de cimento” e da explosão urbana com substituição da população branca por negra⁴²⁴. Os detalhes exatos da migração mal podem ser medidos⁴²⁵, pois as estatísticas oficiais estavam desorganizadas para captarem todos os movimentos de homens e mulheres dentro do país, entre “bairros periféricos” (bairros que eram na época colonial dos negros – conhecidos por “cidade de caniço”, caracterizados por predominância de material de construção de baixo custo ou precário, a “casa de caniço”, que se apresentava em construções heterogêneas de chapa, capim, caniço, com paredes de estacas ou argilas (Foto 32).

⁴²³ Para o mesmo autor, em 1975, a população geral, estimava-se em 12.000.000 de habitantes, destes 9% eram urbanas (aproximadamente, 1.000.000 a 1.400.000 habitantes).

⁴²⁴ Para Forjaz *et al* (2006), este processo começou em 1975 e terminou em 1977. Para Mendes (1979), em 1977, o quadro arquitetónico da cidade de Maputo permanecia inalterado. Enquanto isso, o espaço urbano sofria uma mutação social profunda, a maior que conheceu ao longo da sua história.

⁴²⁵ Mesmo os dados do primeiro Censo geral de 1980 foram incapazes de captar os fluxos migratórios entre distritos - cidades, entre duas capitais províncias ou regressados do estrangeiro de 1975 a 1980, com base no inquérito. Os dados estatísticos de 1985 destacaram cerca de 20% do total das entradas e saídas efetuadas entre as 12 principais cidades do país. Os saldos migratórios interprovinciais superiores a 2.500 pessoas efetuaram-se nas faixas entre Chimoio-Dondo-Beira e nas cidades de Maputo, Beira e Nacala. Os saldos inferiores a 2.500 verificaram-se nas vilas de Cibuto, Manjacaze, Mutarara, Mueda e nas cidades de Pemba, Tete, Quelimane, Inyanga e Xai-Xai (FORJAZ, *et al*, 2006, p.8 - *nota de rodapé*). Temos que olhar os dados com relativa dúvida, primeiro porque a Direção das Estatísticas tinha poucos técnicos que pudessem lidar com o tamanho do fluxo migratório. Atualmente Moçambique não consegue avançar na montagem do ciclo de produção e utilização de estatísticas dos fluxos migratórios. Recordamos que no estudo realizado por LOPES; ARAÚJO e HERMIND (1995), os autores tiveram que fazer inquérito para detectar há quanto tempo o residente morava na cidade de Nampula.

Foto 32. Tipos de residência na periferia da cidade de Maputo (período socialista).

Fonte: Saefvors (1986, p. 86).

Segundo Wells (1988), na cidade de Maputo, na década 1990, a periferia era composta por 70% de casas de caniço, 20% de blocos e 10% de outros materiais. O cimento era quase inexistente (Figura 56), cada loja só podia vender no máximo dez sacos de cimento por mês a cada família ou quando existisse um abastecimento. Cabe lembrar que nem sempre as lojas tinham os produtos à sua disposição. Os blocos que compunham as casas eram de dois tipos, um de cimento oco, de 10 cm de largura e outro de tijolo, produzido principalmente fora da cidade de Maputo (Machava e Boane, aproximadamente 15 e 30 km respectivamente).

Na época, construir uma casa de cimento era muito caro, a produção local era incapaz de responder à necessidade da população (WELLS, 1988) que morava nas "periferias urbanas", onde havia falta de serviços, deficiente rede comercial e dificuldades de circulação viária. Fundamentalmente constituída por bairros de morfologia diferenciada, onde se refugiavam todos os nativos que vinham para as cidades⁴²⁶.

A cidade de Maputo tornou-se o principal destino da população negra da

⁴²⁶ Ver. DIREÇÃO DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO-DUC (1984).

região sul de Moçambique⁴²⁷. Entretanto, uma forma dramática de êxodo rural pode ser observada pelo discurso do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, na cidade de Maputo, a 3 de maio de 1976:

[...]. Muitos que estão aqui. Foram buscar as suas mulheres para Maputo, [...] os filhos [...] irmãos [...] as mães. [...] as sogras [...] cunhados e as cunhadas para vir viver à custa de um homem só, correto, não são vocês só, alguns são ministros, também fizeram isso e estão aqui. Foram buscar em Cabo Delgado, [...] Nampula, [...] Beira. Nas Forças Populares, na polícia, assim tem autoridade no serviço é chefe, assim quando voltam a casa tem um pelotão. Lá em casa comanda sempre [...]. *Vamos acabar com isso. Por isso está cheio em Maputo* (Grifo nosso) (MACHEL, 1976, áudio).

A história do êxodo rural em Moçambique nos ajuda a decifrar como e por quê depois da saída dos portugueses a população urbana cresceu igual e superior a população colona que residia nas áreas urbanas. Entre 1970 e 1980, os dados estatísticos detectaram 7,5 vezes o crescimento da população urbana⁴²⁸. E a taxa média anual ultrapassou os 20% de crescimento demográfico. (ARAÚJO, 2003)

A entrada de novos atores na área urbana criou impactos de vários níveis: sociocultural, econômico e político. Muitos ingressaram no espaço urbano despreparados para lidar com uma nova realidade urbana, exceto um pequeno grupo de assimilados que já tinha experimentado a vida na “cidade de cimento”, quer como funcionários urbanos, quer como moradores dos interstícios das periferias urbanas. Um dos nossos entrevistados disse o seguinte: *“depois da independência nacional, presenciei casos chocantes, pessoas que receberam casas e se recusaram a morar [...], achavam que era grande para lhe pertencer e sugeriram uma troca [...]”*.

A inexperiência de morar no “núcleo urbano”, a chamada “cidade de cimento”, criou muitos impactos na vida urbana, na gestão e financiamento dos edifícios públicos. Muitos edifícios ficaram em pouco tempo deteriorados. Como aponta Araújo (2003), as áreas urbanas transformaram-se radicalmente no que diz respeito às características culturais, sociais e econômicas dos residentes. Mas também,

⁴²⁷ Ver. Chiluele; Macamo (2014). As autoras afirmam que em “meados de 1980, a cidade de Maputo recebeu cada vez mais imigrantes, numa altura em que as áreas parceladas esgotavam” (p.121).

⁴²⁸ Só para ter uma ideia, na terceira idade colonial, principalmente entre 1940 e 1945, o censo da província de Moçambique contava com 60.115 não indígenas (europeus: 31.221; amarelos: 1.565; indo-portugueses: 6.304; hindus: 3.396; mistos: 15.784 e alguns africanos: 1.845) e 5.030.179 indígenas. Ver. O PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES (1955, p.8).

muitos dos novos moradores eram oriundos das áreas rurais, valorizavam a fecundidade⁴²⁹. Convém reafirmar que os núcleos urbanos continuaram com a mesma estrutura do período colonial, compacta, e com os mesmos tipos de edificações, apenas passaram a ser usadas de acordo com novos valores (ARAÚJO, 2003).

O processo de morar na área urbana, principalmente no núcleo, representava para os negros um caminho de libertação do mando colonial. Como sabem, os negros que residiam no núcleo moravam nas casas do fundo do quintal (edículas)⁴³⁰. A migração massiva para as áreas urbanas resultou numa gigantesca concentração espacial da pobreza, das ruralidades, da segregação e da degradação urbanas. Degradaram-se os prédios, os edifícios térreos, conjuntamente as avenidas, ruas, parques e os serviços urbanos foram pouco a pouco deixando a desejar; foi o verdadeiro período de crise urbana, que se estendeu entre 1977 e 1987 (FORJAZ *et al*, 2006).

As causas da deterioração urbana foram várias, algumas já foram mencionadas:

[...] As dificuldades em consolidar a nova política econômica e social da ideologia socialista; a guerra que conduziu a uma crise financeira econômica; baixos salários que não permitiram contribuição fiscal para a manutenção dos prédios e serviços e fraca tradição urbana da maioria da população (FORJAZ *et al*, 2006, p.17)⁴³¹.

Convém reforçar que nem todos os que moravam nas periferias urbanas foram contemplados com casas no núcleo urbano e, assim, a segregação urbana continuou a existir como no período anterior. Mas claro com outra roupagem, sem a segregação racial, mas com a econômica, de infraestrutura básica e de acesso aos serviços urbanos (transporte, saneamento, drenagem, abastecimento de água potável, energia, etc.,).

Aisso, somava-se a menor oportunidade de emprego para os moradores das periferias (particularmente do emprego formal), menores oportunidades de profissionalização, maior exposição à polícia, aos militares, milicianos e Grupos

⁴²⁹ Para um debate sobre a fecundidade em Moçambique, ver. Arnaldo (2007)

⁴³⁰ Conhecido em Moçambique, como dependência.

⁴³¹ Os autores se referem a Maputo, mas achamos importante generalizá-lo porque os acontecimentos históricos ocorreram em todo o território moçambicano e geraram quase as mesmas consequências urbanas.

Dinamizadores (GDs)⁴³². A lista dos dispositivos de controle é interminável.

Ainda assim, uma coisa é certa, a exposição aos GDs foi maior nas “periferias” do que no “núcleo urbano” (LACHARTRE, 2000). Segundo Wells (1988), os GDs eram um braço da administração do Estado, considerados a célula básica do “Partido-Estado”⁴³³.

Em termos de hierarquia de poder, os GDs compunham o que se chamava de estrutura básica para servir de elo de transmissão das decisões da direção central para as estruturas de base (MALOA, 2012). Geralmente eram compostos por militantes mais ativos, chefes de quarteirões, chefes de dez casas⁴³⁴, secretários dos bairros, entre outros. Os GDs realizavam vigilância para saber o que cada um fazia e o que deixava de fazer em cada bairro.

Como mostrou na sua autobiografia, Sérgio Vieira (2010, p.678), alguns elementos dos Grupos Dinamizadores erguiam-se em puritanos e agiam sectariamente, combatiam as senhoras que usavam calças ou saias curtas. *“Se num banco de jardim um moço e moça se beijavam, denunciavam a corrupção sexual. Acusou-se, em comunicado público [...]”*.

Para Wells (1988), existiam em cada “bairro periférico” cerca de 1.000 famílias sob mandato dos GDs, constituídos geralmente por oito a dez pessoas. E tinham a dupla função: uma de vigilância e controle e outra administrativa, tais como a emissão de “guias de marcha” para os moradores que quisessem se deslocar para fora da área urbana ou vice-versa, e, mais tarde, tiveram também a responsabilidade na emissão de documentos equivalentes à “atestado de residência”, necessário para a adesão a uma cooperativa para abastecimento de alimentos, para conseguir o bilhete de identidade ou para casamento ou outros atos públicos (MALOA, 2012).

Mas também, permitiam a construção de casas nos “bairros periféricos”. Para além dos GDs, os Secretários dos Bairros, Chefes dos Quarteirões tinham também o poder de autorizar e desautorizar qualquer cidadão que pretendesse erguer uma casa. Normalmente o Chefe do Quarteirão, ou um membro do GDs⁴³⁵

⁴³² Os grupos se estabeleceram praticamente em todos os locais, tais como: nas fábricas, escolas, hospitais e associações de bairros.

⁴³³ Em Moçambique apenas existia um único partido e era o partido que dirigia o destino do Estado.

⁴³⁴ Em cada dez casas existia um chefe, que desempenhava funções administrativas, como emissão de documento que confirmava a moradia do indivíduo sob sua circunscrição.

⁴³⁵ Os grupos dinamizadores eram estruturas administrativas e políticas dos bairros. Partilhavam com a “célula do partido” a direção política do bairro. Como mostra Casal (1996), de acordo com a 1ª Reunião Nacional das Aldeias Comunaes de 27/03/80, o grupo dinamizador do bairro era um órgão coletivo de direção social que enquadrava e organizava os moradores nas práticas sociais e na produção

acompanhava o solicitante até o local onde pretendia erguer a casa. Raras vezes discutiam os futuros planos para erguer uma infraestrutura naquele espaço, como ruas, hospital, escola, etc. A autorização era apenas verbal sem qualquer documento formal que oficializasse a posse.

O processo só terminava quando os Conselhos Executivos das Cidades (CEC)⁴³⁶, passavam a escritura da posse da terra. Instituição que detinha o direito de emitir uma autorização formal para a construção, através da sua Direção de Construção e Urbanização (DUC). Porém, os Conselhos Executivos estavam incapacitados para controlar e gerir muitos dos novos imigrantes que chegavam às cidades.

Os novos atores urbanos tinham baixa formação para lidar com o emprego formal, eram quase, por definição, sem especialização. A maioria dos imigrantes era de origem rural e nem o Estado, saído da independência nacional, herdeiro da crise estrutural do colonialismo, podia enquadrá-los dentro de uma lógica de “trabalho urbano”⁴³⁷, como: operários, administrativos, industriais, etc.

A independência nacional foi uma gigantesca máquina de tirar homens e mulheres da vida rural para a vida urbana. Grande parte de moradores saiu das áreas rurais para os centros urbanos a qualquer preço em busca de novas possibilidades. Embora muitos se encontrassem em estado de pobreza material no campo, acabaram por ficar na cidade como empregadas (os) domésticas (os), do novo grupo que tinha adquirido casas no núcleo urbano. Yussufo Adam chamou este grupo de burguesia de *Cunha*⁴³⁸, *Candongá*⁴³⁹ e *Chapa-Cem*⁴⁴⁰ (Classe CCC) (ADAM, 2005, p.225). Para o autor, o socialismo moçambicano foi incapaz de eliminar as relações de classe existentes no tempo colonial.

Depois da independência surgiu um novo tipo de classe, os CCC, apoiados em três hastes: i) redes políticas e de amigos, os chamados *homem de cunha*; ii) os comerciantes que realizavam extorsão comercial sem nenhum respeito ao preço fixado pelo Estado, os denominados de *candogeiros* e; iii) os donos dos *Chapa-cem*

coletiva.

⁴³⁶ Na verdade, o CEC, atualmente equivale a Municípios, este só veio a se designar este nome em 1997, no quadro da Lei 2/97 referente às autarquias locais.

⁴³⁷ Chamamos aqui de “trabalho urbano” em oposição ao “trabalho rural”, principalmente a agricultura.

⁴³⁸ Ver. Adam (2005).

⁴³⁹ “Comerciante informal”.

⁴⁴⁰ Transporte semicoletivo de passageiros. Recebeu o nome de *Chapa Cem*, porque quando foi introduzido na década de 1980, pagava-se cem Meticais (moeda moçambicana) pelo uso.

(*mini ônibus*), que realizavam transportes públicos do “núcleo” para a “periferia” ou vice e versa.

Na verdade, eram tempos difíceis, tanto para o Estado quanto para a sociedade, pois inexistiam oportunidades para o crescimento econômico. Para lidar com a crise o Estado priorizou a centralização de investimento nas empresas estatais. Muitas empresas eram agrícolas. Conhecidas como *Machambas estatais*⁴⁴¹. Segundo Castel-Branco (1995), o governo desconfiava da capacidade do campesinato e do setor privado nacional para responder aos desafios do desenvolvimento (CASTEL-BRANCO, 1995).

A título de exemplo, mais de 90% de investimento e dos técnicos foram alocados ao setor agrícola, para acelerar a produção nacional de cereais. Assim sendo, até 1982, as áreas cobertas pelas *Machambas estatais* chegaram a 140 mil hectares (CASAL, 1996).

A gestão das áreas urbanas moçambicanas, pós-1975, foi uma verdadeira “dor de cabeça” para os políticos sem experiência de gestão. Por um lado, o crescimento demográfico e por outro a falta de quadros técnicos qualificados, testava a organização urbana e a capacidade dos Conselhos Executivos das Cidades, o que complicava as contas do planejamento urbano. Para reverter esta situação, o programa das cidades do governo da época previa estabelecer “bairros comunais”⁴⁴² nas periferias urbanas, com capacidade para suportar 2.500 famílias, ou seja, cerca de 12.500 indivíduos (QUEMBO, 2010).

O crescimento demográfico urbano foi percebido pelo governo moçambicano como uma ameaça à política revolucionária da época. O Presidente da República lançou uma ofensiva no dia 21 de maio de 1983, num comício popular na cidade de Maputo⁴⁴³, ao avisar que nas cidades existiria uma intervenção chamada “*Operação Produção*”, que teria como objetivo expulsar os desempregados das áreas urbanas a fim de integrá-los nas atividades produtivas do campo. Conhecido vulgarmente por “campo de reeducação”, que se localizava em locais de difícil acesso.

Além do objetivo acima mencionado, a ofensiva urbana tinha como preceito limpar as áreas urbanas dos considerados parasitas urbanos. Segundo

⁴⁴¹ O termo *machamba* equivale à roça no Brasil.

⁴⁴² Esta foi uma experiência adquirida na luta de libertação, principalmente nas “zonas libertadas”, que era o espaço dentro do território moçambicano libertado pelos guerrilheiros da FRELIMO, ao norte, nas províncias de Cabo Delegado e Niassa.

⁴⁴³ Neste comício o presidente pronunciou o que iria desencadear como solução para inverter o maciço êxodo rural, a criminalidade, a prostituição e a desordem nas cidades (QUEMBO, 2010).

Quembo (2010) a “Operação Produção”, apresentou-se como uma plataforma que iria para além da expulsão dos improdutivos urbanos; tratava-se de uma técnica para purificar as cidades dos parasitas que criavam espaços para infiltração da criminalidade. Para Omar Thomaz (2010, s.p) a “Operação Produção”, tinha como objetivo:

[...] reeducar os delinquentes, ociosos, mas tinha também uma função de gerar renda para o país [...]. Existia um expediente punitivo, mas havia uma ideia de fundo de produzir para as pessoas e para o país. No campo que eu pesquisei, por exemplo, eles produziam abóbora, feijão, vários gêneros alimentícios, só que não ganhavam. Era um trabalho escravo, e as pessoas viviam em condições inaceitáveis, muitos não aguentavam.

O programa para além dos objetivos citados tinha como finalidade reeducar os chamados parasitas urbanas⁴⁴⁴, pretendia prover emprego a eles e repovoar as áreas com menor densidade demográfica de Moçambique, principalmente como, as províncias de Niassa e Cabo Delegado. A “Operação produção” foi realizada em duas fases: a primeira foi voluntária e ocorreu em junho de 1983; e a segunda coerciva, em julho do mesmo ano. (QUEMBO, 2010)

Segundo Borges Coelho (2003, p.191), os “campos de reeducação” eram como *Kuphahla*, comum no sul do país, um ritual de “limpeza” individual de elementos nocivos ou impurezas, para que a normalidade pudesse ser retomada. O indivíduo entrava no campo de reeducação como inimigo do povo e saía como “homem novo” revolucionário, identificado com o trabalho. Só para citar alguns “campos de reeducação” conhecidos⁴⁴⁵ foram de Manica (*Nkuzi*); Niassa (*Unango*, *M’sawize*, *Mavago*, *Mutatel*, *Mwembe*) e Majune (*M’telela*); do Cabo Delegado (*Montepuez e Mocibua da Praia*); do Sofala (*Sakuzo*); de Inhambane (*Inhassune*), etc.

Como diz Thomaz (2008, p.52), “lá, concentrados em campos, deveriam *machambar*⁴⁴⁶ ao longo do dia e ter aulas de “marxismo-leninismo” no final da tarde”. Para Casal (1996, p.52) “foram expulsos da cidade de Maputo e enviados para o Norte do país (Niassa) 15 mil pessoas, na sua maioria jovem desempregado ou pessoas indocumentadas”.

⁴⁴⁴ O antigo presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, em entrevista ao Jornal português *o Público*, em Lisboa, em 2004, extrato de notícia, divulgado pelo jornal *Savana* em 19 de novembro de 2004, frisou que o objetivo era devolver as pessoas marginais às suas zonas de origem para serem integradas na sociedade.

⁴⁴⁵ Existiam “campos de reeducação” por quase toda Moçambique. Ver. PÚBLICO MAGAZINE (nº 277 de 25 de março de 1995).

⁴⁴⁶ Trabalhar na roça.

A “Operação Produção” foi protagonizada pelo Ministério do Interior⁴⁴⁷ (como Comando Central), coadjuvado pelos funcionários do Ministério da Justiça, Defesa, autoridades locais, chefes de dez casas⁴⁴⁸, secretários dos bairros, Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), os Conselhos de produção, os funcionários da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), os *Grupos Dinamizadores* (GDs) e os Grupos de Vigilância Pública (QUEMBO, 2010).

As instituições que auxiliavam o Ministério do Interior tinham como objetivo identificar pessoas em situação de desempregabilidade, recolhê-las e entregá-las ao Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP)⁴⁴⁹. Isso determinava os destinos dos considerados improdutivos (THOMAS, 2008). Os improdutivos *urbanos* estavam divididos em “homens honestos”, aqueles considerados inofensivos para a sociedade, e “homens desonestos”, aqueles que ofereciam algum grau de “periculosidade” (QUEMBO, 2010).

Um exemplo pode ajudar a compreender a situação:

Ao longo da *Operação Produção*, as redadas poderiam ocorrer a qualquer momento, quando as forças de segurança saíam pelas ruas e avenidas [...] solicitavam aos transeuntes comprovantes de trabalho, no caso dos homens, e de casamento ou trabalho, no caso das mulheres. Quando não podiam comprovar sua atividade ou seu *status*, eram confinados em caminhões, concentrados nas redondezas da cidade e logo, à noite, enviados nos aviões das Linhas Aéreas de Moçambique, ou em aviões militares, para o Niassa, ou em caminhões para distintos campos espalhados pelo país. Longe de encontrarem um campo organizado, eram entregues ao abandono [...] indivíduos que muitas vezes nunca tinham tido nenhum contato com a vida rural, eram obrigados a fazer *machamba*, a construir sua palhota e as instalações comuns (THOMAZ, 2008, p.191).

Para os “campos de reeducação” eram levados tanto os chamados improdutivos urbanos ou os parasitas urbanos, como também as mães solteiras, as testemunhas de Jeová⁴⁵⁰, os curandeiros, *candongueiros*⁴⁵¹, alcoólatras, e qualquer

⁴⁴⁷ Ministério que garante a segurança interna, ou seja, a segurança pública.

⁴⁴⁸ Dentro da estrutura administrativa dos bairros, encontra-se uma divisão em grupos de dez casas (residências) sob o comando de um chefe.

⁴⁴⁹ O Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), criado pelo Decreto-Lei n. 21/75 (11 de outubro), possuía poderes excepcionais entre os quais o de “deter pessoas, determinando-lhes o destino que achar mais conveniente, nomeadamente o de remetê-las à autoridade policial competente, aos tribunais, ou aos campos de reeducação”.

⁴⁵⁰ As Testemunhas de Jeová eram enviadas para os “campos de reeducação” por sua recusa em prestar

jovem com dezoito anos ou mais considerado perigoso para a revolução moçambicana (QUEMBO, 2010). Portanto, a política de “Operação Produção” reduziu a população urbana com grande ênfase para a população da cidade de Maputo.

Segundo Quembo (2010), o balanço do Ministro do Interior, do dia 15 de julho de 1986 teria apontado que 10.000 pessoas foram expulsas das principais cidades moçambicanas, mas outras estimativas indicam entre 40.000 e 50.000 indivíduos⁴⁵². Para Jenkins (2001), a “Operação Produção” provocou muito sofrimento à população urbana e foi muito cara para o Estado que suportou altos custos políticos⁴⁵³.

Todavia, dentro deste período, houve um aumento real na taxa de crescimento da população como resultado de políticas públicas, como: A campanha nacional de vacinação; Os programas de saúde materno-infantil; Formação de pessoal especializado; Socialização da medicina; A criação do sistema nacional de saúde e de prestação de serviços; a hospitalização; A medicação e as consultas médicas gratuitas. Todos esses programas contribuíram para a queda acelerada da mortalidade, sobretudo a infanto-juvenil (GASPAR, 1989, 1990⁴⁵⁴; ARNALDO; MUANAMOHA, 2014). Como apontam os dados da dinâmica demográfica urbana de 1960 e 1980 (Tabela 4, baixo).

Deve-se salientar que as cidades de 50.000 a 100.000 habitantes passaram de duas para quatro em 1980. Tal fato demonstra como foi importante o aproveitamento dos recursos disponíveis nas áreas urbanas para o crescimento vegetativo (natural) da população urbana. Por exemplo, em Lourenço Marques/Maputo, em 1975, existia 200.000 mil habitantes, em 1980 eram 755.300 mil habitantes (ARAÚJO, 2000).

o serviço militar, jurar a bandeira, etc. Ver. Thomaz (2008).

⁴⁵¹ Os que praticavam comércio informal.

⁴⁵² Por exemplo, Raimundo (2009), mostra através de estatística que na cidade de Cuamba, 217 pessoas vieram de Maputo e 2.870 de Gaza.

⁴⁵³ Sobre este assunto, ver. Geffray (1991).

⁴⁵⁴ Neste domínio, ver. GARSPAR; MENDONÇA, 1990. Os autores mostram que entre 1975 e 1980, a taxa bruta por natalidade por mil e esperança de vida ao nascer aumentou de 20.7% em 1970 para 23% em 1975; e a esperança de vida passou de 41.7% em 1975 para 43.6% em 1980. Para os autores a causa do melhoramento tem a ver com a política de saúde, que procurou ampliar a cobertura a todas as camadas sociais. O impacto de melhoramento de esperança de vida foi sentido com maior ênfase nas cidades. Por exemplo, a cidade de Maputo diminuiu, entre 1980 e 1988, a proporção de óbitos por doenças infecciosas e parasitárias, principalmente a malária.

Tabela 4. População nas principais cidades moçambicanas, 1960 e 1980.

Número de habitantes	Número de cidades	
	1960	1980
5.000-10.000	1	0
10.000-20.000	0	1
20.000-50.000	3	4
50.000-100.000	2	4
100.000-500.000	2	2
500.000 ou mais	0	1
TOTAL	8	12

Fonte: Muanamonha (1995, p.92).

Para todos os efeitos, a imigração das áreas rurais para as urbanas trouxe conflitos urbanos entre os habitantes estabelecidos e os novos imigrantes, cujos moradores eram tratados pelos primeiros como *outsiders*⁴⁵⁵. Os estabelecidos cerravam fileiras contra os novos imigrantes que começaram a entrar massivamente nas *urbes* no período pós-independência. Os estigmatizava, como de menor valor humano. O mesmo ocorreu em Tete, entre os grupos *Nhungue* e *Nguni*; em Beira, entre *Ndaus* e *Senas*; em Lichinga, entre *Yão* e *Nhajas*, etc. O que marcou uma nítida divisão, como pensada por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) entre os “estabelecidos” e os “outsiders”.

Com ou sem razão, os estabelecidos que cerravam fileiras contra os recém-chegados foram atacados pelo governo. O Poder público atacou as fontes de poder e de carisma desses grupos. Os conflitos étnicos nos centros urbanos moçambicanos⁴⁵⁶ são anteriores a descolonização como mostra, a obra de Fernando Amado Couto (2011). “*Moçambique, 1974: o fim do império e o nascimento da nação*”, que no final do império colonial em 1974, na cidade da Beira, ocorreu um conflito violento entre os *Senas* e *Chuabos*.

Mas os conflitos entre os “estabelecidos” e os “outsiders”, foram mais intensos no período da experiência socialista. O drama gritante dessa realidade se deu

⁴⁵⁵ Ver. a explicação de Elias; Scotson, (2000).

⁴⁵⁶ Observamos que o conflito se desenvolveu também na formação do movimento de libertação nacional (FRELIMO) e da guerra colonial, entre 1962 e 1974. Ver., por exemplo, Chichava (2007) e Cabaço (2007).

na cidade de Maputo (antigo Lourenço Marques), quando os novos imigrantes que vinham do norte e centro do país foram chamados de *Chingondo* (os da guerra)⁴⁵⁷.

4.2 Continuidade e descontinuidade de um processo de urbanização colonial

O processo de urbanização moçambicano, no período socialista, para além de ser caracterizado por uma urbanização demográfica, foi acompanhado pela reclassificação urbana e “migração forçada”⁴⁵⁸, causadas pela tremenda guerra civil, que teve início dois anos depois da independência, precisamente em 1977⁴⁵⁹, e começou a se expandir, principalmente pela região central do País (província de Manica, Tete e Beira) e terminou em 1992, com o Acordo Geral de Paz (AGP), entre as forças governamentais e a Resistência Nacional de Moçambique (HONWANA, 1996).

A guerra civil teve um peso significativo no aumento demográfico da população urbana, principalmente entre o período de 1981-85, quando o conflito armado, tornou-se a maior preocupação com a segurança (GRAHAM, 1991). A maioria dos deslocados foi residir nas periferias em casas precárias, “desnutridas” de serviços e infraestrutura social e física. Muitos deslocados que chegavam à cidade com as famílias tinham impossibilidade de morar no núcleo, escolhiam os espaços vazios das periferias e construíam casas frágeis, outras vezes tinham que negociar com os secretários dos bairros ou com as donas (os) dos espaços vazios que utilizavam como *machamba*, para construir uma moradia.

Entretanto, neste período as periferias mais procuradas eram aquelas que estavam próximas ao núcleo urbano. Dando origem àquilo que Araújo (2003), chama de *implosão urbana*, as pessoas procuravam aproximar-se o mais possível da “cidade de cimento” – o *núcleo*. Pouco a pouco conquistavam os espaços livres. Ocuparam-se muitas áreas destinadas a campos de futebol, jardins, proteção ambiental, pantanosas, antigas lixeiras e áreas destinadas a futuras instalações de infraestruturas físicas e

⁴⁵⁷ *Xingondo* significa os da Guerra (*gondo* - Guerra). Como referencia o Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico Porto: Porto Editora, 2003-2016. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/xingondo?homografia=0>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

⁴⁵⁸ Por exemplo, ver. Raimundo (2009).

⁴⁵⁹ Ver. Howana (1996).

sociais.

Como sabemos, no período socialista as áreas urbanas continuaram duais em termos de infraestrutura e serviços urbanos, como no período colonial. O Estado apresentava-se economicamente débil para ampliá-las. O que provocou uma pressão e uma rápida degradação dos fixos, exercida por um número tão grande de indivíduos que fugiam da guerra civil e outros males da vida rural. Por exemplo, em 1970, estimou-se que a população urbana se aproximasse a 12.8% e cresceu 13.2% ⁴⁶⁰ em 1980.

Olhando a questão de crescimento demográfico nas 12 principais cidades moçambicanas, como: Lichinga, Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Maxixe, Xai-Xai, Chokwé, Matola, Maputo, apenas duas (Quelimane e Beira) atingiram abaixo de 20% de crescimento médio anual, mas foram superiores a 15%. A cidade portuária de Nacala, ultrapassou os 30%, foi um verdadeiro “explosivo” (ARAÚJO, 2003).

Só para ter uma ideia as estatísticas oficiais indicam que entre 1970 e 1980, as migrações campo-cidade atingiram índices de 8.5% por mil habitantes. As cidades que apresentaram saldos migratórios positivos mais acentuados foram as de Nampula, com 249%; Nacala, 218%; Chimoio, 220% e Maputo cidade, 134%.

O crescimento demográfico pressionou o mercado de consumo de vestuários, alimentação, bebidas, etc., criando escassez, como mostra Nelson Saúte (2000) na sua obra *“Os narradores da sobrevivência”*, que escreve que nas madrugadas das décadas de 1980 partilhava-se a esperança de encontrar ao fim de horas intermináveis um quilo de arroz, outro de feijão, alguma carne vinda do Botswana. Como dissemos, o conflito armado privou muitos moçambicanos urbanos de acesso ao consumo consumptivo.

A literatura irônica de Nelson Saúte faz referência à vida urbana dos anos oitenta:

Muitas das padarias da cidade não faziam pão. Tinham entrado em crise. Ter pão era privilégio dos chefes, as famigeradas Estruturas. Aqueles que vestiam balalaicas do poder e acenavam dos seus LADA. Os LADA eram carros importados de um dos países socialistas que apoiavam a revolução. Os populares não sabiam a origem exata dos carros protocolares, mas eximiam-se no escárnio, LADA significava na fala de rua: leva atrás dirigente analfabeto [...]. Quatro barra oitenta foi uma das leis mais conhecidas no tempo da

⁴⁶⁰ Para um acréscimo desta realidade, ver. Lattes (1990).

revolução, com ela se estipulava a igualdade de salários nas mesmas categorias profissionais [...]. Para além dos salários que provinham dessa lei, havia os cartões de abastecimento que o GOAM (Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo), distribuía sem os quais não se podia adquirir comida nas lojas [...]. As lojas do Povo o que tinham de mais era o batom e papel higiénico. Não que as moças desgostassem do batom que vinha do Leste da Europa, não que os nossos hábitos fossem contrários ao uso de papel higiénico, preferindo a areia, coisa que se fazia agachado, depois de se defecar no mato, também tínhamos ânus urbanizados, o que se passa é que a comida era pouca e a necessidade terrena de nos desfazermos dos sólidos desnecessários ao organismo também. Daí o excesso na provisão do papel higiénico. (SAÚDE, 2000 p.13-144).

Como mostramos, foi também uma fase de crescimento da ocupação do solo urbano, sem ordenamento estatal. Apesar do esforço do Estado em criar bairros comunais. Como apontamos o conflito armado deslocava milhões de população das áreas rurais para urbana. Só para ter uma ideia, quase todas as estradas terrestres estavam afetadas pela guerra. Como escreveu Peter Fry (2003, p. 295) que fez uma viagem à Moçambique em 1989:

Eu voltei a Moçambique em 1989, não mais como um jovem pesquisador, mas um pouco mais velho e exercendo o papel de “missionário” contemporâneo da Comunidade de Desenvolvimento, como oficial de programas da Fundação Ford, responsável pela organização do seu programa em Moçambique [...]. Naquela época, Moçambique estava imersa em uma guerra violenta entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. A guerra tinha se expandido a quase todas as regiões rurais de Moçambique. *Só as cidades e as capitais das províncias estavam nas mãos do governo, e a única forma segura de transporte entre elas eram os jatos das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM)*. Dezenas de milhares de pessoas morreram na guerra e centenas de milhares morreram de fome e das doenças causadas por ela. Aproximadamente quatro milhões, de uma população total de quinze milhões, estavam refugiados em países vizinhos, e muitos mais, os “internamente deslocados”, procuraram asilo nas cidades. Grande parte da infraestrutura do país fora destruída [...] (Grifo nosso) (FRAY, 2003, p. 295).

As periferias urbanas densificaram-se de tal forma que a ocupação do solo impedia a circulação viária, era impossível qualquer mobilidade de automóvel, assim como dificultou ou impossibilitou a existência de espaços para as futuras construções de infraestrutura. O núcleo urbano foi também ocupado por uma população muito superior a capacidade construída. Por exemplo, a cidade de Nacala tinha infraestruturas urbanas calculadas para 10 a 15 mil habitantes, viu-se, num curto

espaço de tempo (1975-1980) com uma população residente de 75.000 mil habitantes (ARAÚJO, 2003).

As dimensões econômica, social e política da guerra civil atingiram, na década de 1980, a economia urbana; 4.6 milhões de pessoas passaram a depender de ajuda humanitária para sobreviver, uma vez que a economia do País estava totalmente destruída por causa da guerra civil, da seca, da fome e da improdutividade agrícola. O desafio do Estado moçambicano mostrava-se incapaz de prover o bem-estar social aos deslocados de guerra e residentes urbanos pobres. O nível de pobreza urbana cresceu⁴⁶¹ com ela também cresceu a exclusão social, a reivindicação social e a violência urbana, para uma população que em 1980, estimava-se em 11.673.725 habitantes para todo o País, 1.539.119 residiam nas áreas urbanas e os restantes 10.134.606 de indivíduos, distribuíam-se pelas áreas rurais.

A cidade de Maputo concentrava quase 6.3% (739.077) da população total de Moçambique e 48% da população urbana do território nacional (SILVA, 2011). Para o mesmo período, a cidade de Chimoio crescia com uma taxa anual de 8.8%; Nampula, 7.1%; Maputo, 7.1%; Beira, 5.8% (ARAÚJO, 1990)⁴⁶². Para esclarecer o caso, vamos acrescentar mais números. Por exemplo, em Maputo, existiam em 1960 178.565 residentes; em 1970 eram 378.348; em 1980, 561.489; seguindo a mesma lógica, Beira tinha 58.970, 130.398, 214.613; Nampula, 103.985, 124.156, 145.722 respectivamente.

De uma forma global, a população urbana aumentou de 534.928 em 1960, para 691.444 em 1970 e 1.555.342 em 1980 (LACHARTRE, 2000). Em consequência disso, o governo moçambicano começou a cortejar os Estados Unidos da América, como forma de reverter a situação dramática em que o País se encontrava (HANLON, 199).

Em 1983, o presidente Samora Machel visitou os Estados Unidos (EUA) e negociou com instituições de *Bretton Woods* (IBW) – Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista a responder aos problemas do aumento da pobreza urbana e rural.

Moçambique tornou-se 148º membro das instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional em setembro de 1986). Essa peripécia obrigou o Estado moçambicano a realizar uma mudança profunda na

⁴⁶¹ Ver. Castel-Branco (1995) e Francisco (2003).

⁴⁶² Ver. Araújo (1990).

política econômica no Quarto Congresso em abril de 1983⁴⁶³. Foi a partir de então que o governo começou oficialmente um processo de estabelecimento de novas parcerias, tendo como parceiros instituições de orientação capitalista (MOSCA, 1993). Relação que havia se enfraquecido quando o governo moçambicano se declarou “Marxista-Leninista” em 1977, no terceiro Congresso da FRELIMO (GENTILI, 1999).

O Quarto Congresso da FRELIMO teve como objetivo procurar ajuda financeira necessária para o País onde uma em cada três pessoas era incapaz de prover a própria sobrevivência e obter a renovação dos compromissos da dívida externa com o Ocidente. (MIRA, 2005)

Mas também, o congresso permitiu uma definição de estratégias de planificação dos assentamentos humanos; elaboração de Planos de Urbanização e definição de métodos de controle e de execução; elaboração de projetos e apoio às populações na execução de obras de infraestruturas sociais e físicas, com prioridade ao abastecimento de água e ao saneamento; organização e integração técnica das populações nos programas de autoconstrução e cooperativas habitacionais, apoio ao desenvolvimento de mecanismo de acesso ao crédito; criação de legislação para construção e tramitação de habitação; estudos de normalização de equipamentos e elementos de construção civis acessíveis à população de baixa renda; definição do papel das empresas de construção civil e capacitação de quadros técnicos de construção de habitação de utilidade coletiva e de programas de planificação do desenvolvimento urbano (FORJAZ *et al*, 2006).

O Governo moçambicano implementou em 1987 o “Programa de Ajustamento Econômico”, denominado por Programa de Reabilitação Econômica (PRE). O PRE foi um plano resultante do acordo entre o governo moçambicano, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que dois anos depois passou a se chamar de “Programa de Reabilitação Econômica e Social” (PRES) (OPPENHEIMER, 2001).

Segundo Castel-Branco (1995) o PRE/PRES visava recuperar o país do erro criado pelo Plano Perspectivo e Indicativo (PPI), lançado em 1980, pela Assembleia Popular de Moçambique, em sua VIII sessão, como plano de meta que devia promover o bem-estar social da população moçambicana em dez anos (1980-

⁴⁶³ Collida (1987) afirma que o IV Congresso da FRELIMO foi uma etapa importante da história de Moçambique.

1990). O PRE/PRES preocupou-se em recuperar a má gestão macroeconômica, a distorção da estrutura dos preços, o desincentivo de produção do setor privado, redução de desequilíbrios financeiros internos, reforço das reservas nacionais e contas externas e estabelecimento de condições para um desenvolvimento econômico e social. (MIRA, 2002)

Com o PRE/PRES a economia moçambicana foi liberalizada, as empresas estatais foram privatizadas. O PRE/PRES criou uma mão-de-obra excedente – um número considerável de moçambicanos urbanos sem emprego, principalmente nas principais cidades, como: Maputo, Beira, Matola, Nampula, Nacala e Quelimane, que concentravam grandes números de trabalhadores urbanos.

Muitos empregos considerados onerosos para o orçamento do Estado socialista foram extintos e muitas pessoas que desempenhavam funções públicas foram despedidas. Isso aconteceu com os trabalhadores das empresas Caminho de Ferro de Moçambique, Indústria da Castanha de Caju, Vidreira de Moçambique, Textáfria de Chimoio, Texlom de Maputo, Fábrica de Fogões Zuid, Metalbox, Fábrica de Cervejas Laurentina, Maquinag, Celmo, Rodoviária de Moçambique Sul, Indústria Moçambicana de Aço, Mabor de Moçambique, Efripel etc.

O PRE/PRES desvalorizou a moeda nacional, reduziu os gastos públicos e liberou os preços. O mercado de trabalho urbano tornou-se inseguro. Muitas famílias que dependiam do subsídio do Estado ficaram sem saber o que fazer, “nem para onde ir”. Se voltavam para as áreas rurais que estavam sendo fustigadas pela guerra civil ou se continuavam nas áreas urbanas. O preço de quase tudo aumentou, numa linguagem técnica houve uma inflação galopante.

Como apontamos, a desigualdade social se estabeleceu sob forma de repartição de todo o tipo de vantagens e desvantagens. O preço do solo urbano aumentou, principalmente no final da década de 1980, e os espaços próximos ao núcleo urbano, para erguer uma habitação, tornaram-se raros.

Estabeleceu-se, de uma forma geral nas áreas urbanas, um dos quadros trágicos de autoconstruções precárias, com carência de infraestruturas. A autoconstrução, como apontamos era permitida pela Direção de Construção e Urbanização (DUC), órgão do Conselho Executivo das cidades, que tinha autonomia legal para conferir direito de construção no solo urbano (MALAUENE, 2005; CHILUELE; MACAMO, 2014).

Todavia, no final da década de 1980⁴⁶⁴ é que se ampliaram as “atividades urbanas informais” (*Candongas*), proibidas pelo Estado, a partir de 1975. Muitas das vezes surgiam feiras urbanas clandestinas de produtos alimentares, e todos sabiam onde encontrar produtos essenciais, mas raros como: açúcar, arroz, pão, farinha de milho etc,⁴⁶⁵ mais ninguém denunciava aos agentes de controle estatal, pois ficavam muito tempo em longas filas nas cooperativas para adquirirem.

As práticas ilícitas tornaram-se uma forma de sobrevivência urbana. Muitos urbanos conseguiam os produtos alimentares no mercado negro (MENDES, 1979). A crise urbana abriu espaço para uma nova economia urbana, o comércio varejista de produtos inexistente nas “lojas do povo” ou “cooperativas”, assim como eram chamadas na época os estabelecimentos comerciais controlados pelo Estado.

O que possibilitou cada vez mais praticantes de ilegalidades, permitindo a sua emergência como regra do funcionamento da economia urbana ao satisfazer as necessidades da maioria. Nessa condição a economia urbana, aparece como circuito inferior. Segundo Arroyo (2008, p.31), “a reprodução do circuito inferior se explica por uma demanda de emprego e serviços não atendidas por parte mais moderna da economia urbana”.

De tudo o que foi dito até ao momento, destacaremos agora como se processou a descontinuidade da urbanização colonial, a partir de três processos dominantes: i) a nacionalização dos edifícios; ii) a requalificação urbana e iii) os programas de intervenção urbanística.

Posto isso, agora estamos em condição de explicar como cada política e prática funcionaram no período da experiência socialista.

4.2.1 A nacionalização dos edifícios

Com a saída dos colonos em 1975, muitos negros, ocuparam de forma desorganizada os edifícios. Para resolver a situação o recém governo aprovou o Decreto-Lei de 5 de fevereiro de 1976. Este instrumento foi o principal guia jurídico

⁴⁶⁴ Para Lachartre (2000), a década de 1980, marca a “cidade de transição” da “cidade socialista” para a “neoliberal”.

⁴⁶⁵ Por exemplo, em Maputo, surgiram na década de 1980, mercados informais de Estrela Vermelha (no Alto-Maé); Mercado Mandela (no bairro central), Barracas do Museu (no Bairro da Polana de cimento), Mercado do Chiquelene ou Xiquelene, em (Xiquelene). Ver. Mapengo (2011).

que nacionalizou⁴⁶⁶ todos os edifícios que eram dos colonos (SILVA, 2011).

Para Mendes (1979), a nacionalização de toda propriedade imobiliária correspondeu, sem dúvida, a um ataque ao capitalismo colonial, fundiário e imobiliário, acusado pelo novo governo de Moçambique de agravar a crise habitacional, mas também de praticar especulação dos terrenos e construção de imóveis como um campo de investimento particularmente rendável.

De uma forma resumida, podemos dizer que o Decreto-Lei nº5/76, procurou eliminar todas as práticas especulativas no campo da habitação e estruturar a ocupação dos edifícios abandonadas pelos portugueses (FORJAZ, *et al*, 2006). Segundo Silva (2011, p.96), o Decreto-lei nº5/76 “estabeleceu os princípios para a extensão do direito à moradia e os procedimentos para a satisfação desta necessidade social. Pelo seu âmbito, esta legislação vigorou como a primeira *Política Nacional de Habitação*” (Grifo nosso).

Assim foi:

Orientada num princípio de “direito ao alojamento” com a finalidade de alargar as possibilidades de “satisfação dessa necessidade “essencial e elementar de cada cidadão e da sua família”. No artigo 1 da referida legislação ficou postulado que “cada família tem o direito a ser proprietária da sua própria habitação” (SILVA, 2011, p. 97).

A primeira Política Nacional de Habitação pretendia resolver os aspectos estruturais de injustiça urbana, herdada do colonialismo português que inibia grande parte da população negra de ter o acesso à moradia no núcleo urbano. O acesso à moradia foi muito limitado para uma população que pretendia, cada vez mais, morar no núcleo urbano, visto que as moradias disponibilizadas pelas nacionalizações eram poucas.

O número de colonos era inferior à dos colonizados, isto pode ser visto pelo número de edifícios. Por exemplo, depois da independência nacional existiam 73.150 edifícios em quase todo o País, destes 63.036 eram moradias e 10.114 edifícios comerciais, industriais e de serviços (SILVA, 2011).

Com a nacionalização, o Estado passou a deter o monopólio dos edifícios herdados do colonialismo português. Para tanto criou uma instituição chamada Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), que tinha como tarefa gerir

⁴⁶⁶ A nacionalização realizou-se também no solo, setor da saúde, educação, criação das primeiras unidades de produção e de comércio estatais (MENDES, 1979).

imóveis nacionalizados, celebrar os contratos de arrendamento, cobrar as rendas⁴⁶⁷, garantir a manutenção dos imóveis e assumir as despesas dos espaços comuns e seus equipamentos (guardas, elevadores, limpeza, etc.).

A instituição era tutelada pelo Ministério de Construção e Águas⁴⁶⁸, que mais tarde passou a se designar de Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH). A APIE estava principalmente tutelada pela Direção Nacional de Habitação (DNH), criada dois meses depois do Terceiro Congresso da FRELIMO, em maio de 1977. E em 1983 a Direção Nacional de Habitação (DNH)⁴⁶⁹ foi transformada em Secretaria de Estado do Planeamento (SEPF), e mais tarde em Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), como forma de enfrentar o problema do planeamento físico e da habitação em escala nacional. Foi uma forma de realizar ações que criassem uma urbanização planejada (ARAÚJO, 1996).

Com objetivo de reforçar o Decreto-Lei n°5/76 de 5 de fevereiro (Lei das nacionalizações), o Estado promulgou em 1979, a Lei n°8/79 de 3 de junho que fixou as normas de alocação daqueles imóveis para fins de habitação, comércio, indústria e serviços. Com este documento legal o governo propunha erradicar quaisquer evidências de discriminação e exclusão social herdadas do colonialismo (SILVA, 2011), e resolver o problema de integração da relação entre residências e equipamentos urbanos.

Desafio inalcançado, uma vez que o Estado moçambicano enfrentava crises financeiras e institucionais para levar a cabo a solução para os problemas de integração da relação entre residências e equipamentos urbanos nas periferias. Havia, ainda, problemas de baixa qualificação técnica.

Para ter uma ideia, em 1975, 95% da população eram de analfabetos. Uma população sem capacidade de exercer mais do que um trabalho semiespecializado. Os graduados de nível médio e superior contavam-se no máximo às dezenas. Forjaz (1987) mostra que em 1975, o país contava com seis arquitetos, dos quais dois tinham especialização em planeamento urbano (FORJAZ, 1987).

O Estado Moçambicano tinha que depender de cooperação internacional dos países de orientação socialista, como Cuba, Rússia, China, etc. Tais países enviavam profissionais que ficaram conhecidos na linguagem popular moçambicana

⁴⁶⁷ As rendas eram estabelecidas em função do rendimento e da dimensão do agregado familiar.

⁴⁶⁸ Traduzido do *Ministry of Construction, and Water Affairs* (ARAÚJO, 1996, p.13).

⁴⁶⁹ O DNH sobreviveu apenas 7 anos, de 1977 a 1983.

como cooperantes. Foram os verdadeiros obreiros⁴⁷⁰ de um país nascente do deserto da capacidade técnica e administrativa e herdeiro de um sistema administrativo colonial pesadíssimo.

Os cooperantes foram os que desmontaram e substituíram a administração colonial por uma nova administração socialista, uma vez que a direção de Moçambique foi assumida por políticos, que na altura eram tecnicamente inexperientes (FORJAZ, 1987), para administrar uma nação. Eles eram poucos para responder aos problemas urbanos herdados do colonialismo.

A título de exemplo, o problema de ocupação desenfreada do solo urbano que se fazia sentir cada vez mais intenso nas cidades levou o governo a discutir o problema no Terceiro Congresso da FRELIMO em 1977. Como apontamos o Estado preocupou-se em organizar o espaço, a partir de uma política de planeamento central que em Moçambique ficou conhecida como planeamento físico⁴⁷¹. Uma das soluções urbanas mais apostadas pelo governo para as áreas urbanas e rurais. Para as áreas urbanas o planeamento era orientado para os chamados “Bairros comunais” (Figura 21, adiante) – as casas ficavam parceladas em lotes de 12x15m ou 12x25m.

Os lotes ficavam agregados em espaços de vizinhança com equipamentos urbanos, como: escola, hospital, sede do bairro, entre outras infraestruturas e serviços urbanos, a uma distância máxima de 300 metros (VIANA, 2012). Enquanto que nas áreas rurais o planeamento era dirigido às “aldeias comunais”⁴⁷². As casas ficavam ordenadas em parcelas de 30m x 40m. (CASAL, 1996)⁴⁷³.

⁴⁷⁰ Dentro desta lógica de cooperação, observou-se que alguns cooperantes tiveram dificuldades culturais para entender a sociedade moçambicana. Ver. Forjaz (1987).

⁴⁷¹ Apoiado por um lado com a fundação da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane em 1986.

⁴⁷² As “aldeias comunais” eram ordenadas em: “quarteirões, os bairros, a rede de estradas e vias de acesso, o centro da aldeia, os espaços destinados aos equipamentos sociais e as infraestruturas” (CASAL, 1996, p.114). Para o autor, os quarteirões das aldeias comunais eram uma estrutura espacial sem significado nem conteúdo administrativo, social ou económico, as suas funções eram mínimas. Em algumas aldeias serviam de base para organização de brigadas de trabalho coletivo, noutras para enquadramento da comissão de moradores, que velava pela conservação e embelezamento das casas e organização da participação dos moradores nas tarefas de melhoramento de infraestruturas sociais e físicas. O bairro era a maior unidade espacial-urbana da aldeia. Recomendava-se que cada um fosse composto por 250 famílias ou talões, isto é, 25 quarteirões. Para um conhecimento detalhado de números de aldeias comunais, ver. Araújo (1988).

⁴⁷³ Para Casal (1996, p.111), este “padrão foi implantado em todo o território nacional, com pequenas variantes locais [...], sobretudo a morfologia no sentido da maior ou menor profundidade”.

Figura 21. Modelo de “bairro comunal”.

Fonte: Wells (1988).

A maioria das casas que compunham os “bairros comunais”⁴⁷⁴ eram de caniços (Figura 22), com aproximadamente 3.5-7 metros de largura⁴⁷⁵. Atualmente ainda é possível verificar o tipo de organização das casas da experiência do período socialista na cidade de Lichinga, no *bairro de Lulemile*.

Segundo Wells (1988), a principal dificuldade que os “bairros comunais” enfrentavam era a falta de água. Poucos fontanários funcionavam. Por exemplo, em alguns bairros periféricos da cidade de Maputo existia uma torneira para cada 200 ou 300 famílias. Mesmo com a ajuda dos técnicos cooperantes a questão da dualidade urbana, em termos de infraestrutura física e social, cresceu.

A discrepância agravou-se por motivos aflorados no texto, como: inexperiência política, qualidade técnica, êxodo rural, guerra civil, sucessivos maus anos agrícolas provocados pelas secas e cheias⁴⁷⁶, mas também pela ausência de alternativa barata que pudesse direcionar a promoção de infraestrutura e serviços

⁴⁷⁴ Uma das alternativas sugeridas para o ordenamento do espaço urbano foi a criação dos bairros comunais como forma de transformar o sistema urbano. Para mais detalhes ver. Raimundo. (1987).

⁴⁷⁵ Para maior detalhe, ver. Wells (1988).

⁴⁷⁶ Ver. Fernades e Mendes (2012).

urbanos para as periferias.

As periferias urbanas foram no período colonial o espaço de humilhações, de discriminação econômica, social, cultural, política e racial. Os lugares de onde a maioria dos dirigentes políticos saiu para tomar a “cidade de cimento”. O questionamento do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel (1976, *áudio*)⁴⁷⁷, deixa antever, esta situação: “*Substituímos os lugares dos colonos é verdade, não é?*”

De qualquer forma, os problemas de segregação urbana continuaram (Figura 22, adiante). Os residentes do núcleo urbano – aqueles que tinham substituído os colonos – continuaram a usufruir de condições de equipamentos urbanos incomparavelmente mais vantajosas do que as da população das periferias.

Figura 22. Modelo de segregação socioespacial no período socialista, entre 1975-1990.

Fonte: Elaborado por Celso Júnior. 2015.

A concentração de situações vantajosas contribuiu para fazer do núcleo urbano um mundo estranho às realidades das periferias urbanas. Por exemplo, Mendes (1979) mostra que na cidade de Maputo, na década de 1980, os bairros da Polana e Sommerschild, mantiveram-se como no período colonial, como espaços de

⁴⁷⁷ Nosso grifo, ver também Machel (1983). Samora Machel perguntou à população no comício do dia 3 de fevereiro de 1976. *Como vamos resolver o problema?*

residência da população de maiores rendimentos, pois o primeiro estava ocupado por altos quadros do Estado e pelos cooperantes.

Enquanto que no segundo residiam os ministros e outros membros do governo, corpos diplomáticos, professores universitários, etc. No bairro da Ponta Vermelha residiam altos quadros da função pública. Os bairros centrais de Maxaquene e alta Maxaquene eram ocupados por cooperantes, bancários, empregados de escritórios e funcionários públicos com rendimentos médios. Nos bairros de Alto-Maé e Malhagalene moravam residentes de baixa renda.

4.2.3 Requalificação urbana socialista

O ano de 1986⁴⁷⁸ marcou no País, o início da primeira requalificação urbana pós- independente, que alterou o conteúdo normativo do espaço urbano (Lei nº 4/86 de 25 de julho). Segundo Oppenheimer e Raposo (2007), esta requalificação introduziu mudanças nas estatísticas, ao englobar uma população que era considerada rural no período colonial. Mas também alterou, o conceito de urbano em Moçambique, várias famílias que viviam nas áreas rurais próximas às áreas urbanas, adormeceram como rurais e acordaram como urbanas no dia seguinte, sem que se tivesse processado quaisquer alterações nas organizações culturais, espaciais, econômicas e sociais (ARAÚJO, 2003)⁴⁷⁹.

Só para ter uma ideia, de acordo com Lattes (1990), no período colonial, uma área era considerada urbana quando nela residiam mais de 2000 habitantes em casas construídas em caráter permanente, no caso as casas de palhotas ficavam de fora. A população que morava nas periferias distantes do núcleo, foram, em 1986, reclassificadas como urbana.

Para Araújo (2003), a requalificação urbana da época trouxe aspectos negativos, como o de retirar as áreas administrativas dos distritos vizinhos. Espaços

⁴⁷⁸ Esta requalificação urbana estabeleceu nova divisão administrativa no País, o território ficou dividido em 10 províncias, 128 distritos, 393 postos administrativos, 1024 localidades. Para esta requalificação foram tomados em conta a importância política, econômica, social e cultural da aglomeração, tipo de indústria, infraestruturas e serviços urbanos (LACHARTRE, 2000).

⁴⁷⁹ Segundo Araújo (2003), o que aconteceu em Moçambique foi uma “reclassificação urbana”, esta consistiu em aumentar os espaços urbanos por “decreto”, o que alterou os limites administrativos. Um ano depois (1987), a cidade de Maputo foi separada administrativamente da cidade de *Matola*. Maputo passou a incluir as localidades de *Catembe* e *Inhaca*, separados em 2001 do distrito urbano nº 1. A partir do mesmo ano os distritos urbanos passaram a ser designados como distritos municipais (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2007).

de atividades econômicas importantes para os distritos⁴⁸⁰. Mas também introduziu na área urbana, muitos bairros periféricos que na época colonial eram considerados rurais.

A responsabilidade urbana recaía sobre o Conselho Executivo da Cidade (CEC), um órgão executivo, criado em 1978, para substituir as chamadas Câmaras Municipais Coloniais (CM). A iniciativa para criação do órgão veio da primeira reunião nacional sobre as cidades e bairros comunais de 1977⁴⁸¹, realizada em Maputo.

As diferenças entre o Conselho Executivo da Cidade (CEC) e a Câmara Municipal da Cidade Colonial (CMC), residiam na origem revolucionária, na natureza de classe, nos objetivos e método de trabalho. Os CECs eram constituídos por um órgão executivo, a “Assembleia da cidade”. Formada pelos seguintes membros: secretários dos bairros, milícias populares, grupos dinamizadores, organização de massa, organização da mulher moçambicana, da juventude e do trabalhador, etc.

No total existiam em Moçambique 460 deputados. A cidade de Maputo apresentava 70. As assembleias tinham a missão de representar a população local, gerir a nova estrutura revolucionária, organizar o comércio, abastecer as cidades de bens alimentares e reorientar as unidades de produção e de prestação de serviços (restaurantes, açougues, peixarias, mercearias, lojas, cantinas) (LACHARTRE, 2000).

As assembleias constituíam a extensão do “centralismo democrático”, o prolongamento do princípio de servir o povo através da direção política revolucionária, que hierarquizava o poder, desde a base até ao topo: *Assembleias locais* (Posto administrativo); *Assembleias distritais* (Administração distrital); *Assembleias da cidade* (Conselho Executivo da cidade); *Assembleia provincial* (Governo provincial) e *Assembleia popular* (Governo da República).

Os membros das assembleias eram constituídos por eleitos dentro do partido FRELIMO. Os escolhidos tinham um mandato de cinco anos. As primeiras eleições foram realizadas em 1977. O sistema eleitoral foi considerado por membros do partido como eminentemente democrático. Com a extensão da guerra civil, em 1980, as assembleias locais foram extintas. O que permaneceu com maior peso foram

⁴⁸⁰ Segundo Araújo (2003), era muito duvidoso que o modelo pudesse trazer benefícios para o desenvolvimento dos espaços urbanos.

⁴⁸¹ A reunião foi de âmbito nacional, tinha como objetivo organizar as cidades, promover soluções para os problemas e fundar uma cidade verdadeiramente socialista. Para além disso, procurou discutir a questão do *programa de urbanização básica* de reestruturação dos quarteirões, de eletricidade, de água canalizada, os métodos de reabilitação da cidade. Nesta ocasião foi determinado que cada bairro teria de agregar 2.500 famílias (LACHARTRE, 2000).

as *Assembleias da cidade*, a *Assembleia provincial* e a *Assembleia popular*. Segundo Araújo (1996), a grande dificuldade dos CECs foi a dependência dos fundos concentrados no Estado. Como sabemos, o Estado moçambicano tinha uma economia centralmente planificada⁴⁸².

4.2.3. Programa urbanístico de intervenção “revolucionária”

Quando a população negra tomou a “cidade de cimento”, nos finais da década de 1970, inexistia uma orientação bem definida por parte do governo sobre a intervenção urbanística nos “bairros de caniço”⁴⁸³. A primeira solução de intervenção foi realizada por um *mutirão*⁴⁸⁴, ou para falar como o professor Milton Santos (1996), foi uma solidariedade horizontal (horizontalidades), uma vez que a atração entre os mesmos se dava nos interesses de ter uma casa própria.

Esta horizontalidade, ocorreu em maio de 1977, no bairro de Maxaquene⁴⁸⁵ e uma parte do Polana Caniço⁴⁸⁶, na cidade de Maputo, sob a responsabilidade da Direção Nacional da Habitação (DNH). Apoiados por técnicos estrangeiros (cubanos, canadenses, dinamarqueses, suecos, etc.), que tinham simpatia pelo governo de Moçambique (LACHARTRE, 2000).

O projeto envolveu 36.000 mil indivíduos (SAEFVORS, 1986). Não podemos esquecer que nesse período, os arquitetos e urbanistas estrangeiros tiveram um papel fundamental, pois transformaram a realidade urbana moçambicana. Apesar de ser uma contribuição de curto prazo, organizaram a população nos trabalhos de autoconstrução como estratégia para habitação em Moçambique. O projeto do Maxaquene (Figura 23), segundo Saefvors (1986), foi a primeira operação urbana de urgência para reinstalar a população vítima de inundação da zona baixa da cidade de Maputo.

⁴⁸² Ver. Araújo (1996).

⁴⁸³ Para maior detalhe ver. Pinski (1982; 1976).

⁴⁸⁴ *Mutirão* é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim comum, como pintura de uma escola do bairro, limpeza de um parque, construção de moradias etc.

⁴⁸⁵ Segundo Mendes (1979), o bairro de Maxaquene era limitado a oeste pela Rua da Malhagalene (antiga Rua Porto); a norte pela Avenida Primeiro de Maio; a leste pela Avenida Valdemir Lenine e ao sul pelo contato com o núcleo urbano.

⁴⁸⁶ O Projeto de Urbanização de Maxaquene, Polana Caniço, ficou mais conhecido como o Projeto de Urbanização do Maxaquene. Ver. Saefvors (1986, p.42).

Figura 23. Vista parcial do modelo de intervenção urbanística do Bairro de Maxaquene.

Fonte: Roxo apud Viana (2012, p. 11).

O projeto previa autoconstrução de casas sólidas⁴⁸⁷, uma via principal de acesso (entre 12 e 18 metros) e as secundárias (entre 3 e 6 metros). Previa também, a construção de quarteirões de 30 a 70 metros de comprimento. A separação entre os quarteirões seria de 32 metros de largura. O projeto foi apoiado pelo Ministério das Construções e Águas, atualmente Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) e concretamente pela Direção Nacional de Habitação (DNH), que fornecia técnicos, máquinas e algum material de construção para o mutirão. A proposta foi também financiada pelo Conselho de Assistência Técnica da Organização Internacional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Com se observa na figura acima, o Plano de Urbanização de *Maxaquene*, deu prioridade ao apetrechamento das infraestruturas físicas necessárias: arruamentos, escolas, fontanários, edifícios da administração e edifícios comunitários. Mas também o plano deu uma configuração mais uniforme à paisagem dos quarteirões e das casas

⁴⁸⁷ Apesar disso, muitas casas foram construídas de materiais pouco duráveis, isto devido à falta de cimento. Ver. Lacharte (2000).

que possuíam cobertura de várias águas, com varanda coberta na frente, vários quartos e sala, por vezes casa de banho e cozinha interior. Foi conferido ao Maxaquene uma paisagem de ordenamento urbano, que pudesse atenuar a separação morfológicamente definida pelo colonialismo, que se configurava em forma de um grande arco de separação entre o “núcleo urbano” e a “periferia” na cidade de Maputo, a chamada “*circunvalação*”.

A paisagem do Maxaquene minimizava a clivagem morfológica existente entre as características presentes na malha urbana de herança colonial e a pós-colonial. Segundo Viana (2012), o ordenamento de Maxaquene (Figuras 24 e 25, adiante) procurou avançar com estratégias que contribuíssem para conformar uma capital mais ajustada ao real contexto sociocultural e econômico. Por isso, definiram-se ações como organizar os talhões (lotes) familiares em quarteirões articulados por uma rede viária em quadrícula, que permitisse de forma “racional” a instalação de serviços e infraestruturas físicas e sociais, como veremos mais adiante.

Figura 24. Planta do ordenamento de um bloco do Quarteirão (com detalhes).

Fonte: Roxo apud Viana (2012, p.12).

Não restam dúvidas, que a intervenção urbanística de Maxaquene possibilitou a concentração mínima de infraestrutura, como também possibilitou aos cidadãos planejar a construção das casas conforme a disponibilidade dos materiais construtivos. Nesta forma de organização socioespacial os “espaços verdes” deveriam fazer parte do processo. De todo modo, é preciso reiterar que o ordenamento foi realizado como um planejamento físico convencional, preocupado essencialmente com o traçado urbanístico, com as densidades de ocupação do solo.

Figura 25. Modelo de concentração de infraestrutura social e física no plano de urbanização de Maxaquene.

Fonte: Manual de loteamento apud Viana (2012, p.10).

Segundo Viana (2012) houve a criação de áreas ordenadas, divididas em lotes parcelados, alguns destinados a fins econômicos ou sociais, coletivos ou familiares (fábrica, mercado, escola, hospital, casa) e blocos de quarteirões contíguos, destinados à construção de habitações, delimitados por vias públicas, para um pequeno número de até 12 famílias ou delimitados por vias públicas que o interligavam a espaços livres coletivos e quarteirões onde moravam, por média, 50 famílias (com uma população aproximada a 250 pessoas). (Figuras 26 e 27).

Figura 26. Planta do ordenamento de um “bairro comunal”.

Fonte: Saefvors (1986, p.40).

Figura 27. Modelo de residências erguidas em Maxaquene.

Fonte: Saefvors (1986, p.43).

Cada família detinha uma parcela, murada, vedada ou não, mais sempre demarcada com pequenas hortas, mandioqueiras, flores espinhas (flor da palma de espinho)⁴⁸⁸ ou *machambas* (roças), o que permitia no tecido urbano que muitos cidadãos desenvolvessem atividades agrícolas de poucos recursos, herança do período

⁴⁸⁸ Presente na paisagem do sertão Baiano, em Moçambique, encontra-se muito concentrado em Maputo.

socialista⁴⁸⁹, onde cada cidadão tinha a tarefa de produzir dentro do espaço doméstico como resposta à carência de alimentos que assolava as áreas urbanas da época. Mas também, os *slogans* da época eram motivadores: “*Produzir é aprender*”. “*Aprender para produzir melhor*”. “*Produzir é um ato de militância [...]*”⁴⁹⁰.

O mutirão foi organizado pela Comissão de Urbanização do bairro, composto por moradores politicamente ativos que eram os interlocutores entre os residentes e os técnicos da DNH. A população tinha a tarefa de erguer os edifícios; abrir as vias de comunicação, cuja largura rondava os 18 metros, o que permitia a circulação de transporte ligeiro; realizar drenagens, implantar fontanários, postes para condução de eletricidade, esgoto, enquanto, que os técnicos (Foto 33), orientavam os residentes em como inserir os equipamentos no espaço do bairro e como geri-lo para o bem-estar da coletividade.

Foto 33. Técnicos da intervenção urbanística do Maxaquene.

Fonte: Saefvors (1986, p. 35).

Segundo Mendes (1979), o plano piloto de intervenção urbana de Maxaquene apresentou uma vantagem na eliminação da habitação precária, a despeito de pouco marcar definitivamente a paisagem com construção em alvenaria e complexa rede de infraestrutura. O processo melhorou as condições de vida dos residentes sem grandes encargos para os órgãos municipais. Portanto, o projeto estava

⁴⁸⁹ As práticas foram mais visíveis no período socialista, apesar de serem observadas também no período colonial, principalmente com os chineses na Beira e Lourenço Marques/ Maputo.

⁴⁹⁰ Grifo nosso. Ver. (SOUTO; SOPA, 1996), existem áreas agrícolas nas áreas urbanas. Por exemplo, em Maputo, 25% do seu território municipal é ocupado pela agricultura. Ver, também. CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE MAPUTO (2008).

de acordo com as decisões tomadas no Terceiro Congresso da FRELIMO (1977), que achou por bem dar prioridade ao mutirão como forma de reduzir o encargo do Estado (LACHARTRE, 2000).

A experiência deveria ser expansiva para outros bairros das periferias urbanas. De todo modo, o modelo pouco foi reproduzido em outros centros urbanos, para além da cidade de Maputo. Por exemplo, em 1977 iniciaram os trabalhos no bairro de Polana Caniço e depois (1979) foram estendidos para *Inagoia-Nsalene* e *Chamanculo* (FORJAZ *et al*, 2006), sob baluarte da Direção Nacional de Habitação. O projeto mobilizou estudantes da Universidade Eduardo Mondlane, principalmente de medicina⁴⁹¹, para resolver o problema da higiene e outros que afetavam a organização dos bairros (LACHARTRE, 2000).

A racionalização do espaço e de infraestrutura assente no projeto jogou um papel central na melhoria de vida dos residentes. O terreno havia sido preparado, o arruamento estava pronto, os lotes demarcados, as valas feitas e as fossas sépticas abertas. Em cada lote foi depositado previamente o material para a construção no dia anterior. Para cada casa a ser erguida, existia a supervisão de um técnico, funcionário do Conselho Executivo da Cidade de Maputo, da DNH e cooperantes estrangeiros, encarregados da coordenação do projeto. (FORJAZ *et al*, 2006; LACHARTRE, 2000).

Dá para perceber que os programas urbanísticos de intervenção revolucionária foram planeados como uma necessidade de responder à emergência de inundação na cidade de Maputo (FORJAZ *et al*, 2006; LACHARTRE, 2000). Independentemente disso, foi uma experiência que favoreceu uma requalificação urbana. Mas foi desperdiçada, pois não foi generalizada para todo o país, quem sabe, poderia, na época, contribuir decisivamente para mitigar muitos dos problemas urbanos existentes, que têm reflexos atualmente na vida urbana de um moçambicano comum.

O projeto foi incapaz de eliminar completamente a segregação e a pobreza urbanas. Mas seria na época um instrumento importante de requalificação urbana dos

⁴⁹¹ É a mais antiga instituição de ensino superior de Moçambique, fundada no dia 21 de agosto de 1962, pelo Decreto-Lei nº. 44530, sob a designação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Em 1968, ascendeu à categoria de Universidade, sendo então designada por Universidade de Lourenço Marques. A 1 de maio de 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu à Instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao relevante papel histórico representado em Moçambique pelo Doutor Eduardo Chivambo Mondlane. É ainda em sua homenagem que o dia 20 de junho, data do seu nascimento, é comemorado como o Dia da Universidade Eduardo Mondlane. Ver. o site. < <http://www.uem.mz/index.php/sobre-a-uem/historial> >. Acesso em: 17 out. 2015.

espaços herdados do colonialismo. De qualquer forma, como diz Fernandes e Mendes (2012), foi um esforço do Estado, num período que atravessava grande crise econômica.

Por fim, cabe dizer que entre 1978 e 1985, foram elaborados por intermédio da DNH, alguns planos de estrutura para as principais aglomerações urbanas, como: Maputo⁴⁹², Beira, Chokwe, Lichinga, Chimoio, Quelimane, entre outras. Os planos foram votados pelas Assembleias das cidades. Também entre 1984 e 1992, a Comissão Nacional de Plano (CNP), elaborou dezenas de projetos para as principais cidades moçambicanas. Nenhum executado⁴⁹³. O Estado passou a ter dificuldades de controle do planejamento, de investimento sobre o solo construído⁴⁹⁴ e implantação de infraestruturas, porque ainda inexistia uma política clara dos mecanismos de autoconstrução. Contudo tinha um “Programa de Promoção Habitacional” (PPH), aprovado em 1987.

O instrumento de reforma urbana objetivava promover a implementação de uma política habitacional, por meio da mobilização da poupança (ARAÚJO, 1996). Seria conveniente explicarmos um pouco como funcionava o PPH. As linhas mestras eram de criação de uma política de mobilização de poupança para financiar a indústria de construção civil inexistente na época. A mobilização seria arrecadada nas rendas das casas, obtidas pelo fundo da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

Para se ter uma ideia, o financiamento girava em torno de 1.2 milhões de dólares americanos. O fundo estava destinado à elaboração de um estudo para promoção e mobilização de poupança para construção de habitação e criação de um fundo de habitação (Programa de Habitação - PROHABITA⁴⁹⁵), que pudesse gerir os

⁴⁹² Para Maputo, ficou o famoso, PLANO DE ESTRUTURA DA CIDADE DE MAPUTO (1985). Mas antes deste plano já existia o plano de 1979, que sofreu revisão por falta dados de ocupação do solo; planta de zoneamento que representa a estrutura territorial, regime de uso do solo; e a planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

⁴⁹³ Em 1982, na *primeira reunião de planificação urbana*, O Instituto Nacional de Planificação Física (INPF), recomendou os Conselhos Executivos das Cidades e a Direção de Construção e Urbanismo (DCU), para fazerem um controle sobre os solos urbanos (LACHARTRE, 2000).

⁴⁹⁴ Segundo Souza (2013, p.126), “[...], o solo construído, vem de fato de que, ao se construir um prédio, cada pavimento ou piso para além do térreo corresponde a uma espécie de solo artificial; é como se se “criasse solo”.

⁴⁹⁵ Criado em 1987, pelo Diploma Ministerial o PROHABITA tinha como objetivo: promover a elaboração de planos de construção de habitação complexa e infraestruturas. O Estado investiu em recursos necessários e custos; definir as tecnologias apropriadas; promover iniciativas para a construção de habitação complexa, estatais e particulares; assistir os Governos Provinciais, os Conselhos Executivos da Cidade e Empresas privadas na realização do programa de construção;

investimentos, para o desenvolvimento do programa (ARAÚJO, 1996).

O PROHABITA objetivava alcançar os seguintes estratos da população: famílias de imigrantes mineiros que trabalhavam na África do Sul ou em outros países, famílias dos agricultores, famílias com rendimento médio ou superior. A política era muito seletiva, pois os centros urbanos eram compostos por vários estratos sociais, como famílias de mineiros ou de trabalhadores dos países vizinhos como Zimbabwe, Tanzânia, Malawi, Zâmbia, e nem praticavam agricultura.

Como sabemos, os centros urbanos foram, desde o período colonial, constituídos por funcionários públicos. Logo uma grande parcela da população ficava de fora. Araújo (1996) mostra também que a acumulação de poupança na população de renda média e superior era muito baixa. Resultado é que o PPH foi um insucesso para além de alguns edifícios construídos com Orçamento do Estado. O fracasso do PPH reside, também, no fato das construções financiadas pelo programa serem extremamente caras para a população alvo, com baixo poder econômico doméstico (ARAÚJO, 1996).

Em 1988 o Banco Mundial decidiu financiar o Programa de Reabilitação Urbana (PRU)⁴⁹⁶ para a cidade de Maputo e Beira, com o intuito de reabilitar as infraestruturas urbanas deterioradas. Para ambas as cidades, o PRU definiu como prioridade a criação de um mecanismo de financiamento que permitia à população local participar dos programas de construção de habitação de baixo custo (ARAÚJO, 1996).

O Programa visava “promover infraestruturas básicas (acesso à água, saneamento, eletricidade), permitir a reorganização da população nas áreas de residências com o mínimo de habitabilidade⁴⁹⁷”; criar materiais de baixo custo para a construção local; popularizar tecnologias de construção alternativas; fortalecer os Conselhos Executivos da Beira e Maputo por meio de alocação de técnicos qualificados; revisar as políticas de habitação anteriores; introduzir uma política de habitação que levasse em conta a baixa taxa de juro, tendo em conta a pobreza urbana; introduzir uma urbanização básica nas novas áreas de expansão; desenvolver

agregar informação relativa a programas de construção empreendidos no país; participar na definição da política de habitação do país, tendo em conta os aspetos relatados (ARAÚJO, 1996). Para o mesmo autor, o comprimento do PROHABITA foi indesejável.

⁴⁹⁶ O Projeto de Reabilitação Urbana (PRU) terminou em 1995 (FORJAZ *et al.*, 2006).

⁴⁹⁷ Nossa tradução “*provision of basic infrastructures (access, water, sanitation, electricity) which enable a re-organization of the population in housing areas with minimum habitable conditions*” (ARAÚJO, 1996, p. 16).

cooperativas de mutirão e de assistências a projetos de produção de material de construção e formação profissional dos operadores da construção civil (ARAÚJO, 1996). Segundo Araújo (1996), alguns princípios da PRU foram desleixados.

A questão de implantação de infraestrutura física e social foi subestimada. O problema está resumido na palavra de Ferracuti (1987), de que houve problemas de reconversão da “urbanização do período da experiência socialista” da Rússia para o território moçambicano⁴⁹⁸. As transformações socialistas, que se combinaram na década orientada pelo pensamento Marxista-Leninista (1975-1990), tiveram forte impacto sobre as cidades.

Convém acrescentar que ao longo da década de 1980, houve outros programas urbanísticos de intervenção revolucionária, por exemplo, o Programa de Promoção de Habitação Própria (PPHP) de 1987, que deu vida ao Fundo de Desenvolvimento de Habitação, aprovado pelos Conselhos de Ministros, mas não se operacionalizou devido ao *déficit* financeiro. Também no mesmo ano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) financiou uma assistência ao Governo moçambicano para elaboração de uma Política Nacional de Habitação. O Projeto terminou em 1991 sem nenhum fruto palpável (FORJAZ *et al*, 2006).

Para terminar o capítulo, resta reiterar que no período de experiência socialista as áreas urbanas encontravam-se estagnadas devido à guerra civil, crise econômica, calamidades naturais cíclicas que assolavam o país, deterioração dos termos de troca internacional e falta de uma reforma urbana clara que pudesse caminhar no sentido de mitigar a disparidade sócioespacial entre o núcleo urbano e a periferia. Para ter uma ideia, em 1980 apenas 27% da população urbana tinham acesso às infraestruturas básicas e cerca de 75% moravam nas “periferias urbanas”.

Os incalculáveis prejuízos que daí resultaram, herdamos para a fase subsequente, que abordaremos no próximo capítulo. Moçambique passou de uma “urbanização colonial” para uma “socialista” e daí para uma “neoliberal” sem resolver os problemas de infraestrutura e serviços urbanos nas periferias. Mesmo assim, raramente os planos, projetos e programas saídos da experiência colonial e socialista foram implementados no período subsequente.

⁴⁹⁸ Ver. Ferracuti (1987).

CAPÍTULO V

A URBANIZAÇÃO MOÇAMBICANA NO ATUAL PERÍODO NEOLIBERAL

A acumulação da dualidade urbana

O capítulo começa a partir do momento em que entra em vigor em Moçambique a nova constituição⁴⁹⁹, em 1990, até os dias atuais. No período considerado para análise ocorreram transformações importantes na urbanização com reflexo na configuração urbana, transformações que objetivamos apresentar e discutir. Principalmente, os problemas e desafios. Faz-se *mister* salientar que a constituição de 1990 instituiu um novo regime político que ampliou os canais de participação política e representação; expandiu os direitos civis, políticos e humanos.

O novo governo saído das primeiras eleições democráticas de 1994 escolheu o princípio da transparência política, cuidou de impor limites legais ao poder. Comparativamente à constituição anterior, a de 1975, a da década de 1990 defendia posições neoliberais do *Consenso de Washington*, como: escolhas livres no mundo do mercado e da política⁵⁰⁰; o direito de propriedade, liberdade, segurança, entre outros⁵⁰¹.

A respeito dos avanços democráticos proporcionados pela nova ordem política, exacerbou-se o crescimento das periferias urbanas sem infraestruturas físicas e sociais. O termo periferia deve ser aqui entendido no sentido atribuído por Álvaro Domingos (1994), de um território afastado do centro que clarifica a posição periférica, física, social, morfológica, econômica, cultural etc. “E esta o é tanto mais

⁴⁹⁹ A Constituição é a lei fundamental de um determinado Estado. Pois, aí estão consagrados e protegidos os direitos e garantias fundamentais do cidadão. Também estão estabelecidas as regras de organização e funcionamento dos órgãos estaduais bem como princípios fundamentais válidos nesse Estado. Ver. Chico (2010). A alteração constitucional de Moçambique sofreu pressão internacional do fim da Guerra Fria, que colocava numa luta ideológica, ocidente – *capitalista*, contra o leste europeu – *socialista*. Este processo teve início em 1987, com o Programa de Reestruturação Econômica (PRE), que mais tarde passou a se designar de Programa de Reestruturação Econômica e Social (PRES), financiado pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Ver. Castel-Branco (1995).

⁵⁰⁰ Ver. Moraes (2003).

⁵⁰¹ Ver. República de Moçambique (1990, 2004); Lopes *et al* (2007).

quanto maior é a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central” (DOMINGOS, 1994, p. 8). A periferia para o autor significa dependência e subalternidade em face da área central e do local de destino dos habitantes pendulares.

Vale dizer que é na periferia onde mora em grande número a população urbana moçambicana. Um terço de todos os moçambicanos que moram em cidades vivem nas periferias (UN-HABITAT, 2007). As sondagens de opinião pública têm indicado com relativa frequência as reclamações das populações dessas áreas. O Poder Público se apresenta ausente e arbitrário como deixa antever as seguintes entrevistas realizadas pela revista do Conselho Municipal da Cidade de Maputo (ACÁCIARUBR, 2007, P.16): “*A cidade de Maputo tem melhorado nas últimas décadas. O único problema é que o desenvolvimento só acontece na cidade. Nós que vivemos nos arredores passamos mal*” (José Eduardo, residente no bairro de Chamissava- Catembe). Outra: “*Maputo está a desenvolver-se de forma desordenada. Estão a decorrer muitas construções em lugares impróprios. Sob o olhar impávido das autoridades municipais*” (Nadio Malelana, residente no bairro de Inhagoia)⁵⁰².

Trata-se de um sentimento estimulado e intensificado pela fragilidade do poder municipal em formular e implementar políticas públicas capazes de melhorar a vida urbana da população que mora nas periferias e de enfrentar os padrões emergentes da deterioração urbana. Dia após dia crescem as periferias sem infraestruturas físicas e sociais, onde se acumula gente em condições desumanas ou indigentes. (Fotos 34 e 35)

É um verdadeiro acampamento urbano, ou seja, um verdadeiro “*inferno urbano*”⁵⁰³, se assim caracterizarmos as condições de vida da população periférica da cidade de *Nacala* (Mocome, Matapue, Nauaia, Tielela, entre outras); *Manica* (Naconza, Manati etc.); *Dondo* (Mafarinha, Tundane, Namayobwe, etc); *Tete* (Nhartanda, chimazi, Mpadue etc.); *Beira* (Munhava matope, Chungussura, Inhamizua etc.); *Lichinga* (Lulemile, Nomba, Chiaula), entre outras áreas urbanas.

⁵⁰² Grifo nosso. Ver. CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO (2007, p. 16).

⁵⁰³ Termo retirado do artigo da professora Marilena Chaui. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. **VIOMUNDO**. 27 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chaui-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html>>. Acesso em: 03 fev. 2015. Neste artigo a autora se refere a questões bem similares às de Moçambique urbano, só para citar um exemplo: do uso do automóvel individual: a mobilidade urbana se tornou quase impossível nas principais cidades moçambicanas (Maputo, Beira, Matola, Nampula etc.) ao mesmo tempo em que a cidade se estrutura com um sistema viário destinado aos carros individuais em detrimento do transporte coletivo.

Foto 34. Bairro periférico da cidade de Lichinga.

Fonte: Autor (2012).

Foto 35. Bairro periférico da cidade de Pemba.

Fonte: Papucides Bosco (2016).

Lembremos de fato que esses acampamentos urbanos são resultados das dinâmicas do circuito inferior da economia e por isso são tão expressivos nas cidades moçambicanas, corolário das novas condições de vida urbana a que milhares de

moçambicanos urbanos estão sujeitos com o neoliberalismo. Nessas condições, as horizontalidades aparecem como “o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta” (SANTOS, 1996, p.105).

A maioria da população que mora nas periferias urbanas não possui as condições mínimas do que se pode chamar de vida urbana. Existe um enorme *gap* na localização e redistribuição das infraestruturas e serviços urbanos básicos entre o núcleo e a periferia. As fronteiras de segregação urbana criam a dualidade e são percebidas como físicas, morfológicas e mentais. Como mostra a entrevista de Isabel Raposo e Cristina Salvador (2007) a um morador da periferia de Maputo: “*Há diferença: ali é cidade [...]*”.

Antes de iniciarmos a nossa explanação convém esclarecer que nas periferias os bairros apresentam fortes diferenciações social, cultural e econômica. Com tamanhos, densidade, qualidade construtiva, grau de legalidade, situação de risco e nível de integração diferenciados⁵⁰⁴. Como aponta Jorge e Melo (2011), as periferias apresentam diferentes níveis de urbanização, em função da qualidade e quantidade de infraestrutura, de equipamentos básicos, serviços e atividades econômicas, características habitacionais e estilos de vida.

Dentro da heterogeneidade dos bairros periféricos e da localização em relação ao núcleo, há pesquisadores que preferem chamar de periferia imediata de “áreas suburbanas⁵⁰⁵” ou “zonas semiurbanizadas” e periferia distante, de “zonas não urbanizadas” ou “áreas periurbanas”, “periurbanas”⁵⁰⁶, isso sem considerar as diferenças entre as características dos bairros periféricos. É óbvio que, trata-se de uma questão de escala. Porém, todos esses bairros têm geralmente em comum o problema da carência de infraestrutura urbana e segregação em relação ao núcleo. Por isso, preferimos utilizar o termo *periferia*.

⁵⁰⁴ Sobre este assunto, ver. Raposo e Salvador (2007), eles observaram com um estudo minucioso as formas de habitar nas periferias de Maputo e observaram que, entre o centro e a periferia, encontram-se variedades de situações e que as periferias não constituem zona homogêneas e que as distribuições das infraestruturas básicas variam.

⁵⁰⁵ Para uma crítica sobre o termo subúrbio ver. Domingos (1994/5). Para este autor, “os conceitos de periferia urbana e de subúrbio banalizaram-se de tal forma que é hoje difícil encontrar uma definição clara e consensual desses conceitos. Não admira que assim seja. Esses conceitos são usados normalmente de uma forma negativa e relativizada, isto é, por contraposição a um centro [...]. O subúrbio é uma das variantes da condição periférica, normalmente contextualizada num padrão de urbanização que atingiu uma escala dimensional alargada. O conceito é, por isso, estranho à cidade de escala reduzida” (p.5).

⁵⁰⁶ Ver. Jenkis (2001; Melo; Jorge (2011); Araújo (2003), entre outros.

A questão da periferia será enfrentada em função de uma preocupação imediata com a carência de infraestrutura e serviços urbanos. Como aponta Araújo (2001, p. 8) na periferia da cidade de Maputo, 51% das casas estão sem acesso à água encanada. *“Este valor tão elevado deve-se, no essencial, à falta de infraestruturas de abastecimento que caracterizam a maior parte dos bairros [...] periféricos”*⁵⁰⁷. Avançando o autor afirma que no conjunto, 62,2% dos agregados familiares da cidade de Maputo estão sem acesso à energia elétrica. Esta situação fez atualmente com que pessoas recorressem a sistemas alternativos, como querosene, lenha, vela, entre outros.

Passados quase doze anos da publicação do estudo do Professor Araújo, podemos afirmar que houve algumas mudanças em alguns bairros periféricos, mas são insuficientes para afirmar que os problemas de consumo de água encanada⁵⁰⁸ e energia elétrica nas periferias urbanas como: Maputo, Beira, Nampula, Tete, Matola, entre outros, melhoraram. Nem todos que moram nas periferias urbanas tem acesso a bens sociais, “quer seja porque as redes não chegam às suas unidades habitacionais, quer porque as taxas a pagar [...], excedem a capacidade financeira da família” (RAPOSO e SALVADOR, 2007, p. 132).⁵⁰⁹

Mais para além dos problemas citados, a situação de habitação e de acesso às infraestruturas e serviços urbanos continua a ser dramática. Por isso o capítulo traz um olhar minucioso da urbanização contemporânea moçambicana, ligado ao fato do Poder Público ser prisioneiro das ideias neoliberais, da modernidade e dos quadros institucionais que desprivilegiam o alargamento efetivo das escolhas e oportunidades da maioria da população urbana que mora na periferia (FRANCISCO, 2003). “Trata-se de um olhar que exhibe uma perspectiva crítica, e ao mesmo tempo, contém uma generosidade” (CORRÊA, [1999] 2012, p.15)⁵¹⁰, ao radiografar criticamente a realidade dramática que se expressa por meio de uma espacialidade que reflete uma urbanização de injustiça social para a maioria da população que mora nas áreas urbanas.

⁵⁰⁷ Grifo nosso.

⁵⁰⁸ Atenção os serviços estão desproporcionalmente distribuídos em todos os bairros periféricos acima citados.

⁵⁰⁹ Para ter mais informação sobre precariedade, estratégias e intervenções habitacionais nas periferias moçambicanas, ver. Raposo e Salvador (2007).

⁵¹⁰ Ver. Corrêa ([1999] 2012).

5.1 A acumulação da dualidade urbana

É sem dúvida a partir da década de 1990, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos noventa que tem início o crescimento extensivo das periferias urbanas em Moçambique, “[...] sem que isso tivesse sido acompanhado pelo correspondente crescimento de infraestruturas e serviços urbanos” (ARAÚJO, 2003, p. 165). Podemos afirmar que foi o surgimento no País da cidade de tipo “neoliberal”, diferente do ocidental, uma “cidade neoliberal da periferia do capital financeiro, marcada pela desregulação das políticas públicas e pelo recuo exarcerbado nos investimentos públicos.

O neoliberalismo é o que mais impacta nos dias que ocorrem no crescimento e no padrão da urbanização moçambicana, disseminando os condomínios para os que tem poder aquisitivo e fortalecendo os negócios de incorporadores imobiliários e da indústria de construção civil. Vale a pena complementar alguma consideração, foi principalmente na década de 1990 que Moçambique entrou propriamente no período técnico-científico-informacional⁵¹¹, acompanhado pelo ingresso das tecnologias de informação e telecomunicação. Um exemplo foi a entrada da empresa Moçambique Celular (Mcel), em 1997, responsável pelo uso massivo de celular no País.

Sublinha-se, adicionalmente, que a expressão acumulação da dualidade urbana deve ser aqui entendida, como uma caracterização da urbanização recente que se apresenta como um processo de crescimento *continuum* das periferias urbanas, que ultrapassa os limites anteriores, ou para falar como Viana (2012), um crescimento que configura sistemas complexos que vão para além dos limites geográficos e/ou urbanísticos. Como apontamos, o limite geográfico de uma área urbana foi fixado em Moçambique por meio do traçado defendido pela Lei n° 4 de 25 de julho 1986, como escrevemos no capítulo IV.

Essas áreas urbanas estão atualmente sendo ampliadas à medida que a periferia cresce extensivamente em uma ou mais direções além do limite dos

⁵¹¹ Foi a partir deste período que Moçambique começou a receber vários objetos técnicos-científico-informacionais, temos como exemplo, a chegada dos *magermanes* (moçambicanos que trabalhavam na República Democrática Alemã – RDA). Eles trouxeram muitos objetos técnicos e informacionais como: televisão, CDs, vídeos etc. Mas também foi na década de 1990, que o celular começou a penetrar na sociedade moçambicana, com a Moçambique Celulares (Mcel), entre vários acontecimentos. Sobre as características deste período no mundo ver. Santos ([1996]1998).

municípios. Não há limite fixo e sim conurbação. Por exemplo, é impossível observar um *discontinuum* de autoconstrução entre o município de Tete (*bairro do Chigozi*) e o município de Moatize (*bairro 25 de setembro*); entre o município de Dondo (*bairro de Mafarinha*) e o município da Beira (*bairro de Inhamitua*).

Os exemplos são muitos para mostrar o processo da acumulação da dualidade urbana. Nesse caso, o problema é quando a periferia ocupa grande parte do espaço municipal sem serviço e infraestrutura.

Raposo e Salvador (2007) chamam este processo de agravamento da dualidade centro-periferia. O processo é diferente da “urbanização do período da experiência socialista”, pois a “urbanização do período neoliberal moçambicano”, faz-se à custa da rápida expansão e densificação das periferias”, em grande parte por meio de autoconstrução (JORGE e MELO, 2011)

Trata-se, na verdade, de uma periferização que apresenta (em partes) características próximas a macrocefalia, com uma estrutura rizomática, ramificada de acordo com a possibilidade de acesso à terra urbana (VIANA, 2010). O impacto dessa situação, reforça a ideia de que a dualidade urbana em termos de infraestrutura e serviços é uma expressão espacial sintética de muitos anos: trata-se, via de regra, da acumulação da periferização urbana, caracterizada uma parte pelo sistema colonial e por outro pela incapacidade financeira e de proposta do Governo pós-colonial de executar alguns objetivos fundamentais plasmados na Constituição da República⁵¹² para edificar uma sociedade de justiça social.

Jorge e Melo (2011) apontam que a dualidade urbana contemporânea é reflexo das desigualdades socioeconômicas e exclusão que desde cedo caracterizaram a urbanização moçambicana, resultada dos diferentes contextos históricos, processos e dinâmicas de intervenção no espaço urbano, que no presente momento o acentua.

É essencial notar que a estrutura do núcleo urbano se mantém, desde a independência nacional, quase inalterada⁵¹³, com vias asfaltadas, maior concentração de infraestrutura e serviços urbanos, um tecido ortogonal, com uma constante renovação. Um exemplo mais acabado pode ser observado na revitalização acelerada da cidade de Maputo. (Foto 36).

⁵¹² Para um conhecimento geral da Constituição moçambicana, pode ver. em formato eletrônico no endereço: Disponível em: <<http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2026.

⁵¹³ Nenhum conteúdo geográfico pode permanecer inalterado durante muito tempo.

Foto 36. Revitalização urbana no núcleo da cidade de Maputo.

Fonte: Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil - Moçambique (3 de março de 2015)⁵¹⁴.

Nessa nova reabilitação, os edifícios verticais estão herdando novas funcionalidades e muitas casas estão se transformando em escritórios ou lojas. Enquanto isso as periferias crescem extensivamente marcadas pela pobreza, pela “informalidade” e deterioração das condições gerais de habitabilidade. Segundo Forjaz *et al* (2006, p.8), crescem com ausência de instrumentos de planejamento do uso do solo, sua execução e controle. Como resultado, a maior parte da população urbana passou a residir em áreas sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamento social e em unidades habitacionais precárias, sem segurança de posse da

⁵¹⁴ Disponível em:< <http://www.cciabm.com/projetos-de-investimento-em-mocambique-aprovados-em-2014-atingiram-7102-milhoes-de-dolares>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

terra.

Daí dá para entender como a acumulação da dualidade urbana se processou a partir da década de 1990. A periferia tornou-se o único refúgio para milhares de pessoas sem poder aquisitivo no período neoliberal. Só para ter uma ideia, a população urbana, de 1980 para 1997, cresceu 16.4%, ou seja, de 12.8% para 29.2%, respectivamente (ARAÚJO, 2001-2002)⁵¹⁵. Isto quer dizer que a população urbana duplicou⁵¹⁶.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 2007) calculava para Moçambique que em 2015, 42.4% da população moçambicana seriam urbanas⁵¹⁷. As estatísticas urbanas da África Austral mostram que o fenômeno é quase geral, veja-se a tabela 5. Ao mesmo tempo, há indicações de uma rápida taxa de urbanização causada pelo incremento de natalidade e êxodo rural,⁵¹⁸ durante os últimos quarenta anos⁵¹⁹.

O crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico se fez, em grande parte, fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde com seus poucos recursos e conhecimentos.

⁵¹⁵ Ver. Araújo (2001-2002).

⁵¹⁶ O Instituto Nacional de Estatística (INE, 2004) estimou que em 2004, 29,8% da população Moçambicana moravam em cidades.

⁵¹⁷ Ver. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNDP, 2007); INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2004).

⁵¹⁸ Ver. UNITED NATIONS POPULATION DIVISION (1999).

⁵¹⁹ “Embora estas populações, urbanas e municipais tenham crescido acima da média nacional, estas médias escondem a natureza muito heterogênea dos municípios. O crescimento ultrapassou uma média anual de 10% no Alto Molócue (10,9%), Gorongosa (15,4%), Marupa (10,6%), Marromeu (14,5%), Massinga (13,5%), Manhiça (12,9%), e Mocuba (10,4%). Por contraste, os municípios com as mais baixas taxas de crescimento de população são Nacala-Porto (0,3%), Mandlakazi (0,4%) e Beira (0,3%). Mas nenhum município apresenta crescimento negativo. Em termos absolutos, a cidade de Maputo é o município mais populoso do País com mais de 1 milhão de habitantes. Com o passar do tempo, é óbvio que algumas cidades irão transformar-se em região metropolitana (e.g. Tete-Moatize; Beira-Dondo). Ver. DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, EM MOÇAMBIQUE. LIÇÕES DA PRIMEIRA DÉCADA (2009 p. 13). Podemos ver, também, FORJAZ ARQUITETOS ASSOCIADOS (2008).

Tabela 5. Crescimento populacional na África Austral.

Países da África Austral	População urbana em 2005	População urbana em 2025
Angola	53.5%	65.5%
Botsuana	57.4%	70.3%
Lesoto	18.7%	27.8%
Malawi	17.2%	28.4%
Moçambique	34.5%	50.0%
Namíbia	35.1%	48.0%
África do Sul	59.3%	69.0%
Suazilândia	24.1%	33.6%
Zâmbia	35.0%	41.5%
Zimbabué	35.9%	47.2%

Fonte: (UNITED NATIONS, 2007).

A tabela 6 abaixo, mostra como o crescimento demográfico está se operando nas cidades moçambicanas. Como exemplo temos a cidade de Maputo⁵²⁰, na sua variedade de crescimento extensivo das áreas urbanas (Tabelas 6, 7 e 8) e a ampliação dos limites administrativos consolidados.

Tabela 6. Cidade de Maputo. Crescimento da população segundo área residencial.

Anos	Núcleo %	Periferias %
1970	26.8%	73.2%
1980	24.3%	75.7%
1991	18.1%	81.9%

Fonte: Forjaz *et al* (2006, p.16).

Tabela 7. Evolução e estimativa da população urbana de Moçambique, 2000-2025.

Ano	Pop urbana (milhões)	% da pop urbana	Total da pop (milhões)
2000	5.499	30.7	17.919
2005	6.828	34.5	19.792
2010	8.307	38.4	21.620
2015	9.959	42.4	23.513
2020	11.794	46.2	25.508
2025	13.783	50.0	27.556

Fonte: Adaptado das UNITED NATIONS (2007).

⁵²⁰ Para um conhecimento sobre a dinâmica populacional em Maputo ver. Lopes; Amado; Muanamonha (2007).

Tabela 8. Estimativa do crescimento populacional nas maiores cidades de Moçambique, 1997-2007.

Cidades	Pop estimada 1997 (milhões)	Pop estimada 2007 (milhões)
Maputo	989.386	1.300.00
Matola	440.927	579.469
Beira	412.588	542.226
Nampula	314.965	413.929
Chimoio	177.168	233.492
Nacala	412.588	542.226
Quelimane	153.187	201.319
Mocuba	127.200	167.167
Tete	104.832	137.771
Xai-xai	103.251	135.693

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2004).

As transformações urbanas que decorreram do crescimento da população urbana, todavia, surgem de vários fatores. Como mostraremos repetidamente ao longo do capítulo, tem a ver com as oportunidades e os serviços oferecidos nas áreas urbanas centrais, principalmente de empregos, saúde e educação, o que leva a população a se concentrar nas periferias urbanas devido ao elevado grau de centralização das facilidades de caráter social (saúde, educação, etc.), existentes no centro (CARRILHO e LAGE, 2009).

Como consequência do crescimento acelerado da população urbana, verifica-se um aumento da mão-de-obra disponível, agravado pelo desemprego, redução de políticas sociais; incremento do setor informal, em particular os pequenos comércios e prestação de serviços (LOPES; AMADO; MUANAMOHA, 2007).

A pressão do crescimento demográfico expandiu o mercado de terra urbana por processo informal, ditado pela necessidade de morar na área urbana, que sofre toda a sorte de carências e pressões: falta de emprego, de atendimento hospitalar, de acesso educacional, alto custo de vida, transporte precário, acesso limitado de abastecimento de energia elétrica, água, esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais e deposição de resíduos sólidos. Entre outros dramas urbanos.

As metamorfoses nas periferias urbanas vêm decorrendo desde a década de 1990, com antecedentes bem definidos. Podem ser encontrados, em primeiro lugar,

na guerra civil, em 1992. Só para ter uma ideia, entre 1982-1990, de 2 a 3 milhões de moçambicanos foram afetados; 2.600 escolas públicas foram destruídas ou abandonadas, 50% da rede comercial foram destruídas, 820 postos de saúde encerrados, perda de um investimento de 15 bilhões de dólares americanos. Como mostramos, foi nas áreas rurais onde a guerra atingiu o ponto máximo, houve êxodo rural, ou seja, para falar como a professora Inês Raimundo (2009), “*migração forçada*”.

É certo que a guerra civil⁵²¹ deixou uma herança de dívida externa. O que exigiu, com o seu, uma austeridade por parte do Governo como forma de pagar as dívidas das armas. A crise econômica se propagou com a guerra civil, com *déficit* da balança de pagamento e as calamidades naturais (secas e cheias), e como resultado baixou a qualidade dos serviços e infraestruturas urbanos, e foram reduzidos os parques investimentos, fortificando assim a crise urbana, que já vinha decorrendo desde a década de 1980.

O maior impacto dessa crise recai para as periferias. Como apontamos, com certeza que a guerra civil teve um peso na formação da nossa urbanização. Poucos ex-soldados regressaram à sua origem. As áreas rurais pouco tinham para lhes oferecer, sem oportunidade de emprego e com um mercado de consumo pouco desenvolvido. Exclusivamente, os centros urbanos podem oferecer disponibilidade de maiores expectativas de oportunidades⁵²².

Como consequência, grande parte dos imigrantes se instalou nas periferias urbanas, em domicílios com mais de uma família. O excesso numérico em um dormitório é a solução encontrada pela população da periferia para responder ao problema da habitação.

Enquanto isso, as políticas de habitação excluem essa população. O Fundo de Fomento para Habitação (FFH) é um exemplo muito esclarecedor disso, criado

⁵²¹ A guerra civil terminou com um Acordo Geral da Paz (1992), entre a FRELIMO e a RENAMO. O acordo ocorreu em Roma, sob a mediação da comunidade Santo Egídio (*Sant'Egidio*).

⁵²² Araújo (2001-2002, p. 9), mostra que da população com 5 anos e mais residente na cidade de Maputo em 1997, 8,3% são pessoas que chegaram à cidade nos últimos 5 anos (entre 1992 e 1997) vindas de diferentes partes do País, mas, em particular, das áreas rurais das províncias próximas (Maputo, Gaza e Inhambane) de onde são originários 61,9% dos imigrantes do período. A população instalou-se, principalmente, nos “bairros periféricos” onde ainda existe espaço, e aí edificam casas iguais às que tinham no campo (palhotas), mas também os espaços produtivos (agrícolas) que, como no mundo rural, ficam à volta do espaço residencial familiar. Por exemplo, O MUNICIPIO DE LICHINGA (2011), reconheceu desafios na expansão da rede de energia elétrica e água para os bairros.

pelo Decreto n° 24/95 de 6 de junho⁵²³. O objetivo do Fundo era o de promover a construção de imóveis para habitação social; bonificar as taxas de juro de crédito concedido por bancos para a construção de habitação; conceder créditos para construção, reparação ou ampliação de habitações de cidadãos cujo rendimento é igual ao salário mínimo a estabelecer; financiar a promoção de estudos, execução de operações e trabalhos de urbanização que se mostrassem necessários ao desenvolvimento das suas atividades e financiar a instalação do organismo público responsável pela implementação de programas habitacionais do Estado.

O projeto seria financiado pela venda de imóveis do Estado e construídos pelo próprio FFH, mas também pelo reembolso de créditos concedidos pelo fundo, bem como os respectivos juros (FORJAZ *et al*, 2006). De 1997 a 2000, foram atribuídos cerca de 980 créditos para construção de novas casas e atribuição de cerca de 7.000 talhões demarcados em todo o País, servidos de ruas e abastecimento de água.

O programa tem atendido, contudo, os interesses da população com poder aquisitivo. O que deixa de lado o interesse para qual foi criado, o interesse social (para família de baixa renda)⁵²⁴. Por exemplo, de 1996 a 1998, foram concebidos para habitação 50 milhões de meticais (dinheiro moçambicano), para 1.370 beneficiários. Destes 60% tinham formação média ou superior (GIL, 2000)⁵²⁵.

Muitos dos lotes atribuídos pelo FFH, vão para a população de “classe média”. As habitações empreendimentos em bairros periféricos distantes da malha dotada de infraestrutura, o que agrava os problemas urbanos e sociais já insustentáveis,

⁵²³ Em paralelo foi criado o Instituto Nacional de Habitação e Urbanismo, atualmente Direção Nacional de Habitação e Urbanismo, que tem a tarefa de promover e definir políticas e estratégias que permitam o rápido melhoramento das condições habitacionais (GIL, 2000). Para uma ideia mais global sobre FFH, ver. Tique (2007).

⁵²⁴ Por exemplo, ver. o caso da Vila Olímpica na cidade de Maputo. O Fundo para o Fomento de Habitação (FFH) rescindiu contratos de compra e venda com 33 moradores da Vila Olímpica, na capital moçambicana, por falta de pagamento das mensalidades. Para ver todo o teor da informação ver. CUPENSAR, 15 de outubro de 2013; NOTÍCIAS, 27 de junho de 2014). O Jornal *Notícias* aponta que o presidente do FFH, afirmou que se pretende a médio/longo prazo é que a instituição ganhe capacidade financeira de modo a que, nos próximos anos, possa estar em condições de produzir uma casa verdadeiramente social e, com financiamento próprio, atender o seu grupo alvo. O Fundo lançou recentemente em Maputo o projeto *City Tower*, um edifício de 27 pisos que, a par do parque habitacional a ser erguido em *Pemba*, província de Cabo Delgado, resultou numa parceria estabelecida com uma empresa dos Emirados Árabes Unidos. O projeto de Pemba tem um custo avaliado em 60 milhões de dólares e será executado em 3 anos, enquanto o *City Tower*, a ser erguido em 30 meses, custará 45 milhões de dólares. O *City Tower* terá cerca de 150 apartamentos de T1 a T4 (T1 – quer dizer que o apartamento tem um quarto, enquanto, T4 – tipo quatro, significa que o apartamento tem quatro quartos).

⁵²⁵ Ver. Gil (2000).

por exemplo, o custo de acesso à água potável; despesa em mobilidade urbana, quer em combustível, quer em transporte público.

Para além disso, o FFH é acusado de construir edifícios de péssima qualidade⁵²⁶. Vejamos:

O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, insurgiu-se há dias contra a qualidade das 25 casas de tipo 2 construídas no bairro de Messenger, arredores da cidade de Lichinga, pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH). Chilundo, que visitou as referidas habitações à margem da visita de acompanhamento do funcionamento das direções provinciais das Pescas e Justiça, disse ter ficado preocupado com o fato de algumas, antes de serem vendidas, apresentarem-se com rachas nas paredes, o que, segundo as suas palavras, durante a construção destas ou não houve fiscalização ou a mesma foi fraca. “Gostaríamos que todas as obras financiadas pelos Fundos do Estado fossem de qualidade e duradouras, mas aquilo que vimos é uma lástima” – disse Chilundo, acrescentando que, no futuro muito próximo, o Governo com parceria como Fundo de Fomento de Habitação vai alargar estes projetos para outros distritos, mas a esperança do governante é que as mesmas sejam de qualidade e duradoura. Questionado pelos jornalistas que o acompanharam nessa visita para quem recaíam as culpas, se era a Direção Provincial das Obras Públicas e Habitação ou ao FFH, Chilundo respondeu: “Junto destas entidades, vamos saber onde está o elo fraco para estancarmos a situação de uma vez para sempre” – disse Arlindo Chilundo. (RACHIDE, *Dário de Moçambique*, 13 de março 2015)⁵²⁷

O FFH pouco fez, cabe reiterar, para assegurar o apoio financeiro para habitação destinado a famílias com baixos rendimentos. Como mostra o discurso de Rui Costa: “que os custos das habitações construídas estão muito acima da capacidade de endividamento dos jovens, seus potenciais beneficiários” (NOTÍCIAS, 27 de junho 2014). O conjunto habitacional Vila Olímpica (Foto 37), construído no bairro periférico do *Zimpeto*, na cidade de Maputo, pelo FFH, com objetivo de acolher as delegações dos Jogos Africanos realizados em setembro de 2011, foi o maior empreendimento habitacional do órgão, com 106 prédios de quatro andares e 1.088 apartamentos de tipo 3 (com 3 quartos ou cômodos).

Depois do fim dos jogos africanos, 848 apartamentos foram liberados para fins de alojamento e habitação, destes, 250 foram vendidos mediante pronto

⁵²⁶ Como mostra o jornal. **NOTÍCIA** (*Online*). Na vila olímpica do Zimpeto: FFF transfere famílias para reabilitar as casas. 31 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/56492-na-vila-olimpica-do-zimpeto-fff-transfere-familias-para-reabilitar-as-casas>. Acessado em 18 jun. 2016.

⁵²⁷ Ver. Rachide (13 de março 2015).

pagamento e a preços de mercado, outros 518 imóveis foram destinados à venda a crédito de longo prazo, num prazo de 25 anos, cada titular pagará ao Estado, mensalmente, 7.875 meticais e os restantes 80 foram alocados para alojamentos de delegações desportivas.

Foto 37. Vila Olímpica do bairro de Zimpeto, cidade de Maputo.

Fonte: Skyscrapercity (2010).

O FFH estima que o custo de construção de cada apartamento seja de 3.3 milhões de Meticais (cerca de 120 mil dólares americanos), mas com a inclusão do custo de outras infraestruturas o valor eleva-se para 4.2 milhões de Meticais. Com as obrigações fiscais, o valor de cada apartamento atingirá os 5.62 milhões de Meticais. As intervenções do FFH desenvolvem-se dentro dos espaços municipais. O princípio de acordo prévio entre o FFH e as autarquias é regulado atualmente pelo Decreto 33/06⁵²⁸.

⁵²⁸ Ver. O Decreto 33/06 concede claramente aos municípios o poder para formar parcerias para fins de interesse público, sem prejuízo das suas respectivas competências. Isto significa que existe já uma cobertura legislativa que permite um acordo nos contornos das competências partilhadas, por oposição a uma transferência de competências. Como em muitos outros casos, o uso desta prerrogativa depende da capacidade, criatividade e vontade política das partes em aceitar as oportunidades fornecidas pela legislação, para formular, a nível local, parcerias eficazes em situações de competências partilhadas.

Muitas das vezes há conflitos de interesse na determinação de qual parcela do espaço urbano será urbanizada, entre os municípios e o FFH. Mesmo com o Decreto 33/06⁵²⁹, que regula o quadro legal de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as Autarquias locais, pouco se esclarece sobre o papel de cada um na cooperação e nas escolhas de que tipo de investimento público se pretende instalar (DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE, 2009)⁵³⁰.

A cooperação institucional, entre as instituições estatais que trabalham com questões urbanas, encontra-se quase desarticulada. Este problema cria estagnação nos processos de mobilização de uma base institucional coletiva.

Um dos obstáculos da urbanização moçambicana é a fraca capacidade do Estado de financiar as atividades administrativas, políticas e sociais dos municípios. As transferências de recursos do Governo central para os municípios são baixas, menos de 1% do total do orçamento público, foi em 2006. Guamba (2013) aponta que os municípios necessitam de receitas robustas para desempenharem papel dinâmico nas vidas e bem-estares dos residentes. Os critérios técnicos para definir os níveis das transferências são limitados e baseados, sobretudo no número de população existente, dado que nem sempre é fácil de determinar com exatidão.

Os municípios se sentem isolados e criam alternativas como forma de fortalecer os seus objetivos particulares. Como o caso da cooperação com alguns municípios do Brasil, apoiada pela Associação Brasileira de Municípios (ABM), que fornece a um número de municípios moçambicanos uma capacitação técnica em matéria de gestão urbana.

Esta abertura acontece, porque o Decreto 33/06, dá competência aos municípios para buscar parcerias nacionais e internacionais. Tal prerrogativa depende da capacidade atrativa que cada município pode criar na busca de capitais internacionais (créditos e dívidas).

Por exemplo, nos anos 2000, vimos o crescimento dos empréstimos do

Parte deste item foi extraído de documento Desenvolvimento Municipal em Moçambique (2009).

⁵²⁹ A provado no dia 30 de agosto de 2006, pelo Conselho de Ministros.

⁵³⁰ O Desenvolvimento Municipal em Moçambique (2009, p.57), recomenda que “o Governo deveria esclarecer o papel, poderes e deveres dos representantes das entidades centrais num contexto urbano, bem como formular, em consonância com as autoridades municipais e a Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM), linhas de orientação para este efeito”.

tipo *subprime*⁵³¹ (da segunda linha) para os municípios com maior visibilidade como a cidade de Maputo, com investimento de capital fictício. Ainda há o caso da linha do metrô de superfície que complementar a ligação entre as cidades de Maputo, Matola e as vilas de Boane e Marracuene, financiada pela a Agência de Cooperação do Japão (JICA) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Trata-se na verdade da globalização financeira que vende formas para a elite política nacional em aliança com o grande capital multinacional (CASTELBRANCO, 2014). Para Castel-Branco (2014) a aliança entre a elite política e o grande capital multinacional afasta o pequeno e médio empresários, contribui para manter alta a taxa de juro comercial, o que prejudica uma grande parte da população em favor da formação de lucros monumentais para o grande capital multinacional e o “capital financeiro oligárquico nacional em emergência”⁵³².

Para, além disso, escolhe-se alternativas que sacrificam milhões de moçambicanos residentes nas periferias. Os recursos orçamentais dos municípios são insuficientes para que possam prestar os serviços básicos (DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE, 2009). Mas também, a estrutura fiscal nacional apresenta-se com graves distorções para arrecadar impostos, taxas e contribuições.

O desenvolvimento económico do País aparenta ser altamente volátil, com inaudita quantidade de problemas e muito dissenso nas políticas urbanas. Como o caso da política de transporte público, cuja situação se dramatiza nas principais cidades moçambicanas: Maputo, Beira, Nampula, entre outras.

Perdem-se horas à espera de ônibus – conhecidos, como *Machibombo* e os *mini ônibus* os chamados, *chapas cem* ou *chapa 100* e *My Love*⁵³³. A população utiliza horas por dia, em idas e vindas da escola, trabalho, etc. Por exemplo, 56.7% dos entrevistados por Carlos Serra (2003), nas três principais cidades: Maputo, Beira

⁵³¹ Este termo deve aqui ser entendido numa forma mais geral como, um *crédito de risco*, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes. Muitas das vezes as taxas iniciais são atraentes, ou seja, inferior à taxa normal de um empréstimo. Ver. também Fix (2011)

⁵³² Para uma melhor interpretação ver. Castel-Branco (2014).

⁵³³ Ver. TSANDZANA, 21 de junho de 2014; SERRA, 21 de março de 2014. “Numa fila longa em pleno pico de trânsito, a meio de um sábado, observo uma viatura de caixa aberta apinhada de pessoas. [...] todos estes anos depois, tinha alguma expectativa de que viéssemos a melhorar o nosso sistema de transporte urbano. Na realidade, trata-se de um regresso, afinal chegaram a ser as rainhas da estrada no princípio dos anos noventa, antes que um instrumento legal condicionasse o transporte de passageiros a determinadas características básicas, facto que originou a proliferação das carrinhas minibus (as “chapas 100”). Mas hoje, regressaram à estrada e, devido à fantástica capacidade criativa dos moçambicanos, ganharam a designação de “MY LOVE”, porque lá em cima os passageiros viajam bem apertadinhos e agarrados uns aos outros como forma de evitarem cair borda fora”. Ver., também, SERRA, 12 de fevereiro de 2014.

e Nampula, declararam gastar uma hora ou mais para chegarem à unidade sanitária mais próxima⁵³⁴. Há uma música do cantor moçambicano Tabasily (2014)⁵³⁵, que retrata bem a situação do transporte público (*My Love*) em Maputo:

Voçes vem my love[...]/ my love/ my love/my love [...]/ O problema de transporte se complica, dia pós dia/ me transporto em condição desumana em my love [...]. Papa Gebuza [presidente da República]/ estamos a pedir que resolva o problema de transporte público/ Ministro dos Transporte estamos a arrogar que solucione o problema de transporte público [...]⁵³⁶.

Como sabemos, as necessidades sociais e econômicas das pessoas que moram nas periferias requerem deslocamento pelo menos, em média, duas viagens por dia para o núcleo urbano. Os deslocamentos são feitos com menor nível de conforto, tanto em “Chapa-100” ou *Machibombo*⁵³⁷.

São péssimas as condições de viagem: perde-se muito em espera, isto implica maior consumo de tempo e energia física. Muitas das vezes a população da periferia, para chegar ao seu destino final, tem que realizar conexões de um ponto para outro (o que se chama na linguagem popular de *encurtamento de rota*⁵³⁸).

Aí está a impressionante condição de mobilidade urbana que geram problemas de externalidades como maior gasto de renda em transporte, poluição, acidentes de trânsito e congestionamentos⁵³⁹. (Ver. adiante os tipos atuais de transporte público de Moçambique nas fotos 38, 39 e 40).

Os transportes públicos urbanos são classificados em Moçambique, como sendo públicos-privados. Os públicos, designados de Transporte Público (TP) na Beira, são conhecidos como TPB; em Maputo e Matola (TPM) os serviços são assegurados pelo município, que exerce a atividade de fiscalização e regulamentação

⁵³⁴ Ver. Serra (2003).

⁵³⁵ O clip desta musica pode ser visto em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qkpogNNxNZ4&index=9&list=RDnJgUBpaulUQ>> Acesso em: 30 abr. 2015.

⁵³⁶ Tradução nossa do Xi-chagane, língua falada no sul de Moçambique.

⁵³⁷ Os transportes públicos encontram-se desproporcionalmente distribuídos.

⁵³⁸ Podemos ver. o vídeo do dia 12 de dezembro 2012, no *site* da TV Miramar (filial da Record Brasil), com o título: **Sociedade civil marcha contra encurtamento de rota**. Disponível em: <<http://www.miramar.co.mz/layout/set/print/Noticias/Sociedade-civil-marcha-contra-encurtamento-de-rota>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁵³⁹ Ver. USAID. (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional). **Proposta de Política dos Transportes Urbanos para Moçambique**. Maputo: USAID, 2008.

e supervisão; subordinado ao Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC)

Foto. 38. Transporte público conhecido por “ My Love”.

Fonte: Tsandzana e Chambe (Sociedade e Cultura *apud* MALOA, 2014). Serra (2014b) afirma que é penoso ver o espetáculo diário dos transportes, e saber que as pessoas aceitam viajar assim, mas é menos penoso saber que é o Estado que autoriza semelhante situação. Enquanto isso, aqui e acolá, entre escárnio e resignação, passantes largam frases compensatórias: “Ali vão os bois!” (Em *Xangaan*: “A ti thomo!”). Há quem acrescente: “Para o matadouro!” (“A thomo tiya kudlayiwene”).

Foto 39. *Machibombo* (Ônibus). Transportes Públicos de Maputo (TPM).

Fonte: Tsandzana e Chambe (Sociedade e Cultura *apud* MALOA, 2014).

Foto 40: Transporte público conhecido por “Chapa-100”.

Fonte: Tsandzana e Chambe (Sociedade e Cultura *apud* MALOA, 2014).

Para além do problema de acesso ao transporte público, os moradores das periferias são submetidos a cenários de privações, causados pelo aumento do custo do acesso a recursos e oportunidades disponíveis em áreas distantes das residências⁵⁴⁰. Por exemplo, na cidade de Maputo, mais de 62% dos agregados familiares dependem do uso de transporte para chegar ao hospital mais próximo, nomeadamente, Hospital Geral José Macamo, de Mavalane, Centro de Saúde de Polana Caniço, Chamanculo (CHAVANA, 2009).

Quem passar por qualquer cidade moçambicana, como Maputo, Beira, Nampula e Matola, perceberá que há ali algo de errado na mobilidade urbana⁵⁴¹, que deixa a desejar. O transporte público privado, que sustentou o processo do crescimento da periferia, encontra seus reais limites. Muito se deve à estagnação a que foram submetidos no percurso do crescimento urbano.

As políticas de transporte público⁵⁴² foram, ao longo do tempo, incapazes de acompanhar as alterações no padrão de mobilidade urbana e pressionar o Estado a olhar o serviço como um direito do cidadão e dever do Estado em fornecê-lo. Como resultado tem-se falta do transporte público e aumento de congestionamento (Foto 41),

⁵⁴⁰ Pode ver. Chavana (2009).

⁵⁴¹ Por exemplo, em Maputo, os que têm carro, por sua vez, ficam também imobilizados, nas estradas tal é o colapso do trânsito moçambicano.

⁵⁴² A Política de Transporte aprovada pelo Conselho de Ministro, resolução 5/96 de abril e a Proposta da Política dos Transporte urbanos da USAID (2008).

este último provocado por automóveis individuais semi-usados comprados, principalmente no Japão. O que aumentou a inépcia das empresas petrolíferas em fornecer combustíveis fósseis.

Foto 41. Congestionamento na portagem (pedágio) de Maputo.

Fonte: *Notícias* (sábado, 15 de março 2014).

As transformações em curso no espaço urbano moçambicano nos levam a pensar sobre o tipo de cidade que foi sendo construída ao longo de décadas de urbanização pós-colonial. Ao mesmo tempo, nos conduzem a refletir sobre qual tipo de espaço urbano está sendo projetado para as gerações futuras.

Até agora tem-se uma sociedade urbana que expressa espacialidades com uma urbanização de injustiça, na qual a maior parte das infraestruturas urbanas, edifícios públicos e possibilidade de emprego estão concentrados no núcleo urbano, o que obriga, então, que a população da periferia venha para o núcleo trabalhar, estudar, comercializar, entre outras atividades.

Por exemplo, em Maputo, vem-se nas ruas, terminais rodoviários e calçadas das principais vias expressas, como a avenida 24 de julho, esquina com a Guerra Popular, na Avenida Eduardo Mondlane, na estátua Eduardo Mondlane, jovens, na sua maioria provenientes dos bairros periféricos, ocupando os passeios (calçadas) para venderem seus pequenos produtos (Foto 42, abaixo). Há atualmente, tensão e conflitos entre as polícias municipais e os jovens vendedores ambulantes

(camelôs)⁵⁴³.

É nesta dimensão do circuito inferior da economia urbana que os jovens urbanos são compelidos a sobreviver, pela exigência do consumo e pela sua própria situação, promovida pela carência de firmas estatais e privadas, que possam garantir uma minimização da desigualdade de oportunidades no acesso aos meios para a satisfação das necessidades.

Foto 42. Jovens vendedores ambulantes na cidade de Maputo.

Fonte: Jornal *A verdade*, 13 de outubro de 2011

Os problemas urbanos como: a falta de água, energia elétrica, transporte público, serviços de saúde, escola, proteção contra criminosos, entre outros deixam a população da periferia exausta e desiludida, flutuando à deriva sem ideia de como

⁵⁴³ Para ter uma ideia ver. Serra, 01 jan. 2015. O autor escreve: “que a rivalidade entre vendedores informais e polícia municipal só pode ser mesmo comparada a de gato e rato. Vendedores informais de um lado e os policiais municipais, de outro, concorrendo para disputar o mesmo espaço. As esquinas e passeios onde os informais desenvolvem a sua atividade de vendedor ambulante estavam sem os seus habituais donos. A baixa da cidade de Maputo, particularmente na sua potencial área comercial, ali onde se vende um pouco de tudo, havia acordado com uma forte presença policial, ambiente que se instalou e prevaleceu ao longo de todo o dia, desencorajando a ação dos informais que mesmo sabendo da medida anunciada para abandonarem a zona não perderam a oportunidade de ir ver “para crer” com os seus próprios olhos. Permaneceram horas a fio na vã tentativa de ver as autoridades largarem à baixa [...]”. Ver., também, o jornal a **VERDADE** (jornal *online*). **Conselho municipal refuta a ideia de guerra.** Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/destaques/36-grande-maputo/91-vendedores-ambulantes>>.[s:d]. Acesso em: 1 jan. 2015. Este artigo diz que o Conselho Municipal da Cidade de Maputo desmente estar em guerra com os vendedores ambulantes, como estes próprios alegam. Belmiro Baptista, vereador de Mercados e Feiras, defende que toda a confusão deriva da falta de consenso entre os vendedores ambulantes que estão licenciados e os informais ou clandestinos, que exercem ilegalmente a atividade. Belmiro assegura mesmo que o objetivo do Conselho Municipal é estimular a atividade ambulante.

superar tais problemas.

Por falar em problemas urbanos, há, além disso tudo, o problema das enchentes (Foto 43) em alguns bairros periféricos. Muitos municípios têm declarado estado de atenção. As inundações⁵⁴⁴ urbanas expõem os problemas de saneamento básico⁵⁴⁵ (escassez de coleta e tratamento de esgotos e deficiência da rede de drenagem de águas pluviais)⁵⁴⁶ que geram doenças, que funcionam como obstáculo para a integração da periferia, na medida em que as cidades com maior arrecadação pouco se interessam pela redistribuição de uma parte da receita para o financiamento de serviços e infraestruturas nas periferias. Como aponta Raposo e Salvador (2002), os habitantes dos bairros periféricos são penalizados quer pela maior distância em relação ao núcleo urbano, onde se situam os postos de trabalhos e equipamentos, quer pela qualidade das vias de acesso, na época chuvosa.

Foto 43. Enchente no Bairro Hulene “B” (*março de 2015*).

Fonte: O País *online* (sexta-feira, 13 março 2015).⁵⁴⁷

⁵⁴⁴ Segundo Custódio (2002), enchente é diferente de inundação, a primeira é de origem natural, enquanto, que a segunda por razões da ocupação humana.

⁵⁴⁵ Ver. Colin (2002), que afirma: Moçambique tem uma das mais baixas coberturas do mundo de abastecimento de água potável (47%) e saneamento (17%), com significativas diferenças entre as zonas rurais (água: 29%; saneamento: 4%) e urbanas (água: 77%; saneamento: 38%).

⁵⁴⁶ Para ter mais detalhes, ver. **VERDADE** (*online*, 14 nov. 2014).

⁵⁴⁷ Este jornal relata que: “no meio de casas desordenadas de Hulene “B”, esconde-se um verdadeiro drama humano. Desde 27 de Dezembro de 2014, a vida nunca mais voltou à normalidade para mais de 70 famílias que vivem no Hulene “B”, um dos “bairros periféricos” da cidade de Maputo. Foi na madrugada daquele dia que, após chuvas intensas na capital, a água irrompeu em quase uma centena de casas. As famílias saíram em debandada à procura de ‘asilo’ nos vizinhos, na esperança de que a água iria secar. Passados mais de dois meses, as águas continuam concentradas no local, para o desespero dos moradores. Ao cheiro nauseabundo da lixeira da capital que fica paredes meias com as suas casas,

Para além das inundações, outro problema que afeta a população da periferia é a coleta de lixo. Um problema antigo, desde o período colonial as periferias foram relegadas à significativa disparidade econômica, política e cultural. O que chama atenção é que a legislação (Decreto sobre o sistema tarifário do consumo de energia elétrica - 29/2003) obriga que todos os moradores dos municípios, que consomem energia elétrica, paguem a taxa de coleta de lixo, num único recibo, sem beneficiar-se do serviço⁵⁴⁸.

Certamente, um complexo de razões concorre para a persistência do quadro. Podemos afirmar que atualmente vive-se uma crise no “Sistema de Administração Urbana”, pois dia após dia exacerba-se o fosso na implementação de infraestrutura e serviços urbanos entre o núcleo e a “periferia”.

Basta olhar o crescimento das periferias de Maputo, Matola, Beira, Nampula, Chimoio, Nacala, Quelimane, Mocuba, Tete e Xai-Xai, que estão cada vez inviáveis. As inviabilidades urbanas colocam novos problemas para o pensamento crítico sobre como “mudar a cidade” (SOUZA, 2011), “para deixar que o amanhã reproduza, às vezes até amplificadamente, as misérias do presente” (SOUZA, 2011, p.15).

Para fazer um parêntese, o problema é que em Moçambique o Estado, quer colonial, quer pós-colonial, nunca teve o controle da terra urbana. O Estado, apesar da terra pertencer a ele, nunca conseguiu, em ambos os momentos, ter completamente o monopólio do controle da terra⁵⁴⁹, nem foi capaz de oferecer,

as vítimas têm agora de suportar outro fedor que sai das águas negras e outras verdeadas” (**O PAÍS online**, 13 março 2015).

⁵⁴⁸ Como exemplo, podem ver, o noticiário do dia 04.06.2016, publicado pela Televisão STV (Jornal da Noite). O programa foi implementado pelo sistema de venda pré-pago de energia elétrica (CREDELEC). O pagamento tarifário é regulado pelo arcabouço legal (Decreto sobre o Sistema Tarifário, 29/2003).

⁵⁴⁹ Ver., por exemplo, o comunicado da Imprensa do Município de Maputo, lançado na segunda-feira, 27 de janeiro de 2015, no jornal *O público*. “Município de Maputo – Gabinete de Comunicação. Comunicado de imprensa, onde informa que o Município constatou que em algumas zonas da cidade estão a decorrer ocupações, venda de terrenos e obras totalmente ilegais. Perante esta realidade, foi designada uma Comissão para apuramento e levantamento dos fatos constatados conducentes à tomada de decisões adequadas. Esta ação, no Distrito Municipal KaMavota, começa no dia 29/01/2015. Apela-se às pessoas visadas no Distrito no sentido de colaborarem com esta Comissão nos fornecimentos de dados e informação pertinentes que permitam vislumbrar as possíveis soluções. Os ocupantes desses terrenos deverão estar presentes para fornecimentos de dados preliminares. Poderão fazer-se representar no caso de impedimento. Enquanto decorrer o trabalho da referida Comissão, é proibida a ocupação de terrenos por quem quer que seja salvo por competência do Presidente do Conselho Municipal. Na mesma esteira, são proibidas as construções cujos projetos não tenham sido aprovados

igualmente, a todos os cidadãos o acesso formal a ela.

O que significa que o Estado nunca foi capaz de transferir para si a administração plena dela. Por isso atualmente vemos muitos conflitos entre os secretários dos bairros e o Presidente do Município (o *prefeito*), entre o Presidente do Município e os seus pares, ou entre o Município e os munícipes⁵⁵⁰.

Esta forma de urbanizar sem coordenação ou mediação de baixo para cima, como foi desde o período da experiência socialista, está atualmente a espalhar-se em corrupção⁵⁵¹, clientelismo e construções ilegais⁵⁵² nos lugares *non edificandi*⁵⁵³ (áreas pantanosas, inundáveis ou declivosas) (CARRILHO; LAGE, 2010).

Ao mostrarmos a realidade acima apresentada, queremos afirmar que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de aquisição e acesso à terra urbana em Moçambique, o que fomenta corrupção e expropriação no e do espaço urbano.

A situação atinge tanto o Estado quanto à sociedade, que em parte, é responsável pelos efeitos de espoliação e acumulação da dualidade urbana. Assim, por exemplo, como é comum em Moçambique, a lei é seguida em certos e variados grupos, o que produz muitas vezes formas que padronizam práticas extralegais de ocupação do espaço urbano que desrespeitam as leis urbanísticas e ambientais.

Assim foi o caso do estabelecimento do projeto da Estrada Circular de Maputo que mudou a estrutura da área metropolitana, sem que com isso fosse alterado pela câmara municipal o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo e o Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo⁵⁵⁴. Projeto avaliado em 315

pelos órgãos competentes dos Municípios com respectiva Licença de Construção. O Diretor. Narciso Benjamim Faduco” (O PÚBLICO. *Publicidade*, segunda-feira, 02 de fevereiro de 2015, p.23).

⁵⁵⁰ Por exemplo, o secretário do bairro Samora Machel na cidade de Tete recusa ser responsável pela venda de terrenos na zona onde algumas construções estão a ser demolidas supostamente por terem sido erguidas ilegalmente. As demolições de algumas residências no bairro Samora Machel, em Tete, estão a gerar confusão, pois as autoridades locais têm trocado acusações sobre a autorização das obras. Dias depois de ter sido acusado pelo edil de Tete de conceder ilegalmente estes terrenos cujas casas estão a ser demolidas o secretário do bairro nega seu envolvimento e diz tratar-se de fofocas, ver. O PAÍS, *online*, 21 de fevereiro de 2015; VERDADE, *online*, 30 de maio de 2013; NOTÍCIAS, *online*, 29 nov. 2014; NOTÍCIAS, *online*, 11 de março 2015. O último jornal afirma que “Segundo João Jomela Magaia, secretário do bairro de Albazine [...]. Tenho quase a certeza de que grande parte dos chefes de quarteirão está envolvida na venda de quintas, porque quando são solicitados para reuniões não comparecem. Aliás, ninguém pode chegar num determinado lugar e tomar de assalto uma área sem no mínimo entrar em contacto com as estruturas locais”.

⁵⁵¹ Ver. Nuvunga (2007).

⁵⁵² Uma construção é legal quando se tem um alvará requerido ao Governo ou Município. A autorização do governo ocorre nos territórios fora de alcance do poder público municipal.

⁵⁵³ O termo foi retirado de Raposo e Salvador (2007).

⁵⁵⁴ Para ter-se uma ideia, ver. ARCADIS, EUROCONSULT & JTK ASSOCIATES (1999). A Estrada

milhões de dólares americanos, financiado pelo Banco estatal chinês (*Exim Bank*).

Outro caso é o da cidade de Matola, onde o presidente cessante (2008-2013) autorizou a construção de armazéns nas valas de drenagem de águas pluviais. É certo que nos municípios moçambicanos prevalecem práticas extralegais. Trata-se de uma situação que, nas palavras de Timbana (2015), cria cidadão de primeira e de segunda ordem⁵⁵⁵, que reflete a ética social dominante da nossa relação social e política.

O resultado das práticas extralegais, por conseguinte, coloca em suspenso a universalização da cidadania na sociedade urbana moçambicana, bem como a própria vivência, real e formal, do direito de acesso ao transporte, água, energia elétrica, entre outros bens sociais. Nos dias de hoje é possível ver que cada cidadão comum puxa sozinho o cabo elétrico, tubos para canalização da água potável, caminha quilômetros para ter o acesso a uma paragem (ponto de ônibus).

Como declara Oppenheimer e Raposo (2007), a população urbana conta muitas vezes com os poucos recursos individuais. A parcela mais afligida por esse processo é a residente das periferias, desprovida de direitos. As casas são destruídas em nome da legalidade, quase sem um acordo favorável para quem utilizou quase todos os rendimentos para resolver o problema do “sonho da casa própria”. Por isso é normal ver-se casas inacabadas, ou de composição mista, uma parte de cimento e outra em palhota, (Foto 44, adiante) pois a remoção pode ocorrer a qualquer momento.

O *déficit* habitacional corteja uma periferia “*desurbanizada*”, prejudicada por revitalização⁵⁵⁶ constante do núcleo e pela falta de política habitacional e uma exposição a riscos gerais para a saúde pública. Para, além disso, as populações das periferias deparam-se com a falta de informação adequada sobre os seus direitos.

Circular compreende uma extensão de 74 quilómetros divididos em seis secções, nomeadamente *Hotel Radisson-Ponte da Costa do Sol-Marracuene; Chiango-Zimpeto; Zimpeto-Marracuene; Zimpeto-Tchumene e Nó da Machava-Praça 16 de Junho*. O projeto inclui também três pontes sobre a linha-férrea, sendo duas na ferrovia do Limpopo e outra na de Ressano Garcia (NOTÍCIAS, online, 30 junho 2014).

⁵⁵⁵ Ver. O PAÍS (online, 03 de março de 2015).

⁵⁵⁶ O conceito de revitalização é associado à tentativa de dinamizar antigas áreas centrais, readaptando-as à função do presente (GALHARDO, 2014).

Foto 44. Composição híbrida das casas (cidade de Chimoio e Lichinga).

Fonte: MALOA, J. M. (2012) e Relatório *A cooperação descentralizada para democratizar a cidade: projeto de melhoria das capacidades de autoridades locais de Brasil e Moçambique como atores da cooperação descentralizada* (2015).

A acumulação da dualidade urbana é acompanhada também com a falta de aterros sanitários. O presidente do Município de Quelimane, a quinta maior cidade moçambicana, declarou recentemente numa entrevista que na cidade inexistia uma

lixreira⁵⁵⁷ (lixão), e as lixeiras que existem em Tete, Maputo⁵⁵⁸ e Matola deixam muito a desejar, pois são verdadeiros atentados à saúde pública, os resíduos estão expostos a céu aberto, contaminando o ar, o solo e a água. Há falta de investimento nas infraestruturas de manuseamento ou manejo de resíduos sólidos, muitos resíduos são coletados ou eliminados de forma inadequada⁵⁵⁹.

Esta realidade está presente em várias lixeiras africanas, como o caso da lixeira do Acra (capital do Gana); *Dandora* em Nairobi capital do Quênia⁵⁶⁰. Um estudo realizado pelo Centro de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UNCHS, 2001), afirma que na África urbana, apenas 31% dos resíduos sólidos são coletados⁵⁶¹. Isto quer dizer apenas nas áreas centrais. Os resultados são os graves problemas ambientais e de saúde pública. Principalmente de doenças como a malária e as diarreias (principalmente cólera), como mostra o jornal, *O Público* do dia 02 de março de 2015, que na cidade de Tete foram registrados mais de 1500 casos de cólera⁵⁶².

Nos dias que correm em Moçambique urbano, nenhum contraste é mais simples, mais concreto, mais fácil de conceber do que a segregação socioespacial entre o núcleo e a periferia⁵⁶³. Esta realidade encontra-se também patente noutras cidades africanas de colonização portuguesa. Por exemplo, podemos ver São Tomé⁵⁶⁴ e Luanda⁵⁶⁵. É uma urbanização de dependência total da “periferia” em relação ao “núcleo”, que se mantém quase inalterada.

Vamos abrir um novo parêntese, é verdade que em quase todas as

⁵⁵⁷ Ver. *O País* (online, 19 fevereiro de 2015).

⁵⁵⁸ Ver. PLATAFORMA DO OLHO DO CIDADÃO (6 de maio de 2013).

⁵⁵⁹ Ver. Fernando (1996), mimeo.

⁵⁶⁰ Por exemplo, ver. PANOS INSTITUTE, 2001.

⁵⁶¹ Ver. Unchis (2001).

⁵⁶² Ver. **O PÚBLICO** (online, 02 de março de 2015). O jornal **O País**, afirma: que “na cidade de Maputo registrou-se, em apenas duas semanas, um total de 429 casos de doenças diarreicas agudas, com maior incidência para as crianças do zero aos cinco anos de idade. O fato foi revelado em Maputo pelo presidente do Conselho Municipal, David Simango. Na semana finda, nos vários centros hospitalares da cidade de Maputo, deram entrada 200 pessoas de diarreias agudas, contra 229 casos registados na semana anterior” (**O PAÍS**, online, 05 março de 2015).

⁵⁶³ Para ter a certeza do que estamos falando ver. o jornal **NOTÍCIAS** (online, 17 de janeiro de 2015), que afirma que diversos bairros da cidade de Matola, com destaque para Fomento, Liberdade, Nkobe, Machava Km-15, Khongolote, Bunhiça e Tsalala deparam-se com construções desordenadas, nalgumas vezes por cima dos canais por onde a água das chuvas deveria ser escoada para o mar. No bairro da *Liberdade*, por exemplo, dezenas de famílias ergueram suas casas em zonas marcadas para construção de valas de drenagem e escoamento de águas e outras ainda em zonas baixas. O bairro do Fomento, até à Estrada N4, nos últimos tempos foi tomado por capim e lixo, aliado à construção de infraestruturas comerciais por onde deviam ser escoadas as águas pluviais.

⁵⁶⁴ Sobre São Tomé, ver. Silva (2012).

⁵⁶⁵ Ver. Raposo (2012).

periferias urbanas é nítida a verificação de algumas práticas que são consideradas rurais. Classificadas pelos estudiosos: (ARAÚJO, 2003; SERRA, 2003; AKIYAMA, 2008⁵⁶⁶; TEMBE, 2010⁵⁶⁷; MAPENGO, 2011⁵⁶⁸), como práticas *rurais no urbano* ou, *ruralização* do urbano, *ruraurbanização*.

Para Veríssimo (2013), essas práticas no espaço doméstico exterior das casas nas cidades moçambicanas pode ser um modelo precário de ecodesenvolvimento urbano, uma vez que a maioria dos residentes cultiva nos espaços domésticos (milho, couve, alface, cebola, batata doce, mandioca e outros alimentos), produtos que contribuem para subsistência e rendimento de muitas famílias das periferias⁵⁶⁹. Os quintais ou pátios são fontes de produção de renda para os residentes⁵⁷⁰.

Segundo Akiyama (2008), a *ruralização* do urbano está presente em vários países da África Subsaariana (ASS), e significa pobreza, onde as periferias tendem a crescer com construções precárias nas áreas que eram reservadas à agricultura urbana. A ruralização do urbano, associada a acumulação da dualidade urbana produz padrões desiguais e híbridos de vida urbana, entre as periferias e o núcleo. Como assegura Raposo e Salvador (2002, p. 35), que em Moçambique, “os padrões de vida dos habitantes das periferias afastam-se das referências rurais, mas também não seguem os cidadãos dos bairros centrais”.

Nunca é demais lembrar que a acumulação da dualidade urbana é um fenómeno histórico, marcado pelo impacto trágico da espoliação urbana organizada em proveito das políticas neoliberais. (*Consenso de Washington de 1990*)⁵⁷¹

O neoliberalismo eliminou as forças económico-sociais de esperanças pós-guerra civil (1992), quando as empresas estatais foram privatizadas rapidamente e os trabalhadores urbanos foram forçados à demissão “voluntária”, com a reestruturação produtiva do capitalismo. O Estado moçambicano, deixou de responder

⁵⁶⁶ Ver. Akiyama (2008).

⁵⁶⁷ Ver. Tembe (2010).

⁵⁶⁸ Ver. Mapengo (2011).

⁵⁶⁹ Para um acréscimo bibliográfico sobre este assunto, ver. Oppenheimer; Raposo (2007).

⁵⁷⁰ “Enfrentando a degradação da sua base de recursos naturais, problemas ambientais e desemprego, as famílias transformaram a utilização do espaço doméstico e reorganizaram estratégias de produção para assegurar o seu sustento. O espaço exterior que tradicionalmente inclui a casa e tem funções sociais e domésticas, a que chamei “Espaço Exterior Doméstico” (EED), torna-se estrategicamente ecológico e produtivo em termos de alimento, salário, sombra, ar fresco e puro e convívio social” (VERÍSSIMO, 2013, p. 192).

⁵⁷¹ Para ter uma ideia parcial sobre o impacto do *Consenso de Washington* sobre Moçambique, ver. Saute (2010); Macamo (2003); Hanlon (1996); Abrahamsson; Nilson (1995). Para o caso da África, ver. Admumobi (1996); Bar-on (1997).

às responsabilidades sociais e trabalhistas, isso implicou uma profunda racionalização da força de trabalho urbana⁵⁷², com forte consequência no tecido urbano, com a produção da diferença a partir de lógicas empresarias. Assim observa Saúte (2010, p.13), para o caso específico da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, que detinha grande número de trabalhadores urbanos:

Quando, nos meados dos anos 90, é iniciada a privatização da empresa Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, começa de algum modo o *desmantelamento* não só de uma empresa, que tinha desempenhado ao longo da década uma posição hegemônica na economia moçambicana, uma posição forte na economia da África Austral, dada a posição geo-estratégica do país e dos seus portos e linhas férreas, mas um símbolo identitário muito forte na sociedade moçambicana [...]. O país estava numa encruzilhada: exauridos os apoiantes tradicionais do Leste, não podiam mais com o fardo, por outro lado, do ocidente, o apoio só seria possível se o país se convertesse [...].

Foi consequência do processo de liberalização econômica exigido pelas instituições de *Bretton Woods* (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), iniciado em meados da década de 1980 e reforçado na década de 1990, com as primeiras eleições livres (presidenciais e legislativas)⁵⁷³, que se passou esperança para a população urbana; principalmente com o *slogan* do partido FRELIMO, *O Futuro Melhor*.

Com este prelúdio de esperança, desencadeou-se grandes fluxos migratórios das populações das áreas rurais para as urbanas a procura de melhores expectativas de vida. A população encontrou um significativo “exército de reserva” e foi associar-se a ele nas periferias vivendo com recursos muito exíguos, fruto de atividades ocasionais do circuito inferior da economia urbana. (SANTOS, 2004)

A pobreza tornou-se um objeto de preocupação quer por parte do Estado, quer por parte dos organismos internacionais. Evidentemente a pobreza urbana não é um problema da década de 1990. O professor Oppenheimer (2002) aponta que foi nos finais da década de 1980 que a pobreza fez-se sentir, estimulando o surgimento do Programa Mundial de Alimentação (PMA) das Nações Unidas e a Organização das Nações Unidas para Alimento e Agricultura (FAO).

⁵⁷² Fazemos referência ao urbano, porque a maioria das empresas de Moçambique está concentrada nas áreas urbanas.

⁵⁷³ Eleições de 1994.

Mas foi precisamente na década de 1990, que proliferaram em Moçambique as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estimava-se que dezenas de ONGs se instalaram no País. Só para ter uma ideia neste período, 60%-65%, da população viviam em condições de “pobreza absoluta” e que as famílias moçambicanas gastavam em média mais da metade dos rendimentos em bens alimentares. Por exemplo, na cidade de Maputo e Matola 30% encontravam-se na situação de indigência e 20% na “pobreza absoluta”⁵⁷⁴.

A base econômica do País continuou sendo fraca, como nos últimos quarenta anos⁵⁷⁵, com uma relativa baixa nas produções dos bens alimentares, industriais e dos transportes. Disso resultou um elevado número de desempregados e de subempregados, especialmente mulheres e jovens de menor qualificação. (CARRILHO e LAGE, 2009)

Como sabemos, Moçambique é um País de jovens, mas atualmente as áreas urbanas debatem-se com a questão da feminização do espaço urbano. Todavia, esta realidade começou a decorrer desde a década de 1980, o que levou o insigne geógrafo moçambicano, Manuel G. Mendes de Araújo (2003), a chamar as cidades moçambicanas de *mais femininas*⁵⁷⁶. Passados cinco anos depois da declaração do professor Mendes de Araújo, um estudo realizado por *Chr Michelsen Institute* da Noruega (PAULO; ROSÁRIO; TVEDTEN, 2007), revelou que a cidade de Maputo continua a ser uma cidade feminizada. Uma das lógicas de inserção da população feminina é o mercado “informal”; só para ter uma ideia basta olhar quem trabalha nos nossos *Dumbanegues* (“mercados informais”).

Além disso, 90% da economia nacional encontram-se mergulhados na “informalidade”, segundo Francisco e Paulo (2006). A informalidade em Moçambique encontra-se tanto no mercado de trabalho, como nos demais fatores de produção, mercado de capitais, produtivos e imobiliários. O “mercado informal” surge como estratégia de sobrevivência da maioria da população da periferia. Causado pela incapacidade do que se convencionou chamar de “economia formal” em absorver

⁵⁷⁴ Ver. Oppenheimer (2002). Para o autor a indigência, usado como um indicador da linha de pobreza alimentar situava-se na década de 1990 em 53.4%, a nível nacional. Distribuindo-se da seguinte forma 55.7% nas áreas rurais e 45.5% nas áreas urbanas.

⁵⁷⁵ Ver. Francisco (2003).

⁵⁷⁶ Araújo (2003) vai afirmar que em função dos dados existentes e comparando a variação da razão de sexo com a dimensão média dos agregados familiares no final do período 1980-91, pode concluir-se, como hipótese, que as migrações rurais-urbanas se caracterizaram por certo predomínio de mulheres. Isto introduz alterações não apenas na característica migratória, como também na distribuição e estrutura da população no conjunto do País, onde as cidades se tornam mais “femininas”.

o fator trabalho e de gerar rendimentos. (MOSCA, 2009)⁵⁷⁷

Mas também, podemos dizer que o crescimento do “mercado informal” está relacionado à falta de criação de emprego, quer por parte do governo, quer por parte de pequenas e médias empresas. Com certeza um dos conteúdos da urbanização moçambicana contemporânea é a informalidade⁵⁷⁸. Ela também se manifesta no mercado de terras urbanas. Não apenas na falta de registro e autorização formal do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra Urbana, mas também na venda informal de lotes urbanos, uma vez que constitucionalmente a terra urbana é propriedade do Estado e em nenhum momento pode ser vendida, ou de qualquer outro modo transferida, hipotecada ou penhorada. Mas independente das regras, acontece o contrário.

Atualmente, alguns bairros periféricos estão recebendo o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), a partir de um projeto denominado: “*Acesso seguro à terra*”, financiado pelo Governo americano, *Millennium Challenger Account* (MCA), num valor de 39 milhões de dólares. O projeto se insere no Programa de Melhoria do Sistema de Administração de Terra (inventário e mapeamento do uso de terra), titulação e registro dos direitos fundiários (regulação dos direitos de terra).

O projeto visa também capacitar os técnicos dos municípios e à revisão das políticas e legislação urbanas (VERDE AZUL, 2011), que até atualmente não acontece. A atribuição de DUAT pelos municípios é morosa, exaustiva e ainda está incompleta. O drama da população da periferia passa pela dificuldade de obter o DUAT e para erguer o sonho da casa própria melhorada, uma vez que o Estado não arca com os custos da habitação.

A tendência de atribuição do DUAT, como forma de controle do uso e ocupação do solo urbano, vai de encontro às formas atuais de ocupação a margem da lei, no caso de loteamento clandestino. Por exemplo, na cidade de Lichinga, cerca de 75% dos 178 mil habitantes moravam em loteamentos clandestinos, ou seja, irregulares. Foram registradas 5.808 parcelas de terras, nomeadamente: 676 em

⁵⁷⁷ Ver. Mosca (2009). Para o mesmo autor, economia “informal” como as informalidades nas burocracias e na economia “formal”, provocam ineficiências, distorções nos mercados e no funcionamento das instituições, geram oportunidades desiguais entre os cidadãos e dificultam o desenvolvimento a longo prazo. É também verdadeiro que a curto prazo, as economias informais contribuem para a mitigação ou camuflagem da pobreza, do emprego, geram rendimentos e mantêm a sociedade em crise de intensidade não tumultuosa.

⁵⁷⁸ Essa atividade foi regulamentada pelo Decreto 33/06, que atribui competências as autoridades municipais para licenciamento e fiscalização de atividades comerciais praticadas em bancas de rua e por vendedores ambulantes.

Massenger, 2.542 em Lulimile e 2.590 em Sanjala. (JONAS, 2011)

Acontece também que nas áreas urbanas os DUAT são concedidos pelas autoridades municipais quando são aprovados os novos Planos de Urbanização, o que nem sempre acontece. O Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, ou DUAT, é concedido a pessoas naturais ou jurídicas com base nos fins sociais ou econômicos que se propõem dar à terra.

Os DUAT podem ser adquiridos também por intermédio de vários mecanismos, por exemplo: concessão a pedido, sorteio, hasta pública, transação privada (DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE, 2009). Para além dos fatores acima citados, diversos outros têm contribuído para a acumulação da dualidade urbana: fraca capacidade legislativa e institucional para levar a cabo uma adequada gestão da terra, isto porque os governos locais são fracos financeira e tecnicamente, apesar da crescente demanda pelo sistema urbano por parte da população. Há um forte desequilíbrio na qualidade da habitação e no acesso à infraestrutura e serviços urbanos, entre o núcleo e a periferia (CARRILHO; LAGE, 2009), como estamos exaustivamente demonstrando neste trabalho. Para os autores, acima citados, a causa da dualidade urbana (Figura 28), é a relativa falta de capacidade do Estado moçambicano em desenvolver formalmente políticas urbanas.

Figura 28: Padrão contemporâneo da acumulação da dualidade urbana.

Fonte: elaborado por Celso Júnior (2015).

Nos dias atuais, se assim se pode dizer, a urbanização da pobreza tem

avanzado nas periferias por intermédio da acumulação da dualidade urbana: autoconstrução da casa precária, ocupação irregular da terra urbana, extensão horizontal de bairros sem infraestrutura e serviço inviabilizados ainda mais pelo precário transporte público, indispensável para a vida urbana (ir e vir ao núcleo).

Constitui um erro pensar que a segregação entre a periferia e o núcleo será corrigida por si mesmo, baseando-se na premissa de que o progresso econômico dos habitantes ou a saída dos mais pobres para as áreas mais distantes pode provocar, automaticamente, o desenvolvimento da periferia. Falsa premissa neoliberal, pois pensar assim é negar as possibilidades do planejamento urbano e do investimento, para uma população de baixa renda incapaz de sair da “ruralidade no urbano”, por falta de capacidade financeira para ter uma casa melhorada.

Antes de encerrar a primeira parte, convém lembrar que apesar do neoliberalismo trazer muitos aspectos negativos para a vida urbana moçambicana, trouxe também algum aspecto positivo à municipalização, a democracia⁵⁷⁹.

Podemos afirmar que foi o período do nascimento da “democracia local” em oposição ao “centralismo democrático” que vigorou no período socialista, com os Conselhos Executivos⁵⁸⁰. Uma descrição pormenorizada do processo pode ser observada em Forquilha (2007, p.1) que afirma que foi sobretudo com o processo de transição política dos anos 1990 que as ideias sobre municipalismo ganharam um novo impulso, “passando a estar associadas à ideia do reforço da democracia, capazes de favorecer “a emergência de novos atores, mobilização da ‘sociedade civil’, construção dum campo político local e a renovação das práticas participativas”. Foi incorporada, como aponta Forquilha (2007), a transição democrática da famosa terceira onda (*third wave*) que atingiu as reformas de descentralização da África Subsaariana (ASS) na década de 1990.

Em 1991 foi introduzido no ordenamento jurídico moçambicano, um

⁵⁷⁹ Ver. Forquilha (2007); Canhangá (2007); Bilerio (2007); Nguenha (2009).

⁵⁸⁰ O Desenvolvimento Municipal em Moçambique, diz que “Após a independência, em 1975, o partido de Estado FRELIMO estabeleceu novos sistemas de governação e gestão urbanas. Ainda que o aparelho formal do sector público, apesar da designação alterada para “conselhos executivos”, tenha continuado bastante similar, em estrutura e funções, às câmaras do período colonial, o seu papel e o seu relacionamento com um leque mais alargado de instituições sócio-políticas tornaram-se consideravelmente diferentes. As estruturas partidárias foram fundidas com as governativas: após a independência, o primeiro secretário nomeado pela FRELIMO em cada cidade, era também o administrador, e as assembleias do povo eram escolhidas por processos internos do partido como seu correspondente corpo representativo/deliberativo a nível local. Uma organização social, baseada em grupos dinamizadores populares, iniciada pela FRELIMO durante a luta pela independência como base do socialismo popular, fornecia a base para a criação de estruturas do partido a nível do bairro, do quarteirão e núcleo residencial (*grupo de dez casas*)” (2009, p. 30).

Programa de Reforma dos Órgãos Locais (PROL), financiado pelo Banco Mundial, que mais tarde contou com o apoio de alguns países (Suécia, Holanda, Finlândia e Noruega, Suíça, Áustria, Dinamarca e Espanha, entre outros países) e instituições internacionais e nacionais: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – (PNUD), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento – (USAID), Agência de Desenvolvimento Alemã – (GTZ), que destacou um conselheiro para o Ministério da Administração Estatal – (MAE) no âmbito do *Programa sobre Democracia e Descentralização* – (PDD). (NOBRE, 2007)

O programa abarcava quatro componentes: “1) reforma legal e institucional; 2) capacitação municipal; 3) apoio às finanças, gestão urbana, cadastro e solo urbano e; 4) fundo de subvenção municipal”. (FORJAZ *et al*, 2006, p.13)

Beneficiou cinco cidades, nomeadamente: Maputo, Beira, Nampula, Quelimane e Pemba, no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PNDUH).

Os aspectos essenciais do programa foram: planeamento da estrutura urbana e de ações prioritárias; cartografia urbana e titulação; melhoramento dos “bairros periféricos” e elaboração do plano de estrutura metropolitana de Maputo (cidade de Maputo e Matola), e de planos de estrutura urbana para as cidades de Nampula, Beira, Quelimane e Pemba (FORJAZ *et al*, 2006).

A primeira tentativa institucional de criação de municípios ocorreu em 1994, com a aprovação da Lei 3/94, referente aos *Distritos Municipais* - DU (FORQUILHA, 2014). A conquista deste direito político foi integrada por uma emenda constitucional em 1996⁵⁸¹; e em 1997, foi aprovada pela Assembleia da República (AR), a Lei n.º 2/1997⁵⁸², que marcou o início efetivo do processo de municipalização, com a institucionalização de 33 municípios e, em 1998, foram realizadas as primeiras eleições municipais e criado o *Projeto de Desenvolvimento Municipal* (PDM), com intuito de: “i) criar capacidade técnica; ii) contribuir para o pleno e eficaz funcionamento das autarquias criadas e; iii) responder e garantir o desenvolvimento das mesmas”(FORJAZ *et al*, 2006, p.13).

Foram realizadas as primeiras eleições municipais. Em 2008 foram

⁵⁸¹ Lei 9/96, **Boletim da República**, I Série, n.º 47, 1.º Suplemento, 22 novembro 1996. Que introduziu a questão do poder local. Este decreto revoga a Lei 3/94, referente aos distritos municipais.

⁵⁸² Lei 2/97, **Boletim da Republica**, I Série n.º 7, 2.º Suplemento, 18 fevereiro 1997.

agregados 10 municípios. Moçambique passou a contar com 43 e, em 2014⁵⁸³, acrescidos mais 10, atualmente existem 53 municípios no País. O processo de municipalização está calcado sob o princípio de gradualismo. Segundo Forquilha (2014), o processo de criação de novos municípios tem sido, pouco transparente e, muitas vezes, polêmico, porque desconsidera os seguintes critérios: fatores geográficos, demográficos, econômicos, sociais, culturais, administrativos, interesses de ordem nacional ou local em causa, razões de ordem histórica e cultural, avaliação da capacidade financeira para a persecução das atribuições.

A institucionalização dos municípios conferiu uma nova dinâmica urbana a duas velocidades: “uma devolução de poderes, funções e recursos (descentralização política) com eleições locais regulares e, outra desconcentração (descentralização administrativa), como aponta Forquilha (2007, p.1), a municipalização ampliou os canais de participação política e expandiu novos espaços públicos⁵⁸⁴.

Assim sendo, os municípios passaram a interferir mais na vida dos cidadãos. Apesar do esforço institucional, infelizmente a democracia local, ainda é incompleta e imperfeita, com fraca autonomia municipal, especialmente em relação ao desenvolvimento urbano⁵⁸⁵.

Faltam muitos arranjos institucionais por resolver: falta de transparência na gestão da coisa pública; maior gasto em pessoal do que em serviços; comportamento demagógico ou autoritário dos presidentes dos municípios; domesticação das associações de defesa das “questões urbanas”; influência partidária nas escolhas das prioridades; excessiva burocratização; indiferença; comodismo da administração municipal, postura paternalista⁵⁸⁶; corrupção; adaptação insuficiente e inadequada de práticas democráticas; fraca infraestrutura institucional; fraca autonomia financeira (Gráfico 2); fraco capital para investimento e fraca base tributária (impostos e taxas)⁵⁸⁷.

⁵⁸³ O acontecimento foi precedido com aprovação da lei 8/2003 sobre os órgãos locais do Estado. Ver. Lei 8/2003, **Boletim da Republica**, I Série n° 20, 1° Suplemento, 19 de maio de 2003.

⁵⁸⁴ Ver. Nguenha (2009), ao longo destes dez anos (1999) de municipalização diversas formas de participação tomaram espaço, mas a forma de participação mais frequente é a consulta comunitária.

⁵⁸⁵ Ver. Bilério (2007).

⁵⁸⁶ Para Forquilha (2007, p. 3), há influência da trajetória do “Estado patrimonializado” no processo de governação local e no fenómeno da reprodução pelas elites no poder, a nível local, de práticas autoritárias do passado nos novos espaços constituídos no âmbito das reformas de descentralização. Para o autor, os espaços políticos criados pelo processo de municipalização, no âmbito das reformas de descentralização, herdaram do Estado práticas recorrentes do funcionamento da administração pública, nomeadamente a corrupção, o nepotismo, o suborno e o clientelismo.

⁵⁸⁷ Sobre componentes de finanças municipais, ver. Chimunuane; Hassa; Hindkjaer; Weimer (2010).

Gráfico 2. Principais fontes de rendimento dos Municípios.

Fonte: Weimer *apud* Forquilha (2014).⁵⁸⁸

A Lei sobre as finanças autárquicas (1/2008) e o Código (63/2008) de finanças autárquicas, preveem que os municípios podem obter receitas por meio das seguintes fontes: Imposto Pessoal Autárquico (IPA); Imposto Predial Autárquico (IPRA); Imposto Autárquico de Veículos (IAV); Imposto Autárquico de Sisa (ISISA); Contribuição de Melhoria; taxas de licença para concessões e atividades econômicas (incluindo a Taxa por Atividade Econômica, ou (TAE); taxas e tarifas de provisão de serviços; transferências do Orçamento do Estado; Fundo de Compensação Autárquica (FCA) – é uma dotação inscrita no Orçamento do Estado e constituída por 1,5% das Receitas Fiscais previstas no respectivo ano económico); Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIIL) – é uma verba do Orçamento de Investimento do Estado que é alocada a cada Município tendo em conta a dimensão das infraestruturas e o volume de serviços prestados em cada autarquia), Fundo de Estradas (FE) – é alocado a cada Município em função da respectiva rede viária e outros instrumentos, Projetos de Cooperação Externa, donativos e empréstimos para complementar as receitas próprias dos Municípios (GUAMBA, 2013).

No geral, esses recursos, apesar das muitas fontes, são escassos e ineficientes, como já referimos. Vale lembrar que os municípios ficam em grande medida dependentes das transferências de receitas efetuadas pelo governo central. Fato que mostra claramente quais são os sintomas da democracia local. Forquilha (2009) sugere que o processo de municipalização está longe de ter sucesso.

⁵⁸⁸ Ver. Forquilha (2014).

Enquanto, isso Carrilho e Lage (2009) apontam que a municipalização moçambicana é um sistema híbrido (centralismo e descentralismo), caracterizado por um poder público incapaz de promover a cidadania, a prestação de contas, a transparência, a abertura, a resposta para às necessidades dos munícipes.

Permita-nos afirmar que há muitos obstáculos para um desenvolvimento urbano que leve em conta a questão da infraestrutura e serviços urbanos nas periferias como um direito a ter direito, para minimizar a injustiça social, ou, para minimizar as desigualdades de “oportunidades no acesso aos meios para a satisfação de necessidades”⁵⁸⁹ (SOUZA, 2012, p.25).

Quais são as soluções para esses problemas? Uma das alternativas para minimizar a injustiça social nas áreas urbanas moçambicanas seria, na verdade, a criação de um instrumento jurídico que denominaremos de *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*, ou seja, uma *Política Nacional de Urbanização*, para informar normas de ordem pública e orientar os profissionais dos municípios a regularem a oferta de equipamentos e serviços urbanos, como um direito adequado aos interesses e necessidades da população urbana.

Dentro deste contexto, o instrumento jurídico poderia orientar também muitos planos, projetos e programas existentes e que já existiram em Moçambique, por exemplo, os financiados massivamente pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. (UN- HABITAT) (FORJAZ *et al*, 2006)

A título de exemplos dos planos e projetos tem-se:

O Projeto de Apoio à Coordenação do Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Custo: 1.600.00 USD. Executores: Instituto Nacional de Planeamento Físico, Departamento de Habitação do Ministério da Construção e Águas. Sua componente: reforço institucional, capacitação, formação, habitação, construção e planeamento físico;

O Programa de Pesquisa Urbana e Habitacional. Custo: 200. 000 USD. Executor: Governo de Moçambique. Sua componente: reforço institucional, habitação, construção e planeamento físico;

O Plano de apoio aos Arquivos Técnicos dos Conselhos Executivos nas Áreas de Planeamento e Gestão da Terra Urbana. Custo: 140.000 USD. Cidades:

⁵⁸⁹ Grifo nosso.

Beira, Quelimane, Nampula, Pemba e Matola. Executor: Conselhos Executivos das cidades abrangidas. Sua componente: reforço institucional, habitação, construção e planejamento físico;

O projeto de criação de um Banco de Dados Central para o Setor de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Custo: 100.000 USD. Executor: Governo de Moçambique. Sua componente: reforço institucional, habitação, construção e planejamento físico;

O programa de apoio à Instalação de um Centro de Documentação para o setor de Desenvolvimento Urbano e Habitacional. Custo: 100.000 USD. Executor: Governo de Moçambique. Sua componente: reforço institucional, habitação, construção e planejamento físico.

Porém, os planos, projetos e programas existentes em Moçambique dão grande primazia à componente de reforço institucional, capacitação e formação, deixando de lado, questões de acesso a serviços e infraestruturas urbanas. Por isso, que o arcabouço jurídico, que nos denominamos de *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* ou de *Política Nacional de Urbanização* estabeleceria normas de ordem pública e interesse social que regularia o processo de urbanização, que atualmente cada município leva individualmente⁵⁹⁰, sem uma diretriz geral, com apoio financeiro do Estado e das agências internacionais.

Devemos lembrar que Moçambique é um País dependente financeiramente de países estrangeiros para executar os seus projetos urbanísticos e de urbanização. Muitos desses projetos, tidos como soluções, são elaborados fora da sensibilidade histórica, respondendo cada vez menos ao desafio de superar o legado estrutural da urbanização moçambicana. Por isso não chegam a constituir-se como uma política construtiva. Como explicar o projeto do Conselho Municipal de Maputo que prevê a requalificação do *mercado de Xipamanine*, o mais histórico da capital moçambicana e com cerca de oito mil vendedores? O que é prioridade? O projeto propõe construir um silo de quatro pisos e durará 10 anos para a sua concretização, financiado pelo governo norte-americano, num valor aproximado a 90 milhões de dólares⁵⁹¹.

E como explicar a prioridade do projeto de *"Apoio à Requalificação do Bairro de Chamanculo "C" no Âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e*

⁵⁹⁰ Ver. **VERDADE** (online), 27 de fevereiro 2015).

⁵⁹¹ *Ibidem*.

Urbanização dos Assentamentos Informais do Município de Maputo (2010)," financiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores (MRE)? Se considerarmos o número de bairros periféricos com carência de infraestrutura e serviços urbanos, onde grande parte da população mora sem que os seus direitos de acesso a água potável, transporte, energia elétrica, infraestrutura físicas e sociais sejam garantidos.

A requalificação proposta é insignificante. A localização de infraestrutura e serviços urbanos acaba por contemplar os grupos mais favorecidos do núcleo urbano. Convertendo assim, o acesso desses bens, em privilégio. A cidade de Maputo é um exemplo muito esclarecedor desse processo (Mapa 9).

Mapa 9. Distribuição de infraestrutura física e social na cidade de Maputo.

Fonte: Desenho de Viana, com A. Vieira, 2012 – obtido por sobreposição à cartografia de Maputo, 2005. Adaptado por autor. Sem escala. Os círculos de diversas cores representam diferentes infraestruturas sociais e físicas. Visivelmente mais concentradas no centro.

Num país como Moçambique podem ser encontrados municípios com projetos, planos estratégicos e programas, com grande parte da sua população sem o acesso a infraestrutura e serviços públicos urbanos. Assim, o fortalecimento da política urbana, principalmente no que diz respeito à implantação de infraestrutura e serviços urbanos, constitui um dos elementos básicos a serem articulados por meio de um arcabouço jurídico que forneça diretrizes daquilo que é prioridade no

desenvolvimento urbano para a universalização do acesso ao consumo consumptivo.

Reconhecemos que o arcabouço jurídico, por si só não é capaz de resolver os problemas da urbanização moçambicana que são historicamente estruturais. Mais ela é fundamental para tornar mais fácil o reconhecimento dos problemas urbanos aos nossos líderes políticos, com bases nas diretrizes do desenvolvimento urbano, ou seja, de uma *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* ou *Política Nacional de Urbanização*.

Sem legislarmos as diretrizes do processo da urbanização moçambicana, estamos a conspirar contra o nosso próprio *desenvolvimento urbano*.

Uma política nacional será um instrumento jurídico importante para congregar os direitos de ter direitos da população urbana. Isto, permitirá uma nova postura na municipalização do País, facilitando a implementação das políticas urbanas municipais. Temos que deixar claro, que o desenvolvimento urbano difere do crescimento urbano, que se refere ao aumento da área urbanizada, enquanto que desenvolvimento urbano é, antes e acima de tudo, um desenvolvimento socioespacial na e da área urbana: “vale dizer a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social” (SOUZA, 2013, p.101).

Em Moçambique o Estado é o agente central da organização política, econômica, cultural e social. A classe empresarial que se formou depois da independência nacional se mostra fraca economicamente para realizar parceria Estado-setor privado.

Para falar como Fanon (2005), o poder econômico dos empresários é quase nulo e de qualquer modo sem medida comum aos dos empresários estrangeiros. O empresário moçambicano se orienta para o comércio e deixa de lado a produção industrial e a inovação. Está inteiramente focado em atividades comerciais do tipo intermediário, entre o capital estrangeiro e a elite política.

Nesta circunstância, o Estado pode ser uma alternativa válida, para “mudar a cidade” (SOUZA, 2011), mesmo reconhecendo que o Estado por si só é incapaz de resolver todos os problemas estruturais de Moçambique urbano.

No entanto, a finalidade última do Estado é a superação de problemas, especialmente os de injustiça social. No que tange a melhoria da qualidade de vida, ela corresponde a crescente satisfação das necessidades, tanto material quanto imaterial (SOUZA, 2011). Só assim, estaremos em condições de minimizar a

crescente carência de serviços e infraestruturas pelos munícipes (GUAMBA, 2013).

A vitória contra a carência constitui um desafio desdobrado que requer por um lado um arcabouço jurídico e, por outro, um compromisso, vontade política suficiente ou adequada. Desse modo, evitaremos os erros do passado, para a construção de uma Moçambique urbana cada vez melhor⁵⁹². Caso contrário, corre-se o risco de atribuir ao instrumento em si a responsabilidade de instaurar maior justiça social, independente das relações de poder e de quem esteja decidindo (SOUZA, 2011).

Gostaria de chamar a atenção do leitor para o fato de que sem a elaboração de uma *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* ou de uma *Política Nacional de Urbanização* nega-se a possibilidade da população urbana de escolher o seu futuro. A política para além de ter o desafio de implantar infraestruturas e serviços urbanos, deve abrir possibilidade de participação popular no equacionamento de vários problemas urbanos. A participação⁵⁹³ proporciona melhores chances de um exercício mais pleno de cidadania, que equivale a uma melhor integração da população na sociedade urbana (SOUZA, 2011), portanto, só pode haver justiça prática se fruir uma justiça cognitiva.

5.2 Gentrificação em Moçambique

O processo de *gentrification*⁵⁹⁴ (gentrificação) foi estudado pela primeira vez em Londres pela socióloga alemã de nacionalidade britânica, Ruth Glass (1964), no seu livro “*London: aspects of change*”⁵⁹⁵. A expressão *gentrification* deriva do substantivo inglês “*gentry*”, que designa indivíduos ou grupos “bem-nascidos”, de “origem nobre”. Concebida originalmente para fazer referência a um processo de elitização ou de “enobrecimento” de determinados locais da cidade, anteriormente caracterizados como áreas predominantemente populares (PEREIRA, 2014, p.308). A

⁵⁹² É interessante notar o informe dos consultores Andreatta; Magalhães (2001), que apontam como é que o Estado Moçambicano deve: programar o loteamento com o mínimo de infraestrutura e convenientemente articulado ao sistema de transporte público; promover a urbanização das periferias; investir em infraestruturas de água potável para todos os habitantes da cidade; incrementar o sistema de transporte público que é insuficiente para a demanda, tanto por ônibus como por vans.

⁵⁹³ A forma de como se processará a participação popular é em si um outro tema de pesquisa.

⁵⁹⁴ Para Gutiérrez (2014), o termo gentrificação é polissêmico.

⁵⁹⁵ Ver. Glass (1964). O termo quando foi criada em 1964, pela autora [Ruth Glass], para descrever o processo que teve início nos anos 1950, através do qual algumas áreas residências no centro de Londres, ocupadas pela classe trabalhadora, estavam se transformando em áreas residenciais para a classe média. Para um resumo da ideia de Glass, ver. Furtado (2014).

mesma autora reconhece o caráter classista no movimento e difusão da gentrificação, como sintoma de ampliação das desigualdades sociais.

No entanto, foi o geógrafo escocês Neil Smith (1954-2012), radicado nos Estados Unidos da América, que analisou com profundidade os vários processos de enobrecimento dos bairros pobres de Nova Iorque, com destaque para os bairros de Harlem em Manhattan, um dos mais antigos de Nova Iorque⁵⁹⁶ e em Londres, no bairro do Soho, um dos mais tradicionais e famosos da cidade.

Smith tentou sistematizar o fenômeno, nos seus vários trabalhos. Apenas citando alguns: *“Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people”*; *“Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill”*⁵⁹⁷; *“Gentrification and uneven development”*, *“The gentrification of Harlem?”* e, com Williams, *“Gentrification of the city”*.

Para Smith (1979a), a gentrificação é um processo de filtragem dos moradores de alguns bairros degradados da cidade, isto implica a substituição social dos antigos moradores de menor renda pelos de maior rendimento⁵⁹⁸. O processo de seleção dá-se com a renovação urbana, cujo traço é um novo desenho da segregação socioespacial nas áreas onde o fenômeno se instala.

Segundo Benis (2001)⁵⁹⁹, a gentrificação é um fenômeno urbano e social, caracterizado pelo enobrecimento do parque habitacional degradado das classes populares pela classe média que o substitui gradualmente. Em conformidade com Mendes (2010), a gentrificação é entendida como um processo de reestruturação urbana, marcado pela reestruturação econômica que é característica do “capitalismo tardio” e avançado, condicionado por um regime de acumulação de capital subsidiário mais flexível, que lhe é próprio.

Desde meados da década de 1990, as principais cidades moçambicanas, como: Maputo, Beira, Inhambane, Xai-Xai, Beira, Chimoio, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba e Lichinga, estão passando por transformações urbanas significativas que acabam por remodelar o conjunto das relações geográficas, sociais

⁵⁹⁶ Para uma compreensão do conceito de gentrificação, ver: Lee; Slater; Wyly (2008); Zolini (2007); Siqueira (2014); Cerqueira (2014); Mourad (2014); Ribeiro (2014); Gargalhardo (2014); Hoffman (2014); Morales (2014); Santos (2014).

⁵⁹⁷ As obras citadas: Smith (1979a; 1979b, 1982, 1984, 1986a, 1986b; 1987, 1987b, 1992, 1996, 2002).

⁵⁹⁸ Um dos críticos do termo foi ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. **American Review of Sociology**, n. 13, 1987, p. 129-147.

⁵⁹⁹ Ver. Benis (2001).

e políticas, ao produzir novas urbanidades⁶⁰⁰ e a estabelecer novos padrões de sociabilidade muito diferentes daqueles do período anterior à década de 1990.

Os vizinhos fecharam-se em si mesmo. Podemos dizer que foi no período em que começou a surgir em Moçambique o “individualismo de massa”, para usar o termo da professora Angelina Peralva (2000)⁶⁰¹. É importante destacar que no País a individualização foi acompanhada de rupturas na antiga ordem social. Entre nós, predominou certo arranjo, certo egoísmo fomentado pelo consumo e que afeta cada vez mais a esfera do mercado residencial, reorganizando o espaço para produção, circulação e consumo de mercadorias.

Já nos finais da década de 1980 e no início da década de 1990 despertava-se o surgimento de um mercado imobiliário destinado principalmente para a construção de edifícios, que no prelúdio daqueles anos, mostravam-se deteriorados com a crise urbana, que se tinha instalado em Moçambique (ver. capítulo 4).

Tal enobrecimento estava ligado à entrada de novos atores urbanos no núcleo, que reconfiguraram o espaço com uma nova dinâmica de consumo de sistemas de objetos que encareceu a vida nos “núcleos urbanos”, que crescia por dentro (“implosão urbana”). Mas o crescimento foi exclusivamente demográfico (ARAÚJO, 2003).

Podemos afirmar que o enobrecimento de alguns bairros na década de 1990 foi impulsionado justamente pela entrada de novos atores urbanos, influenciados pela cultura neoliberal, cujo um dos exercícios do consumo, opera pela aquisição de moradias luxosas.

Nos dias que correm, o mercado imobiliário moçambicano transforma o uso dos antigos edifícios em atuais, e renova os espaços mais centrais para o desenvolvimento de uma economia de serviços e recentes áreas residenciais. As consequências desse consumo neoliberal podem ser resumidas pelo menos em quatro ideias básicas: i) flexibilização da (re)produção da pobreza urbana; ii) maior precarização das infraestruturas e serviços urbanos; iii) deterioração das condições de vida urbana e; iv) surgimento de crime-negócio.

⁶⁰⁰ Segundo Raposo e Salvador (2007, p.110), “os níveis de urbanidades podem ser observados através de condições de satisfação dos residentes, ou condições objetivas, mensuráveis, podendo recorrer-se a uma variedade de indicadores [...]”. O nível de infraestrutura, tipo de ocupação, atividade econômica, serviços etc.

⁶⁰¹ Ver. Peralva (2000).

Podemos dizer que nos finais da década de 1990 e no início dos anos 2000, a nobilitação de alguns bairros se deu pela massificação de edifícios do tipo *duplex*. Principalmente nas periferias da cidade de Maputo (bairro da Costa do Sol), e depois se expandiu para outros bairros e outras cidades.

A cidade de Maputo é o local por excelência onde se pode observar claramente esse processo de enobrecimento de alguns bairros, com casas elegantes, que o professor Manuel G. Mendes de Araújo (2003), chama de *vivenda*, nós chamamos de “palacete moçambicano” e condomínios fechados nas periferias.

O estabelecimento das construções portentosas vai, dia a dia, expulsando progressivamente a população de baixa renda para locais muito distantes. A repulsão ocorre com o aumento do custo de vida, o que dificulta a permanência dos antigos moradores.

O fenômeno só foi claramente percebido em sua dimensão geográfica e urbana a partir da década de 1990, em Moçambique. Atualmente o processo tornou-se sintomático no crescimento dos principais centros urbanos do País. Temos que ter em mente que os processos de gentrificação do mundo europeu, americano e latino, apresentam diferenças significativas em relação ao africano e em particular ao moçambicano.

Como aponta Siqueira (2014), a gentrificação dos países em via de desenvolvimento, portanto, não pode ser compreendida por meio da definição clássica que a indica como um processo pontual de reforma de unidades residenciais, em edifícios históricos e bairros centrais, por um grupo de classe média. Ou seja, o entendimento clássico da categoria analítica gentrificação, lhe dá substância como um processo urbano específico de bairros centrais, com uma historicidade que lhe destaca da parte restante do espaço urbano (RIBEIRO, 2014).

Para o autor o termo gentrificação possui três categorias específicas: a primeira, *espacial* (associada a bairros centrais); a segunda, a *temporal* (a massificação desse fenômeno foi depois da segunda Guerra Mundial) e a terceira, a *social* (a substituição de uma população de baixa renda por uma mais abastada)⁶⁰². Mas têm alguns processos que são comuns à substituição social dos moradores de baixa renda pelos da renda média nos núcleos dos principais centros urbanos, ao

⁶⁰² Para Gargalhardo (2014), uma nova vaga de trabalho a partir dos anos 2000 procuram atenuar ou reformular o termo gentrificação. Conclui dizendo que as análises de Neil Smith e da Ruth Glass, são ineficazes para a realidade atual.

expulsar e a expropriar os lotes dos pobres que moravam nas periferias para a construção de condomínios e moradias elegantes, ou de luxo, se assim quisermos chamar⁶⁰³. Como sabemos a gentrificação é consequência da mudança de composição da população residencial e da reorganização do espaço de circulação e consumo (FURTADO, 2014) por estratos de renda mais elevados.

Para organizar didaticamente, *grosso modo*, como se processou o fenômeno de gentrificação nas principais cidades moçambicanas, indicamos duas etapas: i) a primeira que vai de 1990 a 2000, quando ocorreu a saída da população de baixa renda dos núcleos das principais cidades, alguns *vendendo as chaves* (expressão típica moçambicana que significa a venda do apartamento ou *flat*⁶⁰⁴), enquanto que outros davam de aluguel as casas, com contratos ou sem. As casas ou *flats* foram ao longo de tempo, ficando caras e; ii) a segunda, de 2000 até os dias atuais (2015), quando as periferias urbanas estão em constante mutação com construções de novos pontos comerciais ou de novos edifícios e condomínios fechados.

Convém afirmar que as duas formas de gentrificação devem ser vistas como nos dias de hoje imbricadas uma na outra na produção e acumulação rentista do capital no circuito imobiliário formal e informal moçambicano. Existem nas cidades moçambicanas, espaços de gentrificação consumadas, por exemplo, nos bairros de Triunfo, *Sommercheald* 1 e 2, entre outros bairros na cidade de Maputo, mas também há bairros em processos de gentrificação, o que demonstraremos ao longo dessa seção.

5.2.1 A primeira fase de gentrificação: o surgimento do mercado imobiliário

Desde o início da década de 1990 formou-se na cultura urbana moçambicana uma ideia de que morar no núcleo urbano ofereceria certo *status* na hierarquia, que isso conferiria um grau de reconhecimento no interior da sociedade. Esta ideia foi impulsionada por três movimentos que embora contrários, remetem um ao outro e se interpenetram.

O primeiro movimento diz respeito à chegada de Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais no final da década de 1980 e no início da

⁶⁰³ É positivo lembrar que conclusões desta ordem se encontram igualmente em Mendes (2014).

⁶⁰⁴ E para mais detalhe, ver. Muhambe (2000).

década de 1990, que vinham para dar um apoio a Moçambique que acabava de sair de uma prolongada guerra civil. Seus integrantes passaram a alugar *flats* e casas para moradia ou para transformá-las em escritórios, o pagamento era feito em dólar.

Resultou que todo o tecido urbano do núcleo passou a ser afetado pela dolarização. Ruas comerciais inteiras, parques, restaurantes, mercados, museus, cinemas e todo tipo de imóvel residencial e de uso comercial foi valorizado pela dolarização. Podemos dizer que foi o período do início da “mercadorização da cidade” (FERREIRA, 2011)⁶⁰⁵. Como bem aponta Muhambe (2000), a entrada do fluxo de técnicos de diferentes países ocidentais na década de 1990, tornou em parte, insustentável o custo de vida urbana para muitos profissionais citadinos, na sua maioria funcionários públicos. Muitos deles tiveram que arrendar as suas casas.

O segundo movimento foi afervorado pelo “espírito neoliberal da época”, fortificado com o fim da guerra civil. O que proporcionou que muitos moçambicanos urbanos aproveitassem dividendos por meio das rendas dos imóveis localizados no núcleo. Não podemos esquecer que neste período, a produção da vida urbana estava na estratégia de sobrevivência.

E o terceiro foi o fim da nacionalização dos prédios protegidos pelo Decreto Lei 5/76. O Decreto-Lei 2/91 de janeiro instituiu a alienação dos imóveis nacionalizados pelo Estado. O artigo 1 afirmava que todos os moçambicanos em situação legal com os imóveis tutelados pela Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), se estivessem interessados, poderiam alienar. Aí qualquer cidadão que quisesse fazê-lo podia realizar o que lhe conviesse com o imóvel: vender, alugar, restaurar, este último, desde que pedisse autorização ao município⁶⁰⁶.

Podemos afirmar que a década de 1990 foi o decênio do arranque do arrendamento das casas como estratégia de uma população urbana que, em curto espaço de tempo, estava falida, pois seus salários não correspondiam à inflação. “O índice de preço ao consumidor aumentou fortemente entre 1989 a 1995, mas a partir de 1996 teve a sua tendência crescente fortemente reduzida” (CARSANE, 2005, p.7). O aluguel das casas transformou-se em meio para obtenção de rendimento familiar⁶⁰⁷ adicional.

⁶⁰⁵ Para uma ideia sobre a mercantilização da cidade, *city-marketing*, ver. Ferreira (2011).

⁶⁰⁶ Para um ponto de situação, veja (SILVA, 2011).

⁶⁰⁷ Principalmente os que tinham obtidos casas no período da nacionalização dos edifícios (1976).

Os moradores de “baixa renda”⁶⁰⁸ que haviam adquirido imóveis no período da nacionalização, dadas as circunstâncias, foram para os “bairros periféricos” a procura de locais onde pudessem erguer novas casas para residir e sobreviver com a renda do imóvel.

Muitos moçambicanos que conseguiram no momento de alienação comprar o imóvel do APIE alugavam ou vendiam e iam morar na periferia, o que permitia que pouco a pouco os lotes da vizinhança se tornassem caros. Os novos moradores ergueram casas com construções definitivas em blocos de cimento e zinco, o que paulatinamente foi substituindo as casas de caniço que lá existiam.

Por isso atualmente devemos ter reserva para falar de dualidade urbana, do ponto de vista do material construtivo: (“*cidade de cimento*” versus “*cidade de caniço*”). Talvez seja correto concordar com Serra (2003) quando diz que atualmente as periferias estão se configurando como um espaço híbrido, com casas elegantes, de caniço, cimento, chapa de zinco, cartão, etc⁶⁰⁹.

Ainda, em fins da década de 1990, temos os exemplos dos bairros de *Costa de Sol* e *Polana Caniço*, na cidade de Maputo, onde os antigos moradores foram premidos a vender as casas e a se deslocarem para outros locais mais distantes. Nos locais que deixaram, floresceram palacetes (*vivendas*).

Obviamente, neste processo os que possuíam capitais iam construindo *vivendas* imponentes ou casas elegantes do tipo *duplex* ou *tríplex* na periferia (Fotos 45, 46 e 47), um local onde eles menos se identificavam, o que altera por completo a antiga nomenclatura de “cidade de caniço”. Casas elegantes, que foram construídas numa economia urbana de circuito superior marginal, onde os seus proprietários se utilizavam de um lado de crédito bancário e de outro do seu próprio bolso, acumulado ao longo do tempo. Nesse sentido, utilizam-se da presença do circuito superior, como forma de obter recursos intermediários necessários para autoconstrução dos palacetes.

⁶⁰⁸ Neste domínio, ver. o trabalho de Muhambe (2000).

⁶⁰⁹ Sobre as estratégias de sobrevivência da população da periferia da cidade de Maputo, ver. Costa (2011).

Foto 45. Palacete do tipo tríplex, em construção.

Fonte: MALOA, J. M. (2014).

Foto 46. Palacete do tipo duplex.

Fonte: MALOA, J. M. (2014). Palacetes da cidade de Matola. (Bairro de *Mussumbuluco*)

Foto 47. Palacete Garden ou Giardino de Moçambique.

Fonte: MALOA, J. M. (2014). Os duplex Garden ou Giardino, com jardim e piscina, entre outros.

Convém esclarecer que os palacetes estão alterando as paisagens urbanas das periferias, na medida que vão, gradualmente, surgindo construções elegantes no

interior dessas áreas precárias. Em verdade, essas casas nobres são resultado de ações de especulação, por intermédio da supervalorização do espaço onde se instalam.

É incorreto dizer que a ideia da casa própria atingiu apenas a população da “classe média” ou indivíduos de poder aquisitivo médio. Muitos dos altos funcionários do Estado procuraram nas periferias novos espaços para construção das casas dos seus sonhos. Essas residências elegantes são na sua maioria unifamiliares, com dois ou mais pisos erguidos por construtores privados, principalmente aqueles que pertencem a entidades particulares fora do alcance administrativo dos órgãos do Estado⁶¹⁰. Estes construtores obtêm licença de construção.

O licenciamento abrange todos os trabalhos a serem executados e, em relação a projetos faseados, é necessário auferir uma licença de construção. A competência para efetuar o licenciamento de empresas privadas é das Direções Províncias das Obras Públicas enquanto, a licença para obras particulares cabe às autarquias, caso se situem dentro das áreas municipais.

Ao longo das últimas três décadas, a autoconstrução de *vivendas* luxuosas, estão aumentando nas periferias. Como aponta Malauene (2005), essas *vivendas* ou palacetes moçambicanos surgiram na década de 1990 na cidade de Maputo, principalmente na avenida *Julius Nyerere*, numa extensão de 12 hectares, com seis condomínios, com um total de 124 casas, dos quais 101 estavam habitadas. Destes, 5 hectares encontravam-se nos limites administrativos com o bairro de *Sommersfield*. Os empreendimentos surgiram na forma de renovação urbana de destruição do anterior, velhas palhotas foram demolidas e construídos os palacetes.

Como mostra Jorge e Melo (2011), houve a demolição do existente e o subsequente deslocamento da população pobre. Estas práticas levantam algumas resistências, há relatos de recusa de alguns moradores em receber menos de 5.000 USD (dólar americano), apesar de saberem que a sua vida já não era compatível com o novo vizinho⁶¹¹. É importante esclarecer que muitos dos jovens com poder aquisitivo⁶¹² que moram atualmente no “núcleo urbano”. Principalmente nas grandes

⁶¹⁰ Alguns contratam pedreiros individuais. Ver., por exemplo, a ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. **O quadro legal para obras de construção em Moçambique**. Maputo: GIZ, 2008. Ver também: DIPLOMA MINISTERIAL 49/2013. Aprova fórmulas de revisão de preços de empreitadas de obras públicas e DECRETO NÚMERO 15/2010. **Regime de contratação de empreitada de obras públicas**. Aprovado pelo Conselho de Ministros no dia 24 de maio do mesmo ano. Publicado no Boletim da República, I Série, nº 20, suplento, de 24 de maio de 2010.

⁶¹¹ Consultar os trabalhos coordenados por Oppenheimer e Raposo (2013).

⁶¹² Estamos falando de uma população com ensino superior.

idades, como: Maputo, Matola, Beira e Nampula, observaram nas vizinhanças, casas mais baratas e mudaram com frequência de um bairro para bairro, para encontrar, com facilidade, toda infraestrutura e serviços a custo baixo.

Muitos jovens com poder aquisitivos que moram no núcleo urbano das principais cidades moçambicanas estão ligados também a uma rede “imobiliária informal” e não vêm empecilho em adaptar-se a um modelo de vida urbana alternativo. Por exemplo, alugar a casa principal e ir morar na dependência (edícula), quer na rede-chão ou nos terraços. O fenómeno tem sido comum nas cidades moçambicanas.

O ponto fundamental desta sumaríssima descrição está na explicação de carácter geral que comporta o surgimento do circuito imobiliário informal na década de 1990, impulsionado por luta pela sobrevivência numa sociedade de pobreza.

Nesta fase os promotores imobiliários eram indivíduos que detinham conhecimentos do circuito imobiliário de venda e aluguel. Segundo Muhambe (2000), estes promotores foram conhecidos como *Mazumbe* na cidade da Matola. Os seus serviços eram pagos por comissão (dinheiro), que recebiam dos proprietários num negócio fechado. Há atualmente na cidade de Maputo, um grupo de mulheres e homens que se dedicam a essa “atividade informal”.

Podemos dizer que foram os primeiros corretores imobiliários, até atualmente úteis ao mercado imobiliário, visto que era fácil, naquela altura, entrar naquele ramo, porque pouco dependia de conhecimentos muito avançados na matéria de correção imobiliária, apenas dominar a rede de oferta.

Nesse período, as casas ou *flat* de aluguel, no núcleo urbano confirmou-se como uma das principais formas de acesso à moradia urbana para os novos atores urbanos – os jovens com poder aquisitivos.

5.2.2 A segunda fase de gentrificação: a configuração do mercado imobiliário

A indústria de construção imobiliária privada de capital nacional e internacional começou principalmente a incidir sobre Moçambique urbano nos anos 2000, como modelo de financiamento e constituição do sistema financeiro imobiliário. Como sabemos a urbanização moçambicana pós-colonial contou com pouca solução

acomodatória estatal para o problema habitacional dos altos funcionários do Estado e para um grupo com poder aquisitivo em ascensão. Estes tornaram-se símbolo do consumo da máquina imobiliária.

Nos anos 2000, também houve o surgimento de muitas empresas de construção civil, os *homebuiders*, eles configuraram a indústria de construção imobiliária numa época em que a urbanização se intensificava, o mercado de trabalho com altos valores salariais se formava e muitos estrangeiros entravam para trabalhar em Moçambique, nas grandes corporações, incrementando a circulação de capitais. O País permitia uma confiança nos investidores estrangeiros, pois já havia passado quase dez anos que se tinha terminado a guerra civil.

Nessa fase, dá-se a passagem do aluguel rentista dos imóveis no núcleo urbano para a promoção imobiliária rentista para os condomínios nas periferias. Uma requalificação urbana centrada no incorporador⁶¹³ e nos parceiros: o governo e as empresas nacionais e internacionais. A produção em massa dos condomínios fechados, horizontais ou verticais, em Moçambique, está intimamente articulada à uma população com poder aquisitivo.

Como deixa antever a publicidade do condomínio *Julius Estate* de que o empreendimento é da *elite*, com acomodação privilegiada numa área de 36 hectares de zona residencial em volta de um lago pitoresco e perto das praias imaculadas da província de Gaza, região sul de Moçambique, cuja capital é Xai-Xai, que se situa acerca de 210 quilômetros da cidade de Maputo.⁶¹⁴

Na verdade, o processo de gentrificação que está se efetuando nas periferias urbanas, é um processo de atuação de capitais globalizados: corporações, bancos e empresas nacionais⁶¹⁵ em aliança com o grande capital multinacional. Muitos capitais multinacionais despossuem vínculo com as cidades moçambicanas onde projetam os investimentos imobiliários como fonte de acumulação do capital.

Neste ponto, a solidariedade entre o internacional e o local, forma uma verticalidade fundada na circulação do capital (SANTOS, 1996). Como aponta o

⁶¹³ Incorporador imobiliário é nome dado ao agente que executa um conjunto de atividades exercidas com a finalidade de construir ou promover a construção de edificações ou conjunto de edificações, bem como a sua comercialização, total ou parcial composta de unidades autônomas que, em seu conjunto, formam um condomínio. (TOPALOV, 1974)

⁶¹⁴ Ver., por exemplo, **CONDOMÍNIO JULIUS ESTATE**. Disponível em: <juliusestate.com/assets/portolio-for-web.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁶¹⁵ As empresas nacionais estão muitas das vezes ligadas a empresas de construção de obras públicas. Os construtores de obras públicas têm alvará para efetuar a construção, reconstrução, reparação e adaptação de imóveis para o Estado, governos municipais, empresas públicas e privadas.

professor Milton Santos (1996), as verticalidades são resultados de novas demandas de intercâmbios.

Vale apontar que as evidências de capitais estrangeiros nos empreendimentos imobiliários moçambicanos, podem ser percebidas nos nomes dos condomínios⁶¹⁶ (Foto 48) de alto padrão: *Mwenemutapa*, *Matola Kings Village*, *Djuba's Ville*, *Malampsene Village*, ambos na cidade da Matola; na cidade de Maputo, *Vila Amber*; na cidade de Tete, *condomínio imobiliária Ritch* – no bairro Mpadwé, na cidade de Nampula, *condomínio Fatemah*; na cidade de Xai-Xai, *condomínio Julius Estate*; na cidade de Maputo, *Matchik Village*, *condomínio residencial The Palm*, *condomínio Xiluva*⁶¹⁷, na cidade de Nacala, *Vila Clarinha*, *Vila Mulala*, etc.

Assim sendo, o *status* da periferia está se alterado por um grupo que já possuía uma posição econômica definida na *urbe*. O consumo dos condomínios cria uma demanda do circuito superior, uma vez que ela depende de capital intensivo para a sua construção, assalariamento dos moradores para pagar as prestações do apartamento ou casa que adquiriram por meio de créditos bancários.

Foto 48. Condomínios da cidade da Matola.

⁶¹⁶ Ver. Quembo (2014b). Neste ponto, podemos ver, também Silva (2011, p.127), que mostra o *condomínio Xiluva*, situado na Av. Julius Nyerere na cidade de Maputo, que faz a divisa entre os bairros Polana Caniço A e Sommerchield. Havia no período da construção uma placa ilustrativa onde constava o dono da obra (*Epsilon investimentos, AS*), empresa da arquitetura (*Carlos Guimarães & Luiz Soares Carneiro, Arquitetos Lda*), a construtora (*S&B Construções Moçambique, Ltda*), os financiadores (*Millenium Bim e BCI-Fomento*) e o prazo de execução (9 meses).

⁶¹⁷ Ver. Silva (2011).

Fonte: MALOA, J. M. (2015).

A segunda fase da gentrificação está sendo acompanhada por uma gentrificação *sprawl* (dispersa), de condomínios e casas de alto padrão (palacetes), responsável pela transformação das periferias, dividindo lado a lado condomínios luxuosos com ocupações irregulares (Foto 49).

Foto 49. Condomínios de alto padrão nas proximidades de habitações precárias .

Fonte: Costa; Henriques (2014).

Nesse caso, a existência de condomínios e palacetes é influenciada por forças verticais de uma racionalidade hegemônica do discurso pragmático do setor da indústria de construção civil no mercado imobiliário, com objetivo de atender as necessidades do restrito segmento social que reuni as condições necessárias para o endividamento junto às instituições financeiras (SILVA, 2014).

Os fluxos de capitais estrangeiros que entram no circuito imobiliário de Moçambique vão colocar novos problemas para o pensamento crítico sobre o urbano e para os estudos sobre financeirização, numa época em que o direito à infraestrutura e serviços urbanos enfrentam novos desafios com a acumulação da dualidade urbana e o aumento de investimento de capital privado seletivo, marcado pelo condicionalismo no financiamento imobiliário, como: ter um salário ou rendimento regular, auferir níveis de rendimentos elevados compatíveis com os encargos do financiamento; pagamento de seguros de vida⁶¹⁸; entre outros requisitos para otimizar a acumulação do capital e as dificuldades das periferias em responderem aos critérios universais dos direitos urbanos⁶¹⁹.

A lei que rege a produção da nova personagem *gentrificadora* (condomínios - Decreto n° 17/2013), contribui para o aumento da produção de imóveis, ao mesmo tempo em que amplifica a especulação imobiliária e seus efeitos, como o estoque de terrenos ou lotes vazios, a espera de serem transformados em mercadoria, como base na criação do capital fictício.

Para utilizar as palavras de Fix (2011), guardadas as diferenças entre Brasil e Moçambique, há no pensamento desses proprietários dos espaços vazios, uma promessa de ganhos num futuro antecipando com o que poderá ser construído nos terrenos adquiridos, impondo novos obstáculos para o acesso às infraestruturas e serviços urbanos à população instalada há muito tempo. Uma vez que desestimula o investimento público.

Também impede o compartilhamento de infraestruturas e serviços urbanos, ao permitir que os condomínios fechados tenham autonomia de estabelecerem por si mesmos os equipamentos, tais como: bomba de água,

⁶¹⁸ Ver. Silva (2014).

⁶¹⁹ Nesta perspectiva, recomenda-se a leitura da realidade brasileira para tirar lições. Ver. Mariana de Azevedo Barreto Fix. **Financeirização e transformação recentes no circuito imobiliário no Brasil** (2011).

transformadores e geradores de energia e outras instalações⁶²⁰, deixando de lado a população carenciada que reside num mesmo bairro.

A expansão dos condomínios e palacetes de luxo está representando um movimento de aguda diferenciação social e habitacional nas periferias. Como revela Fix (2011, p.198), “o capital transforma os espaços que encontra em espaços de produção e acumulação [...]. É próprio deste modo de produção criar, destruir e recriar novas bases, espaços e condições para sua expansão, construindo e alargando mercados e horizontes ampliados para a valorização”.

Residem nesses condomínios de alto padrão, estrangeiros como sul africanos, brasileiros, chineses, europeus de várias nacionalidades, entre outros. Os fluxos dos condomínios estão ligados provavelmente ao deslocamento de capitais e pessoas qualificadas que tanto a burocracia estatal, quanto a montagem dos novos empreendimentos capitalistas requisitam. Mas também a situação está ligada à necessidade do capital internacional se reproduzir e acumular a partir do circuito imobiliário.

Quase todos os empreendimentos de luxo estão situados nos bairros periféricos. Reforçando essas áreas como espaços, por excelência, da gentrificação⁶²¹, onde inaugura a metamorfose da paisagem que outrora foi dominante, do *caniço*. A escolha desses espaços é influenciada pelo mercado financeiro, baixo custo da terra urbana para os poderes aquisitivos e incentivo público, com baixo imposto.

Mendes (2010) aponta que o processo de gentrificação resulta em parte do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, que integra o processo de acumulação do capital pelos imobiliários. Como aponta Fix (2011, p. 3), a “vinculação do mercado de terras ao mercado de capitais é uma característica do capitalismo financeiro. Smith (1979.a) já apontava que o processo de gentrificação resulta em parte da acumulação de capital por imobiliárias que atendem o objetivo particular dos *gentifiers* (“*classe média*” e “*classe média alta*”, os *filtering up* – os *relativamente endinheirados*), em detrimento do interesse social amplo.

Como apontamos, as periferias eram nos anos anteriores à 1990, locais indesejados pelos indivíduos com poder aquisitivo, agora se expandem como locais

⁶²⁰ DECRETO N° 17/2013. **Regulamento do regime jurídico do condomínio**. BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, I Série- número 34, Sexta-feira, 26 de abril de 2013. O Decreto define o condomínio como pessoa singular ou coletiva que é simultaneamente proprietária de uma ou mais frações e coproprietária das partes comuns do edifício.

⁶²¹ Também Baia (2008) capta esta realidade na cidade de Nampula.

de pretensão desses cidadãos.

Tudo indica, por conseguinte, que o conjunto de mudanças nas paisagens das periferias urbanas, causadas pelas instalações de condomínios e palacetes luxuosos, está provocando aumento de fluxo de empreendimentos de serviços – lojas comerciais, bancos, caixas eletrônicos e pequenos negócios que se voltam para se adequar aos interesses dos novos moradores que, por sua vez, justificam o crescimento dos investimentos privados naquelas áreas.

Também se pode verificar a mudança das atividades gerais, por exemplo, no terminal de ônibus de *Malhampse* na cidade da Matola, há um florescimento de atividades específicas, como bancos, *shops* que existiam apenas no núcleo urbano e que atualmente satisfazem os consumidores que prevalecem no local.

Enquanto isso, o valor do solo urbano aumenta com novos empreendimentos de consumo. Portanto, a indústria da construção imobiliária gera nas periferias pressão sobre a especulação de terra, pois motiva os moradores a venderem seus lotes.

A dramática situação está provocando migrações internas, acompanhadas pela acumulação da dualidade urbana, uma vez que os imigrantes constroem nos locais longínquos as suas moradias em condições precárias.

A gentrificação é atualmente mais um fato pulverizado do que uma localização que ocorria apenas no núcleo urbano, como anteriormente, ela passou a ser um sintoma geral da nova urbanização moçambicana, ao explorar cada vez mais as periferias distantes e ao acompanhar a acumulação da dualidade urbana.

Assim sendo, as periferias urbanas estão se configurando como mosaico de múltiplas combinações de temporalidades, diversidade, oposição, enfim para falar como a professora Maria Monica Arroyo (2008), estão afeiçoando muitas formas de fazer, de sentir e de viver.

Para terminar, esta seção, reafirmamos que a segunda fase de gentrificação nas cidades moçambicanas começou aproximadamente nos anos 2000, com o surgimento do circuito imobiliário privado de capital misto (nacional e internacional), impulsionado por incorporadores e promotores imobiliários, interessados apenas em lucros. Esta realidade é o ponto de partida de um *novo colonialismo urbano*⁶²², para utilizar a expressão de Atkison e Bridge (2005).

⁶²² Ver. Atkison e Bridge (2005).

O aumento da demanda habitacional de alto padrão vem como resposta à falta de uma política nacional de habitação que respondesse o interesse de todas as classes, mas também a busca de lucros por intermédio do mercado imobiliário. Como sabemos, no período atual, as áreas urbanas estão cada vez mais sintonizadas com o ritmo do mundo. (ARROYO, 2008)

O que está acontecendo atualmente em Moçambique, para servir-se de uma expressão de Ermínia Maricato (1979), é uma verdadeira *produção capitalista das cidades*, alcançada por autofinanciamento dos que possuem poder aquisitivo, em especial para aqueles que têm renda entre 8 e 15 salários mínimos⁶²³, com condições de investir parte dos recursos mensais em uma casa própria.

Vista de perto, a atual paisagem da periferia revela alguns aspectos novos de vínculos entre a organização espacial e o processo de circulação de capital desenvolvido ao longo dos últimos dezasseis anos, que evidencia a expansão de um mercado imobiliário que tem consequência para a população de baixa renda.

Como sabemos, a segunda fase de gentrificação é acompanhada pela especulação imobiliária, *como se explica que o aluguel de uma residência no bairro de Triunfo em Maputo, custe 165.000 MZN (Meticais), aproximadamente 10.000 Reais*⁶²⁴? *Quem possui tal dinheiro?* Outro exemplo ilustrativo é a seguinte publicidade:

Djuba Estate – Matola, 60 moradias unifamiliares. Com facilidades de pagamento extraordinária! \$77,000, pagamento inicial e \$1,750 prestação mensal de 36 meses. Casas Tipo 3, 2 Casas de Banho, Estacionamento para 3 carros. T3 custa USD140.000, podemos oferecer facilidade de pagamento conforme a promoção em vigor ou credito de habitação a partir do Banco. Cumprimentos⁶²⁵.

Essa situação comporta um quadro de segregação urbana, ao criar apenas bairros para os que possuem recursos. Vejamos também, a seguinte publicidade (Foto 50), sobre a venda de um apartamento de condomínio:

⁶²³ Valor calculado segundo, o salário mínimo do funcionário público moçambicano (3.002.00 meticais). Aprovado pelo Governo, entre (01-06-2013 a 30-04-2014). Podemos ver. <<http://www.meusalario.org/mocambique/main/salario/salario-minimo>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶²⁴ Essa estimativa pode ser maior ou menor, dependendo da oscilação do câmbio do dia. Por exemplo, 1 Real esta neste último tempo por 15 Meticais.

⁶²⁵ Publicidade disponível em: <<https://www.facebook.com/DjubaEstate>>. Aceso em: 10 jun. 2015.

Foto 50. Publicidade de uma imobiliária na cidade da Matola.

Fonte: Condomínio *Djuba Estate* (2015)⁶²⁶.

É preciso encerrar dizendo que a atual combinação entre a indústria de produção imobiliária e a economia neoliberal, para além de gerar gentrificação nas periferias urbanas moçambicanas, aumentou a desigualdade social, a pobreza urbana e a segregação urbana, tornando incompatível o grande desafio que o Estado Moçambicano deve enfrentar sobre o problema de infraestrutura, serviços urbanos e moradia de interesse social para as camadas desfavorecidas.

Como documenta Raposo (2007), a dualidade entre o núcleo e a periferia intensificou-se nos últimos anos com a proliferação de grandes projetos urbanos (infraestruturais e imobiliários).

A urbanização moçambicana está longe de conduzir uma integração da periferia – escreve Oppenheimer e Raposo (2002)⁶²⁷. O que mostra o verdadeiro esquecimento das periferias, acompanhado por comportamento demagógico ou autoritário dos presidentes dos municípios; domesticação das associações de defesa das “questões urbanas”; influência partidária nas escolhas das prioridades; excessiva burocratização; indiferença; comodismo da administração municipal; postura paternalista; corrupção; adaptação insuficiente e inadequada de práticas democráticas; fraca infraestrutura institucional; fraca autonomia financeira; fraco capital para investimento; fraca base tributária (impostos e taxas), etc.

Falta à elite política moçambicana a consciência e o comprometimento social amplos, para atacar principalmente o dilema de infraestrutura e serviços

⁶²⁶ *Ibidem*.

⁶²⁷ Podemos ver. Oppenheimer e Raposo (2002).

urbanos nas periferias⁶²⁸. É preciso encará-lo como um problema de “desenvolvimento urbano”, para que a população urbana faça *jus* ao direito de ter direitos. O acesso à infraestrutura e serviços urbanos, principalmente, o acesso ao transporte público, energia elétrica, água canalizada deve ser reconhecida pelo Estado como um direito e um compromisso irrestritos.

Queremos reforçar à medida que esses problemas vão sendo resolvidos, outros surgirão, alguns provocados pelas próprias soluções e outros por forças horizontais (*internas*) e verticais (*externas*).

Pensamos que os problemas da urbanização contemporânea moçambicana que repousam neste texto, devem ser entendidos como dificuldades ultrapassáveis para edificação de uma sociedade urbana justa.

⁶²⁸ Os problemas de serviços e infraestrutura urbana, podem criar a regeneração urbana, isto quer dizer que podem atuar como uma resolução dos problemas urbanos, a nível de condição económica, física, social e ambiental das áreas que tenha sido sujeitas a transformações (RIBEIRO, 2014).

CONCLUSÕES

O que devemos concluir? Antes de tudo, convém ressaltar alguns pontos básicos. A forma de exposição que adotamos no estudo, a partir de uma Geografia Histórica Urbana, levou-nos a resumir no fim de cada capítulo os principais resultados da análise. Porém, observando a estrutura de apresentação é possível encontrar um fio condutor, que se explicita gradativamente até chegar a uma síntese final.

Certamente, o fio condutor da pesquisa foi construído a partir de uma questão de partida: *quais são os fatores responsáveis pela urbanização moçambicana da qual somos herdeiros?* Que se manifesta cada vez mais como dual na paisagem. De um lado, apresentando áreas urbanizadas, o núcleo de desenvolvimento vertical, planejado, com infraestruturas e serviços; por outro lado, a periferia, de desenvolvimento horizontal, na sua maioria não planejada, de construção precária e sem infraestruturas e serviços urbanos.

Vimos que esta configuração urbana desigual é uma realidade determinada historicamente por práticas de gestão urbana (coloniais e pós-coloniais), intermediadas por forças *verticais* (o global) e *horizontais* (o local) (SANTOS, 1996, 2009b), que se (re)produziram e por efeitos que persistem na estrutura, forma e conteúdo urbanos. Inicialmente gerada pela essência racista da sociedade colonial que jogava o negro na periferia, em condição desumana sem um mínimo de infraestrutura básica. O negro era um instrumento para ser utilizado nos propósitos do Estado, apenas recebia o necessário para se manter dócil e razoavelmente produtivo para o sistema colonial.

Vamos recuar resumidamente para percebermos como a dualidade se construiu historicamente, ao longo do tempo, a partir de diferentes momentos ou períodos da nossa formação socioespacial, momentos que se estenderam desde a primeira idade colonial (de 1505 a 1907). Essa realidade se instalou lentamente.

A história da urbanização moçambicana tem início, como mencionamos, com o primeiro esforço de valorização do espaço urbano, que prevaleceu sob o regime da *economia mercantil*, primeiramente, a partir do comércio do ouro (1505-1693), posteriormente, do marfim (1693-1762) e finalmente do escravo (1762-1836). Essas atividades comerciais geraram algumas atividades urbanizadoras em torno da feitoria, verdadeiro elemento estruturante do processo da urbanização da época.

A partir delas surgiram casas de moradores, igreja, pelourinho, casa do feitor, comandante, do presidente do município (prefeito), a câmara, a santa casa de misericórdia – com as suas múltiplas funções, desde a promoção dos interesses locais junto à Coroa, à assistência aos governadores, bispos, magistrados e passageiros que não podiam assegurar as suas despesas de hospedagem, até o atendimento aos enfermos.

Podemos afirmar que na primeira idade colonial as feitorias estruturaram a vida urbana da época, conservando assim a função de uma “cidade feitoria”. Foi dentro desta fase da formação socioespacial, influenciada pelos interesses dos colonos portugueses de fixar alguns polos de monopólio de comércio no território que se formou o atual Moçambique (Sofala, Quelimane, Tete, Sena e a Ilha de Moçambique). Foi o interesse de estabelecer um núcleo estável de súditos portugueses.

Portugal compreendeu que a única saída estava na fixação permanente, atraídos pelas perspectivas do comércio. Da colônia saíam ouro e marfim que eram encaminhados à Índia, a fim de adquirirem-se especiarias, como a canela, o gengibre e a pimenta para alimentar a procura no mercado europeu. Como Diz Cabaço (2007, p. 73), os portugueses, “foram se fixando a partir do mar para o interior (sertão), senhoreando terras e pessoas para isto utilizando todos os meios disponíveis, desde a negociação à conquista por meios bélicos”.

Estas conquistas permitiram que os colonos portugueses instalassem uma organização urbana racista e segregacionista. O racismo colonial teve um papel fundamental nesse processo configurando duas áreas: uma para os colonos com pontos comerciais, edifícios habitacionais, religiosos, militares e administrativos, onde os portugueses controlavam e exerciam as atividades mercantilistas da época; e outra, para os colonizados, que despossuíam esses aparatos.

Como exemplo bem nítido dessa forma de herança urbana, pode ser vista atualmente na Ilha de Moçambique, com casas de pedra e cal, por um lado a conhecida de “cidade de pedra e cal” e por outro, “a cidade de *macuti*”, casas cobertas de folha de palmeiras, que neste momento estão gradativamente, sendo substituídas por chapa de zinco, devido por um lado, escassez das folhas e por outro, a exposição maciça de materiais convencionais.

A implantação da organização urbana colonial era, até no século XVIII, territorializada em uma pequena porção de terra do que chamamos de “*Moçambique arquipélago*”. O espaço urbanizado que se circunscovia ao litoral – situado ao sul,

entre a baía de Lourenço Marques, ao centro, Sofala, Quelimane, Tete e Sena, e ao norte Ilha de Moçambique –, Ilhas de Quirimbas até Ibo.

Dentro deste espaço urbano se configurou processos urbanos híbridos, expressos através de contatos, entre vários povos existentes no “Moçambique arquipélago” (portugueses, indianos, árabes e nativos).

Apesar destes diferentes povos, a cultura urbana portuguesa se sobrepôs às outras, com características de identidade religiosa católica e europeia. Essas características, utilizando as palavras do professor Milton Santos (SANTOS, 2002b), foram forças *centrípetas* (internas), de agregação e convergência entre os súditos portugueses. Elas foram também, fatores de homogeneização e de aglomeração. Podemos dizer que essas forças *centrípetas* ocorreram, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais, influenciados pelas forças *centrífugas* (externas) (ANTAS JR, 2002).

Como por exemplo, o *regimento* de 1530, que compreendia um conjunto de instruções relativas à administração das “cidades feitorias”, gastos gerais em comércio e o Decreto Régio de 1761, norma jurídica que permitia a elevação das “cidades feitorias” em *Município e Vila*, emanadas pela monarquia portuguesa, condicionando fixos (os objetos técnicos) e fluxos (ações) que, terminaram com a revolução de 1910, que pôs fim a monarquia, que tinha iniciado o seu reinado em 1139.

A Primeira República estabeleceu novas demandas para acelerar normas de uso e regulação do espaço urbano colonial, influenciadas por interesse monopolista da Europa de dividir e ocupar efetivamente a África, decisões tomadas na época da monarquia. Ao abrigo da Conferência de Berlim (19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885) e com esta obrigatoriedade imperialista, o governo português não podia povoar demograficamente Moçambique, porque inexistia em Portugal uma população abundante, capaz de ocupar um território nove vezes superior a Portugal.

A maioria dos súditos existente em Moçambique era mestiça, os conhecidos por *afro-portugueses* e os indianos *baneanes*, ligados ao anterior regime colonial (NEWITT, 1997). Esta situação colocou Portugal num dilema embaraçoso, muito mais complicado do que na ocasião da Conferência de Berlim, na qual Portugal defendia o direito de “ocupação histórica” em substituição a “ocupação efetiva”, (COSTA, 1989).

Com isso, para diminuir os custos da “ocupação efetiva”, Portugal optou por ficar com um terço do território moçambicano, estabelecendo aquilo que ficou conhecido por administração colonial direta e cedeu outra parte, dois terços, a duas *Companhias majestáticas* (Companhia de Moçambique e do Niassa ou *Nyassa*) e uma *arrendatária* (Companhia da Zambézia). Com isso, a monarquia colonial, incentivou a criação de bases militares para expandir a influência portuguesa no interior.

Muitos desses quartéis militares iniciados pelo Comissário-régio Mouzinho de Albuquerque, ao expandir a dominação colonial, foram criando novas áreas urbanas, que sumiam gradativamente com o “Moçambique arquipélago”. A cidade da Beira, Porto Amélia/Pemba, Gurué, Mocuba/ João Belo/Xai-Xai, entre outros, fizeram parte deste processo.

No que tange ao surgimento desses novos centros urbanos, foi o interesse de dominação militar que deu origem à cidade – que nós denominamos de “cidade militar”. Como explicamos ao longo do texto, eram cidades que tinham como função alimentar os fluxos e fixos militares de colonização que avançavam para o interior dos limites territoriais decretados na Conferência de Berlim.

Estes sistemas de ações e objetos alteraram significativamente o sistema urbano de “Moçambique arquipélago” ao instituir novos conteúdos normativos e ao dividir o território em províncias, áreas urbanas (os *Conselhos*) e rurais (as *Circunscrições*), através das reformas administrativas de 1820, 1894 e 1907, respectivamente.

A dualidade urbana, que atravessou esse período, não se deu exclusivamente pelo sistema de ações militares, residia também nos colonos a crença de que eram superiores, os únicos a morarem no núcleo e reguladores de todo o território circunscrito, reservando assim as franjas urbanas sem infraestrutura para os negros (indígenas), determinados como de inferior civilização.

A passagem da segunda para a terceira idade colonial, dá-se com o período da formação socioespacial denominado pelos vários estudiosos de “colonialismo tardio” – aquele que tem início nos anos de 1930, alcança o seu apogeu em 1950 e o seu fim em 1975, fruto de dois ditadores portugueses: Antônio de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. (CASTELO *et al*, 2012)

É dentro desta realidade que surgiu o moderno sistema urbano moçambicano que atualmente vivemos. Claro com algumas mudanças nas funções e

formas, mas a estrutura urbana ainda continua quase compacta, mesmo depois da saída dos portugueses (1975).

Na terceira idade colonial houve um aumento significativo de construções de grandes sistemas de engenharias modernas, como: edifícios públicos, estradas, pontes, portos, aeroportos, terminais, infraestruturas urbanas. Gerado por um conjunto de capital misto (capital português e estrangeiro) de curto, médio e longo prazos que levaram a instalação de diferentes tipologias de fixos para a prestação de serviços urbanos destinados à população colona, que ano a ano ia crescendo.

Mas a modernização da urbanização moçambicana aumentou sensivelmente as possibilidades da dualidade urbana em termos de carência de infraestruturas e serviços urbanos básicos entre o *núcleo* – “cidade de cimento” e a *periferia* – “cidade de caniço”. Esta configuração urbana foi herdada, após o fim do colonialismo português, em 1975, pelo governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

O processo de descolonização parecia representar um caminho para a solução dos problemas urbanos de séculos de dominação colonial português. Porém o que se percebeu é que o Estado pós-colonial se mostrou técnica e financeiramente incapaz de propor soluções para minimizar os problemas urbanos.

As periferias urbanas cresceram e mudaram de qualidade; porém, o Estado permaneceu operando como há quatro décadas. Em outras palavras, aumentou o fosso entre o crescimento das periferias urbanas e a capacidade do Estado em implantar serviços e infraestruturas.

A constatação fundamenta-se na baixa proporção de infraestrutura e acesso aos serviços urbanos nas principais cidades moçambicanas. O investimento público refuta a realidade urbana das periferias. “São simples grãos de areia, caindo num mar de miséria e, portanto, incapazes de cimentar qualquer coisa de realmente sólido” (CASTRO, 2006). Como consequência, atualmente as “periferias” crescem com carências de infraestruturas e de serviços urbanos.

A insuficiência dessas oportunidades coloca a população da periferia numa grande dependência em relação ao núcleo, com incidência direta no custo de transporte público, o que provoca, com certeza, o aprofundamento da pobreza para uma população já empobrecida e desfavorecida. A isso se junta a especulação das terras urbanas, que lhe obriga cada vez mais a se afastar do núcleo, criando aquilo que nos chamamos de acumulação da dualidade urbana, acompanhada por segregação nas

periferias – bolsas de condomínios fechados e *vivendas* de dois a três pisos, que dominamos de palacetes moçambicanos.

O que se vê é um processo de ocupação das periferias por uma parte da população com poder aquisitivo de elevada remuneração, que desloca os habitantes da periferia de baixo poder aquisitivo, por meio de compra do seu lote, para a periferia distante e assim sucessivamente. Isto, portanto implica mudanças habitacionais e no mercado de solo.

Em conjunto, o fenómeno proporciona uma maior estima das áreas periféricas que até a década de 1990, não eram valorizadas. De fato, este processo vem gerando aquilo que muitos geógrafos vêm chamando de *gentrificação*, que acompanha a acumulação da dualidade urbana, produzindo distorções e descontinuidades na malha urbana, com reflexos negativos para a qualidade de serviços públicos prestados e o usufruto das infraestruturas urbanas.

As diferentes matrizes de urbanização moçambicana pós-colonial encontram-se numa conexão íntima com a urbanização colonial, no seguinte aspecto: a inacessibilidade de serviços e equipamentos urbanos para a maioria da população que mora na periferia. Isto quer dizer que a integração urbana é uma absorção espúria.

Este processo de urbanização toma quase por inabilidade o elemento de segregação colonial. No entanto, há muitas respostas políticas e académicas que apontam a carência de infraestrutura e serviços urbanos, como problema financeiro. Claro que o financiamento é importante, mas o fato é que o país necessita de diretrizes para condução do processo de desenvolvimento urbano.

Para todos os efeitos, as diretrizes devem ser esboçadas numa *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*, ou seja, numa *Política Nacional de Urbanização*, um instrumento jurídico único e inovador capaz de superar os problemas estruturais da urbanização moçambicana, estabelecendo normas de ordem pública e interesse social.

A superação dos problemas estruturais da urbanização moçambicana não é uma tarefa fácil, depende também de uma “pedagogia política” (vontade política ou compromisso), para transformar ideias em ações que permitam capitalizar recursos por intermédio de instrumentos de política financeira, como: incentivos fiscais e tributários, voltados a extrair contribuições e taxas fundamentais para o financiamento da oferta de equipamentos urbanos e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população urbana.

O financiamento da urbanização moçambicana será uma peça central no processo de desenvolvimento urbano. Financiar infraestruturas sociais, físicas e serviços urbanos, significa ter uma consciência dos problemas urbanos. Significa também, apoiar a construção do patrimônio de uma nação e de investir no futuro do País. O problema de infraestrutura e serviços urbanos, não pode ser resolvido a não ser a partir de um certo compromisso. Como aponta Galbraith (1983), compromisso “é enxergar por completo a perspectiva dos problemas [...]”.

Sem esse arranjo será difícil, senão impossível, falar de um desenvolvimento urbano. O objetivo do arcabouço jurídico é ser essencialmente o de melhorar a condição de vida da população urbana, ao estabelecer metas e responsabilidades institucionais, com objetivos claros a alcançar.

Essas metas ou diretrizes só terão efeitos se forem levados como um compromisso não apenas jurídico-político, mas social. Onde a maior responsabilidade de execução recaia sobre os municípios, ao elaborar seus Planos Diretores, espelhando-se em diretrizes gerais. Não que os Planos locais resolverão todos os problemas urbanos, mas são um passo importante no seu equacionamento.

Sem o compromisso com a causa da população carente, o arcabouço jurídico pode conduzir-se lentamente. Mas sempre será o fator preponderante para forçar os municípios a se comprometer com o desenvolvimento urbano.

Reconhecemos que tem havido alguns esforços (na expansão das redes de energia elétrica, água potável, posto policial, de saúde, escolas, entre outros), por parte do Poder Público moçambicano, na implantação de algumas melhorias, no sentido de promover o desenvolvimento urbano. Porém, o lapso entre o equacionado e as necessidades é grande, o que influencia negativamente na qualidade da vida da população da periferia.

As forças responsáveis por esse processo são as hegemônicas corporações estrangeiras que estabelecem aliança com a elite política. As *verticalidades* e as *horizontalidades* (SANTOS, 2002.a, 2002.b, 2009.a, 2009.b) são fluxos influenciados por forças externas e internas. Como sabemos, muitas das vezes as forças externas são fatores de desorganização, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, causada por fatores longínquos que cria tensão na vida local (SANTOS, 2002.b) – Os condomínios fechados e os palecentes (*vivendas*) fazem parte deste processo.

Como reação às verticalidades, as forças internas do “mundo local” e banal criam processos de reação. Essas reações se manifestam na paisagem urbana, com persistência de casas mescladas, sem reboque de pau-a-pique, blocos de cimento, tijolos, palha, entre outros, uso de energia alternativa, como querosene (petróleo) ou vela para iluminação, consumo de água de poço ou fontanárias, etc.

Essas reações não podem ser vistas como uma reação cultural, mas econômica, por falta de alternativas. A população de baixa renda submete-se a essa condição de miséria e pauperização, sem direito a ter direito a infraestrutura e serviços urbanos.

Cabe concluir dizendo que as interseções e superposições entre as *verticalidades* e *horizontalidades*, estão nesse momento gerando dois processos urbanos: a acumulação da dualidade urbana e a gentrificação. Por causa disso e por outros motivos, só uma pequena parcela da população da periferia tem acesso às benesses urbanas. Uma porção significativa permanece sem usufruto de água potável, energia elétrica, escola, hospital, etc.

Para terminar, resta dizer que esperamos que as críticas dos leitores permitam-nos completar ou modificar as interpretações. Desejamos também, que este estudo seja uma contribuição positiva para o esclarecimento de alguns problemas estruturais da urbanização moçambicana e que influencie uma agenda política e pública para a mudança das áreas urbanas que temos atualmente. Pensemos que este trabalho é um entre vários, e almejamos que existam pesquisadores que queiram redigir outros. Esta pesquisa é uma tentativa de levantar questões de como aproveitar as capacidades e “energias” para uma nova urbanização, mais justa e igualitária, colocada ao serviço da população urbana carenciada, cujo poder aquisitivo mal chega para a sua própria sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULA, Mariamo Amade. **Ensaio de reordenamento da unidade Kansa 1º bairro cidade de Quelimane**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1997.

ABRAHMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **The Washigton Conensus e Moçambique. A importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente Africano**. Maputo: Centro de Estudo Estratégico e Internacionais do Instituto Superior de Relações Internacionais, 1995.

ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

ADAM, Yussuf. Mueda 1917-1990: resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cabo Delgado**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.5-48.

_____. **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do Leopardo**. Maputo: Promédia, 2005.

ADMJUMOBI, S. The strutural adjustment programme and democratic transition in Africa. **Versfassung and Recht in Ubersee**, 29, 4,1996.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

AKIYAMA, Renato. Ruralização da cidade moçambicana. **Conversazioni Alag-Architettura Designlandscap**. [s.l...s.n] 13 novembro de 2008. Disponível em:<<https://conversazioniaalg.wordpress.com/2008/11/13/a-ruralizacao-da-cidade-mocambicana/>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

ALBUQUERQUE, Antônio. **Arquitetura Moderna em Moçambique: Inquérito à Produção Arquitetônica em Moçambique nos Últimos Vinte e Cinco Anos do Império Colonial Português (1949-1974)**. Monografia. (Licenciatura em Arquitetura) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra,1998.

ALBURUERQUE, Mouzinho de. **Providências publicadas pela comissão régio na província de Moçambique 1 de dezembro de 1896 até 18 de novembro de 1897**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898.

_____. **Moçambique 1896-1898**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. Reimpressão autorizada, 1913.

ALMEIDA, Leopoldo. Moçambique. Notas sobre as cidades e arquitetura. **Arquitetura**. Lisboa, nº 115, maio-junho, 1979, p.88-99.

ALVAREZ, Isabel. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p.111-126.

ALVARINHO, Luis. **Pemba, sua gente, mitos e histórias, 1850-1960**. Maputo: [s.n], 2001.

AMARAL, Ilídio do. Beira, Cidade e Porto do Índico. **Finisterra Revista Portuguesa de Geografia**. Vol. IV-7, Lisboa, 1969. AMARAL, Ilídio. do, “Beira, Cida p. 76-9

_____. Análise das estruturas e funções urbanas na África Ocidental antes da presença europeia. ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, 1415 – 1822. Renata ARAÚJO, Hélder LEITE e Walter ROSSA (Coord.). Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

AMORIM, Maria, et al. **Arrecadação fiscal no Brasil 2005 a 2011: análise da evolução dos tributos e sua relação com os modernos e eficientes mecanismo de arrecadação do Estado**. São Paulo: SINDUSFARMA, 2012.

AMORIM, Pedro. **Relatório do governador do distrito de Moçambique 1906-1907**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1908.

ANDRADE, António. **Relações de Moçambique setecentista**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1955.

ANDRADE, Carlos. Urbanização, alargamento e embelezamento da cidade da Beira. **Arquitetura**, Lisboa, nº 24 abril de 1933.

ANDREATTA, Verena e MAGALHÃES, Sérgio. **Relatório sobre as condições do planeamento urbano, habitação e infraestrutura em Maputo, Moçambique**. [Informe dirigido ao Governo de Moçambique]. London: International Growth Center. 2001.

ANTAS JR. Ricardo. **Espaço geográfico: fonte material e não formal do direito**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São, 2002.

ANTUNES, Luís. A ilha de Moçambique, na segunda metade do século XVIII. In: **Anais de História de Além-mar**. 2006 vol. VIII, p. 197-212.

_____. Ilha de Moçambique. Memória do património e do seu povo. In: RODRIGUES, Miguel. (Org.). **O futuro e História da Lusofonia Global**. Lisboa: IICT, 2008, p.232-238.

ARAÚJO, Maria de. **O giro moçambicano**. Subsídios para a história de Moçambique (1498-1752). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992.

ARAÚJO, Manuel. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) -Universidade de Lisboa. Lisboa, 1988.

_____. Migração interna e o processo de urbanização. In: COMISSÃO NACIONAL DO PLANO & DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Dinâmica demográfica e processos económicos, sociais e culturais.** Maputo: Comissão Nacional do Plano & Direção Nacional de Estatística, 1990, p.72-89.

_____. **Mozambican national report n human settlements.** Prepared for habitat II. Maputo: National Comission on Human Settlements.1996.

_____. **Geografia dos povoamentos:** assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo: imprensa Universitária, 1997.

_____. **Espaço urbano demograficamente multifacetado:** as cidades de Maputo e Matola. Comunicação sobre as características geo-sócio-demográficas e os modelos de desenvolvimentos urbanos em Moçambique, 2006.

_____. **Cidade de Maputo espaços contrastantes:** do urbano ao rural. Finisterra XXIV, 67-68, 1999, p.175-190.

_____, et al. **Análise da diferenciação espacial da população nas cidades de Maputo e Matola.** Projeto de pesquisa. Maputo: UEM, 2000.

_____. Ruralidades-urbanidades em Moçambique. Conceito ou preconceito? **Revista da Faculdade de Letras-Geografia.** I Série. Vol XVI-XVIII, Porto, 2001-2002, p.5-11. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/293.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, nº14, p. 165-182, 2003.

_____. Cidade de Nampula: a rainha do norte de Moçambique. **Finisterra**, XL, 79, 2005a, p.209-222.

_____. **População, desenvolvimento – interlação complexas, o debate inclusive.** Maputo: Centro de Estudo de População da Universidade Eduardo Mondlane, 2005b.

_____. **Planeamento urbano na cidade de Maputo. Uma visão crítica.** [s.l.; s.n]. Disponível em: <www.uibk.ac.at/geographie/agef/projekte.pdf> Acesso em: 2 mar. 2012.

ARCADIS, EUROCONSULT & JTK ASSOCIATES. **Plano de estrutura da área metropolitana de Maputo.** Relatório final Vol I, II, III, IV e V. PROL. Direção Nacional de Administração Local. Maputo: Ministério de Administração Estatal, 1999 (mimeo).

ARNALDO, Carlos. **Comércio informal, ocupação da força de trabalho no Bairro da Malanga.** Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1996.

_____. **Fecundidade e seus determinantes próximos em Moçambique:** uma análise dos níveis, tendências, diferenciais e variação regional. Texto Editores. Maputo. 2007.

_____.MUNAMOHA, Ramos. **Dinâmica demográfica e suas implicações em Moçambique.** Maputo: Centro de Pesquisa em População e Saúde [Gazeta de População e Saúde n° 02], 2014.

ARNAUT, Luiz. **Ata geral redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885. Texto e documentos da disciplina de História Contemporânea.** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, [s.d].

ARROYO, Mónica Maria. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, V ano 2,2008, p.30-31.

AVARELLO, Marco. Gli strumenti normativi per la gestione del territorio. In:FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo:** la riconversione della città coloniale tra ideologia e politiche urbane. Milano: Franco Angeli Libri s.r.l, 1987. p.133-153.

ATKINSON, R. e BRIDGE, G. **Gentrification in a global context:** the new urban colonialism. Londres, Routledge, 2005.

AUTARQUIAS. A ANAMM é fruto de uma visão comum de servir cada vez melhor os municípios. **Revista da Associação Nacional dos Municípios**, trimestral, n°1, ano 1, 2008.

AYRES, António. **Anais da câmara municipal de Lourenço Marques.** Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.

AZEVEDO, Mário. O plano diretor de urbanização de Lourenço Marques (1969). Maputo: Câmara Municipal de Lourenço Marques. **Separata do Boletim** n°7.1967.

AYRES, Antônio. **Anais da câmara municipal de Lourenço Marques.** Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.

BAIA, Alexandre. **Ruralidades na cidade de Nampula:** exercício teórico por uma crítica da cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____; *et al.* **Reflexões sobre espaços urbanos:** a cidade de Nampula, Moçambique. Dakar: CORDERSIA, 2008.

_____. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique:** considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São, 2009.

_____; *et al.* Urbanização dependente. In: BAIA, A et al. **Reflexões sobre espaços urbanos:** a cidade de Nampula, Moçambique. Dakar: CORDERSIA, 2008, p.5-12.

_____. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº29-Especial, 2011, p.3-30.

BAIÃO, António *et al.* **História da expansão portuguesa no mundo**. Volume I. Lisboa: Ática, 1937.

BARTOLOMEU DOS MARTIRES. Memoria Chorografica da Província ou Capitania de Mossambique na Costa d'Africa Oriental conforme o estado em que se encontrava no anno de 1822, 1823, **Arquivo Histórico de Moçambique** (AHM), SE a III P 9, nº 216 (Cópia do original do Arquivo da Casa Candaval, cód. 826 (M VI 32), fl. 63.

BASTIÃO, Maria. **A Ilha de Moçambique de Seiscentos**: os testemunhos de Frei João dos Santos e António Bocarro. CHAM/FCSH-UNL e Universidade de Açores. Disponível em: <<http://jornadasdomar.marinha.pt/pt/trabalhosBasti%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 de jan. 2013.

BEAUJEU-GARNIER & CHABOT. **Tratado de Geografia Urbana**. Barcelona: Editora Vicens-Vives, 1970.

BELLUCCI, Beluce. **Economia contemporânea em Moçambique**: sociedade linheira, colonialismo, socialismo, liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

BENIS, Khadija. **Viela de Afama/entre revitalização e gentrificação. Impacto da “Gentrificação.” sobre apropriação do espaço público**. Dissertação de Mestrado em Estudos Urbanos e Mediterraneos- EURMed da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2001.

BERDIAEFF, Nicoláu. **A nova idade media**: reflexões sobre o destino da Rússia e da Europa. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio-Editora, 1936.

BILÉRIO, Bernardino. Papel dos governos (autarquias) locais na consolidação da democracia em Moçambique: 1998-2006. Caso do Município de Inhambane. Conferência paper nº 01 CONFERÊNCIA INAUGURAL DO IESE. DESAFIOS PARA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICO EM MOÇAMBIQUE. 19 de setembro de 2007. Disponível em:<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Bilerio,Bernardino_PapelDosGovernos.pdf>. Acesso em: 07 de mar. 2015.

BOCARRO, António. **O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

BOLETIM DA COMPANHIA DO NYASSA nº 60, 28 de Fevereiro, ano de 1903, Porto Amélia.

_____. nº 130, de 31 de Dezembro de 1908, Porto Amélia.

_____. nº 155, 30 de Janeiro 1911, Porto Amélia.

BOLETIM DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Nº30. I Série. Lei n.º

0/76, de 3 de Março de 1976. Determinava a alteração toponímicas dos nomes das áreas urbanas moçambicanas.

BOLETIM DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. Nº2 . I Série, Suplemento Nº2. Lei nº 4/86 de 25 de Julho, publicada, Sábado, 26.07.1986. Determinava a alteração do conteúdo normative do território colonial para pós-colonial.

BOLETIM DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. I Série, Nº 16 de 1987”. Resolução No 7/87 de 25 de Abril de 1987 que determina as cidades da República Popular de Moçambique”.

BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei 3/94, I Série, nº 37, 1º Suplemento, 13 setembro 1994.

_____. Lei 9/96. I Série, nº 47, 1º Suplemento, 22 novembro 1996.

_____. Lei 2/97, I Série nº 7, 2º Suplemento, 18 fevereiro 1997.

_____. Lei 8/2003, I Série nº 20, 1º Suplemento, 19 de maio de 2003.

BOLÉO, José. **Geografia das cidades**: Lourenço Marques. Lisboa: Biblioteca Nacional de História e Geografia. (B.N.H.G. V.20675).1945.

BONITO, Jéssica. **Arquitetura Moderna na África Lusófona**: Recepção e Difusão das Ideias Modernas em Angola e Moçambique, Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Lisboa) Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2011.

BARDALO, Francisco. **Viagens na África e na América**. Panorama, vol.III da 3 série, 1854.

BOUCHON, Geneviève. **Vasco da Gama. Terra Mar**. Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997.

BOSSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSI, Eclésia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos (4a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995

BOTTOMORE, TOM (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, [1988], 2003.

BOXER, C. R.; AZEVEDO, Carlos. **A Fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça**. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

_____. **As mulheres na expansão ultramarina ibérica**: alguns fatos, ideias e personalidades. Lisboa: Coleção horizontes 35, 1977.

_____. **Relações raciais no império colonial português**. São Paulo, Companhia das Letras, 1982[1963].

_____. **A Índia portuguesa em meados do século XVII**. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **O império marítimo português (1415-1825)**. Lisboa, Edições 70, 1992.

BRÁS, Berta. **O carungo em “carta da Zambézia” do Bisavô Gavicho**. 2013. Disponível em: < abemdanacao.blogs.sapo.pt/1075059.html>. Acesso em: 07 nov. 2015.

BRAUDEL, Fernand. Historia y ciencias sociales: la larga duración. **Cuadernos Americanos**, 1958, ano XVII, nº6. Mexico, octubre-novembre, p.73-108.

_____. **O tempo do mundo**. São Paulo: Martins, 2005.

BRITO, Luis de. **Le Frelimo et la construction de l' État national au Mozambique**. Le sens de la référence au marxisme (1962-1983). Tese. (Doutorado em Antropologia do político), na Universidade de Paris VIII. Paris, 1991.

BRUSCHI, Sandro. **Campo e cidades da África antiga**. FAPF: Maputo. 2001.

_____; *et al.* **O desenho das cidades, Moçambique até o século XXI**. FAPF: Maputo, 2005.

BURKE, Peter. **O Renascimento**. Lisboa: Texto Grafia, 2008.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CABRAL, Antônio. **Dicionário de nomes geográficos de Moçambique: sua origem**. Lourenço Marques: Imprensa Moderna, 1975.

CAHEN, Michel. Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos. In: **InformÁfrica Confidencial**, nº 63, 1994.

CALABI, Donatella. **História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares**. São Paulo: Perspectiva. 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURENÇO MARQUES. **Anais 1953-1954**. Lourenço Marques: Artes Gráficas, LDA, 1958.

CANHANGA, Nobre. Os desafios da descentralização e dinâmica de planificação participativa na configuração de agregados políticos locais. 6 CONFERÊNCIA INAUGURAL DO IESE. DESAFIOS PARA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICO EM MOÇAMBIQUE. 19 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Canhanga,Nobre_DesafiosDescentralizacao.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2015.

CAPÃO, José. Ilha de Moçambique: sem desenvolvimento não há conservação. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 4 especial. Outubro de 1988, p.13-22.

CAPELA, José. Apontamentos sobre os negreiros da Ilha de Moçambique. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, n° 4 especial. Outubro de 1988, p.83-90.

_____. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842**. Porto: CEA-UP (Edições eletrônicas),1987. Disponível em: <www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB087.pdf> Acesso em: 2 mai. 2005.

_____. **Donas, senhores e escravos**. Porto: Afrontamento. 1995.

_____. O tráfico de escravo na Ilha de Moçambique. In: ANGIUS, Matteo & ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique: convergência de povos**. Viagino Geacomini: AIEP Editore,1999, p.54-69.

_____. **Moçambique pela sua história**. Porto: CEAUP.(Edições eletrônicas), 2010. Disponível em <www.africanos.eu>. Acesso em: 20 de jan. 2012.

CARDOSO, Augusto. **Relatório do Governador de Inhambane, 1906-1907**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1907.

CARLOS, Ana Fani. Notas sobre a paisagem urbana paulistana. In: CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano: escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFCH, 2007.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p.95-100.

CASAL, Adolfo. **Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique**. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia/ Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

CARRILHO, Júlio & LAGE, Luís. Desafios no domínio da habitação. In: BRITO, L, et al. **Desafio para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2009, p.319-322.

CARVALHO, F. **Relatório do Governador do distrito de Quelimane, 1912-1913**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1914.

CARVALHO, J. **Relatório do Governador do distrito de Inhambane, 1917**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1920.

_____. Estatuto de grande cidade para Lourenço Marques. **Boletim Municipal de Lourenço Marques**, n°4, 1969, p.19-27.

CASTEL-BRANCO, Nuno. Opções Econômicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Ideias Alternativas. In: BRAZÃO, Mazula (editor). **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: Elo gráfica, p. 581-636, 1995.

_____. **Indústria e industrialização em Moçambique**: a análise da situação atual e linhas estratégias de desenvolvimento. Maputo: Ambascita d'Italia, 2003.

_____. Desafio do desenvolvimento rural em Moçambique: contributo crítico com debates de postulados básicos. **Discussion Papers** do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2008.

_____. Sobre a “eficácia” e “eficiência” social e financeira da política económica e as prioridades económicas e sociais. **Savana**, 07 de janeiro 2014, p.10.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma cronica do salário. 5ªed. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Imperialismo y urbanizacion en America Latina**. Barcelona: GG.1973.

CASTELO, Cláudia. **Passagem para África**: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais de Metrópole (1920-1974). Porto: Edições Afrontamento, 2007.

_____. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun.2012, p.391-408.

_____. Migração de metropolitano para Angola e Moçambique (1945-1974). VIII CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÉNIO. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004, p.1-22.

CERQUEIRA, Eugênia. A evolução das formas de gentrificação: estratégia comerciais locais e o contexto parisiense. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 417-436, nov 2014.

CLARK, David. **Urban World\Global City**. London: Baker Book House,1996.

CHAMI, Felix et al. East Africa and the Middle East relationship from the first millennium BC to about 1500 AD. **Journal des africanistes**, volume 72, nº72-2, 2002, pp.21-37.

CHAÚQUE, J. **Análise do crescimento da população da cidade de Maputo, 1970-2000**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2004.

CHAU, Marilena. O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação. **VIOMUNDO**. 27 de junho de 2013. Disponível em:<<http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chau-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

CHAVANA, Xavier. Mobilidade residencial e dinâmica da reprodução da pobreza na cidade de Maputo. II CONFERÊNCIA DO IESE “Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique”, 22 a 23 de abril de 2009. Disponível

em:<http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP18_2009_Chavana.pdf>.

Acesso em: 05 mar. 2015.

CHICAMISSE, Francisco. **Agricultura urbana no setor familiar associativo no distrito urbano nº5 da cidade de Maputo**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) - Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

CHICHAHA, Sérgio. **Le “vieux Mozambique”**. Etude sur l’identité politique de la Zambézie. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Instituto Político de Bordeaux-Centro de estudo de África negra da Universidade de Bordeaux IV. Bordeaux, 2007.

_____. **Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique**. Maputo: IESE, 2008, p.1-21

CHICO JÚNIOR, Manuel *et al.* **Constituição da República de Moçambique: princípios e direitos fundamentais**. 2ª Edição. Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung (Fundação Konrad Adenauer), 2010.

CHIGOMA, A. **Degradação de solos e movimento populacionais no posto administrativo urbano de Muatala – Cidade de Nampula**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2004.

CHILUELE, Carlos; MACAMO, Leonardo. Pobreza e desigualdades na cidade de Maputo: o caso do Bairro Polana Caniço “A. In: DUARTE, Stela; RAIMUNDO, Inês. **Geografia em Moçambique: passado, presente e futuro**. Maputo: Educar-UP, 2014, p.-115-126.

CHIMUNUANE, Ozias; HASSAM, Minoz, HINDKJAER, Sven; WEIMER, Bernhard. **Programa conjunto de apoio a 13 municípios do centro e norte de Moçambique (P-13). componente C: Finanças municipais. Estudo sobre o Potencial Tributário no Município da Cidade da Beira**. Maputo: República de Moçambique/ Ministério Para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA), 2010. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2011/08/03/000020953_20110803132638/Rendered/INDEX/635310WP0MZ0P10tario0Final00Jan011.txt>. Acesso em: 13 mar. 2015.

COELHO, João Paulo Borges. Tete, 1900-1926: o estabelecimento de uma reserva de mão de obra. In: **Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 10 especial. Outubro de 1991, p.103-132.

COELHO, Vasco. **Cooperação descentralizada e participativa entre Portugal e Moçambique: o exemplo do município da Matola**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

COLIN, Jeremy. **Programa Nacional de Saneamento em Moçambique**. Nairobi: Water and Sanitation-Program-Africa Region (WDSP-AF), 2002.

COLLIDA, Alda Becchi. Le grandi infrastrutture. In: FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo: la riconversione della città coloniale tra ideologia e politiche urbane**. Milano: Franco Angeli Libri s.r.l, 1987, p.185-213.

COHEN, Jean-Louis. A cidade marxista. 1979. O urbanismo nas condições socialistas: URSS e países do leste europeu. In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

COLUMBIA ENCYCLOPEDIA 2007. **Mozambique History**. Sixth Edition. Disponível em: <<http://www.encyclopedia.com/doc/1E1-Mozambiq.html>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

CONCEIÇÃO, Fr. António da. Tratado dos Rios de Cuama.[1696]. In: Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.). **O chronista de Tissuary**. vol. 2, Nova-Goa, 1867, pp. 34-111.

CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO. “Malagatana, tento não me desviar do cidadão que eu sou”. **ACÁCIARUBR**, nº3, Julho-setembro,2007.

_____. **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2008.

_____. **Programa de Desenvolvimento de Maputo (PROMAPUTO)**. Fase II. Maputo: Conselho Municipal da cidade de Maputo, 2001.

CONSELHEIROS. **Agenda 2025**: uma visão estratégica da nação. Maputo: Comitê de Conselheiros, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Maputo: Imprensa Nacional. 2004.

CONTEL, Fabio B. **Finanças municipais e territórios: Horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP)**. Dissertação de Mestrado. (Geografia humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. **Território e Finanças. Técnicas, Normas e Topologias Bancárias no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo. USP, 2006.

COQUERY-VIDROVICTCH, C. **Histoire des villes d'Afrique noire**. Des origines à la colonization. Paris: Albin Michel (L'Afrique noire a été longtemps), 1993.

COUTO, Fernando Amado. **Moçambique, 1974: o fim do império e o nascimento da nação**. Miradela: Caminho,2011.

CORREIA, Milton. **Norte de Moçambique, 1886-1918: soberania, dominação e administração coloniais**. Dissertação (Mestrado em Educação/Ensino de História) – Universidade Pedagógica— Delegação de Maputo. Maputo, 2010.

CORRÊA, Gaspar; STANLEY, Henry. **The tree voyages of Vasco da Gama, and his viceroyalty**. Hakluyt Society; Universidade de Michingan,1869. (Digitalizado 8 mar 2007).

CORRÊA, Roberto Lobato. Prefácio. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1999] 2012.

_____. Segregação residencial, classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro et al (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p.39-62.

COSTA, Ana Bernard. **Família de Maputo: processos de mobilidade e transformações urbanas**. Revista Internacional em Língua Portuguesa – RILP, 3ª Serie, nº23, p.177-192.

_____; HENRIQUE, Cristina. Dinâmicas urbanas. Maputo e condomínios fechados, transformações espaciais e processos de mobilidade residencial. Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, junho de 2014. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 565-586, nov 2014.

COSTA, Eduardo. **O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900**. Lisboa, Typ. Da Comp. Nacional Editora, 1902.

COSTA, Inês Nogueira. No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 6 especial. Outubro de 1989, p.65-76.

COSTA, Mário. Origem e primeiros passos da Beira. Boletim Geral das Colônias. XV – 174. **Agência Geral das Colônias**. Nº 174 – Vol. XV, 1939.

COVANE, Luís. Lourenço Marques e o transvaal, 1852-1928. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 2 especial. Outubro de 1989, p.76-84.

CRAWFURD, J. Mozambique.**Timeline**. 2002. Disponível em:<http://crawfurd.dk/africa/mozambique_timeline.htm>. Acesso em: 13 jun. 2010.

CUNA, J. **Ocupação da terra urbana na cidade de Matola e suas implicações no planeamento urbano, alguma referência a bairro**: Mussumbuluco e Liberdade. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2004.

CUNHA, Pedro José da. A Companhia de Moçambique e a sua obra. Boletim Geral das Colônias. **Agência Geral das Colônias**. Nº 005 - Vol. I. 1925.

CUPENSAR, Delfina. **FFH rescinde contrato com devedores**. AIM. 15 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://noticias.sapo.mz/aim/artigo/8043115102013113103.ht>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CURTO, Diogo. **A cultura imperial e projetos coloniais (Séculos XV a XVIII)**. Campinas: UNICAMP, 2009.

CUSTODIO, Vanderli. **A persistência das inundações na grande São Paulo**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. A retomada do planejamento federal e as políticas públicas no ordenamento do território municipal: a temática das águas e do saneamento. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**, São Paulo, v. 16, p. 95-104, 2005.

DAVIS, Kingsley, et al. **Cidade: a urbanização da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE. LIÇÕES DA PRIMEIRA DÉCADA. Maputo: ANAMM, 2009.

DIANABUJA. **Swahili city states: pre-european ‘colonizers’ of East and Central Africa**. 2009. Disponível em: <<http://dianabuja.wordpress.com/2009/06/29/swahili-city-states-pre-european-%E2%80%98colonizers%E2%80%99-of-east-and-central-africa-2/>>. Acesso em: 5 set. 2013.

DIREÇÃO DE CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO (DUC). **Problemas habitacionais na cidade de Maputo** (Relatório). Maputo: Conselho Executivo da cidade de Maputo, 1984.

DIREITO, Barbara. **Política colônias de terra em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942**. Tese. (Doutorado em Ciências Políticas). Instituto de Ciências Sociais da Faculdade de Letras e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. [Nova História].

DÉAK, Csba. **Rent theory and price of urban land: spatial organization in a capitalist economy**. Dissertação submetida ao grau de Doutor em Filosofia na Universidade de Cambridge, King's College, 1985.

_____; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DOMINGOS, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**. I Série, Vol. X/XI, Porto, 1994/5.

DOMINGOS, Nuno. “Dos subúrbios da Lourenço Marques colonial aos campos de futebol da metrópole”, uma entrevista com Hilário Rosário da Conceição. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2013, p.225-245.

DONATI, Ângelo et alii. **Riscos de alguns Mammases, Aves, e Vermes do Real Museu de Nossa Senhora d’Ajuda; Ditos de Peixes e Vermes de Angola, com o Prospecto da Embocadura do Rio Dendê; Ditos de vários Animaes raros de Moçambique, com alguns Prospectos e Retratos**. Códice manuscrito do Museu Bocage (s.d).

DUARTE, M, *et al.* Transferências fiscais intergovernamentais no Brasil: uma avaliação das transferências federais, com ênfase no sistema único de saúde. Texto para Discussão nº 1451, **IPEA**, 2009.

DUBY, Georges. **Idade média na França (987-1460), de Hugo Capelo a Joana D'arc**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

DUBOIS, Claude-Gilbert. **O imaginário da Renascença**. Brasília: Editora Universitária, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editora.2000.

ENNES, António. **O trabalho indígena e os créditos agrícolas**. Antologia Colonial Portuguesa. Vol I. Política e Administração. Lisboa: Agência Geral da Colonias, 1946.

_____. **Moçambique**: relatório apresentado ao Governo. 4ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1971.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FELTRAN, Gabriel. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedades de classes e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1975.

FERNANDES, José, et al. **Moçambique 1875-1975**. Cidades, territórios e Arquitetura. Lisboa: Maisimagem, 2008.

_____. **Geração africana**: arquitetura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975. Lisboa: Livros Horizontes, 2002.

FERNANDES, Jorge. **República [popular de Moçambique]. As alterações toponímicas e os carimbos do correio**. Porto: Humus, Lda,2006.

FERNANDO, Marcos. **Gestão urbana, recolha e tratamento de lixo sólido doméstico nas cidades moçambicanas**. Maputo: Ministério de Coordenação para Ação Ambiental, 1996.

FERRACUTI, Giovanni. Introdução. In: FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo**: la riconversione della città coloniale traz ideologia e politiche urbane. Milano: Franco Angeli Libri. S.r.l, 1987a. P.13-46.

_____. Il problema della`arbitazione nella “riconversione” della citta coloniale. In: FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo**: la riconversione della citta coloniale tra ideologia e politiche urbane. Milano: Franco Angeli Libri s.r.l, 1987b, p.154-184.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, André. **Obras Públicas em Moçambique**. Inventário da Produção Arquitetônica executada entre 1933 e 1961. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2008.

FERREIRA, Duarte. **Relatório do governador do distrito de Moçambique 1911-1913**. Lourenço Marques: Tipografia A. W. Bayly & Co, 1915.

FERREIRA, João. Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas. Texto de apoio às discussões da Mesa 1 – Plano Diretor e Instrumentos Tributários e de Indução do Desenvolvimento”, Vª CONFERÊNCIA DAS CIDADES – CÂMARA FEDERAL/CDUI e MINISTÉRIO DAS CIDADES. 02 de dezembro 2003.

_____. (Org.). Brasil do século XXI: cidades cindidas, desiguais e insustentáveis. In: FERREIRA, João. (Org.). **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano: Parâmetro de qualidade para a implementação dos projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM, 2012, pp.11-38.

FILIFE, Silas. Maputo desprovido de sanitários. **Notícias**, (Opinião & análise). Quarta-feira, 8 de janeiro de 2014, p.25.

FIRMINO, Gregório. **A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique**. Palestra proferida na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcvlport/pdf/mes/06.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformação recente no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FONTE, Maria. **Urbanismo e arquitetura em Angola** – Norton de Matos à revolução. Tese. (Doutorado em Planejamento Urbanístico)- Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

FORJAZ, J. **Muitipiti**: Ilha de Moçambique. In: ANGIUS, Matteo & ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique**: convergência de povos. Viagino Geacomini: AIEP Editore, 1999.

_____. La pianificazione fisica nel mozambico indipendente. In: FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo**: la riconversione della città coloniale tra ideologia e politiche urbane. Milano: Franco Angeli Libri s.r.l, 1987, p.47-104.

_____; *et al.* **Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção**. Maputo: Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, 2006.

_____. **Urbanização e desenvolvimento municipal em Moçambique. Planeamento urbano e habitação.** Developmente Worksop. Maputo, 2008.

FOLIO, Fabrice. Les condomínios à Maputo: enjeux sociétaux et spatiaux autour de l'implantation des ensembles résidentiels sécurisés dans la capitale mozambicaine, **Annales de géographie** 2007/3 (n° 655), p. 247-270.

_____. CARLOTA, Marlen.; CHICAMISSE, Luisa. Criminality at Maputo, the emergence of private security and new forms of governance. PUBLIC CONFERENCE PRIVATISATION OF SECURITY, IN SUB-SAHARAN AFRICAN CITIES: URBAN DYNAMICS AND NEW (Cape Town, Durban, Ibadon, Johannesburg, Kano, Lagos, Nairobi, Maputo end Windhoek). Université de la Réunion. 21-22 Novembro de 2005.

FORQUILHA, Salvador. “Remédio novo em panos velhos”: o impacto das reformas de descentralização no processo de governação local em Moçambique. 01 CONFERÊNCIA DO IESE. DESAFIOS PARA INVESTIGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICO EM MOÇAMBIQUE. 19 de setembro de 2007. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/Forquilha,Salvador_RemendoNovoEmPanoVelho.pdf. Acesso em: 07 mar. 2015.

_____. **Autarquias locais em Moçambique: lógicas e dinâmica** CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO E AUTARQUIAS. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola (UCA). Luanda, 29 e 30 de abril de 2014. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2014/SF_LUANDA.pdf. Acesso em: 07 mar. 2015.

FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 29/30, p. 271-316, 2004.

FRANCISCO. Antônio. Reestruturação econômica e desenvolvimento. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e TRINDADES, João Carlos (Org.). **Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique**. Porto: Afrontamento. 2003, 141-178.

FRANCISCO, Arlete Maria. **Arquitetura e a cidade: habitação vertical em São José do Rio Preto**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FREUND, Bill. **The African City, a History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FREIRE DE ANDRADE, Alfredo. Trabalho indígena e as colônias portuguesas – A escravidão e a sociedade das Nações. In: **Boletim de Agência Geral das Colônias**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, n°16, outubro 1926, p.3-11.

FURTADO, Carlos. Intervenção do Estado e (re) estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 314-363, nov 2014.

FURTADO, Celso. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII** (Elemento de história econômica aplicada à análise de problemas econômicos e sociais). São Paulo: Hucitec, 2001.

FUSTEL DE COULANGES. N. **La cité sur la culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome**. São Paulo: EDAMERIS, 1962. [Versão BooksBrasil].

GALBRAITH, John. **A era da certeza**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

GALVÃO, Henrique. **Álbum comemorativo da 1ª exposição colonial portuguesa**. Porto: Agência Geral das Colônias. 1934

GALVÃO, J. O regime da mão de obra em Moçambique. **Boletim da Agência Geral das Colônias**, nº3, setembro 1925, p.116-128.

GALHARDO, Jacques. As desigualdades fontes de dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 587-607, nov 2014.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GRAHAM, Douglas.; LUNDIN, Irae.; NALL, William.; JENKINS, Paul. **Resultados das pesquisa peri-urbana básica**: Maputo, Moçambique. Relatório Final para Missão USAID Maputo, Moçambique. Universidade do Estado de Ohio, 1991.

GARSPAR, Manuel. **Contribuições Para o Estudo da Dinâmica Demográfica de Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Belo Horizonte, 1989.

_____; _____. MENDOÇA, Gertrudes. Diferencias socioeconômicas de mortalidade infanto-juvenil em Moçambique e na cidade de Maputo. In: COMISSÃO NACIONAL DO PLANO & DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Dinâmica demográfica e processos econômicos, sociais e culturais**. Maputo: Comissão Nacional do Plano & Direção Nacional de Estatística, 1990, p.27-61.

GEFFRAY, Christian. **A causa das armas**: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Afrontamento: Porto, 1991.

GENTIL, Anna. Prefácio. In: ANGIUS, Matteo; ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique**: convergência de povos. Viagino Geacomini: AIEP Editore, 1999, p.6-9.

GLASS, Ruth. Introduction. In: **London**: aspects of change. Centre for Urban Studies (dir.). Londres, Macgibbon & Kee, 1964, p. 12-41.

GIL, Horácio. **“Follow up” da Habitat Agenda**. Maputo: Ministério das Obras Públicas e Habitação, 2000.

GILBERT, E. Coastal East Africa and the Western Indian Ocean: Long-Distance Trade, Empire, Migration, and Regional Unity, 1750-1970. In: **The History Teacher**. 36(1). 2002. Disponível

em:<<http://www.historycooperative.org/journals/ht/36.1/gilbert>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

GODINHO, Vitorino, Magalhães. **Les finances de l'Etat portugais des indes Orientales (1517-1635)**. Materiaux pour une structurales et conjunturelles. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,1982.

GONÇALVES, Perpétua. **(Dados para a) história da lingual portuguesa em Moçambique**. Maputo. 2000.

GRAHAM, Douglas; LUNDIN, Irae; FRANCISCO, Antônio; NALL, William; WALKER, Mindy; JENKINS, Paul. **Resultados da pesquisa peri-urbana básica: Maputo, Moçambique**. Ohio: Universidade de Ohio. 1991.

GRIMM, Flávia. **Trjetoria epistemológica de Milton Santos:uma leitura á da centralidade da técnica, dos dialógos com a economia politica e da cidadania como práxis**. Tese. (Doutorado em Geografia Urbana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

GREGOROVIVUS, Ferdinand. **History of the city of Rome in the Middle ages**. London: George Bell & Sons,1895.

GUAMBA, José. Finanças municipais em Moçambique. CICLO DE CONFERÊNCIAS SOBRE EXPERIÊNCIA AUTARQUICAS: SISTEMAS FISCAIS E DE FINANCIAMENTO. Angola, 22-25 de julho de 2013. Disponível em:
<http://ifal.gov.ao/pdfs/mocambique/O%20SISTEMA%20FISCAL%20DAS%20AUTARQUIAS%202013%20ANGOLA.pdf>. Acessado 13 de nov 2015.

GUEDES, Amâncio d'Alpoim (Pacho).The caniços of Mozambique. In: OLIVER, Paul. **Shelter in Africa**. Londres: Barrie & Jenkins, Ltd.1971-1976.

GUTIÉRREZ, Rafael. La polissemia y la lingüística de gentrificación. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 329-340, nov 2014.

HAIR, P.E.H. Milho, meixoeira and other foods tuffs of the Sofala Garrison, 1505-1525. **Cahiers d'études africaines**, volume 17, nº66-67, 1977, p.353-363.

HANLON, Joseph. Paz sem benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane (Coleção nosso chão), 1996.

HARDOY, J.; GEISSE, G. (Org.). **Políticas de Desarrollo Urbano y Regional en América Latina**. Buenos Aires: SIAP,1972.

HARVEY. David. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

HEDGES, David; ROCHA, Aurélio. O reforço do colonialismo português, 1930-1937. In: HEDGES, David et al (Coord.). **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo: 1930-1961**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1999a, p.35-82.

_____. Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.; a economia e estrutura social. In : HEDGES, David, et al. (Coord.). **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo: 1930-1961**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1999b, p.124-191.

HEERS, Jacques. **O ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais**. São Paulo: Pioneira-Universidade de São Paulo, 1981.

HENRIQUES, Isabel. **Espaços e cidades em Moçambique**. Lisboa: Comissão Nacional Para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

HOFFMAN, Felipe. Museus e revitalização: o museu de artes e ofícios e a praça da estação em Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 587-607, nov 2014.

HONWANA, A. **Espíritos Vivos: Tradições Modernas Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique**. Lisboa: Ela Por Ela, 1996.

HOPPE, Fritz. **A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica**. Buenos Aires / Madrid:Amorrortu, 2003.

HOUDAYER, Yorick. Ilha de Moçambique: utópica Muítipi? In: ANGIUS, Matteo; ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique: convergência de povos**. Viagino Geacomini: AIEP Editore,1999, p.144-155.

HUIZINGA, Johan. **O declínio da Idade Media**. Lisboa-Rio de Janeiro: Editora Ulisseia. 1924.

IBRAIMO, M. Crescimento da população urbana e problema da urbanização da cidade de Maputo. Documento 11 – **Série População e Desenvolvimento**, Unidade da População. Direção Nacional de Estatística, Maputo, 1994.

IGLÉSIAS, Olga. Reorganização do espaço na colônia de Moçambique. **Africana Studia**, nº 9, 2006, p.229-333.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Relatório final do inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar-IAF**, 2002/3. Maputo: INE, 2004.

_____. **Inquérito integrado à força de trabalho (IFTRAB 2004/05)**. Relatório final. Maputo: INE, 2006.

_____. **Apresentação dos resultados definitivos do Censo 2007**. Maputo: INE, 2008a.

_____. **Mulheres e homens: indicadores seleccionados de gênero**. Maputo: INE. 2008b.

ISAACMAN, Allen. **Mozambique the africanization of european institucion the Zambezi prazos 1750-1902**. The university of Wiscosins press. Madison/wilwaukee e Londres,1972.

_____; ISAACMAN, Barbosa. Os prazeiros como trans-raianos: um estudo sobre a transformação social e cultural. In: **Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 10 especial. Outubro de 1991, p.5-48.

JARDIM, Marta. **Cozinhar, adorar, fazer negócio**: um estudo sobre indianos (hindus) em Moçambique. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

JENKIS, Paul. **Mercados de terra urbanas no Moçambique pós-socialismo. Seu impacto sobre a população vulnerável**: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. Projeto de pesquisa-ação nas áreas peri-urbanas de Maputo. Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitate da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

JOÃO, Benedito. Fatores de reorganização das chefaturas ao norte de Nampula e sul de Cabo Delegado na segunda metade do século XIX. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cabo Delegado**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.175-184.

JOHNSON, Paul. **Renascimento**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JONAS, André. **Município de lichinga: mais de metade da população vive em zonas não regulamentadas**. 24 11. 2011. Disponível em: [http://blogs.com/Moçambique-para-todos/2011/11/munic%C3%](http://blogs.com/Moçambique-para-todos/2011/11/munic%C3%9A). Acesso em: 5 jun. 2015.

JONES, J. Portuguese Activity in East África, 1498-1700. **Timeline** 1998. Disponível em: <<http://courses.wcupa.edu/jones/his311/timeline/t-port.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

JOSÉ, Alexandrino. O operário moçambicano e a sua história. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 2 especial. Outubro de 1989, p.144-162.

_____. Beira: lembranças da cidade colonial. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 6 especial. Outubro de 1989, p.181-200.

JÚNIOR, Orlando. Cidade partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v.13, nº 33, março 2010, p.1-10.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KUHN, Thomas. **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LACERDA, Francisco. O trabalho indígena em Moçambique. **Boletim de Agência Geral das Colonias**. Nº 46, abril de 1929, p.9-14.

LACHARTRE, Brigitte. **Enjeux urbains au Mozambique**: De Lourenço Marques à Maputo. Paris: Karthala. 2000.

LANGA, F. **Atlas do perfil habitacional de Moçambique (1997-2007)**: uma abordagem do SIG. 2010. Dissertação (Mestrado em Estatística e Gestão de Informação). Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2010.

LAMAS, José. **Morfologia urbanas e o desenho da cidade**. Lisboa: FCG/FCT. 2000.

LATTES, Alfredo. Urbanização e migração. . In: COMISSÃO NACIONAL DO PLANO & DIREÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Dinâmica demográfica e processos econômicos, sociais e culturais**. Maputo: Comissão Nacional do Plano & Direção Nacional de Estatística, 1990, p.62-71

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG,1999.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de idade media, tempo, trabalho e cultura universitária**. Lisboa: Estampa, 1980.

_____. **Mercadores e Banqueiros da Idade média**. Lisboa: Gravidia, 1982.

_____. **A civilização do ocidente medieval**. Volume II. Lisboa: Estampa, 1995. [Coleção nova história].

LEITE, Joana; KHOURI, Nicole. **Os Ismaélis de Moçambique**: vida econômica no tempo colonial. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

LEITE, Joana. A formação da economia colonial em Moçambique. Pacto colonial e Industrialização: do colonialismo português às redes informais de submissão mercantil, 1930-74. **Estudos de Desenvolvimento**. África em Transição. UTL, ISEG, CESa: Lisboa, 2000, p.39-51.

_____. Colonialismo e industrialização de Moçambique: pato colonial, dinamização das exportações e “importação de substituição” 1930-74. **Ler História**, 24.1993, p. 53-74.

LEMOS, Manuel. Recenseamento populacional em Moçambique colonial. In: **Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 1 especial. Abril de 1987, p.15-24.

_____. Reviver a Ilha na Mafalala. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 4 especial. Outubro de 1988, p.49-58.

_____. Maputo, deste lado da baía. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 2 especial. Outubro de 1989a, p.5-18.

_____. Aruângua, Chiveve ou Bângoé? Breves considerações sobre a toponímia da cidade da Beira. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo:

Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 6 especial. Outubro de 1989b, p.5-21.

LEES, L.; SLATER, T. e WYLY, E. **Gentrification**. Londres, Routledge, 2008.

LETTOW-VORBECK, Paul Emil von. **Reminiscences of East Africa**. London: Hurst & Blackett, Paternoster House, 1920. Disponível em:<<https://archive.org/details/myreminiscenceso00lettuoft>>. Acesso em: 10 mar. de 2012.

LIMA, Alfredo. **Edifícios históricos de Lourenço Marques**. Lourenço Marques: Câmara Municipal (BNB. A), 1967.

_____. Os fundamentos da transferência da capital para Lourenço Marques. **Boletim Municipal**: Organização das Secções Cultural e de Propaganda, nº 1 Nov. 1967.

_____. Casas que fizeram Lourenço Marques. **Revista Studia**, nº24, Agosto, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (C.E.H.U), 1968.

_____. Para um estudo da evolução urbana de Lourenço Marques. **Boletim Municipal**: Organização das Secções Cultural e de Propaganda, nº 7, 1970.

LISEGANG, Gerhard. Archaeological sites on the bay of Sofala. **Azania**: Archaeological Research in Africa. Volume 7. Issue 1. 1972, pp.147-159.

_____. Lourenço Marques antes de 1895. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 2 especial. Outubro de 1987, p.19-75.

_____. Beira e sua zona. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 6 especial. Outubro de 1989, p.21-6.

_____. Sobre o crescimento da ocupação da Ilha de Moçambique e o desenvolvimento da estrutura a observar no fim do tempo colonial. In: ANGIUS, Matteo; ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique**: convergência de povos. Viagino Geacomini: AIEP Editore, 1999a, p.26-35.

_____. O quadro histórico da região antes da chegada dos portugueses. In: ANGIUS, Matteo; ZAMPONI, Mario (Org.). **Ilha de Moçambique**: convergência de povos. Viagino Geacomini: AIEP Editore, 1999b, p.36-43.

_____. Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos VII e XVIII e o impacto da expansão portuguesa. In: ACTA DO COLÓQUIO INTERNACIONAL UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS 1415-1822. Lisboa: CNCDP.1999b.

_____. A chegada para o estudo das bibliografias de autores de fontes narrativas e outros documentos de história de Moçambique. IV. José Fernandes Jr, ca 1872-1965. Testemunho do período mercantil e da implantação do imperialismo colonial na antiga zona de influência de Tete. In: **Arquivo Histórico de Moçambique**. Maputo:

Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 10 especial. Outubro de 1991, p.49-82.

LOBATO, Manuel. Os regimes de comércio externo em Moçambique nos séculos XVI e XVII. In: **Povos e culturas**. CEPCEP. UCP. 5. 1996, p.169-197.

LOBATO, Alexandre **Ilha de Moçambique** (Monografia). Moçambique – Documentário Trimestral, XI 42 (Abr-jun. 1945), p.1-152.

_____. História da fundação de Lourenço Marques. **Revista Lusitânia**. Lisboa. 1948.

_____. **História do presídio de Lourenço Marques (vol I: 1782-1786 e vol II: 1787-1799)**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1949-1960 (Estudos moçambicanos).

_____. **No II centenário da instituição do municipalismo em Moçambique**. (Palestra lida em 6 de maio de 1961 na reunião mensal dos moçambicanos na casa de Moçambique). Lisboa: Estudos moçambicanos. 1961.

_____. **Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962a.

_____. **Evolução administrativa e a economia de Moçambique, 1752-1763**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1962b.

_____. **Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962c. (Estudos moçambicanos).

_____. Lourenço Marques. In: **Boletim Municipal**, nº1, 10 de novembro de 1967, pp.8-18.

_____. **Lourenço Marques**. Xiluguíne: Biografia da cidade. I parte antiga. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

_____. **Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique**. Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique, nº7. Lourenço Marques: Tip.Emol- L.M. 1972.

_____. Ilha de Moçambique: notícias históricas. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 4 especial. Outubro de 1988, p.67-78.

LOFORTE, Ana Maria. A apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes de Inhambane no início do século. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Inhambane**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 8 especial. Outubro de 1990, p.171-186.

LOPES, Carlos; AMADO, Filipe; MUANAMOHA, Ramos. Economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados. In: OPPENHEIMER, Jochen & RAPOSO, Isabel. **Subúrbios de Luanda e Maputo**. Lisboa: Colibri e Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Coleção tempo e espaços africanos).2007, p.65-103.

LOPES, L.; ARAÚJO, M.; HERMIND, K. **Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula**. Maputo: CEP/UEM, 1995.

LOPES, Luísa. **Ordenamento do território no distrito municipal da Catembe**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

LUPI, Eduardo do Couto. **Relatório do governador do distrito de Quelimane 1907-1909**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1909.

LUPI, Luis. Lourenço Marques cidade que honra Moçambique e Portugal. **Boletim de Agência Geral da Colonia**, nº5, Lisboa, 1929, p.244-255.

MACAMO, Elísio. Da disciplinação de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neoliberais de risco. **Africana Studia**, nº6, 2003, p.231-255.

_____. Modernidade e tradição. In SANSONE, Livio, et al. (Org.). **Dicionário das Ciências Sociais dos Países de fala oficial portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2014, P.363-378.

MACEDO, Sílvio. **São Paulo, paisagem e habitação verticalizada – os espaços livres como elemento do desenho**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

MACIEIRA, Isabel. **A ilha de Moçambique durante a idade moderna**: a “cidade de pedras e cal”. Dissertação. (Mestrado em História da Arte Portuguesa) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Algrave. Faro, 2007.

MACHEL, Samora. **Desalojamos o inimigo interno do aparelho de Estado**. Discurso proferido em março de 1980.

_____. **A luta contra o subdesenvolvimento**. Textos e Documentos, 4,1983.

_____. **A nossa luta é uma revolução – nacionalização – Moçambique**. Lisboa: CIDA-C, 1976.

MAGALHÃES, Albano. **De legislação colonial, seu espírito, sua formação e seus defeitos**. Lisboa: Estudos coloniais I, 1907.

MALAUENE, David **Alteração urbana no espaço do bairro Polana Caniço “A”**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

MALÓ, S. **Diferenciação espacial de uso e ocupação ao solo na cidade de Maxixe**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Maputo: UEM, 2002.

MALOA, Joaquim. **Vítimas ou algozes?** Representações sócias sobre a violência policial em Moçambique. XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Diversidades e (Des)igualdades, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA)- PAF I e II. Campus de Ondina.

Disponível

em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306892208_ARQUIVO_Violenciapolicial.pdf. Acesso em: 06 mar. 2015.

_____. **O lugar da desordem:** um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. **A origem da urbanização moçambicana:** explicação histórica para o debate da sua gênese. In: X ENANPEG- ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP -7-10 outubro, 2013).

_____. **A gênese da urbanização dual em Moçambique:** explorações histórica para o debate da sua origem. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (XIII-SIMPURB). Sob o lema: Ciência e Ação Política: por uma abordagem crítica, XIII, 2013, São P. *Anais*. Rio de Janeiro: Campus Francisco Negrão de Lima-Maracanã/UERJ, 2013. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wpcontent/uploads/2013/11/GT08_1428_Joaquim.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2014b.

_____. **Sem transporte, sem direito ao transporte público em Moçambique:** uma reflexão a partir da cidade de Maputo. 2014a(Não publicado).

MANJATE, B. **O corredor de desenvolvimento de Maputo:** a sua influência na expansão e no reordenamento de ocupação do solo urbano da cidade de Matola. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2003.

MANSO, Mária. As ordens religiosas na Índia portuguesa de 1498-1622. In: **Vasco da Gama e a Índia**. Vol III (História Religiosa, Cultural e Artística). Conferência Internacional de Paris, 11-13, maio de 1998. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999, p.71-82.

MAPENGO, Manuel. **Migração rural-urbana e crescimento populacional da cidade de Maputo**. Maputo: Publifix, Lda, 2011.

MARICATO, Erminia. (Org.) . **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil** Industrial. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa Omega, 1979.

MARQUES OLIVEIRA. A.H. D. **A sociedade medieval portuguesa:** aspectos de vida quotidiana. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

MARTINEZ, Esmeralda. **O trabalho forçado na legislação portuguesa** – o caso de Moçambique (1899-1926). Dissertação. (Mestrado em História de África). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2008.

MARCHAND, Jacques. **Économie et société dans la transition libérale au Mozambique**. Paris: Karthala, 1995.

MATOS, E. **Serviços urbanos básicos nos bairros de maxaquene “A” e da urbanização**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

MATOS, J. **Distrito de Lourenço Marques**: relatório de circunscrição de Manhica-1910. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1910.

MATOS, Madalena; RAMOS, Tânia. Going South: The garden city concept in urban plans made by portuguese architects in colonies during the 20th century. 12TH INTERNATIONAL PLANNING HISTORY SOCIETY CONFERENCE. “Cross national transfer of planning ideas and local identity”. New Delhi: Indian Institute of Technology, 2006.

MATOS MAR, José. **Urbanización y barriadas en América del Sur**. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1968.

MATTOS, Regiane. Islã e resistência: o sultanato de Angoche contra as tentativas de dominação portuguesa no norte de Moçambique. In RIBEIRO, Alexandre Vieira. **Estudos africanos**: múltiplas abordagens. Gebara. – Niterói : Editora da UFF, 2013

MATOVU, G. **Upgrading urban low-income settlements in Africa**: constraints, potentials and policy options. Johannesburg, South Africa: Regional Roundtable on Upgrading Low-Income Settlements, october 3-5. 2000.

MARTINEZ, Esmeralda. **O trabalho forçado na legislação portuguesa – o caso de Moçambique (1899-1926)**. 331f. Dissertação. (Mestrado em História da África). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008.

MASSANGO, Olivia. Entrevista a Tomaz Salamao: o problema da emobilização da Renamo persiste no país. **O País** (online). 18 de jul 2015. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/36816--problema-da-desmobilizacao-da-renamo-persiste.html>>. Acesso em: 16 out. 2015.

MAZAHERI, Aly. **A vida cotidiano dos muçulmanos na idade média. Século X-XII**. Lisboa: Edições livros do Brasil. [s.n].

MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e Ideologia em Moçambique, 1975-1985 (em busca de fundamentos filosófico-antropológicos)**. Tese de Doutorado. (História e Filosofia da Educação) – Faculdade da Educação da Universidade de São Paulo, 1993.

McGEE, T.G. **The Urbanisation Process in Third World**: Exploration in Search of a Theory. London: G. Bell & Sons, Ltd, 1971.

MEDEIROS, Edurado. A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975). Estudos bibliográficos. **Cadernos de História**, 2, 1985, p.45-50.

_____. **História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)**. Maputo: Central Impressora, 1997.

_____. “Os Sino-moçambicanos da Beira. *Mestiçagens. Várias*”. **Cadernos de Estudos Africanos**. 2007,p. 157-187

_____. “Etnia e raça no desporto beirense da época colonial. O caso dos “sino-moçambicanos”. *Cadernos de Estudos Africanos*.2013,p. 43-81.

MENDES, Luis. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. **E-metropolis**, nº01, ano 1, maio de 2010, p.21-33.

_____. Gentrificação e políticas de reabilitação em Portugal: uma análise crítica a luz da tese rent gap de Neil Smith. **Cad. Metropole**, São Paulo, v.16 nº32, 2014, p.487-511.

MENDES, Maria Clara. **Maputo antes da independência**: geografia de uma cidade colonial. Tese de Doutoramento. (Geografia urbana) – Universidade de Lisboa, 1979.

_____. (Coord.). **Urbanização colonial**: os planos de urbanização nas antigas províncias ultramarinas, 1934-74. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

MENDES, Rui. **A cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique**: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Letras da Universidade de Porto. Porto, 2011.

_____. FERNANDES, Mário. **Dicotomias urbanas em Moçambique**: cidades de cimento e de caniço.2012 [s.l..s.n] Disponível em < sigarra.up.pt/flup/en/publs_pesquisa> Acesso em: 2 jan. 2013.

_____. Modernismo e sua abordagem em Moçambique e Angola.**Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management),v5, n,1, p.71-88,jan/jun.2013.

MENDONÇA, Inocência. Mobilidade urbana na área metropolitana de Maputo: análise dos órgãos de gestão do Planeamento e mobilidade urbana, arranjos institucionais e insumos para a sua efetiva articulação. **Journal of Transport. Literature**. Vol. 8, nº2. Manaus. April 2014, p.244-270.

MENDONÇA, Lisandra. Cidade da Beira. Do modernismo ao pós-colonial. IV COLOQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS do CES. Dialogar com os tempos e os lugares do (s) mundo (s). Patrimônio, Arte e Arquitetura. Coimbra, 6-7 de dezembro de 2013.

MELO, Vanessa. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management),v5, n,1, p.71-88,jan/jun.2013.

_____; JORGE, Silva. Processos e dinâmicas de (re)produção do espaço (perí)-urbano: o caso de Maputo. SEGUNDO CONGRESSO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES URBANOS (SICYURB). Lisboa, 11 a 14 de outubro de 2011.

MIGUEL, Valetim. **Cidade de Gurue: análise geográfico**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2003.

MILHEIRO, Ana Vaz; DIAS, Eduardo Costa. Arquitetura em Bissau e os Gabinetes e Urbanização Colonial (1944-1974). **USJT-arq.urb**-número2/Segundo semestre de 2009, p.80-114.

_____. “A produção arquitectónica das regiões ultramarinas nas revistas Arquitetura e Binário” in Mesquita, Marieta Dá, **Revistas de Arquitetura: Arquivo(s) da Modernidade**, Lisboa: Caleidoscópio/FC T, 2011, p. 112-133.

_____.; FIÚZA, Filipe. A arquitetura dos gabinetes de urbanização em Moçambique (1944-1974). ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL. SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. ICT-JBT/JARDIM BOTÂNICO TROPICAL, LISBOA, 24-26, Outubro de 2012a, p.1-23.

_____. **Nos Trópicos Sem Le Corbusier: Arquitetura Luso-africana no Estado Novo**. Lisbon: Relógio d’Água, 2012b.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE). **Folha informativa dos municípios II**. Maputo: MAE, 2002.

MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR. Companhia do Nyassa: Decretos, Portarias, Regulamentos e Mais Diplomas relativos a esta companhia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a Costa da África, 1766. In: ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.). **Relações de Moçambique Setecentista**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 231-302.

MIRANDA, Elisiário. **Liberdade e ortodoxia: Infraestruturas de Arquitetura Moderna em Moçambique (1951-1964)**. Tese (Doutorado em Arquitetura)- Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2013.

MOASSAB, Andréia. **Algumas linhas sobre a urbanização colonial em Angola**. Buala.15 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/algumas-linhas-sobre-a-urbanizacao-colonial-em-angola>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MONCLARO, Francisco. Relações de viagens que fizeram os padres da Companhia de Jesus com Francisco Barreto na conquista de Monomotapa no anno de 1569, feita pelo Padre Monclaro, da mesma companhia. In: **Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa**, nº 11, 4ª Série, Lisboa, 1885, pp. 492-562.

MONTAURY, João Baptista de. Moçambique, Ilhas Quirimba, Rios de Sena, Vila de Tete, Vila de Zumbo, Manica, Vila de Luabo, Inhambane. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Lisboa: MCMLV,1778.

MONTEZ, Caetano. **Descobrimento e fundação de Lourenço Marques**. Minerva Central: Lourenço Marques, 1948

_____. O reduto de Pemba (Porto Amélia). In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cabo Delegado**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.185-189.

MONTEZ, Carvalho. Sena Forte de São Marçal. **Monumenta**, nº 5, 1969, pp.41-48.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC, 2003 (Série Ponto Futuro).

MORAIS, João. **Maputo, patrimônio da estrutura e forma urbana**: tipologia do lugar. Lisboa: Livro Horizonte, 2001.

MORALES, Ernesto; KLET, Ivo; CORVALÁN, Daniel. Captura desigual de renda de suelo y desplazamiento del processo de gentrificación en Santiago de Chile, 2000-2012. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 565-586, nov 2014.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique, Século XX**. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 2005.

MOSCA, João. Pobreza, “informalidade” e desenvolvimento. II CONFERENCIA DO INSTITUTO DE ESTUDO SOCIAIS E ECONOMICOS (IESE)- “DINÂMICA DA POBREZA E PADRÕES DE ACUMULAÇÃO ECONÔMICA EM MOÇAMBIQUE”. Maputo, entre os dias 22 e 23 de abril de 2009. Disponível em:< http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP34_2009_Mosca.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2015.

MOUGEOT, L. **Agricultura urbana de África numa perspectiva mundial**. [s.l.,s.n.].

MOURAD, Laila.; FIGUEIREDO, Glória., BALTRUSISI, Nelson. Gentrificação no bairro 2 de julho, em Salvador: modas, formas e conteúdo. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 437-460, nov 2014.

MOURÃO, Fernando. **Continuidade e descontinuidade de um processo colonial através de uma leitura de Luanda**: uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira margem,2006.

MUANAMOH, Ramos. **Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995.

MUNANGA, Kabengele. Cultura, identidade e estado nacional no contexto dos países africanos. **II Reunião**, [s.n] 1996.

MUHAMBE, Boavida. **A dinâmica contemporânea dos fluxos populacionais cidade/campo em Moçambique: o exemplo de alguns bairros do distrito da Matola**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2000.

MUHATE, Isaias. Alguns aspetos do retrato histórico e perspectiva do porto da Beira. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, n° 6 especial. Outubro de 1989, p.297-346

MUCHANGOS, Aniceto dos. Traços gerais da cidade de Maputo. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Centenário da cidade de Maputo, 1887-1987. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, n° 2 especial. Outubro de 1989, p.122-135.

_____. Aspetos geográficos da cidade da Beira. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cidade da Beira. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, n° 6 especial. Outubro de 1989, p.239-296.

_____. **Cidade da Beira**: aspectos geográficos. (Coleção: cidade de Moçambique. Maputo: Editora Escolares, 1994.

MUDENGE, S. I. Goreraivo. **A political history of munhumutapac: 1400-1901**. Harare: James Currey and Zimbabwe Publishing House, 1988.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes. [1961]. 1991.

MUNICIPIO DE LICHINGA. **Perfil do município de Lichinga**. Lichinga: Conselho Municipal da cidade de Lichinga. 2001.

NHANTUMBO, E. **Análise diferencial da ocupação e utilização do espaço suburbano da Beira**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2002.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Mira-Sintra-Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

NEVES, Joel das. Tete e o trabalho migratório para a Rodésia do SUL, 1890-1913. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, n° 10 especial. Outubro de 1991, p.83-101.

NGUENHA, Eduardo. Governação municipal democrática em Moçambique: alguns aspetos importantes para o desenho e implementação de modelos de orçamentos participativos. Conferência II CONFERÊNCIA IESE “Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique”, 22 a 23 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP35_2009_Nguenha.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

NIMPUNO, Krisno et al. **The Malhagalene survey- a housing study of an unplanned settlement in Maputo**. Goteborg: Chalmers Tekniska Hogskola, 1976.

NOGUEIRA DA COSTA, António. **Penetração e impacto do capital mercantil português nos séculos XVI e XVII – o caso de Muenemutapa**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Curso de História, 1997 (Arquivo Histórico de Moçambique).

NORONHA, Eduardo de. **O distrito de Lourenço Marques e a África do Sul**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

NOTÍCIAS (online). **Bairro do Albazine: nativos aparceram e vendem terrenos**. 29 nov 2014. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/27512-no-bairro-do-albazine-nativos-parcelam-e-vendem-terrenos>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

_____(online). **Estrada circular de Maputo-Pontes concluídas próximo ano**. 30 junho 2014. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/18489-estrada-circular-de-maputo-pontes-concluidas-proximo-ano>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____(online). **Fundo de Fomento da Habitação de Moçambique pretende constituir parcerias público-privadas**. 27 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.macauihub.com.mo/pt/2014/06/27/fundo-de-fomento-da-habitacao-de-mocambique-pretende-constituir-parcerias-publico-privadas/>>. Acesso em: 15 de out. 2013.

_____(online). **Matola: destruições dão lugar a vala de drenagem**. 17 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/30158-matola-destruicoes-dao-lugar-a-vala-de-drenagem>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

_____(online). **Bairro de Albazine: quintas ociosas na mira do Município**. 11 de março 2015. Disponível em: <<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/capital/32933-bairro-de-albasine-quintas-ociosas-na-mira-do-municipio>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

NUVUNGA, Adriano; MOSSE, Marcelo; VARELA, César. **Relatório do estudo sobre transparência, áreas de riscos e o oportunidade de corrupção em seis autarquias de Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2007.

OLIVA, Jaime. **O automóvel como elemento constituinte e constituidor da cidade de São Paulo**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Janete Marília. **Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Mário de. **Problemas Essenciais do Urbanismo no Ultramar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1962a.

_____. **Urbanismo do Ultramar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar. 1962b.

O PAÍS (online). **Dezenas de famílias vivem em casas alargadas há mais de dois meses no birro Hulene “B”**. Sexta-feira, 13 março 2015. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/34918-dezenas-de-familias-vivem-em-casas-alagadas-ha-mais-de-dois-meses-no-bairro-hulene-b.html>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____(online). **Grande entrevista. Quelimane ainda não tem lixeira devido à mesquihez partidária**. Quinta, 19 fevereiro de 2015. Disponível

em:<<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/34439-quelimane-ainda-nao-temlixreira-devido-a-mesquinhez-partidaria.html>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

_____(online). **Secretário do bairro acusado de vender terrenos**. 21 de fevereiro de 2015. Disponível em:<<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/34495-secretario-do-bairro-nega-acusacoes-de-venda-de-terrenos.html>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____(online). **Timbana fala dos perigos de um Estado onde reina a arbitrariedade**. 03 de março de 2015. Disponível em:<<http://opais.sapo.mz/index.php/politica/63-politica/34685-timbane-fala-dos-perigos-de-um-estado-onde-reina-a-arbitrariedade.html>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

_____(online). **Maputo registra mais de 400 casos de doença diarreicas em duas semanas**. Quinta, 05 março de 2015. Disponível em:<<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/34739-maputo-regista-mais-de-400-casos-de-doencas-diarreicas-em-duas-semanas-.html>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

_____(online). **Município de Maputo prevê concluir demolição de 240 casas em outubro**. Sexta, 08 de maio 2015. Disponível em: [Opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/35866-municipi-de-maputo-preve-cncluir-demolicao-de-450-casa-em-outubro.html](http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/45-sociedade/35866-municipi-de-maputo-preve-cncluir-demolicao-de-450-casa-em-outubro.html). 14.mai.2005. Acesso em: 20 jun 2015.

OPPENHEIMER, Jochen. Pobreza no contexto do ajustamento estrutural – A situação urbana em Moçambique. **CESA-ISEG**, p.123-131.

_____; RAPOSO, Isabel. **Pobreza em Maputo**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade. 2002.

_____; RAPOSO, Isabel. Entre os constrangimentos estruturais e a margem de manobra dos cidadãos africanos: reflexões conceptuais e metodológicas. In: OPPENHEIMER, Jochen e RAPOSO, Isabel. **Subúrbios de Luanda e Maputo**. Lisboa: Colibri e Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Coleção tempo e espaços africanos).2007, p.23-36.

O PÚBLICO (online). **Coléra já matou 41 pessoas em Moçambique**. 02 de março de 2015. Disponível em:<<http://www.publico.pt/mundo/noticia/colera-ja-matou-41-pessoas-em-mocambique-1687805>>. Acesso em : 03 mar. 2015.

PANOS INSTITUTE. **Governing our Cities: will people power work?** London:Panos Institute, 2001.

PANTOJA, Selma. Fontes manuscritas para a história de Moçambique no Rio de Janeiro, até final do século XX. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 5 especial. Abril de 1989, p.41-48.

PAULO, Margarida, ROSÁRIO, Carmeliza & TVEDTEN, Inge. **“Xiculungo” relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique**. Bergen:Chr

Michelsen Institute, 2007. Disponível em: <<http://www.emi.no/publications/file/2963-xiculungo-relaes-sociais-da-pobreza-urbana-em.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. 2015.

PEGADO E SILVA, José R. O. **A primeira carta orgânica de Moçambique (1761)**. Tese de Licenciatura em História da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa.1957.

PASSADOR, Luiz. **Guerrear, casar, pacificar, curar: o universo da tradição e a experiência com o HIV/Aids no distrito de Homóine, Sul de Moçambique**. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas.2011.

PÉLISSIER, Renê. **História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918**. 3ª edição, Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Alberto. **Escultura, arquitetura e outros valores artísticos dos séculos XIX e XX: obra de Arte de Engenharia da Província de Moçambique**. Lisboa: Separata de Arte e Natureza em Moçambique, 1966.

PEREIRA, Alvaro. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativas e diálogos possíveis. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 307-328, nov 2014.

PEREIRA, Magnum. **A forma e o poder: duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades medieval e moderna**. Tese.(Doutorado em História). Universidade Federal de Paraná, Curitiba,1998.

PEREIRA, Luís. Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique: patrimônio histórico nacional em degradação acelerada. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. Boletim Semestral, nº 4 especial. Outubro de 1988, p.5-12.

PEREIRA, Luiz (Org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PESTANA, Nelson. Recensão crítica da obra de Manuel da Rocha. Desigualdades e assimetrias regionais em Angola – os fatores de competitividade territorial. LUCERE (**Revista Acadêmica da Universidade católica de angola – UCAN**), p.193-200

PEVSNER, Nicolaus. **Os pioneiros do desenho moderno: de William Morris a Walter Gropius**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PENVENE, Jeanne Marie. **A history of African Labor in Lourenço Marques, Mozambique, 1870-1959**. Tese of Phd, University of Boston, 1982.

_____. Fotografando Lourenço Marques: a cidade e os seus habitantes de 1960 a 1975. In: CASTELO, Cláudia, et al. **Os outros da colonização: ensaio sobre o colonialism tardio em Moçambique**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 2012.

PICKERING, Jonh. **Memoir on the language and habitants of Island Lord North's?** Universidade de Harvard: Metacalf & Company Printers, 1845.

PINTO, Rui. **Sobre a presença dos portugueses na Costa Oriental Africana (1640-1668)**. Vol. III. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Lisboa, 1994, p.354-356 [Arquivo Histórico do Ultramar, Moçambique caixa 2].

PINSKI, B. **The urban problematic in Mozambique**: initial post-independence response, 1975-80. Report to the Centre for Urban and Community Studies: University of Toronto, 1982.

_____. **An Overview of state and non-govermental housing interventions in Mozambique from independence to 1990**. UNDP-UNCHS, 1993.

PIZARRO, José. **Linhagens medievais portuguesas**. Genealogias e estratégias (1279-1325). Tese (Doutorado em História da idade média), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1997.

PIRENNE, Henri. **As cidades da Idade Média**: ensaio de história econômica e social. Lisboa: Europa-América, 1962.[1927].

PLANO DE ESTRUTURA DA CIDADE DE MAPUTO. Instituto Nacional de Planejamento Físico: Conselho Executivo da cidade de Maputo, Março de 1985.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA BEIRA GERAL DO ULTRAMAR. XXVIII. 329. Agência Geral do Ultramar, nº 329, vol XXVIII, 1952.

PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES. **Inquérito**. Câmara Municipal de Lourenço Marques. 27 de maio de 1955.

PLANO PARCIAL DA PRIMEIRA FASE DA REALIZAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES. **Unidade de vizinhança**. Relatório preliminar. Câmara Municipal de Lourenço Marques. Maio de 1960.

PLATAFORMA DO OLHO DO CIDADÃO. **Atentado à saúde pública e ao meio ambiente, lixeira de Hulene**. 6 de maio de 2013. Disponível em: <<http://opiniaosociedade.blogspot.com.br/2013/05/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

PLUMB, J.H. Introdução. In: BOXER, C. R. **O império colonial português**. São Paulo: Edições 70, 1969.

PORTELLA, José. **Descrições, memórias, notícias e relações**. Administração e ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Paraná. Curitiba, 2006.

_____. Dos Zanjs, mouros, baneanes e outros homens de turbante na África Oriental na segunda metade do século XVIII. VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 25 a 27 de setembro de 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense. 2000.

PRIOR, James. **Voyage along the Eastern Coast of Africa to Mosambique, Johanna, and Quiloa to St. Helena, to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil in The Nisus Frigate.** London: Richard Philips. 1819 (Digitalizado em 10 maio 2010).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNDP). **National Human Development Report 2006, Mozambique: Acting Now, Planning for the Future. The Impact of HIV & AIDS on Human Development.** Maputo: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 2007.

QUEIROZ, Maria. I.P de. Intervenção na apresentação do prof. Rudolf de Jong. Algumas observações sobre a concepção libertária de mudança social. In: O'DONNELL, Guillermo, et al. **O Estado autoritário e movimentos populares.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.305-353.

QUEMBO, C. **Le pouvoir du pouvoir: l'Opération production (1983) et la construction des « improductifs » urbains au Mozambique.** (Mémoire pour le Master - Sciences Politiques) - Université Bordeaux. Bordeaux, 2010.

_____. **How perceptions matter:** urban mobility and settlement in Maputo and Matola (Mozambique) since independence. Forced Migration Studies Programmer and French Institute of South Africa. University of Witwatersrand. Fev, 01, 2014a.

_____. **The rise of condomínios fechados in Costa do Sol, Maputo:** Security, urban dynamics and segregation. [s.l..s.n]. 2014b.

RACIDE, Duamassane. Governador insurge-se contra a má qualidade de obras do FFH. **Diário de Moçambique**, sexta-feira, 13 de março 2015. Disponível em: <<http://www.diariodemocambique.co.mz/sociedade-e-politica/4582603457>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

RAIMUNDO, Inês Macamo. **Gender, choice and Migration:** Household dynamics and urbanization in Mozambique. Tese. (Doutorado em Migração Forçada) - Faculdade de Humanidade da Universidade de Witwatersrand. Johannesburg. Johannesburg, 2009.

RAMUNDO, Pier Giorgio. Transformazione sociali e pianificazione urbana in Mozambico. In: FERRACUTI, Giovanni (Org.). **Da Lourenço Marquez a Maputo:** la riconversione della città coloniale tra ideologia e politiche urbane. Milano: Franco Angeli Libri s.r.l, 1987, p.105-132.

RAPOSO. A. **Análise da ocupação da força de trabalho na cidade de Chimoio:** um estudo de caso na localidade urbana nº 3. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1999.

RAPOSO, Isabel; SALVADOR, Cristina. Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio: urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. In: OPPENHEIMER, Jochen & RAPOSO, Isabel. **Subúrbios de Luanda e Maputo.** Lisboa: Colibri e Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (Coleção tempo e espaços africanos). 2007, p.105-138.

_____. JORGE, S.; VIEGAS, S.; MELO, V. Luanda e Maputo: reflexões suburbanístico da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of urban Management), vol 4, nº2, jul/dez. 2012, p.189-205.

REIS, Carlos. **A população de Lourenço Marques em 1894**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1973.

REIS FILHOS, Nestor. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 3 edição. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1976.

RELATÓRIO SOBRE MOÇAMBIQUE. Vol 1. 2ª edição. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1949.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Constituição da República popular de Moçambique – 1975**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P, 2013.

_____. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P, 1990 e 2004.

RIBEIRO, Daniel. Reflexão sobre o conceito de e a ocorrência do processo de gentrificação no parque histórico de Pelourinho, Salvador- BA. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 461-486, nov 2014.

RIBEIRO, Ester. **Distribuição espacial da rede escolar no distrito urbano da Catembe em 1994 e 2004**. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2005.

RITA-FERREIRA, António. **Povos de Moçambique: história e cultura**. Porto: Afrontamento, 1975.

_____. **Evolução da mão de obra de remuneração no setor privado em Moçambique, desde 1950-1970**. Lourenço Marques: Associação Industrial de Moçambique, 1971.

ROCHA, Aurélio. **Lourenço Marques: classe e raça na formação da classe trabalhadora**. O caso do setor ferro-portuária de Lourenço Marques, 1890-1910. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1985, p.43-58.

_____. Os suaíli de Moçambique: síntese histórico-cultural de uma sociedade africana (das origens ao fim do século XVIII). UNL. FCSH. Mestrado de História dos descobrimentos e da expansão portuguesa. SEMINÁRIO DE 'AFRICA AO SUL DO SAHARA. Lisboa. 1987.

_____. **Associativismo e nativismo em Moçambique..** O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)", Dissertação. (Mestrado em Economia e Sociologia Histórica). Universidade de Lisboa. Lisboa, 1991.

RODRIGUES, Arlete. Loteamentos murados e condomínios fachados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p.147-168.

RODRIGUES, Eugénia. Cipaio da Índia ou soldados da terra? Dilema da Naturalização do exército português em Moçambique no século XVIII. **História: questões e debates**. Curitiba, nº45. 2006, p.57-95.

_____. Municípios e poder senhorial nos rios de Sena na segunda metade do século XVIII. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNICÍPIO NO MUNDO PORTUGUÊS. Região autónoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

_____. As misericórdias de Moçambique e administração local. C 1606-1763. In: MENEZES, Avelino *et al.*(Coord.). **O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos**. Vol II. Lisboa:FCSH/UNL/Universidade dos Açores, 2007.

_____. Chiponda a “senhora que tudo pisa com os pés”. Estratégia de poder das Donas do Prazo do Zambeze no século XVIII. ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM MAR, nº 1, 2000, p.101-131.

_____. O porto de Quelimane e a Carreira dos Rios de Sena na segunda metade do século XVIII In: ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL COMEMORATIVO DO REGRESSO DE VASCO DA GAMA A PORTUGAL. Açores, CNCDP. 2001, p. 175-211.

_____. Municípios e poder senhorial nos rios de Sena na segunda metade do século XVIII. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL O MUNICÍPIO DO MUNDO PORTUGUÊS. Região autónoma da Madeira: Centro de Estudo de História do Atlântico Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998.

_____. “Em nome do Rei” o levantamento dos rios de Sena de 1763. ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR. Vol IV. 2003, pp.33-380.

_____. “Tete”. In: **Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) - E-cyclopaedia of Portuguese Expansion (15th-18th centuries)**, 2009d. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=822&lang=pt>>. Acesso em: 5 maio 2013.

_____. “Moçambique, Ilha de”. In: **Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (séculos XV- XVIII) / E-cyclopaedia of Portuguese Expansion (15th-18th centuries)**, 2010e. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=1125&lang=pt>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

_____. Moçambique e o Índico: a circulação de saberes e práticas de cura. **MÉTIS: história e cultura**, v 10, n.19.Jan/jun. 2001, p.1-42.

_____. “As donas de prazos do Zambeze. Políticas imperiais e estratégias locais” In: **VI Jornada Setecentista: Conferências e Comunicações**. Curitiba, Aos Quatro Ventos/CEDOPE, 2006, p. 16-34, p. 25-28.

_____. “Sena”. In: **Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) / E-cyclopaedia of Portuguese Expansion (15th-18thcenturies)**, 2009a.

Disponível

em:<<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=821&lang=pt>>. Acesso em: 5 maio 2013.

_____. “Zumbo”. In: **Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) / E-cyclopaedia of Portuguese Expansion(15th-18thcenturies)**, 2009b. Disponível

em:<<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=824&lang=pt>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

_____. “Quelimane”. In: **Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) / E-cyclopaedia of Portuguese Expansion (15th-18thcenturies)**, 2009c.<<http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/index.php?idConceito=823&lang=pt>>. Acesso em: 5 mai. 2013.

RODRIGUES, Inês. A casa transoceânica: a forma da residência moderna portuguesa e a sua influência nos territórios brasileiro e africano. 9º SEMINÁRIO DO COMOMO BRASIL INTERDISCIPLINARIDADE E EXPERIÊNCIA EM DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RECENTE BRASÍLIA. junho de 2011. Disponível

em:<http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/054_MORACasaTransoceânica-ART_ines_rodrigues.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

RODRIGUES, Vitor. **O papel das tropas locais e dos “casados” no seio da organização militar portuguesa no Oriente**. *Blog História Lusófona*. Disponível em: <www2.iict.pt/?dc=102ocid=12798>. Acesso em: 5 jun. 2013.

ROQUE, Ana Cristina. Da ilha de Moçambique como porto de escala da carreira da Índia. In: CUNHA, Mafalda. **Os espaços do império: estudos**. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. **Terras de Sofala: persistências e mudanças**. Contribuições para a História da Costa Sul Oriental de África (secs. XVI-XVIII). Tese. (Doutorado em História) - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2004.

_____. **De Sofala ao Bazaruto: O negócio dos mares ou um mar de negócios no século XVI**. Simpósio de História Marítima – O Poder do Estado no mar e na história. 11, Lisboa, Academia de Marinha, 25-26 Novembro, 2009.

ROQUE, Pedro. Para o conhecimento bibliográfico da cidade da Beira. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cidade da Beira. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 6 especial. Outubro de 1989, p.369-402.

_____. Apontamento bibliográfico sobre a cidade de Inhambane. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Inhambane. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 8 especial. Outubro de 1990, p.187-198.

RUFINO, José. **Albuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique**. Hamburgo: Broschek & Co.1929.

RUNGO, Bartolomeu. Notas para o estudo das fortificações portuguesas em Inhambane. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Inhambane. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 8 especial. Outubro de 1990, p.55-60.

SALAMÃO, Thomaz. Entrevista de Olívia Massango “Problema da desmobilização da Renamo persiste”. **Opais** (online). Quarta, 08 de julho 2015. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/36816--problema-da-desmobilizacao-da-renamo-persiste.html>>. Acesso em: 09 de jul. 2015.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SALDANHA, José. Luís Possolo- Retrato Biográfico de um Arquiteto do Gabinete de Urbanização do Ultramar. SESSÃO PÚBLICA DE PRESENTAÇÃO DE RESULTADOS INTERCALARES DO PROJETO. FCT: PTDC/AURAQI/104964/2008.

_____. Os Gabinetes Coloniais de Urbanização. **Cultura e Prática Arquitectónica**, 2012^a.

_____. Os projetos executados pelo arquiteto Luís Possolo para a província ultramarina portuguesa de Moçambique. ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL. SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. IICT-JBT/JARDIM BOTÂNICO TROPICAL, LISBOA, 24-26, Outubro de 2012b, p.1-18.

SAMPAIO, Mello. **Questões coloniais política indígena**. Porto: Magalhães e Moniz editores, 1910.

SANTOS, André. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no centro de Santos. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 587-607, nov 2014.

SANTOS, Frei João dos. **Etiópia Oriental e várias históricas das coisas notáveis do Oriente**. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos descobrimentos portugueses, 1999.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria como método. **Boletim Paulista de Geografia**, nº54, São Paulo, junho de 1977, p.81-100.

_____. "Espaço e capital: o meio técnico-científico", In ANAIS DO 4º ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Seção Regional Rio de Janeiro, julho, 1981.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A região concentrada e os circuitos produtivos. Texto apresentado como parte do relatório de pesquisa do projeto **O Centro Nacional: Crise Mundial e Redefinição da Região Polarizada**, 1986 (datilografado).

_____. **Pensando o espaço do homem**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional.** 2ed. São Paulo: HUCITEC, [1996], 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

_____.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo: Edusp, 2002a.

_____. A guerra dos lugares. In: SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** (Org.) RIBEIRO, Wagner C. São Paulo: Publifolha, 2002b, p. 87-89.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas.** 2ed. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2004

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005a.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp. 2005b [2008].

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** 2.ed. São Paulo: Edusp. 2009a.

_____. **Pobreza urbana.** 3ed. São Paulo: Edusp, 2009b.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** 5ed. São Paulo: Edusp, 2009c.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2010.

SAÚTE, Nelson. **Memória de sobrevivência.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

_____. **Crônica de uma integração imperfeita: o caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro em Moçambique.** 2010. 194f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP. 2010.

SAEFVORS, Ingemar. **Maxaquene: a comprehensive account of the first upgrading experience in the new Mozambique.** UNESCO, 1986.

SCHTEINGART, M. (Org.). **Urbanizacion y dependencia en America Latina.** Buenos Aires: Sociedade Interamericana de Planificação (SIAP), 1973.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Feminista**, Florianópolis, 13 (1): 216, janeiro-abril, 2005, P.11-30.

SECRETARIADO DA PRAPAGANDA NACIONAL. **A obra colonial do Estado Novo**. Agência Geral das Colonias: Lisboa, 1942.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p.169-188.

SERRA, Carlos. **Em cima de uma lamina: um estudo sobre precariedade social em três cidades de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária-Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

_____. **Maputo: a luta vendedores ambulantes/polícias numa descrição do “Notícias”**. Diário de um sociólogo. **Reparem como a cabeça desta notícia do “Notícias”**. Disponível em: <<http://oficinadesociologia.blogspot.com.br/2007/10/maputo-luta-vendedores.html>>. Acesso em: 01 jan. 2015.

_____. **Chaves das portas do social (notas de reflexão e pesquisa)**. Maputo: Imprensa Universitária, 2012.

_____. Os chapa-100. **Olho do cidadão**. 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.olhodocidadao.org/index.php/sociedade/216-0s-chapa-100>>. Acesso em: 7 de ago. 2014.

_____. **A thomo tiya kudlayiwene, my love**. 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.oficinadesociologia.blogspot.com.br/2014/02/a-thomo-tiya-kudlayiwene-my-love.html>>. Acesso em: 7 ago. 2014b.

SERRÃO, Joaquim. Portugal e a Índia. In: **Vasco da Gama e a Índia**. Vol. I (História Política e Militar). CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PARIS, 11-13, maio de 1998. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999, p11-21.

SICHEL, Edith. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

SILVA, Arménio. **Dinâmica socioespacial e produção habitacional na periferia de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970: destaque para bairros Polana Caniço “A” E “B”**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2011.

SILVA, Catarina. **Arquitetura moderna na África Lusófona: Quelimane e a obra de João Garizo do Carmo (1952-1970)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2013.

SILVA, Lenyra Rique da. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Teresa. A cidade africana contemporânea de origem portuguesa: São Tomé pré e pós-colonial. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), v. 4, n. 2, p. 175-188, jul./dez. 2012

SILVEIRA, Jones da. Porto Amélia. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cabo Delegado. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.190-195.

SILVEIRA, Luis. **Ensaio de iconografias das cidades portuguesas do ultramar**. Vol 4. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1956.

SILVEIRO, Eneo. Estamos chegando à restauração democrática? In:IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo:Brasiliense.1973.

SIMONE, A.; ABOUHAHI, A. **Urban África**: changing contours of survival in the city. Dakar: CODESRIA, 2005.

SIMÕES, João. **Relatório da comissão executiva do 1º Congresso dos Arquitetos Portugueses**. Lisboa, 1948.

SIQUEIRA, Marina. Entre o fundamental e o contingente: dimensão da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo. **Cadernos Metrópole** v. 16, n. 32, p. 391-415, nov 2014.

SMITH, Gervase Clarence. **O terceiro império português (1825-1975)**. Lisboa: teorema, 1985.

SMITH, Neil. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people. **Journal of the American Planning Association**, n. 45, 1979a. p. 538-548.

_____. Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill. **Antipode**, v. 11, n. 3, 1979b, pp. 24-35.

_____. Gentrification and uneven development. **Economic Geography**, n. 58, 1982, p. 139-155.

_____. **Uneven development**: nature, capital and the production of space. Oxford, Blackwell, 1984.

_____. "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space". In: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (eds.). **Gentrification of the city**. Londres:Allen e Unwin,1986a.

_____. The gentrification of Harlem? **Annals of the Association of American Geographers**, v. 76, n. 3, 1986b;p. 347-365.

_____. Gentrification and the rent gap. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 77, n. 3,1987,p. 462-465.

_____. Of yuppies and housing: gentrification, social restructuring and the urban dreams. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 5, n. 2,1987b,p. 151-172.

_____. Blind man's buff, or Hamnett's philosophical individualism in search of gentrification. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 17, n. 1, 1992, p.110-115.

_____. **The new urban frontier. Gentrification and the revanchist city**. Londres, Routledge, 1996.

_____. New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, v. 34, n. 3, 2002, p.427-450.

SOARES, Paulo. Da “prova de trabalho” ao bilhete de identidade: a integração de Ocuca na economia do mercado colonial. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cabo Delegado. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.155-174.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**: São Paulo, 1920-1939. Edusp, 1997.

SOPA, António. Lourenço Marques: nos 80 anos dos edifícios dos correios e telégrafos. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 1 especial. Abril de 1987, p.23-34.

_____. Condições de habitabilidade numa pequena povoação costeira da África Austral. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cidade da Beira. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 6 especial. Outubro de 1989, p.77-126.

SORENSEN, Maria. **Dona Theodora e os seus Mozungos**. Maputo: Ndjira, 1998.

SPOSITO, Eliseu. **Redes e cidades**. São Paulo: Unesp, 2008.

SPOSITO, Maria. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p.61-94.

SOUZA, Marcelo de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento urbano. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2012.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2003] 2013a.

_____. Semântica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013b.

SOUZA, Maria Adelia. **A identidade da metrópole**: a verticalização em São Paulo. São Paulo: Edusp, 1994.

SOUTO, Amélia; SOPA, Antônio. **Samora Machel: bibliografia (1970-1986)**. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (Coleção Nosso Chão), 1996.

SWALBACH, João. Uma Ilha, uma cidade, uma população a proteger. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Ilha de Moçambique: nos 170 anos da fundação da primeira cidade de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 4 especial. Outubro de 1988, p.31-48.

TABASILY. **My Love**. Album: 100 Batota. Novas produções. Video de Matsinhe Filmes e Role Play, 2014. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=qkpogNNxNZ4&index=9&list=RDnJgUBpaulUQ>>. Acesso em: 31 out. 2015.

TAYLOR, Edward. **The Origins of Culture and Religion in Primitive Culture**. New York: Harper & Brothers.1958 [1873].

TIBBETTS, G. R. **Arabe navigation in the Indian Ocean before the coming of the Portuguese: being a translation of Kitab al-farawa'idfi usul al-bahr wa'l-quawa'id of Ahmad b Majid al Najdi**. London: Royal Asiatic Society. 1971.

TEIXEIRA, Manuel, «Portuguese traditional settlements, a result of cultural miscegenation», in **Traditional Dwellings and Settlements Review**, vol. 1, 2 (1990),p. 23-34.

TEIXEIRA, Cândido. A fundação de Inhambane e sua estrutura administrativa e governamental nos meados do século XVIII. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Inhambane. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 8 especial. Outubro de 1990, p.5-54.

_____. Inhambane: o museu regional e a comunidade hindu. **V Encontro de museus de países e comunidades de língua portuguesa**. Maputo, 2000, afirma que a presença indiana em Moçambique é desde o século VI.

TEMBE, Josué Filipe. **Suburbanização e interações que se estabelecem na evolução da população nas cidades de Maputo e Matola (1997-2007)**. Dissertação (Mestrado em População e Desenvolvimento)-Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 2010.

TINKER, I. **Fazer agricultura na cidade: agricultura urbana na África oriental**, 1995.

TIQUE, João. **Habitação e meio ambiente**. Critérios operativos e instrumento metodológicos para planeamento de empreendimento habitacionais de interesse social (Estudo de caso do Fundo de Fomento habitação). Tese de Doutorado na Universidade La Sapienza de Itaca- Italia, 2007.

TOPALOV, Christian. **Les promoteurs immobiliers: contribution à l'analyse de la production capitaliste du logement em France**. Paris:Mouton & Co, 1974.

TORRES, Adelino. **O império português entre o real e o imaginário**. Lisboa: Escher [Coleção Estudo sobre África], Lisboa, 1990-91.

TORRES, José. Os portugueses e as ilhas de Querimbas. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Cabo Delegado. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 14 especial. Outubro de 1993, p.196-202.

THOMAZ, Fernanda. **“Os filhos da terra”**: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2008.

THOMAZ, Omar. "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. **Revista USP**. V, 68, 2006, p. 252-268.

_____. **“Escravos sem dono:”** experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. Revista de Antropologia. São Paulo: USP. V51, n1, 2008, p.177-214.

_____. De desenvolvimento a desenvolvimento: entre as batatas e a getropha, 25 anos em Inhassane (Moçambique). IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA “CLASSIFICAR O MUNDO.” 9 a 11 de Setembro de 2009. Lisboa. **Resumo**. Lisboa. ICS/ISCTE, 2009. Disponível em: <<http://www.apantropologia.net>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

TRINDADE, Carlos. **Imagens de satélites de alta resolução no levantamento e representação dos assentamentos de Moçambique**. Tese de Doutorado na Universidade Degli Studi La Sapienza. Roma-Italia, 2006.

TSANDZANA, A. **Estudo da expansão horizontal da cidade de Maputo**: o caso do bairro de Laulane. Monografia. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1999.

TSANDZANA, Dércio. **Commuters Dónt love Mozambiqu’s haphazard “my love”**. Globalvoice. Online.21 de junho de 2014. Disponível em:<<http://globalvoicesonline.org/2014/05/12/commuters-dont-love-mozambiques-haphazard-my-love-trucks/>>. Acesso em: 7 ago. 2014.

TULLNER, Mathias. Apontamento sobre a greve de 1917 no porto e caminho de ferro de Lourenço Marques. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 9 especial. Abril de 1991, p.45-58.

TV MIRAMAR.**Sociedade civil marcha contra encurtamento de rota**. Disponível:<http://www.miramar.co.mz/layout/set/print/Noticias/Sociedade-civil-marcha-contra-encurtamento-de-rota>.12 de dez 2014. Acesso 2 jan 2015.

UNHABITAT. **Perfil do sector urbano em Moçambique**. Nairoib: UNHABITAT, 2007.

UNITED NATIONS POPULATION DIVISION. **World Urbanization Prospects: The 1999 Revision. Key Findings**. United Nations Population Division, 2001.[Geo-2-203]. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/pubsarchive/urbanization/urbanization.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

UNITED NATIONS (UN). **World Urbanisation Prospects: The 2005 Revision** Population Database, 2007. Disponível em:<<http://esa.un.org/unup>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

UNCHS. **State of the World's Cities 2001**. Nairobi: United Nations Centre for Human Settlements Habitat, 2001.

USAID. (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional). **Proposta de Política dos Transportes Urbanos para Moçambique**. Maputo: USAID, 2008

UZOIGWE, Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Ad (Ed.). **História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p.21-50.

VALÁ, Salim. **Desenvolvimento rural em Moçambique**. Um desafio ao nosso alcance. Maputo: Tipografia Peres, 2009.

VALENTIM, Alexandre., JILL, Dias. **O império africano, 1825-1890**. Lisboa: Editorial Estampa. 1998.

VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro *et al* (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p.17-38.

VERDADE (*online*). **Conselho municipal refuta a ideia de guerra**. Disponível em:<<http://www.verdade.co.mz/destaques/36-grande-maputo/91-vendedores-ambulantes>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

_____(*online*). **Requalificação do mercado Xipamanine vai levar 10 anos quando arrancar**. 27 de fevereiro 2015. Disponível em:<<http://www.verdade.co.mz/nacional/52038-requalificacao-do-mercado-de-xipamanine-vai-levar-10-anos-quando-arrancar>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

_____(*online*). **Líderes do bairro Magoanine “C” acusados de vender talhões das vítimas das cheias**. 30 de maio de 2013. Disponível em:<<http://www.verdade.co.mz/nacional/37336-lideres-do-bairro-magoanine-c-acusados-de-vender-talhoes-das-vitimas-das-cheias>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

VERDE AZUL (VA). **Assistência técnica ao componente terra da MCA (Millennium Challenge Account)**. Disponível em:<http://www.verdeazul.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=24>. Acesso em: 10 maio 2015.

VERNET, Thomas; LE GUENNEC-COPPENS, François.;MERY, Sophie. Les cit? Swahili Etats et la puissance omanaise, 1650-1720. **Journal des africanistas**, volume 72, nº72-2, p.89-110.

VERÍSSIMO, Céline. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2013, 177-212.

VIANA, David. Maputo: transformação de uma estrutura urbana de origem português. Una contribución para la recualificación del espacio urbano. **Cidades**, 12, 2009, p.233-241.

_____. Maputo: entre a cidade compacta, difusa e sem forma. **IPEA**, ano 7, edições 63, 2010a.

_____. Cidade Africana-urbanização [in]formal: uma abordagem integrada e sistémica. 7º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS [CIEA 7]. Painel 3: Uma África Movidiza, Sociabilidade Planificação en Las Cidades Africanas. Lisboa, 2010b. Disponível em: <<http://repositorio.Iscte.pt/handle/10071/2253>>. Acesso em: 14 jan. 2013. p. 1-17.

_____. A urbanização extensiva [in] formal em Maputo a partir da retícula colonial. ATAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL SABER TROPICAL EM MOÇAMBIQUE: HISTÓRIA, MEMÓRIA E CIÊNCIA. IICT-JBT. Jardim Botânico Tropical. Lisboa, 24-26 Outubro 2012.

_____, [SANZ, Juan.](#), [NATÁLIO, Ana](#). Apreendendo com a forma urbana de Maputo (in)formal. **Revista de Morfologia Urbana**, 2013, p.17-30.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: Ndjira, 2010.

VIEIRA, Solamão. Os elétricos de Lourenço Marques. I. 1900-1920. In: Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique. **Boletim Semestral**, nº 9 especial. Abril de 1991, p.5-44.

VILARINÕ, Maria do Carmo. **Habitação verticalizada na cidade de São Paulo dos anos 30 aos anos 80**. Investigação a cerca da contribuição dos arquitetos modernos ao tema. Estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.

WAGNER, Ana Paula. **População no império português: recenseamento na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

_____. **População no império português: recenseamento na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2009.

_____. “Mas é preciso gente, porque sem esta, nada se anima”! Súditos portugueses na capitania de Moçambique e Rios de Sena no último quartel do século XVIII. **Revista História Regional**. 16 (2):517-549. Inverno, 2011a, p.517-549.

_____. Vivendo cafrealmente pelos sertões: imagem de africanos na documentação da Companhia de Moçambique e Rios de Sena, na segunda metade do século XVIII. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH, São Paulo, 2011b.

WELLS, Alfred. **Custo das casas nas cidades de caniço**. Relatório preliminar. Maputo: Instituto Nacional de Planejamento, 1988.

WHO.; UNICEF. **Global Water Supply and Sanitation Assessment 2000 Report**. Geneva: World Health Organization and United Nations Children's Fund. Disponível em:< http://www.who.int/water_sanitation_health/Globassessment/GlobalTOC.htm>. Acesso em: 5 jan. 2015.

WORLD BANK STAFF (URBAN AND WATER GRUP. EAST AND SOTHERN AFRICA) & MUZIMA, Joel. Introdução à urbanização e ao desenvolvimento municipal em Moçambique. In: **Desenvolvimento municipal em Moçambique**: as lições da primeira década. Maputo: MAE/ANAMM. [s/d], p.11-29.

XAVIER, Inácio Caetano. **Notícias dos domínios portugueses na costa da África Oriental**. Lisboa: RMS-AMU, 1959.

ZAMPARONI, Valdemir. **Entre narros e mulungos**: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890 e 1940. Tese. (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. Monhés, Baneanes, Chinas e Afromometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**,2000, P.191-222.

ZILHÃO, João. **Ensaio geográfico. Boletim da Sociedade de Estudo da Colônia de Moçambique**. N° 36. Lourenço Marques. 1939.

ZOLINI, Gustavo. **A inflexão do conceito Gentrificação em conjunto urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte**: casos mineiros de Sao Thomé das Letras e Tiradentes. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Geral, 2007.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. **American Review of Sociology**,n. 13,1987, p. 129-147.